

Lucinda Clarita Boehm

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JURÍDICO: OS SENTIDOS
IMPLÍCITOS NA LINGUAGEM DOS LIVROS DIDÁTICOS DE
INTRODUÇÃO AO DIREITO

FLORIANÓPOLIS (SC), AGOSTO DE 2002

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JURÍDICO: OS SENTIDOS
IMPLÍCITOS NA LINGUAGEM DOS LIVROS DIDÁTICOS DE
INTRODUÇÃO AO DIREITO

Lucinda Clarita Boehm

Tese apresentada ao curso de Pós-
Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito à obtenção
do título de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues.

FLORIANÓPOLIS (SC), AGOSTO DE 2002

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
Curso de Pós-Graduação em Direito
Programa de Doutorado

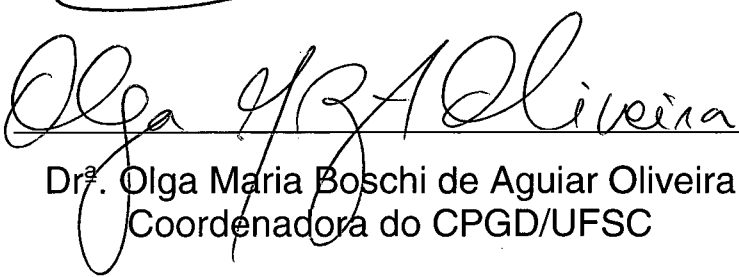
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JURÍDICO: OS SENTIDOS
IMPLÍCITOS NA LINGUAGEM DOS LIVROS DIDÁTICOS DE
INTRODUÇÃO AO DIREITO



Lucinda Clarita Boehm



Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues
Professor Orientador



Dr.ª Olga Maria Boschi de Aguiar Oliveira
Coordenadora do CPGD/UFSC

FLORIANÓPOLIS (SC), AGOSTO DE 2002

LUCINDA CLARITA BOEHM

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JURÍDICO: OS SENTIDOS
IMPLÍCITOS NA LINGUAGEM DOS LIVROS DIDÁTICOS DE
INTRODUÇÃO AO DIREITO**

Tese aprovada com nota 9,0, correspondendo ao conceito
A satisfazendo o requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em
Direito no Curso de Pós-Graduação em Direito, Programa de Doutorado,
da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como Banca
Examinadora:



Professor Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues
Presidente

Professor Dr. Antonio Maria Rodrigues de
Freitas Iserhard



Professor Dr. Valdir Vegini



Professor Dr. José Alcebíades de Oliveira
Júnior

Professora Dra. Cecília Caballeiro Lors

FLORIANÓPOLIS (SC), AGOSTO DE 2002

Dedicatória

Este trabalho não se realizaria sem a participação dos meus amigos, colegas de trabalho, professores e procuradores. Sou grata pela amizade, confiança, incentivo e preocupação. Vocês são parte desta tese.

Obrigada.

Agradecimentos

Muitas pessoas me ajudaram na elaboração deste trabalho de pesquisa, oferecendo respostas a inúmeras dúvidas e incentivando-me com o seu otimismo. Meus agradecimentos sinceros a todos e muito especialmente àqueles mais diretamente envolvidos:

- Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues, que além de professor orientador, com vasto conhecimento acadêmico, tornou-se um amigo inestimável, me fazendo acreditar que eu chegaria lá;
- Prof. Dr. Valdir Vegini, co-orientador, reconhecido pelo seu domínio da lingüística, que com paciência me conduziu à reflexão;
- Prof^a Marileia Gastaldi Machado Lopes, Magnífica Reitora da Univille - Universidade da Região de Joinville, Prof^a Dra. Therezinha Maria Novais de Oliveira, Pró-Reitora e Prof. Paulo Ivo Koehntopp, Pró-Reitor, sempre confiantes;
- Prof. Ruy Schneider e Prof^a Cleusa Maria, apostando no meu desempenho;
- Aos meus bons amigos, Janete, Márcia, Rubens, Cristala e Mari, professores na mesma luta;
- Aos colegas da Procuradoria Geral do Município de Joinville e aos colegas da Área de Apoio ao Estudante da Univille, especialmente aos seus titulares, Bacharel José Alaor Bernardes, Procurador Geral, e Prof. José Dionício Kunze, coordenador, ao pessoal da Secretaria de Pós-Graduação do Curso de Direito da UFSC, cuja ajuda foi imprescindível; e ao Carlos e ao Silvio, parceiros na digitação.
- Ao Prof. Dr. Luis Alberto Warat, *muchas gracias*; tudo começou com as suas aulas;
- Ao Francesc e à Carmem pelo crédito na minha capacidade.

E sobretudo, muito obrigada ao Criador.

*Eu sustento que nada é simplesmente
o que é, e que o ponto em que isso
acontece se chama morte.
Oscar Wilde*

*A vida da lei não é feita só de lógica,
mas sim de experiências.
Oliver Wendell Holmes*

*Acabou vendo João Brossa que os
verbos do catalão tinham coisas por
detrás, eram só palavras, não.
João Cabral*

Resumo

Uma análise crítica do discurso jurídico: os sentidos implícitos na linguagem dos livros didáticos de introdução ao Direito.

O presente trabalho tem como objetivo central a análise crítica do discurso como metodologia mais adequada para desvelar os sentidos implícitos ou subjacentes na linguagem de livros didáticos da área jurídica, resultantes da manipulação da sua força elocucionária, permitindo criar uma visão ilusória dos verdadeiros propósitos do Direito: garantir a segurança, a igualdade e o bem estar social. No primeiro capítulo, foi revista a literatura sobre as diferentes conceituações de linguagem. No segundo, fez-se um estudo da relação entre Direito e linguagem, a necessidade de interpretação do discurso jurídico e as metodologias a serem usadas. No terceiro, procedeu-se à análise de cinco conceitos específicos: Ciência, Sociedade, Sujeito, Estado e Direito, enunciados por Paulo Nader em “Introdução ao Estudo de Direito”, André Franco Montero, em “Introdução à Ciência de Direito”, Paulo Dourado de Gusmão, em “Introdução à Ciência de Direito” e Maria Helena Diniz, em “Compêndio de Introdução à Ciência do Direito”, com o propósito de identificar a manipulação da linguagem e a presença de sentidos implícitos. Nas conclusões ratifica-se a relevância da análise crítica do discurso porque estuda a linguagem na sua verticalidade ou seja, na sua historicidade e por isso apresentando-se como a metodologia mais adequada para detectar a manipulação da linguagem jurídica com a finalidade de impor a ideologia de um poder dominante em uma sociedade de classes. São apresentadas, também, algumas razões para incluir a aplicação da análise crítica do discurso nos cursos de Ciências Jurídicas por se acreditar que os alunos, principalmente os dos primeiros anos, devem ser conscientizados dos efeitos que podem resultar da manipulação da linguagem jurídica.

Palavras chave: Linguagem, Direito, Interpretação, Análise crítica do discurso jurídico.

Abstract

A critical analysis of the juridical discourse: the implicit meanings that come into view in the language of the didactic introductory law literature.

The present research is centralized on the critical discourse analysis as the most appropriate methodology to unveil the implicit or underlying meanings imbedded in the language of the specific didactic introductory law literature, as a result of its illocutionary force, creating an illusory view of the real purposes of the law in maintaining security and liberty for all individuals and for the social well-state being in general. In the first chapter it was done a review of the existing language literature. The second chapter presents a study on the relationship between law and language, the need of interpretation of the juridical discourse, and the methodologies to be adopted. In the third chapter it was done a critical analysis of five specific concepts: Science, Society, Subject, State and Law, to identify the language manipulation and the implicit or underlying meanings. These concepts were expressed by Paulo Nader in "Introdução ao Estudo do Direito", André Franco Montoro in "Introdução à Ciência do Direito", Paulo Dourado de Gusmão in "Introdução à Ciência do Direito" and Maria Helena Diniz in "Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. In the final conclusions the relevance of critical discourse analysis is confirmed due to the study of language in its verticality considering its historical aspects. For this reason it is accepted as the most appropriate methodology to detect the manipulation of the juridical language with the purpose of imposing the ideology of power in a class society. They also present some reasons to include critical discourse analysis as a subject of study in the law courses, mainly in the first academic years, for the students to be aware of the possibilities of manipulation of the juridical discourse and the effects of this, in our society.

Key words: language, law, interpretation, critical juridical discourse analysis.

Resumen

Un análisis crítico del discurso jurídico: los sentidos implícitos en el lenguaje de los libros didácticos introductorios del Derecho.

El presente trabajo tiene como tema central el análisis crítico del discurso como metodología más adecuada para aclarar los sentidos implícitos o subyacentes en el lenguaje de libros didácticos introductorios del área jurídica, resultantes de la manipulación de su fuerza ilocucionaria, permitiendo crear una visión ilusoria de los verdaderos propósitos del Derecho, de garantizar la seguridad, la igualdad y el bienestar social. En el primer capítulo fue revisada la literatura a respecto de las diferentes conceptualizaciones del lenguaje. En el segundo se hizo un estudio de la relación entre el derecho y el lenguaje, la necesidad de interpretación del discurso jurídico y las metodologías a ser usadas. En el tercero se procede al análisis crítico de cinco conceptos específicos: Ciencia, Sociedad, Sujeto, Estado e Derecho, enunciados por Paulo Nader en "Introdução ao Estudo do Direito", André Franco Montero, en "Introdução à Ciência do Direito", en Paulo Dourado de Gusmão "Introdução à Ciência do Direito" e Maria Helena Diniz, en "Compêndio de Introdução à Ciência do Direito", con el propósito de identificar la manipulación del lenguaje y la presencia de sentidos implícitos. En las conclusiones se ratifica la relevancia del análisis crítico del discurso porque estudia el lenguaje verticalmente o sea en su historicidad y por eso presentándose como el método más adecuado para detectar la manipulación del lenguaje jurídico con la finalidad de imponer la ideología del poder dominante en una sociedad de clases. Son presentadas también, algunas razones para incluir la aplicación del análisis crítico del discurso en los cursos de Ciencias Jurídicas por creerse que los alumnos, principalmente los de los primeros años, deben ser concientizados de los efectos que pueden sobrevenir de la manipulación del lenguaje jurídico.

Palabras claves: Lenguaje, Derecho, Interpretación, Análisis crítico del discurso jurídico.

SUMÁRIO

<u>LISTA DE QUADROS</u>	1
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>1. A LINGUAGEM E SUA MANIFESTAÇÃO COMO COMPETÊNCIA HUMANA</u>	12
<u>1.1 A hipótese evolucionista como explicação para a origem da linguagem</u>	12
<u>1.2 A comunicação dos animais</u>	21
<u>1.3 A compulsão do homem para a comunicação</u>	28
<u>1.4 Teorias sobre a origem da linguagem</u>	31
<u>1.5 A linguagem natural</u>	49
<u>2. O DIREITO E A LINGUAGEM</u>	56
<u>2.1 O discurso e a violência simbólica</u>	56
<u>2.2 A hermenêutica dogmática e a análise crítica como metodologias para a interpretação do discurso</u>	72
<u>2.3 A análise crítica do discurso como metodologia para a interpretação</u>	78
<u>2.4 Enfoques filosóficos sobre o fenômeno jurídico</u>	90
<u>2.5 A relação entre Direito e linguagem</u>	101
<u>2.6 O Direito e a interpretação</u>	104
<u>3 ANÁLISE CRÍTICA DOS MANUAIS DE IED</u>	125
<u>3.1 Introdução ao Estudo do Direito, de Paulo Nader</u>	132
<u>3.1.1 Categoria 1 - Ciência</u>	132
<u>3.1.2 Categoria 2 - Sociedade</u>	138
<u>3.1.3 Categoria 3 - Sujeito</u>	146
<u>3.1.4 Categoria 4 - Estado</u>	151
<u>3.1.5 Categoria 5 - Direito</u>	155

<u>3.2 Introdução à Ciência do Direito, de André Franco Montoro</u>	159
<u>3.2.1 Categoria 1 - Ciência</u>	159
<u>3.2.2 Categoria 2 - Sociedade</u>	164
<u>3.2.3 Categoria 3 - Sujeito</u>	167
<u>3.2.4 Categoria 4 - Estado</u>	173
<u>3.2.5 Categoria 5 - Direito</u>	178
<u>3.3 Introdução ao Estudo do Direito, de Paulo Dourado de Gusmão</u>	181
<u>3.3.1 Categoria 1 - Ciência</u>	181
<u>3.3.2 Categoria 2 - Sociedade</u>	187
<u>3.3.3 Categoria 3 - Sujeito</u>	192
<u>3.3.4 Categoria 4 - Estado</u>	194
<u>3.3.5 Categoria 5 - Direito</u>	199
<u>3.4 Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, de Maria Helena Diniz</u>	202
<u>3.4.1 Categoria 1 - Ciência</u>	203
<u>3.4.2 Categoria 2 - Sociedade</u>	205
<u>3.4.3 Categoria 3 - Sujeito</u>	208
<u>3.4.4 Categoria 4 - Estado</u>	212
<u>3.4.5 Categoria 5 - Direito</u>	216
<u>CONCLUSÃO</u>	259
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	281
<u>GLOSSÁRIO</u>	289

LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1 - ANÁLISE CRÍTICA DOS CONCEITOS EXPRESSOS
PELOS AUTORES DE QUATRO LIVROS DIDÁTICOS DE
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO220**

**QUADRO 2 – ANÁLISE CRÍTICA DOS CONCEITOS EXPRESSOS
PELOS AUTORES DOS QUATRO LIVROS DIDÁTICOS DE
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO – GRÁFICO
REPRESENTATIVO DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS
ENTRE OS QUATRO AUTORES ESTUDADOS (CONSULTAR
TAMBÉM O QUADRO 1).....248**

INTRODUÇÃO

Assim como existem várias maneiras de ver a realidade, existem várias maneiras de ver a linguagem. É possível olhá-la sob o ponto de vista mítico, do dogmatismo religioso e, também, do ponto de vista científico, que é o adotado no presente trabalho.

O objetivo desta tese está contido no título da pesquisa: Uma análise crítica do discurso jurídico: os sentidos implícitos na linguagem de livros didáticos de introdução ao Direito. Todo o estudo que vai ser desenvolvido enfatiza o papel que a análise crítica do discurso poderá representar para uma melhor compreensão da linguagem jurídica e da finalidade última do Direito, que é a de garantir a segurança, a igualdade e o bem estar comum.

Pretende-se fazer, especificamente, a análise de cinco conceitos, Ciência, Sociedade, Sujeito, Estado e Direito, selecionados por constituírem os elementos básicos e fundamentais para a compreensão do Direito, enunciados por quatro renomados autores de livros didáticos na área da Ciência Jurídica: Paulo Nader¹: Introdução ao Estudo do Direito; André Franco Montoro²: Introdução à Ciência do Direito; Paulo Dourado de Gusmão³: Introdução à Ciência do Direito; e Maria Helena Diniz⁴: Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. Esses autores foram escolhidos por abordarem a fase introdutória do Direito quando o

¹ NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

² MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

³ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

⁴ DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 2001.

aluno ainda não está familiarizado com a temática do Direito, à linguagem ainda conceituada como um conjunto de regras gramaticais.

O trabalho tem por base a linguagem no momento da comunicação, o porquê do seu uso e os efeitos desse uso na sociedade. Não exclui a sintaxe e a semântica, mas dá destaque à presença da ideologia e do poder. Conforme Pecheux⁵ “as palavras, expressões, proposições, etc... recebem o seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”.

A análise do discurso mostra-se como uma metodologia capaz de compreender a linguagem como ação. A preferência por essa forma de investigação está relacionada à uma preocupação em evitar posições dogmáticas, arbitrárias e por vezes injustificáveis, embora sejam apresentadas como legítimas e absolutas.

Não se está pretendendo eliminar outras metodologias, ou subtraí-las, mas discutir novas possibilidades, resultantes das novas luzes lançadas sobre a problemática da linguagem. Liberta do enfoque saussuriano de sistemas de signos e sons com significados arbitrariamente estabelecidos, é ela discutida indutivamente, investigada no seu uso, real, como apregoam as mais recentes teorias lingüísticas, entre os quais se destacam a sociolingüística, à pragmática e a própria análise discursiva. Essa nova abordagem permite constatar a presença, na sua constituição, dos elementos extralingüísticos que influenciam na sua inteligibilidade.

A análise crítica do discurso permite investigar a presença dos elementos sintáticos e semânticos e também as técnicas ou recursos usados para persuadir e convencer o receptor, recorrendo ao desenvolvimento das condições de produção, como a situação sócio-histórica, a intencionalidade e a manipulação dos significados e os

⁵ PECHEUX, Michel. *Análise do Discurso*. Paris: Larouse, 1975.

efeitos que se quer produzir no interlocutor.

A discussão sobre as potencialidades da análise crítica do discurso como metodologia para uma compreensão mais abrangente dos textos didáticos na área do Direito, exclusivamente dos introdutórios à Ciência Jurídica, usados nos primeiros anos dos cursos visa, também e principalmente, apresentar aos alunos desses cursos, que trazem ainda bem presente a noção de linguagem ou língua como um conjunto de regras gramaticais e da leitura como mera decifração ou compreensão do vocabulário, a perspectiva da linguagem como discurso. Além disso, das possibilidades do uso da linguagem como instrumento de persuasão e de manipulação de seus componentes com o propósito de impor significados, oferecendo, em última instância, uma visão ilusória do Direito.

Através da análise crítica se estará investigando como são introduzidos esses sentidos que não estão claramente expressos, mas implicitamente contidos no discurso jurídico, ou quais são os recursos textuais e extratextuais empregados pelos autores para alcançar o propósito da inclusão subjetiva de significados.

Para apontar esses elementos textuais e extralingüísticos será feita a análise da inteligibilidade do texto, investigando as suas propriedades formais ou o pensamento expresso, coeso e coerente, considerando as normas da sintaxe e da semântica. Também as marcas que aparecem na superfície, como o vocabulário empregado e a sua relação com a historicidade e as formações sociais, permitirão compreender quais os efeitos do texto no contexto social, alterando-o ou mantendo o *status quo*.

Com a nova abordagem dada à linguagem, que alterou o conceito tradicional de Saussure⁶, deixou ela de ser um sistema abstrato de sons e signos com significados arbitrariamente impostos por não expressarem a realidade do objeto, para ser vista como ação, movimento, palavra em movimento, um processo que se realiza em consonância com as formações sociais ou de comportamento de uma determinada sociedade ou estrutura de poder.

Essa nova abordagem faz emergir problemas relacionados à interpretação, à explicação e à compreensão da fala ou do texto. Se anteriormente era dada ênfase à literalidade, ao significado denotativo da palavra, o novo enfoque propõe outras técnicas, outra metodologia para um entendimento além da superfície do texto.

A análise crítica do discurso, considera a linguagem na sua interrelação com o mundo, isto é, ela trabalha a linguagem como um fato social realizado a cada momento, em consonância com as condições sócio-histórico-culturais e ideológicas do contexto e permite analisar as causas e os efeitos da linguagem e, conseqüentemente, apontar eventuais soluções para os conflitos revelados.

A linguagem empregada pelos autores dos livros didáticos de introdução ao Direito, que foram selecionados para o presente estudo, mostra ser um discurso de difícil compreensão para os alunos do primeiros anos dos cursos de Ciências Jurídicas. Essa dificuldade não resulta propriamente da terminologia empregada, embora seja comum o uso de palavras de sentido específico, mas dos sentidos implícitos ou subjacentes que a linguagem ou o discurso jurídico contém.

Para apreender o significado de um discurso devem ser observados outros aspectos além da literalidade e da semânticidade. São aspectos

⁶ SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 1916, 11ª edição, s.d.

que estão relacionados à historicidade, às formações sociais, à ideologia, ao poder, chamados elementos extralingüísticos.

Para melhor compreender os sentidos implícitos do discurso jurídico é preciso entender como se desenvolveu a nova abordagem da linguagem, que tem como fato primordial a sua relação com a exterioridade ou as condições de produção.

Para isso, será feita uma revisão das teorias que estudaram a linguagem desde a sua origem chegando até a presente concepção. Esta introduz a noção de ideologia, de situação social de história e, conforme Orlandi,⁷

vai trazer para a reflexão as questões de poder e das relações sociais (...) considera que o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar um outro, mas da relação de sentidos por eles estabelecidos num contexto social e histórico.

Sendo a palavra instrumento genuíno do Direito, é obvia sua interdependência. Essa é mais uma justificativa para que os professores dos cursos de Ciências Jurídicas enfatizem a nova concepção de língua ou linguagem e as potencialidades do discurso didático-jurídico e orientem o aluno para ir além da interpretação do vocabulário quando da leitura dos textos se referem à sua área de estudo. Como diz Foucambert⁸,

(...) as pessoas não são iguais diante da escrita. Trinta por cento delas são leitores e setenta por cento (...) são capazes de entender a escrita, mas despendendo esforços tão penosos que não recorrerão a qualquer texto se puderem encontrar

⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. O que é lingüística. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 62- 63.

⁸ FOUCAMBERT, Jean. Leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 14.

outros meios de informação, dada a formação que trazem do ensino médio e à concepção tradicional da linguagem.

Em face dessas condições, embora pouco aplicáveis aos alunos do ensino superior que devem ter as condições de leitores competentes assimiladas, mas considerando que a compreensão de um texto depende muito da concepção de linguagem, justifica-se dar-lhes instrumentos adequados para uma apreensão mais completa das suas leituras.

A relevância de uma tomada de posição tem o propósito de alertar para a necessidade de introduzir mudanças no processo tradicional de ensino da linguagem e se apresenta como mais uma justificativa para o presente estudo, pois a análise crítica do discurso oferece subsídios para uma boa compreensão dos textos didático-jurídicos, aponta pistas e caminhos para interpretar os ditos e os não ditos cujos significados permanecem implícitos no texto.

A análise crítica opõe-se à hermenêutica dogmática, processo adotado pela corrente positivista para a interpretação, que impõe um significado único às palavras, instalando a violência simbólica e servindo à uma relação de poder dos órgãos instituídos. Conforme Ferraz Júnior⁹,

a finalidade da teoria dogmática (da interpretação) consiste em ser uma caixa de ressonância das esperanças prevalecentes e das preocupações dominantes dos que crêem no governo do direito acima do arbítrio dos homens.

Ora, isso os torna autômatos, repetidores de verdades alheias.

Dallari¹⁰ confirma que

⁹ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 1994, p. 285.

¹⁰ DALLARI, Dalmo de Abreu. Legalismo. Revista Consulex. Ano III, nº 32, agosto/1999, p. 20-21.

o excesso de apego à legalidade formal pretende, consciente ou inconscientemente, que as pessoas sirvam à lei, invertendo a proposição razoável e lógica, segundo a qual as leis são instrumentos da humanidade e como tais devem basear-se na realidade social e serem conformes a esta.

A hermenêutica dogmática pretende que a criatura humana se adapte à racionalidade intelectual, mesmo que para isso precise maquiar a linguagem, como o faz quando emprega o poder da violência simbólica. O novo conceito de linguagem mostra como ocorre essa manipulação da linguagem, cujo fator principal está na sua relação com a exterioridade ou as condições de produção desse discurso, aponta como essa manipulação ocorre.

Entre os teóricos mais tradicionais em seus posicionamentos despontam Saussure¹¹, Chomsky¹² e Pinker¹³. Na linha mais moderna destacam-se inteligências como a de Halliday¹⁴, de Warat¹⁵, de Orlandi¹⁶, de Fairclough¹⁷ e Brandão¹⁸, que darão maior sustentação teórica à presente pesquisa. Brandão¹⁹, por exemplo, resume o entendimento desse novo grupo de estudiosos quando diz que

a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma

¹¹ SAUSSURE, Ferdinand de. São Paulo: Cultrix - 11ª ed, s. d.

¹² CHOMSKY, Noam. Knowledge of language as a Focus of Inquiry. Convergence – a series founded, planned and edited by Ruthmunda Anshen. New York, Praeger, 1986.

¹³ PINKER, Steven. The Language instinct. New York: Harper Perennial, 1995.

¹⁴ HALLIDAY, M. A. K. Language as social semiotics. London: Edward Arnold, 1987.

¹⁵ WARAT, Luis Alberto. O Direito e sua Linguagem. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1984.

¹⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso - Princípios e Procedimentos. São Paulo: Pontes, 1999/2000.

¹⁷ FAIRCLOUGH, Norman. Language and Power. London: Longman, 1993.

¹⁸ BRANDÃO, Helena Maria Nagamine. Introdução à Análise do Discurso. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1991.

¹⁹ BRANDÃO, Helena Maria Nagamine. Op. cit., 1991, p. 18.

competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica.

Sob essa ótica, a leitura e a interpretação de um texto deverá ser feita observando-se os aspectos lingüísticos, responsáveis pela sua inteligibilidade, mas, considerando também, a historicidade, a ideologia do poder e o poder que o permeiam.

Essa abordagem, que conceitua a linguagem como discurso ou palavra em movimento, foi denominada análise do discurso ou, na ótica de Fairclough²⁰, análise crítica do discurso, posto que além de apontar os conflitos oriundos do processo discursivo quer compreender também os efeitos provocados na sociedade.

Dada a presença, na constituição da linguagem, dos elementos ideologia e poder, ela se presta à manipulação. Essa manipulação pode ser detectada pelas marcas deixadas na construção do texto, presentes de forma implícita ou subjacente.

Quanto à estrutura da tese, no primeiro capítulo serão revisadas diversas teorias sobre a linguagem humana, comum, do dia a dia, a linguagem natural e articulada ou a língua. Para efeitos de discussão essas teorias serão contrastadas com a concepção clássica de Saussure que entende por signo ou sinal lingüístico não como algo que une uma coisa à um nome, mas como um conceito e uma imagem acústica. O sinal é, em suma, uma entidade de duas faces, a do significado e a do significante. O sinal é, portanto, o nexo entre o conceito (significado) e a imagem acústica (significante). E são, conseqüentemente, duas as características primordiais do sinal lingüístico, ou seja, o laço é uma pura convenção, já que não existe nenhuma necessidade de ligar o conceito de irmã, por exemplo, com a

sua imagem acústica, com a realidade. Isso não significa que o significado depende da livre escolha do sujeito falante, mas que ele é imotivado, vale dizer, arbitrário em relação ao significado, com o qual, não tem nenhuma relação natural.

Para traçar mais enfaticamente as características da nova abordagem dada à linguagem, no primeiro capítulo será feito um retrospecto de sua origem e natureza, de como ocorreu a sua evolução; será feito um estudo comparativo da comunicação humana com a comunicação dos animais para apontar as possíveis semelhanças e diferenças e demonstrar que o homem é dotado de uma competência que lhe é única, diferenciada e própria. Serão revistas as teorias existentes, iniciando com o estruturalismo de Saussure²¹, o gerativismo de Chomsky²² e o funcionalismo de Halliday²³ para chegar à Warat²⁴, Orlandi²⁵, Fairclough²⁶ e Brandão,²⁷ que argumentam a favor da linguagem como discurso e da análise como instrumento de interpretação.

No segundo capítulo, procurar-se-á demonstrar que Direito e linguagem estão intimamente relacionados dada a expressão da Ciência Jurídica em palavras. Esse relacionamento da linguagem com o Direito será analisado mais detalhadamente, mediante uma abordagem histórica da evolução dos conceitos dados ao Direito, considerado sempre como um fato social essencial para normatizar o convívio entre os homens. Verificar-se-á que não há uma separação radical entre as duas ciências; as alterações ocorridas na conceituação do Direito estão

²⁰ FAIRCLOUGH, Norman. Op. cit., 1993.

²¹ SAUSSURE, Ferdinand de. Op. cit., 11ª edição, s.d.

²² CHOMSKY, Noam. Op. cit., 1986.

²³ HALLIDAY, M. A. K. Op. cit., 1987.

²⁴ WARAT, Luis Alberto. Op. cit., 1984.

²⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1999/2000.

²⁶ FAIRCLOUGH, Norman. Op. cit., 1993.

²⁷ BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. Op. cit., 1991.

presentes na sua expressão lingüística, pois a investigação do Direito constitui-se numa investigação da linguagem que é usada e, conseqüentemente, do contexto social e cultural, das práticas sociais que lhe deram origem. O Direito é a expressão das convenções sociais e lingüísticas.

No terceiro capítulo será discutida a necessidade de interpretação, tanto da linguagem natural como da judiciária, em razão de sua constituição por símbolos ou por signos, ou seja, o texto deve ser clareado, explicado, ter elucidada a intenção do emissor e clara a sua força ilocucionária. Será feito um estudo comparativo entre o modelo de interpretação observado pela hermenêutica dogmática e a metodologia adotada pela abordagem de análise do discurso.

Será constatado que a hermenêutica dogmática restringe a interpretação ao exame da literalidade, da superfície do texto, à inteligibilidade de sua construção sintática e semântica para chegar à sua finalidade, estabelecendo uma posição que pode ser classificada de dogmática e arbitrária, mas instituída como legítima e absoluta.

Contrariamente à hermenêutica dogmática, a análise crítica do discurso irá mostrar que quer excluir ou contornar o dogmatismo, propondo uma nova perspectiva que se apresenta como uma tentativa de interrogar a linguagem tal qual ela é usada, de examinar o papel do contexto no uso das expressões escolhidas. A linguagem não poderá ser examinada somente quanto ao aspecto abstrato, mas sempre em relação a uma situação, a uma forma de vida em que faz sentido o seu uso. E é nesse momento que será verificado que a análise crítica do discurso apresenta-se como uma metodologia mais favorável, oferecendo uma compreensão mais ampla da linguagem.

O processo de interpretação será observado em três momentos principais: a inteligibilidade do texto ou sintaxe, o significado das

palavras ou sua relação com o objeto, explorando a parte semântica para, então, procurar compreender o porquê do texto, a sua finalidade e os seus reflexos no todo social e, por último, a série de considerações decorrentes da discussão dos assuntos levantados, baseados na natureza da linguagem e do Direito e nos relacionamentos existentes.

Os argumentos alinhados recomendam o estudo da linguagem como discurso e a sua interpretação através do emprego da metodologia da análise crítica do discurso. Os dois assuntos devem integrar o currículo dos Cursos de Ciências Jurídicas como disciplinas eletivas.

Por fim, é preciso enfatizar que a leitura que não é crítica é limitadora e coercitiva porque leva o indivíduo a prender-se a modelos de homem e de sociedade em estrita conformidade com as normas e os usos estabelecidos, sem questionamentos, o que vai reduzir a sua autonomia de conduta. A leitura crítica, ou a análise crítica do discurso promove um processo dinâmico de possibilidades onde o indivíduo se constrói em consonância com as suas ações e as reações do seu meio ambiente. Levará o indivíduo a reconhecer-se como pessoa e não a identificar-se com os outros, até o ponto de querer ser ele mesmo o outro, pela identidade de pensamentos e ações, anulando-se.

1. A LINGUAGEM E SUA MANIFESTAÇÃO COMO COMPETÊNCIA HUMANA

1.1 A hipótese evolucionista como explicação para a origem da linguagem

Conforme referido na introdução, assim como existem várias maneiras de ver a realidade, existem várias maneiras de ver a linguagem. Essa diversidade de pontos de vista é própria do ser humano; isso explica as diferentes conceituações, que variam conforme seja analisada, como, por exemplo, sob o ponto de vista mitológico, religioso ou científico, que é o adotado no presente estudo.

Entre os diversos ramos da ciência que procuram explicar a origem do homem está a antropologia, segundo a qual o *homo sapiens*²⁸, por mais que se destaque nas suas manifestações culturais, não é, em última análise, senão um animal. Ocupa um lugar de ponta na evolução e muito afastado dos seus antepassados imediatos, os *placental mammals* ou primatas.

O presente estudo da origem da linguagem está principalmente fundamentado na teoria evolucionista de Darwin²⁹, vista aqui através do

²⁸ Homo-Sapiens: o nome específico para o homem moderno: *the only extant species of the genus homo* (a única espécie existente do gênero homo). The Collins English Dictionary, Glasgane: William Collins Sons & Co. Ltda.) 1986.

²⁹ DARWIN, Charles. A origem das espécies. São Paulo: Hemus, s.d.

zoólogo inglês Morris³⁰. Darwin apresenta um retrato bastante fiel do desenvolvimento da espécie humana, com o que se abrem boas perspectivas para uma compreensão melhor do papel do homem no universo e da evolução de seu poder intelectual. Com a sua imaginação, a sua erudição e os seus ideais, o *homo sapiens* alcançou o ápice na escala zoológica.

Na sua vida social e nos seus hábitos alimentares, no seu acasalamento, o homem moderno ainda segue muitas das normas estabelecidas há milênios pelos macacos caçadores, dos quais ele é uma variedade singularmente vitoriosa na sua luta pela sobrevivência. Dominando a Terra, o primata humano parte agora para a conquista das estrelas.

Morris³¹, nos seus estudos zoológicos, baseia-se em informações pormemorizadas sobre o passado do homem, fornecidas por paleontólogos e obtidas mediante a observação dos comportamentos básicos de uma grande variedade de espécies animais, especialmente aquelas com as quais o homem mais se identifica, os macacos ou chimpanzés, comportamentos que correspondem, principalmente, aos principais tipos de cultura contemporânea. Ressalva o autor que ao fazer esse estudo da evolução do homem

avalio bem quanto me arrisco a ofender certas pessoas. Muita gente não gosta de pensar que somos animais...Mas eu admito que essa perspectiva poderá ter grande valor e que apesar de todos os defeitos, introduzirá novos (e de certa maneira inesperados) esclarecimentos sobre a natureza complexa de nossa extraordinária espécie.

³⁰ MORRIS, Desmond. O macaco nu - um estudo do animal humano. Rio de Janeiro: Record: 1967.

³¹ MORRIS, Desmond. Op. cit., 1967, p.13.

Darwin³², na introdução de sua obra *A origem das espécies*, afirma que

as espécies não foram criadas independentemente umas das outras, mas que, como as variedades, derivam de outras espécies. Todavia, admitindo mesmo que esta conclusão seja bem estabelecida, seria pouco satisfatória até que se pudesse provar como as inúmeras espécies, habitando a Terra, foram transformadas de maneira a adquirir esta perfeição de forma e coadaptação que estimula por tão justo motivo a nossa admiração.

É então, da maior relevância esclarecer quais são os meios de modificação e de coadaptação. Tomou ele como princípio básico que todo o ser que varia, ainda que pouco, e aproveita essa variação, tem maior probabilidade de sobreviver e tenderá a propagar a nova forma modificada, causando a extinção daquelas menos organizadas e conduzindo ao que denominou divergência de caracteres:

Estou plenamente convencido de que as espécies não são imutáveis; convenci-me de que as espécies pertinentes ao que denominamos de o *mesmo gênero*, derivam diretamente de qualquer outra espécie ordinariamente distinta...Convicto estou, enfim, de que a seleção natural tem desempenhado o principal papel na modificação das espécies, embora outros agentes tenham-na igualmente partilhado, diz Darwin³³.

³² DARWIN, Charles. Op. cit., s.d., p.18.

³³ DARWIN, Charles. Op. cit., s.d., p.20. A teoria de Darwin foi escolhida pela sua expressiva aceitação entre os cientistas e por oferecer elementos que explicam a força ilocucionária ou a intenção, o poder, a persuasão que caracterizam a linguagem humana.

Fica subentendido que vence o mais forte, o que tem maior poder para obter vantagem ou para dominar o meio ambiente e os outros seres, humanos ou não.

Darwin não via conflito ou irreverência em considerar o primata o animal do qual desenvolveu-se o ser humano. Apesar de muito criticado pela ousadia de suas afirmações, ele enfrentou os preconceitos religiosos e manteve o seu entendimento de que o homem deve e pode orgulhar-se de pertencer à categoria dos primatas, dos quais começou a diferenciar-se quando desenvolveu o cérebro e adquiriu um agudo sentido de exploração e associação dos sons vocais, criando a linguagem articulada como meio de comunicação. Com isso, ocupa um lugar de destaque entre os animais. Os outros também usam alguma linguagem, mas somente para repassar informações, salvo estudos mais recentes sobre os delfins, por exemplo, que podem acrescentar novos e surpreendentes esclarecimentos e os chimpanzés, que podem ser treinados para falar mas não sabem fazer abstrações, conforme diz Morris³⁴.

O homem soube utilizar os meios ao seu alcance para atingir vantagens futuras: desenvolveu o seu potencial cognitivo para impor a sua vontade na relação homem-natureza e homem-homem. Essa capacidade de se impor, de, naturalmente, estabelecer uma seleção, conforme Darwin, não deixa de ser uma manifestação de poder que Epstein³⁵ define como sendo a competência para estabelecer a ordem onde domina a desordem.

Morris³⁶ analisou, comparando homens e animais, os hábitos mais básicos, mais comuns, como a organização hierarquizada dos agrupamentos e as suas formas de ataque ou de defesa. Conseguiu

³⁴ MORRIS, Isac. Op. cit., 1967, p. 160.

³⁵ EPSTEIN, Isaac. Gramática do poder. São Paulo: Ática, 1993, p.40.

identificar algumas características comuns e outras específicas do modelo conhecido como *homo sapiens*; uma característica que ficou bem tipificada é a do poder.

Quando o primata constatou a sua impotência para a auto-realização, ele passou a reunir-se em grupos ou agrupamentos. Passando a viver em sociedade, o que remonta a tempos imemoráveis, a comunicação tornou-se imperativa para a troca de idéias, de experiências, de ajuda mútua. Pondo em ação a sua capacidade instintiva de organização, usou esse poder para influenciar o outro e impor o seu pensamento, a sua vontade, as suas idéias e opiniões. Usou a sua competência cognitiva, caracterizando o ato da comunicação humana como um ato inteligente e que traz inserido uma intenção, um sentido de poder; o poder de dominar o outro. Desde os primórdios a comunicação apresentou essa particularidade, confirmando a afirmação de Citelli³⁷ de que “o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo; um não subsiste sem o outro”.

A teoria da evolução confirma que o homem pertence ao grupo de seres do tipo mamífero, *placental mammal*, que provém, originariamente, de um tronco insetívoro que se refugiou na segurança das florestas para escapar aos poderosos répteis que dominavam o mundo animal, diz Morris³⁸. Após o desaparecimento desses monstros terrestres, os primatas comedores de insetos começaram a explorar novos territórios, espalharam-se e desenvolveram formas diferentes.

Entre as transformações verificadas, alguns melhoraram a alimentação, aguçaram a visão e adaptaram os membros para agarrar mais facilmente a comida; deixaram de saltar de galho em galho, o que

³⁶ MORRIS, Desmond. Op.cit., 1967.

³⁷ CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 1998, p.6.

³⁸ MORRIS, Desmond. Op. cit., 1967, p.19, 20, 22.

provocou a queda da cauda, que se tornava obsoleta por falta de uso; passaram a suspender-se pelos braços. O viver tornou-se mais cômodo.

As mudanças de ordem climática que se sucederam, cuja duração deve ser contada em milênios, reduziram enormemente as luxuriantes florestas que abrigavam os primatas, obrigando-os a se adaptarem ao solo; uma empresa arriscada pelo perigo que oferecia. Mas o primata persistiu no enfrentamento aos desafios: desde sempre se considerou um dominador.

Adaptados ao solo e já sem a cauda, esses primatas passaram a andar eretos e introduziram novas modificações: ajustaram as mãos ou garras para empunhar armas artificiais, fabricadas para a sua defesa contra os outros animais terrestres e para a sua subsistência.

Pelo fato de serem primatas tinham, também, inevitavelmente, um certo grau de organização social. A medida que as circunstâncias os obrigavam a aperfeiçoar-se no confronto com o meio ambiente, os cérebros tornaram-se mais complexos e o primata passou a tomar decisões mais rápidas e inteligentes.

A cooperação foi, também, se tornando mais forte, principalmente na busca de alimentos. Organizaram-se expedições de caça, obrigando a construção de bases fixas para armazenar os despojos e outros para manter em segurança as fêmeas e as crias. Fortalecia-se a sua consciência de que isolado era uma criatura vulnerável e fácil de ser atacada. A prole, decorrência da união natural, atuou como fator para a formação do núcleo familiar.

A sobrevivência foi ganha com a inteligência, com o poder da mente, e não com os músculos. Isso levou o primata a tomar medidas drásticas para aumentar a potência do seu cérebro. Aconteceu, então, uma coisa

muito estranha. Por um processo evolutivo chamado neutemia³⁹ ele manteve certos caracteres juvenis ou infantis até a vida adulta enquanto o cérebro crescia e desenvolvia, diz Morris⁴⁰. Isso ocasionou um defasamento no ritmo do desenvolvimento de certas aptidões permitindo o ajustamento do cérebro. Com esse golpe neotênico adquiriu a mente de que necessitava e o corpo condizente. Corria em posição vertical, mantinha as mãos livres para empunhar armas, se tornando desembaraçado para manejar objetos e ao mesmo tempo foi desenvolvendo um cérebro capaz de criar novos instrumentos. “Passou a ter uma infância mais longa, durante a qual podia aprender com os adultos” confirma Morris⁴¹, possibilitando a evolução do raciocínio para enfrentar e sobreviver no seu mundo hostil e difícil. O *homo sapiens* estava em formação desenvolvendo o seu poder de dominação com a supremacia do mais forte se acentuando passo a passo. Nesse sentido, pode-se afirmar que pouco mudou na sociedade moderna.

Sob o aspecto social, aumentou a necessidade de comunicação e de cooperação com os companheiros, o que resultou em uma reestruturação das expressões faciais e vocais, tornando-as mais eficientes. Admite o senso comum que essas manifestações constituem a origem de todo o sistema de comunicação por sons vocais e conduzirá à chamada conversa informativa, embrião da auto-expressão. Mas há quem conteste a afirmativa dizendo que esse entendimento não é senão o forcejar do teórico para atingir um objetivo.

Por isso, essa explicação sobre a evolução do primata e a formação do *homo sapiens* não descarta a possibilidade de novas investigações

³⁹ Neutemia/Neoteny: the persistence of larval features in the adult form of an animal – a persistência de traços de larva na forma adulta de um animal. (Tradução da pesquisadora) The Collins English Dictionary, Op. Cit., 1986

⁴⁰ MORRIS, Desmond. Op. cit., 1967, p. 31.

⁴¹ MORRIS, Desmond. Op. cit., 1967, p.33.

que possam gerar outros entendimentos. Conforme Assier-Andrieu⁴², “um monumento ou uma paisagem mudam de aspecto conforme a luz e a distância do olhar”. O mesmo pode ocorrer com as teorias sobre a origem do homem e da linguagem, onde o evolucionismo é apenas uma entre muitas possibilidades.

Explicar como ocorreu, de fato, essa transformação, exigiria um tratado especial. Não constituindo-se no tema central do presente trabalho, serão revisados apenas os fatos mais significativos, sem entrar no mérito.

Admitem alguns cientistas que certas partes do cérebro e do sistema articulatório do homem estão, biologicamente, capacitadas para o exercício da fala como um produto da linguagem. Slobin⁴³ afirma que “certos aspectos especiais do nosso cérebro e do nosso mecanismo articulatório mostram claramente que a capacidade relativa à língua tem um fundamento biológico distinto em nossa espécie”.

O comportamento específico do hominídeo, o mais recente ancestral do homem, e a sua índole exploratória, aliados à evolução do seu cérebro e de sua anatomia articulatória, vão caracterizá-lo como uma criatura apta para o exercício da fala, o uso de sons vocálicos articulados, através dos quais não só expressa como organiza os seus pensamentos e idéias. São estes detalhamentos que lhe darão o reconhecimento como *homo sapiens*.

Outras espécies desenvolveram outros membros ou outros atributos. A aranha, por exemplo, desenvolveu a competência para tecer a teia com a qual garantirá a sua sobrevivência. Só o homem teve a competência ou o poder para inventar a palavra para se comunicar.

⁴² ASSIER-ANDRIEU, Louis - O direito nas sociedades humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000, XIV.

⁴³ SLOBIN, Dan Isaac. Psicolinguística. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 160.

Por isso, apesar das descobertas de Darwin e do forte apoio dispensado à sua teoria pelos seus pares, ainda não é possível afirmar, de forma absoluta, que a competência dos animais ditos inferiores é completamente diferente da do *homo sapiens*. O que pode ser afirmado, categoricamente, é que o sistema lingüístico ou de comunicação, sonoro e articulado e que permite abstrações, tem no homem, uma constituição biológica e psíquica distinta da dos outros animais.

No homem, dizem os cientistas, esta competência está situada no hemisfério esquerdo do cérebro e apresenta uma capacidade específica e geneticamente determinada para adquirir a língua. Existem controvérsias, contudo, quanto ao seu exercício automático. Uma parcela dos cientistas admite que a competência lingüística precisa ser ativada, o que só ocorrerá mediante a convivência do homem com o meio ambiente. Slobin⁴⁴ se posiciona ao lado daqueles que aceitam ser a língua uma competência inata. Afirma que "os seres humanos estão preparados para aprender a língua, mesmo quando o seu ambiente lingüístico não esteja preparado para eles".

O que o *homem sapiens* divide com alguns animais são as vozes emotivas, aquelas que são instintivas, de natureza reflexa, ou seja, são as reações a um estímulo. Exceto em situações de muita ou extrema tensão, o homem pode escolher se quer ou não comunicar os seus pensamentos e sentimentos, pois, com a sua evolução cognitiva ele passa a controlar as suas emoções; o seu comportamento passa a depender do meio cultural em que ele está inserido.

Não há certeza absoluta, posto que não há provas científicas suficientes quanto à origem da linguagem: ela pode estar na evolução do homem, como quer Darwin, ou pode estar presente no seu código

⁴⁴ SLOBIN, Dan Isaac. Op. cit., 1967, p. 186.

genético, como querem alguns teóricos, entre eles Slobin. O que não se pode negar é que os seres humanos possuem uma capacidade lingüística especial, que assenta em bases biológicas, no seu aparelho vocal e nos seus centros nervosos cerebrais. É a competência humana para analisar a entrada auditiva de sons e transformá-los nas estruturas sintáticas e semânticas da linguagem. Essa capacidade também tem a ver com a necessidade do homem de se associar para sobreviver. O grau de desenvolvimento por ele alcançado é bastante peculiar e deixa longe os seus ancestrais. É como se esses estivessem ainda na idade da pedra, usando recursos rudes e primários enquanto o *homo sapiens* já se acha na era do computador. A inteligência do homem lhe dá as características de um inventor que domina tudo e todos, quer pela força física, quer pelo conhecimento ou pela persuasão, elementos que ele insere na linguagem para atingir os seus objetivos.

1.2 A comunicação dos animais

No presente trabalho tem-se como cientificamente aceito que a competência do ser humano para falar é resultado de um processo de evolução antropológica. Admite-se, também, que essa competência é latente, isto é, precisa ser acionada, precisa ser estimulada para cumprir a sua função de instrumento para a comunicação, essencial para a convivência em sociedade. Entre os estímulos, o meio ambiente, o contexto ou o *environment* é reconhecido, inclusive por Darwin, como aquele que provoca o maior impacto. Tem-se também como provado que a linguagem traz, na sua constituição, um elemento poder que decorre do fato de as palavras constituírem núcleos de significações que interpretam as forças sociais e políticas do contexto; as palavras tornam-

se poderosas e são usadas como propósito de dominar, de persuadir alguém a fazer alguma coisa. Foucault⁴⁵, reforça esse entendimento quando diz que ao fazer uso da linguagem o homem está pressupondo a obtenção de alguma vantagem sobre o outro a quem se dirige. Segundo ele,

um dia alguém teve a idéia bastante curiosa de utilizar um certo número de propriedades rítmicas ou musicais da linguagem para falar, para impor suas palavras, para estabelecer através de suas palavras uma certa relação de poder sobre os outros.

E, finalmente, permanece a convicção de que a linguagem, com as características até aqui apontadas, principalmente a de transformar sons em imagens abstratas, apresenta-se como uma competência própria do homem enquanto que a comunicação, a socialização pelo uso de sons, é comum a todos os seres vivos. Conseqüentemente, a comunicação também existe entre os animais.

Apesar de homens e animais dividirem a competência para se comunicar, os processos apresentam muitas diferenças. Pela comparação é possível esclarecer dúvidas, apontar essas diferenças e mostrar a maior complexidade do sistema lingüístico humano. Segundo Slobin⁴⁶ “é interessante distinguirmo-nos dos outros animais, como também é interessante observar as nossas semelhanças”. A comparação é o método mais indicado por ser o mais adequado para tentar esclarecer as dúvidas e apontar as diferenças. Esses estudos são feitos porque se acredita que o homem criou um sistema lingüístico mais aperfeiçoado. Contudo, ainda não há provas suficientemente confiáveis para

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1973, p. 15.

⁴⁶ SLOBIN, Dan Isaac. Op. cit., 1978, p. 160.

considerá-lo inquestionável.

O que se sabe é que o sistema lingüístico dos seres humanos distingue-se pela sua complexidade em relação à comunicação dos animais. Os chimpanzés⁴⁷, animais que mais se aproximam do *homo sapiens*, podem imitar algum tipo de fala, embora somente como resultado de um treinamento sistemático, mas só ocasionalmente fazem associações inteligentes e esse parece ser o limite máximo que conseguem alcançar, segundo os estudos até agora efetuados. Voluntariamente, por iniciativa própria ou competência inata, esses animais não são capazes de comunicar-se com os seus semelhantes da forma como o faz o homem. Não formam imagens mentais e abstratas e as transformam em sons; não têm a capacidade de usar símbolos para fins cognitivos, comenta Slobin⁴⁸.

Já o homem, com o seu aparelho auditivo, capta a emissão dos sons que são levados ao cérebro e aí transformados em imagens e depois em palavras, estabelecendo a compreensão, completando o circuito de causa e efeito.

Diz Penteado⁴⁹, que o processo da comunicação humana não se diferencia do processo de comportamento:

A determinado estímulo corresponde uma resposta. Ouço um cachorro latir. A audição do latido traz-me, por associação, a imagem do animal, ao mesmo tempo que se forma reação mental e emotiva que procuro comunicar, traduzindo o sentimento em palavras racionais.

⁴⁷ Chimpanzés: macaco antropóide. Os macacos, os chimpanzés e os homens descendem do mesmo *placental mammal* ou primata. O último diferencia-se pela inteligência e pela linguagem.

⁴⁸ SLOBIN, Dan Isaac. Op. cit., 1978, p. 197.

⁴⁹ PENTEADO, José Roberto Whitaker. A técnica da comunicação humana. São Paulo: Pioneira, 1977, p. 2-3.

Mas a competência para fazer abstrações, para transformar sons em imagens e significados partilhados, é própria do homem. Em resposta a um estímulo forma-se na mente uma idéia ou uma imagem com o seu símbolo representativo, conhecido de experiências anteriores: o nome. Esse processo não se realiza nos animais; nesses a voz nunca se emancipa da ação para formar uma imagem.

Ao expressar os seus pensamentos o homem está, automaticamente, expressando juízos de valor, o que não é próprio dos animais. O homem analisa, seleciona e pondera sobre o que vai dizer e só após essa racionalização ele vai expressar o que sente. Esse procedimento é explicável quando se considera que o ato ou a ação de falar está invariavelmente imbuído de um propósito de persuasão. Ele só age por impulso quando dominado pela emoção. Só o animal age instintivamente e por isso ele é tido como uma criatura sem mente, “uma máquina sem vida”, explica Fouts⁵⁰.

O homem inventou ou viu-se compelido a inventar a linguagem, uma forma de comunicação que fosse além do limitado processo de expressão facial ou gestual. Há quem diga, como Palmer⁵¹, que tanto o aparelho vocal como o auditivo se desenvolveram como uma necessidade para materializar a linguagem, embora originariamente destinados à respiração. E porque não admitir que a linguagem nasceu por imitação dos sons da natureza. Ou, como diz Pinker⁵², “a linguagem é um instinto; semelhante ao da aranha, que tece a sua sobrevivência; o homem inventou a voz”.

⁵⁰ FOUTS, Roger. O parente mais próximo. O que os chimpanzés me ensinaram sobre quem somos. Rio: Objetiva, 1996, p. 21.

⁵¹ PALMER, Frank. Grammar. A concise, explanatory guide to the complex set of relations that link the sounds of the language, or its written symbols, with the message they have to convey. Middlesex (England): Pinguim Books, 1983, p. 11.

⁵² PINKER, Steven. Op. cit., 1995, p. 18.

Chaui⁵³ afirma que “essas teorias não são excludentes (...); é muito possível que a linguagem tenha nascido de todas essas fontes ou modos de expressão”. No homem, o desejo e a necessidade de comunicar seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar os meios para isso; o homem tem uma propensão natural para a comunicação, ou o instinto para a expressão, conforme Pinker.

O sistema lingüístico do homem é de alta complexidade quando comparado com o dos animais. Conforme Saussure⁵⁴, “a linguagem é multiforme e heteróclita, a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica”, o que a torna objeto de ciências como a Psicologia, a Filosofia, a Antropologia, a Lingüística, a Comunicação, a Sociologia.

Os fatores até agora apontados permitem uma avaliação da distância que separa a linguagem humana do processo de comunicação dos animais, onde uns poucos sons e movimentos sinalizam, por exemplo, uma nova fonte de alimentos. É o procedimento empregado pelas abelhas e tem um propósito especificamente informativo.

O procedimento lingüístico do homem apresenta outras características, bem mais sofisticadas quando relacionadas com as da comunicação dos animais. Ele transforma sons em frases com significados próprios e inéditos, onde cada sentença é criada no próprio ato da enunciação; como um milagre os sons se reúnem ou associam e como um milagre fazem as coisas acontecerem. Racionalizando, o milagre acontece porque existe todo um aparato auditivo e sensório-motor que responde pela linguagem e um conjunto de convenções sociais que coordenam os significados do que se denomina língua. Na

⁵³ CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1999, p. 140-141.

⁵⁴ SAUSSURE, Ferdinand. Op. cit., 11^a ed., s.d., p. 17.

reunião desses dois sistemas nasce a fala, utilizada por cada indivíduo para expressar os seus pensamentos e idéias de forma única e pessoal.

Ainda tomando como base os estudos comparativos, Slobin⁵⁵, comenta que “conquanto os animais mostrassem uma notável evolução cognitiva e um estágio de compreensão do fato, eles nunca aprenderam a falar (devido à falta do necessário mecanismo articulatório e controle motor)”. Quando falam, o fazem rudimentar e precariamente e esse resultado não foi fruto de sua cognição ou inteligência, como ocorre no ser humano, mas de um treinamento árduo e constante, por vezes desumano. Nos seus comentários sobre a comunicação dos animais, Pinker⁵⁶ acentua que

(...) what impresses one the most about chimpanzees signing is that, fundamentally, deep down, chimps just ‘don’t get it’. Language is obviously as different from other animals communication systems as the elephant’s trunk is different from other animals’ nostrils.

Slobin⁵⁷ reforça o posicionamento de Pinker ao afirmar que “nenhuma das habilidades dos animais alcança um nível muito alto em termos humanos; não perdemos nossa posição no ápice do Reino Animal”.

Entretanto, ainda não foi possível determinar todas as diferenças entre os processos de comunicação do ser humano e dos animais, o que torna temerário afirmar o que esses seres inferiores podem e não podem fazer. O que se pode concluir dos estudos feitos é que a habilidade, principalmente a dos chimpanzés, por terem sido os mais observados, não alcança a dos homens. Cumpre, porém, ressaltar,

⁵⁵ SLOBIN, Dan Issac. Op. cit., 1978, p. 187.

⁵⁶ PINKER, Steven. Op. cit., 1998, p. 334-340. Tradução do pesquisador: “O que mais impressiona a respeito do sistema de sinais dos chimpanzés é o fato de que, profunda e fundamentalmente, eles não conseguem falar. A linguagem é obviamente tão diferente do sistema de comunicação dos outros animais como o é a tromba do elefante das narinas desses outros animais”.

⁵⁷ SLOBIN, Dan Isaac. Op. cit., 1978, p. 189.

como faz Slobin⁵⁸ que “as proezas são notáveis em relação às pretensões dos séculos passados, de absoluta supremacia da capacidade humana no que toca ao emprego de símbolos embora nenhum animal tenha o que se chama o instinto *criador*”.

Em síntese, apresenta-se o seguinte quadro: o sistema de comunicação dos animais é constituído de um sistema finito de chamados e sinais que são emitidos com variações de intensidade, conforme a gravidade e a urgência da informação. A linguagem humana articulada permite a construção de um número infinito de sentenças observando um número finito de regras, sentenças que podem ser rearranjadas em novas e inéditas construções. Os cientistas ainda não sabem onde traçar as fronteiras, mas, é possível afirmar que os animais não podem ser treinados para falar.

Fouts⁵⁹, no seu livro *O parente mais próximo*, transcreve o pensamento de Robert Yerkes. Dada a síntese que faz do assunto abordado neste item do presente estudo, ela serve como conclusão:

Diversas provas nos levaram a concluir que os grandes primatas têm muito para falar, mas nenhum dom para utilizar sons a fim de representar...idéias individuais. Talvez se lhes possa ensinar a usar os dedos, mais ou menos do modo como o faz uma pessoa surda e muda, e assim ajudá-los a adquirir uma *linguagem de sinais*, simples e não vocalizada.

Para Puchta⁶⁰, a diferença entre a linguagem dos seres humanos e a comunicação dos animais poderá estar no comportamento: “What lies

⁵⁸ SLOBIN, Dan Isaac. Op. cit., 1978, p. 189.

⁵⁹ FOUTS, Roger. Op. cit., 1996. Introdução.

⁶⁰ PUCHTA, Herbert. Beyond materials, techniques and linguistic analyses: the role of motivation, beliefs and identify. New Routes. São Paulo: Disal, p. 26 a 29, out. 2000. Tradução do pesquisador: “o que se encontra por detrás de um comportamento diferente é frequentemente um conflito de crenças, motivação ou mesmo e até mais acentuadamente, uma questão de identidade”.

behind disruptive behavior is frequently conflict at the level of belief, motivation, or even more strongly, issues of identity". É uma colocação lógica e racional. A identidade, a personalidade, é própria de cada ser humano ou animal, o que torna difícil introduzir mudanças, independentemente das diferenças físicas. Introduzir mudanças exige rupturas nem sempre fáceis de serem aceitas ou consideradas necessárias se não estiverem condicionadas a um objetivo específico a ser alcançado.

1.3 A compulsão do homem para a comunicação

Aristóteles⁶¹, o famoso e clássico filósofo grego, já afirmava que só o homem é um animal político e social porque só ele é dotado da competência lingüística. De fato, só o homem é *loquens*.

Contudo, se a linguagem for entendida somente como uma atividade comunicativa, própria dos seres vivos, o leque torna-se mais amplo.

Os animais também usam os sons, a voz, para a comunicação, como já foi visto. Mas essa comunicação diferencia-se daquela dos homens, por ser especialmente reflexiva, isto é, o resultado de um estímulo, e por ser essencialmente informativa.

O ser humano ou o homem vai além dos animais; ele usa a palavra para expressar os seus pensamentos e idéias; ele é capaz de fazer abstrações, isto é, ele faz a associação psíquica da imagem com o conceito que lhe foi dado e ainda expressa valores ou faz julgamentos de bom, mau, justo ou injusto. É nesse particular que a distinção torna-se definitiva. Essa competência caracteriza-se como um poder que o ser

⁶¹ ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

humano usa para submeter os mais fracos. “A palavra distingue o homem entre os animais”, afirma Rousseau⁶².

Na sua evolução, o primata de rapina, comedor de frutas e folhas, passou, na sua luta pela sobrevivência, de vegetariano a carnívoro quando habitou o solo. Ao assumir essa mudança no seu *modus vivendi* o primata foi “projetado num mundo onde apenas poderia sobreviver se se comportasse como um lobo cerebral e colecionador de armas” afirma Morris⁶³. Somente desenvolvendo a sua inteligência poderia vencer as batalhas contra um mundo hostil que desafiava a sua criatividade para a elaboração de meios que lhe permitissem enfrentar o inimigo, que o espreitava a cada passo.

A transformação em carnívoro o fez armazenar os alimentos em um refúgio. O fato de armazená-los resultou na manutenção de uma moradia fixa, na definição do papel de cada sexo, na união estável e em uma forma de comunicação mais complexa e exigente, explica Morris⁶⁴. O hominídeo ereto, caçador, territorial, com o cérebro e o físico desenvolvido pelo processo da neutenia, estava preparado para conquistar o mundo: passou de caçador a trabalhador, da caça ao negócio, da companheira à esposa.

Esse ser biológico conhecido como *homo sapiens* foi, paralelamente, moldando a estrutura social de seu ambiente e o seu processo de comunicação. Dando nome aos objetos que o rodeavam e referindo-se ao passado, futuro e presente, deu impulso à conversa informativa, até hoje a forma mais importante de conversa do homem e lhe deu funções complementares sob a forma da conversa emotiva que vai além dos

⁶² ROUSSEAU, Jean Jacques. Ensaio sobre a origem das línguas. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998, p.109.

⁶³ MORRIS, Desmond. Op. cit., 1967, p. 24.

⁶⁴ MORRIS, Desmond. Op. cit., 1967, p. 37, 166, 167.

aspectos reflexivos reforçando-os com a confirmação verbal dos sentimentos.

A linguagem passa a ser um instrumento que o homem usa para influenciar o seu semelhante e para moldar o mundo em que vive. É por meio da linguagem que o ser humano conhece e passa a aprender com o outro pela troca de experiências. O exemplo bíblico da Torre de Babel é significativo. Enquanto os homens falavam a mesma linguagem a construção evoluiu mas a partir do momento em que passaram a falar línguas diferentes a confusão gerada impediu a conclusão da obra. A simbologia evidencia a força e o poder da palavra. Uma comunicação efetiva poderá ser o caminho para um mundo melhor. Pesquisar como isso poderá ocorrer diz da importância do presente trabalho.

A compulsão do homem para falar lhe vem de sua própria natureza exploratória e associativa. Diz Huxley⁶⁵ que “além de espírito corporificado, cada um de nós é, também, membro de uma espécie sociável (...) Vivemos em nós mesmos e para nós mesmos, mas ao mesmo tempo vivemos no grupo social que nos cerca”. Esse viver em grupo requer a comunicação. A própria palavra, que vem do latim *communicare*, contém o sentido de relacionamento, de transmitir idéias, imagens e pensamentos, que se materializam em símbolos ou signos. Desde que o significado das palavras seja partilhado, ocorrerá a compreensão.

Como então, ainda hoje, na sociedade do terceiro milênio, uma boa comunicação continua a ser essencial para que haja compreensão e compartilhamento. Continuando a sua exposição, diz Huxley que “a linguagem nos transformou em seres humanos e deu nascimento à civilização”.

O significado da palavra linguagem também traz alguns subsídios que contribuem para desvelar a sua origem. Na área da lingüística, que

⁶⁵ HUXLEY, Aldous. Adonis e o alfabeto. São Paulo: Hemus, 1956, p. 7, 8.

estuda a linguagem humana, o termo significa comunicação entre pessoas. Wittgenstein⁶⁶, etnolinguista de renome diz que “os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo (...) Sou meu mundo”. Homem e linguagem se confundem.

O ser humano primário observa uma ordem interna, uma compulsão que se confunde com a sua identidade social quando transforma sons vocais em imagens sonoras, em símbolos significativos que se transferem à mente do outro. A necessidade de satisfazer essa compulsão está diretamente ligada à sua sobrevivência. Essa pressão determinou alterações genéticas para enfrentar os desafios do meio ambiente.

Wittgenstein afirmou que homem e linguagem se confundem, confirmando que o ser humano não existe sem a linguagem, o seu instrumento para a comunicação, utilizado para fins informativos e emotivos e também, e principalmente, com a intenção de mudar o comportamento do outro a quem se dirige, com o propósito de obter algum benefício próprio. Esse último é um dos aspectos mais significativos da linguagem, onde está contido o poder de manipulação, tema a ser oportunamente desenvolvido.

1.4 Teorias sobre a origem da linguagem

São múltiplas as teorias sobre a linguagem, o que se explica considerando a complexidade de sua constituição e o fato de ser ela relacionada ao homem e seu comportamento. Com esta configuração, a sua compreensão estará atrelada a um processo cumulativo de interpretações, uma vez que é, talvez, o maior de todos os assuntos.

⁶⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Lógico-Philosophicus*. São Paulo: Editora Nacional, 1968, p. 111.

Apesar da multiplicidade de teorias, dado às suas características, os estudos sobre a linguagem apresentam, ainda, muitas zonas cinzas, de incertezas e de muitas perplexidades, considerando o seu inter-relacionamento com outros ramos da ciência, como já foi especificado na sua descrição como produto da evolução antropológica do homem.

Entre as teorias existentes foram reunidas aquelas consideradas principais para representar, em caráter bastante genérico, a evolução do conceito de linguagem desde a sua explicação mítica até os mais recentes estudos sobre a sua conceituação como discurso.

O homem que dominar o mundo em que vive; um dos recursos para ter esse domínio é o conhecimento, através do qual ele consegue explicar tudo o que existe. A linguagem é parte do conhecimento; ao procurar explicá-la, “o homem está procurando explicar algo que lhe é próprio e que é parte necessária de seu mundo e de sua convivência com os outros seres humanos”, comenta Orlandi⁶⁷.

Partindo do princípio de que cada ser humano tem a sua própria visão a respeito das coisas que o cercam, a diversidade deve ser reconhecida como um elemento integrante à sua natureza. Aceitando-se essas condições, é possível compreender o porquê dos diferentes enfoques para explicar a linguagem.

Em consonância com a mitologia, seres super humanos ou deuses teriam dotado o homem com a linguagem para que instaurasse a ordem no caos então existente mediante o estabelecimento de normas e leis. Nesse sentido Epstein⁶⁸ explica que

(...) as narrativas míticas sobre a criação do mundo subsidiam uma evidência de como é enraizada na mente humana a idéia de um poder maior (o de criar o mundo),

⁶⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1986, p. 7.

⁶⁸ EPSTEIN, Isaac. Gramática de poder. São Paulo: Ática, 1993, p. 40, nota de rodapé.

como exercendo-se a partir da instauração de uma ordem que consiste em estabelecer diferenças a partir de uma origem diferenciada.

O poder encerra a idéia de alguém que comanda e é obedecido. A linguagem contem esse poder de mandar e ser obedecido. É chamado de persuasão e se realiza no modo de usar os significados.

A crença judaico-cristã confirma a presença do elemento poder na linguagem. Conforme consta em Hebreus, 11, 3⁶⁹, “pela fé reconhecemos que o mundo foi formado pela palavra de Deus, de modo que as coisas visíveis se originaram do invisível”. Foi com a palavra que Deus criou o mundo, tornou visíveis as coisas que eram invisíveis e deu-lhes materialidade. A palavra, o verbo, adquire o sentido de ato de criar. Deus também criou o homem e o fez à Sua imagem e semelhança, o que leva à crença de que o homem partilha com Deus o poder de criar e agir sobre a natureza e os seus semelhantes fazendo uso da palavra. Falar aqui, também adquire a conotação de poder, o poder de criar.

Além da explicação pela literatura mítica e pela religião, a linguagem é explicada pela ciência. Muitos cientistas tentaram descobrir a origem, a função e o significado da linguagem como meio de interação social.

Os primeiros estudos científicos no sentido de desvendar o mistério da linguagem são recentes, considerando o tempo de existência do homem. No século XVII, com o pensamento fortemente marcado pelo racionalismo, conceituou-se a linguagem como um conjunto de regras gramaticais, que funcionando como censoras, impunham a produção de uma linguagem clara e precisa. O falante ou o sujeito da fala, era visto como um mero veículo de uma linguagem ideal, universal, sem equívocos e sem ambigüidades. "Não é difícil reconhecer já aí o sonho do

⁶⁹ BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Editora Ave Maria, Heb; 11, 3, 1968.

homem moderno em ter o controle do mundo”, diz Orlandi⁷⁰. Traduzindo esse ideal para a atualidade, é a língua metálica, a dos computadores, universal e sem falhas.

Saussure⁷¹ sobressai entre os lingüistas, principalmente pela diferenciação que estabeleceu entre língua e fala, descrevendo aspectos até então desconhecidos. A obra que traz os apontamentos de seus discípulos, foi por muito tempo considerada um clássico na área. Por não tratar-se de um documento original, a sua essência foi muito discutida e considerada mesmo sem valor. Nesses termos, também as palavras de Jesus Cristo ou de Sócrates poderiam ser consideradas duvidosas, pois, só se tornaram conhecidas através dos apóstolos e de Platão; percebe-se já aí o mito da autoridade.

Saussure apontou, também, a diferença entre o fenômeno da diacronia ou evolução no tempo e o da sincronia, o estado da linguagem em um determinado momento, com o que desmistificou a crença da imutabilidade da linguagem; essa constatação vai dar surgimento às teorias sociolingüísticas, que se posicionam pela influência dos fatores externos e do contexto na construção dos significados.

O signo foi dissecado por Saussure⁷²; demonstrou ser ele formado de dois segmentos: significante e significado. O primeiro correspondendo a uma entidade psíquica, resultante da imagem que o som deixa gravado na mente, a sua representação acústica. O significado corresponde à representação dada às coisas, através da palavra, cujo sentido é aprovado pela coletividade; é essa comunidade de significados que vai promover a compreensão mútua.

⁷⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1986, p. 12.

⁷¹ SAUSSURE, Ferdinand de. Op. cit., 11^a ed., s. d..

⁷² SAUSSURE, Ferdinand de. Op. cit., 11^a ed., s. d., p. 81.

É ainda de Saussure a descoberta do vínculo que se estabelece entre os signos, conferindo às palavras um valor que vai influir diretamente no significado das frases, como em leite quente.

O mestre genebrino chegou à fala por intermédio da língua. Aplicou o método dedutivo para reconstruir o sistema lingüístico do ser humano, eliminando tudo o que fosse estranho a esse sistema. Chegou à conclusão de que a linguagem é própria do homem, que só ele tem competência para construir um sistema de signos que podem expressar conceitos e idéias por meio de sons organizados em um código aprovado pelo grupo social.

Segundo Saussure⁷³, a língua se realiza seguindo o seguinte processo:

O ponto de partida do circuito se situa no cérebro (...) onde os fatos da consciência a que chamaremos de conceitos, se acham associados a representações dos signos lingüísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los (...), é um fenômeno inteiramente psíquico, seguido, por sua vez, de um processo fisiológico: o cérebro transmite aos órgãos de fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de A até o ouvido de B: um processo puramente físico.

A teoria de Saussure, embora reconhecida e servindo como parâmetro para outras abordagens, apresenta pontos discutíveis. Não explica o porquê da utilização do aparelho articulatório e nem se detém em analisar como se originou a competência lingüística.

Hobbes⁷⁴, anteriormente à Saussure, chegou à palavra através do

⁷³ SAUSSURE, Ferdinand de. Op. cit., 11ª ed., s. d., p. 19.

⁷⁴ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, XIII.

conhecimento. Observou que o desejo desencadeia ações de aproximação do que agrada e de afastamento do que desagrada. Com a aproximação rompe-se o silêncio e se estabelece a comunicação. É uma outra visão sobre o comportamento do homem.

Saussure teve muitos sucessores. Os Círculos Lingüísticos tornaram famosos nomes como os de Jakobson e Hyemslev que tinham por objetivo excluir todas as impurezas da linguagem, dando um ordenamento racional ao seu uso; privilegiaram os posicionamentos formalistas. Orwell⁷⁵ faz referência a essa linguagem na sua obra *1984*, retrato do totalitarismo de Estado. Não havia mais liberdade, a não ser aquele tipo imposto pelo Estado, não havia mais linguagem, senão aquela autorizada pelo Estado: uma linguagem depurada, reduzida à sua expressão mais simples. A sensação era de que a língua não estava sendo falada por um ser humano, mas por uma espécie de manequim, posto que não trazia os efeitos de associações, de experiência de vida dos falantes. *1984* é a descrição de um quadro político estarrecedor e, infelizmente, não de todo impossível. A violência simbólica, como se verá mais adiante, mostrará os vestígios de como a linguagem pode ser manipulada mediante procedimentos determinados e controlados pelo Estado; um alerta de que a fantasia prevista por Orwell não está muito longe da verdade.

O ambiente teórico dos Círculos Lingüísticos favoreceu o aparecimento, por volta de 1950, do americano Chomsky⁷⁶, que apresenta um novo enfoque mas fiel ao racionalismo e à tradição da lógica.

Centra os seus estudos na sintaxe e denomina a sua teoria de gramática gerativista. Considera a linguagem como um sistema formado

⁷⁵ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Nacional, 1982, p. 51 a 54.

⁷⁶ CHOMSKY, Noam. Knowledge of language as a focus of inquiry - Op. cit., 1986.

de um número *limitado* de regras universais, que, à semelhança de um moto contínuo, gera um número infinito de seqüências ou frases, espontaneamente produzidas, diz Orlandi⁷⁷.

Chomsky admite que a competência do homem para falar é intrínseca; ele já a tem desde o nascimento, por herança genética. É uma versão da teoria do *deus ex-machina*, uma versão moderna da linguagem como uma dádiva dos deuses, conforme Fouts⁷⁸.

A reflexão de Chomsky traz a contribuição da lógica. Está preocupado com a competência do falante, que é a capacidade que todo falante tem de produzir todas as frases da língua, não se interessando pela *performance* ou seja, o desempenho no uso concreto da língua. Essa posição é compreensível se for levado em consideração que Chomsky era um estudioso da lógica, razão porque não estava preocupado com o desempenho, com os atos da fala.

É, também, a razão dele indispor-se contra o behaviorismo de Skinner⁷⁹, que fundamenta a sua teoria no princípio de que cada estímulo gera uma resposta. Chomsky contra-argumenta sustentado que cada sentença produzida por um indivíduo constitui uma combinação nova de palavras, o que elimina a possibilidade de ser a língua somente o resultado de um estímulo. Considerada um estímulo, como quer Skinner, uma pessoa poderia ser treinada para dar uma determinada resposta; isso poderá ocorrer com alguns animais, como já foi anteriormente comentado, mas, o processo não é próprio do ser humano. O behaviorismo também não explica como uma criança domina a complexidade da gramática e fazendo-o, como o faz, com a maior facilidade.

⁷⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1986, p. 38.

⁷⁸ FOUTS, Roger. Op. cit., 1996, p. 104.

⁷⁹ SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano. Brasília: Editora Universitária, 1970.

Saussure, os Círculos Lingüísticos, Chomsky e outros tantos cientistas famosos, deixaram de lado a situação real de uso da língua, a fala ou o desempenho, para valorizar o aspecto abstrato e ideal: a língua como uma competência inata do homem.

Pinker⁸⁰, cientista da língua do Massachusetts Institute of Technology - MIT, posicionando-se ao lado de Darwin e Chomsky, afirma que “language is no more a cultural invention...it is a biological adaptation to communicate information...not an insidious shaper of thought...it is the product of a well-engineered biological instinct”.

Mais adiante em sua exposição, Pinker⁸¹ afirma a distinção entre a comunicação dos animais e a linguagem do homem quando diz que

the discrete combinatorial system called grammar makes human language infinite (there is no limit to the number of complex words or sentences in a language), digital (this infinity is achieved by rearranging discrete elements in a particular order and combination) and compositional (each of the infinite combinations has a different meaning predictable from the meaning of its parts and the rules and principles arranging them).

Pinker⁸² ainda argumenta, em defesa de sua teoria da linguagem como instinto, que até onde alcança a história, todos os povos tiveram alguma espécie de linguagem. Não se tem notícia da descoberta de

⁸⁰ PINKER, Steven. Op. cit., 1995, p. 18- 19. Tradução do pesquisador: “a linguagem não é mais uma invenção cultural...ela é uma adaptação biológica para comunicar informações...ela não é uma modeladora falaciosa do pensamento...ela é o produto de um bem elaborado instinto biológico”.

⁸¹ PINKER, Steven. Op. cit., 1995, p. 334. Tradução do pesquisador: “as diferentes combinações do sistema gramatical tornam a linguagem infinita (não há limite para o número de palavras ou sentenças), digital (essa infinitude resulta da reorganização dos elementos) e composicional (cada uma das combinações tem um significado diferente que pode ser deduzido do significado das partes e das regras e princípios que as organizam)”.

⁸² PINKER, Steven. Op. cit., 1995, p. 26-27. Tradução do pesquisador: “Alguns grupos contam marcando sinais em ossos e cozinham em fogueiras acesas esfregando pedaços de madeira, outros usam computadores e microondas. A linguagem destrói essas correlações. Houve sociedades da Idade da Pedra mas não houve uma linguagem da Idade da Pedra”.

alguma tribo ou grupo de seres humanos que fossem mudos, que não se comunicassem. E também não foi encontrada uma região do mundo que pudesse ser considerada o embrião da língua, a nascente onde todos os homens se abasteceram da linguagem ou que lhes tivesse servido de fonte para a aprendizagem. Todos os grupos tiveram alguma espécie de linguagem, por mais rudimentar em comparação com os tempos modernos. Todos os povos foram capazes de expressar conceitos abstratos e raciocínios complexos. Completando seu pensamento, o autor diz que

some groups count by carving notches on bones and cook on fires ignited by spinning sticks in logs; others use computers and microwave ovens. Language, however, ruins these correlations. There are Stone Age societies, but there is no such thing as a Stone Age language.

Outro momento importante na história da origem e da evolução da linguagem situa-se no século XIX, quando se ratifica a afirmativa de Saussure de que a linguagem não é imutável.

A linguagem nasce de uma profunda necessidade de comunicação; é a forma propriamente humana de comunicação, da relação do homem com o mundo e com os outros; está sujeita a mudanças porque está na dependência direta das condições históricas, geográficas e políticas; em outros termos, ela se constitui como um fato cultural, comenta Chaui⁸³. Ela, a linguagem, não se faz de qualquer maneira.

Entre os sociolinguistas, Halliday⁸⁴ ocupa um lugar de destaque. Combate a teoria de Chomsky ao filiar-se àqueles que argumentam ser a linguagem moldada pelo ambiente sociocultural. Cientistas como

⁸³ CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1999, p. 137.

⁸⁴ HALLIDAY, M. A. K. Op. cit., 1978.

Halliday voltam a sua atenção para o contexto da situação em que ela se realiza e consideram a evolução histórica. Os seus estudos estão centrados na relação existente entre o homem, a linguagem e a sociedade.

Os estudos do homem como ser social surgem por volta de 1970. São os anos marcados pelas lutas para a preservação do meio ambiente, dos animais, do ar, das florestas; são os anos de conscientização da relação homem/natureza, do homem integrado com o contexto em que vive, o qual atua na sua formação como ser social e, conseqüentemente, influencia a sua linguagem.

Se Chomsky enveredou para a área da psicologia, a abordagem do homem como ser social conduz para a sociologia. Na verdade, as duas áreas se completam, pois, não há sociedade sem linguagem e não existe linguagem sem o homem.

Foi considerando que a convivência é condição essencial para a sua existência e sobrevivência que o homem desenvolveu a linguagem para se comunicar.

Diz o bom senso ou o senso comum que a língua não pode manifestar-se sempre da mesma forma, razão porque ela tem uma forma para cada contexto em que é utilizada. Halliday⁸⁵ reforça esse entendimento quando afirma que

we know it (the language) in the sense of knowing how to use it, we know how to communicate with other people, how to choose forms of language that are appropriate to the type of situation we find ourselves in, and so on (...). We know how to behave linguistically.

⁸⁵ HALLIDAY, M. A. K. Op. cit., 1978, p. 13. Tradução do pesquisador: "Nós a conhecemos (a linguagem) no sentido de que sabemos como usá-la; nós sabemos como nos comunicar com outras pessoas, como escolher as formas de linguagem mais apropriadas para o tipo de situação em que nos encontramos e assim por diante. Nós sabemos como nos comunicar linguisticamente".

Em outras palavras, o potencial lingüístico do homem desenvolve-se na interação com o grupo social, onde ele aprende como comportar-se lingüisticamente.

Isso levou os cientistas a aceitar que linguagem é conhecimento embora não se consiga explicar porque o homem procede de uma forma e não de outra. Ou seja, não há, ainda, uma explicação aceitável de como o contexto atua sobre o homem. O que se sabe é que o comportamento externo está na dependência da organização interna do indivíduo e vice-versa, e que essas situações são difíceis de serem analisadas e descritas.

Para Halliday⁸⁶, a linguagem atua diretamente na formação da personalidade do homem. Diz ele que “language is the medium through which a human being becomes a personality, in consequence of his membership of society and his occupancy of social roles”. As palavras de Halliday deixam claro que o homem é a sociedade e a sociedade é o homem. Mas o homem não nasce com a aptidão para falar, diz Halliday⁸⁷:

Rather than having built into his genetic makeup a set of concrete universals of language, what the child has is the ability to process certain highly abstract types of cognitive relations which underlie (among other things) the linguistic system; the very properties of language are not innate and therefore the child is more dependent on his environment, on the language he hears around him, together with the context in which it is uttered.

⁸⁶ HALLIDAY, M. A. K. Op. cit., 1978, p. 12. Tradução do pesquisador: “a linguagem é o meio através do qual o ser humano adquire personalidade, como consequência de sua participação na sociedade e o seu desempenho de funções sociais”.

⁸⁷ HALLIDAY, M. A. K. Op. cit., 1978, p. 17. Tradução do pesquisador: “Em vez de ter na sua constituição genética um conjunto de universais lingüísticos, o que a criança tem é a habilidade para processar um tipo altamente abstrato de relações cognitivas que estão subjacentes (entre outras) no seu sistema lingüístico; essas propriedades não são inatas e por isso a criança depende do ambiente onde ela ouve a linguagem e do contexto onde ela é enunciada”.

Do que foi visto até agora, destacam-se duas grandes tendências no estudo da linguagem, que Orlandi⁸⁸ explica dizendo que

uma, (que) se ocupa do percurso psíquico da linguagem, observando a relação entre linguagem e pensamentos. Busca o que é único, universal, e constante. É chamada de formalismo. De outro lado, o sociologismo é a tendência que se aplica em estudar o percurso social, explorando a relação entre linguagem e sociedade. Procura o que é múltiplo, diverso e variado.

Essas tendências podem ser divididas, também, em duas correntes: a nativista, inatista ou congênita e a desenvolvimentista. Elas correspondem à divisão apresentada por Orlandi, apenas as denominações são outras.

Esses posicionamentos estão sujeitos a críticas, dado o seu extremismo: a corrente nativista não explica as condições reais de uso da língua, que é manifestamente variável. A corrente desenvolvimentista não se preocupa em descrever o sistema abstrato e psíquico que processa a linguagem, embora admita que o homem tem inscrito na sua natureza, a competência para falar, para processar o sistema lingüístico.

Argumentam os nativistas que o contexto não é relevante no processo de aprendizagem da língua pela criança. Ela não depende daquilo que houve, que nem sempre é claro e preciso: a linguagem afetiva usada pela mãe para se comunicar com o seu filho pequeno é entremeada de hesitações, ambigüidades, redundâncias, *nonsense*, de frases incompletas, de modo algum um modelo adequado para a aquisição da linguagem. O aprendizado ocorre apesar de todos os

⁸⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1992, p. 18.

inconvenientes apontados porque o ser humano é dotado de uma competência inata para usar a linguagem e se comunicar.

Esse argumento é rebatido por Halliday⁸⁹. Afirma ele que “more important than the grammatical shape of what the child hears, however, is the fact that it is functionally related to observable features of the situations around him”. O importante não é o que a criança ouviu mas o meio em que ela vive. É o contexto que vai influir na formação do código lingüístico. A diferença dos contextos em que a língua se desenvolve vai explicar os diferentes códigos lingüísticos. O contexto justifica as diferentes formas de lidar com a vida e a linguagem.

Fazendo uma avaliação das duas tendências que orientam as diversas teorias, pode-se dizer que elas se completam; e podem ser consideradas como uma unidade. A linguagem existe em potencial mas só sai de sua hibernação em contato com o contexto. É o contexto que vai modelar o seu uso, que terá as características da personalidade do sujeito falante, adquirida nos termos de sua convivência no mundo. Dada a sua especificidade e variedade, torna-se impossível prever como serão os enunciados e os usos que serão dados à linguagem. O homem interpreta e representa o mundo e faz os seus julgamentos, formando um discurso significativo, que não pode ser considerado um simples acúmulo de palavras.

As experiências de cada ser humano são exclusivas e são consequência do meio e da cultura em que ele atua e da forma como assimila esse contexto. Esse condicionamento comportamental não está contido no código genético, não é consequência da hereditariedade, embora alguns procedimentos possam ser transmitidos. Entre aqueles

⁸⁹ HALLIDAY, M. A. K. Op. cit., 1978, p. 18. Tradução do pesquisador: “mais importante do que a forma gramatical do que a criança ouviu é o fato de que o que ela ouviu está relacionado ao contexto que ela vê ao seu redor”.

que podem ser transmitidos pelo processo da hereditariedade está o elemento que Chomsky⁹⁰ chamou de gramática, atributo exclusivo do homem e que o classifica como *loquens*. É considerado uma herança porque o homem, como ser humano, tem a capacidade de aprender a linguagem pelo simples fato de estar em um contexto de fala. É uma competência exclusiva porque cada pessoa, ainda que em um mesmo contexto, tem um discurso próprio e diferenciado. “De uma concepção de língua como sistema, como arranjo de relações abstratas, se vai passando para uma noção de língua considerada em suas características concretas, de uso no mundo”, argumenta Orlandi⁹¹.

A linguagem deixou de ser vista apenas como um instrumento para a expressão do pensamento, para organizar as idéias, como queriam os formalistas. Ela tem a função de materializar as experiências adquiridas no convívio com o mundo exterior.

Como aponta Searle⁹², a fala se constitui como uma atividade, uma ação ou uma função que é exercida observando regras específicas: “speaking language consists of performing speech acts according to rules”; ela é performativa, resultado do sentido de exploração e de associação desenvolvido pelo homem.

As considerações feitas sobre a linguagem e a sua origem tornam utópica a crença de que se possa criar um tipo artificial de linguagem, como querem os formalistas. Ela é um fenômeno que ainda não está totalmente desvendado, dada a sua complexidade. Não se explica nem como telepatia e nem como controle da mente. O fenômeno é tão extraordinário que nem as mais fantásticas fantasias conseguem igualá-

⁹⁰ CHOMSKY, Noam. A transformational approach to syntax in the structure of language – Readings in the philosophy of language. New Jersey: Prentice Hall, 1964.

⁹¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1986, p. 54.

⁹² SEARLE, J. R. Speech Acts: an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 118. Tradução do pesquisador: “Falar consiste em representar atos da fala em consonância com regras”.

lo. E é, ao mesmo tempo, tão natural para o ser humano que o homem chega a esquecer que foi privilegiado com esse dom.

A atual Proposta Curricular de Santa Catarina⁹³ endossou esse entendimento da linguagem. Posicionou-se no sentido de que “estudar a linguagem e compreendê-la é uma forma privilegiada de compreender o caminho do homem”, o que representa um extraordinário avanço para a política educacional do Estado.

Outros estudiosos filiam-se à essa nova visão da linguagem. Chauí⁹⁴, que a conceitua como discurso, acrescenta que ela é, também, “inconsciente, isto é, nós a falamos sem ter consciência de sua estrutura, de suas regras e seus princípios, de suas funções e diferenças internas. Vivemos nela e com ela e a empregamos sem necessidade de conhecê-la cientificamente”. Nesses termos, querer justificar uma linguagem formal, constituída para satisfazer a ciência, como querem os formalistas e positivistas, é negar todas as características apontadas como integrantes de sua composição.

Como argumenta Pinker⁹⁵

Language is a complex, specialized skill, which develops in the child spontaneously, without conscious effort or formal instruction, is deployed without awareness of its underlying logic, is quantitatively the same in every individual, and is distinct from more general abilities to process information or behave intelligently.

⁹³ SANTA CATARINA, SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Proposta Curricular de Santa Catarina. Ensino Fundamental e Médio. Disciplinas Curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998, p. 62.

⁹⁴ CHAUI, Marilena. Op. cit., 1999, p. 146.

⁹⁵ PINKER, Steven. Op. cit., 1995, p. 18. Tradução do pesquisador: “A linguagem constitui uma habilidade especial, que se desenvolve espontaneamente na criança, sem necessidade de um esforço consciente ou de uma instrução formal, se desenvolve sem consciência de sua lógica implícita, é quantitativamente a mesma para todos os indivíduos e se distingue de outras habilidades para processar informações ou se comportar inteligentemente”.

Para Piaget⁹⁶,

o homem constrói o seu conhecimento na sua relação com o meio ambiente. Essa adaptação é sequencial e caminha das estruturas mais simples para as mais complexas: engloba todo o crescimento (...) até chegar ao estado de equilíbrio relativo, que constitui o nível adulto.

Dada à construção paulatina do conhecimento através da assimilação e da acomodação do conhecimento, a teoria de Piaget foi denominada construtivista. O processo de aquisição da linguagem enquadra-se nos parâmetros traçados por Piaget.

Vigotzky⁹⁷ adere a algumas colocações de Piaget. Considera que a natureza humana está sujeita às leis desenvolvimentistas, que intervêm na sua formação através de condições históricas e sociais. A criança tem o seu desenvolvimento orientado e influenciado pela cultura do meio em que vive e se relaciona; é a cultura que lhe proporciona os instrumentos para a compreensão do mundo, salvando-a de ser um invólucro oco e vazio. É pela cultura, sinônimo de conhecimento, que o ser humano se torna homem.

A linguagem é um fenômeno que existe, que se confirma a cada momento. A sua conceituação, já foi visto, a relaciona com disciplinas como a Psicologia, a Lingüística, a Filosofia, a Filologia, a Neurologia e, também, com a Biologia, a Sociologia e a Comunicação. Os comportamentos sociais, econômicos, políticos e culturais refletem sobre a linguagem fazendo com que a sua enunciação seja diferenciada de indivíduo para indivíduo. Essa amálgama de elementos que atuam sobre a linguagem exclui qualquer possibilidade de vincular a sua

⁹⁶ PIAGET, Jean e INHELDER, Bâbel. A psicologia da criança. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978, p. 8.

⁹⁷ VIGOTSKY, L. S. *Collectead Works*. New York: Plenum, 1987, V 1.

conceituação a uma só teoria, principalmente aquela que acolhe a viabilidade de sua construção excluindo todos os elementos que permitem um julgamento de valor, tornando-a clara, precisa e lógica.

A linguagem não pode ser ensinada e nem construída; ela só pode ser desenvolvida em contato com o meio ambiente.

As mais recentes teorias “levam em conta tanto a relação linguagem/pensamento quanto a relação linguagem/sociedade”, diz Orlandi⁹⁸. E continua, esclarecendo que

se até esse momento os estudiosos se contentavam em organizar as unidades fonológicas, morfológicas e sintáticas, deixando de lado (ou em suspenso) as questões de significação quando estas não cabiam nos modelos (formais), agora eles começam a dar um lugar bem mais importante ao estudo da significação.

Entre as teorias que se propõem a trabalhar essa perspectiva está a Pragmática. Ao lado do estudo da relação entre os signos (sintaxe) e da relação dos signos com o mundo (semântica), ela estuda a relação entre os signos e os usuários. Essa interação nem sempre está expressa em palavras. Um aluno que durante uma aula que está terminando diz *São 11 horas*, certamente não está informando as horas, mas sim, que aquela aula deve terminar. Da mesma forma, quando um juiz, em uma situação formal e apropriada, diz a um casal: *Eu os declaro marido e mulher*, ele não está se referindo ao estado civil dos participantes, mas estabelecendo uma situação legal. É Searle⁹⁹, já referido, quem diz que a linguagem é utilizada para realizar atos, funções ou ações. O sujeito escolhe as palavras que traduzem a sua visão de mundo, formada no

⁹⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1986, p. 55.

⁹⁹ SEARLE, J. R. Op. cit., 1984.

seu relacionamento com a sociedade. Como disse Rousseau¹⁰⁰, o homem se revela pela fala, através da qual ele manifesta as suas paixões, que não são senão a expressão um amor poderoso:

Todas as paixões aproximam os homens, forçados a se separarem pela necessidade de procurar os meios de vida. Foram o amor, o ódio, a piedade e a cólera que lhes arrancaram as suas primeiras vozes.

O fato é que o ser humano não existe sem a linguagem, o seu instrumento para a comunicação. Ao contrário dos animais, ele a utiliza para outras funções além da informativa; ele a emprega, como já foi dito, para mudar o comportamento do outro e satisfazer um desejo. Esse é o seu aspecto mais significativo; é onde se abre a possibilidade de manipulação, ou seja, de inculcar significados cujo sentido é dado pelos órgãos instituídos, representando o interesse de uma classe. É um assunto que será abordado posteriormente.

As teorias que conceituam a linguagem como discurso valorizam os elementos sócio-históricos e “trazem para reflexão as questões de poder e das relações sociais”, diz Orlandi¹⁰¹.

O que é dito não resulta somente da intenção de um indivíduo em relação ao outro. Diversos fatores concorrem para dar um significado à palavra; toda a história pessoal do sujeito o leva a agir e a se expressar da forma como o faz. Na conceituação da linguagem como discurso considera-se que a palavra está em constante movimento, o seu significado sendo a expressão de um modo de vida.

Diz Capra¹⁰² que “a excessiva ênfase dada ao método científico e ao

¹⁰⁰ ROUSSEAU, Jean Jacques. Op. cit., 1998, p. 117.

¹⁰¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1992, p. 62.

¹⁰² CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982, p. 38.

pensamento analítico e racional, levou a atitudes profundamente antiecológicas”, porque a cultura intuitiva foi relegada a segundo plano.

A nova visão da linguagem como discurso está compensando o exagero formalístico com um enfoque mais holístico, abrandando a visão cartesiana. Consoante a visão holística, o significado das partes só pode ser entendido considerando a sua contribuição para o significado do todo que, por sua vez, tem um sentido diferente do que a soma das partes. O universo, ao contrário da visão newtoniana, de uma máquina que saiu totalmente construída das mãos do criador, constitui um sistema evolutivo em constante mudança, na qual estruturas complexas se desenvolvem a partir de formas simples. É o que ensina Capra¹⁰³.

Em 26 de janeiro de 2000, Pereira¹⁰⁴, comentou sobre a descoberta da receita de como fazer um ser humano. Poderá ser a oportunidade para esclarecer o fenômeno da linguagem. O esforço para uma comunicação mais efetiva poderá representar como resultado uma melhor qualidade de vida.

1.5 A linguagem natural

Em português, as palavras linguagem, língua e fala são facilmente confundidas; para uma melhor compreensão identificar-se-á as particularidades de cada uma.

Conforme Câmara Jr¹⁰⁵, mestre reconhecido na área da Lingüística,

¹⁰³ CAPRA, Fritjoj. Op. cit., 1982, p. 105.

¹⁰⁴ PEREIRA, Lygia da Veiga. Sequenciaram o genoma... E daí? O que isto significa? Reader's Digest Seleções, p. 33 a 36, dezembro de 2002.

¹⁰⁵ CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Dicionário de Lingüística e Gramática. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981, p. 159.

Linguagem é a faculdade que tem o homem de exprimir estados mentais por um sistema de sons vocais chamado *língua*, que os organiza numa representação compreensiva em face do mundo exterior objetivo e do mundo interior subjetivo.

Tem uma função informativa quando transmite conhecimento e exerce uma função apelativa ou persuasiva quando procura influenciar o outro. A *fala* se realiza como uma atividade da linguagem. É o uso individualizado da língua.

Distinguem-se, então, na linguagem os três segmentos distintos, acima referidos. Nos termos da lingüística de Saussure¹⁰⁶, “ela (a língua) não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela (...) para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”, caracterizando-se, no todo, como um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social. A palavra vai realizar a fala: o indivíduo seleciona os termos que deseja usar, de um repertório que está à sua disposição. Devido à variedade de escolha, é na fala que se verificam as particularizações, as idiossincrasias, as diversas maneiras de ver o mundo. A fala é o germe de todas as inovações; ela é sempre construída de maneira própria e ocasional.

Por linguagem natural (ou língua natural) compreende-se aquela que se foi formando no grupo social para satisfazer as necessidades de comunicação do dia a dia. Ela é o instrumento usado pelo homem para transmitir informações, expressar sentimentos, ordens e emoções usando recursos como a argumentação, a persuasão, o convencimento; por meio dela o indivíduo exercita o seu poder sobre os outros para obter uma mudança comportamental.

¹⁰⁶ SAUSSURE, Ferdinand de. Op. cit., 11ª ed., s.d, p. 17.

Quanto à origem da linguagem, segundo Foucault¹⁰⁷, ela não tem origem, não tem princípio, não tem ponto de partida. Considera-a como uma invenção, um ato criador. O homem rompeu com uma situação existente para atingir um outro estágio. Configura-se aqui, também, aquela noção de poder, de criar, que Chaui diz estar contida nos núcleos de significação.

A linguagem natural caracteriza-se pela vaga e pela ambigüidade, isto é, as palavras não têm um significado único e preciso. Elas têm um significado básico, convencionado pela coletividade e imposto arbitrariamente. O verdadeiro sentido, contudo, depende do contexto, do sujeito que escolheu a palavra. A palavra *lei*, por exemplo, pode referir-se tanto às leis de Deus, como às da natureza, do Direito, dos contratos.

Essas condições dão à linguagem natural o que se convencionou chamar de textura aberta, segundo Gómez e Bruera¹⁰⁸, ou seja, o significado permite mais de um uso. Essa multiplicidade de sentidos resulta do fato de não ser possível identificar, criteriosamente, todas as características definitórias de um objeto específico. Essa imprecisão também está ligada à influência que fatores como a ideologia e o contexto exercem sobre a imposição do sentido. Além disso, o fato de uma palavra encerrar mais de um significado pode ser relacionado com o sentido de economia. Se para cada termo houvesse um sentido próprio, o homem seria incapaz de retê-los todos em sua memória.

A significação encerra dois aspectos importantes: a denotação, que é o sentido objetivo da palavra e a conotação, que é aquele dado pelo sujeito da fala. Na concepção de Jakobson¹⁰⁹, esse sentido compreende “o conjunto de valores secundários que rodeiam uma palavra no sistema de cada

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 1996, p. 15.

¹⁰⁸ GÓMEZ, Astrid e BRUERA, Olga Maria. Análises del lenguaje jurídico. Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1984, p. 75.

¹⁰⁹ JAKOBSON, Roman e MARTINET, André. Lingüística e Comunicação. Rio de Janeiro: Salvat Editora, 1979, p. 39.

locutor”. Os valores básicos de uma palavra são essenciais mas o sentido só ficará completo se forem acrescentados os valores conotativos que expressam a visão de mundo do usuário. Conforme Gómez e Bruera¹¹⁰ “el hombre es libre para dar a las palabras el significado que quiere”. A palavra *cavalo* pode referir-se a um animal como pode corresponder à um insulto. É por isso que uma mensagem deve ser sempre interpretada no seu sentido latente, isto é, na dependência dos objetivos, da intenção do emissor, da sua ideologia, da política, da sociedade em que vive e da posição em que está falando, da sua condição de sujeito e autoridade.

Warat¹¹¹, um dos novos pensadores, é categórico ao argumentar que “a informação (que as palavras) transmitem encontra-se sempre co-determinada pelos componentes persuasivos e, pelas relações de poder”. É a visão sociológica da linguagem.

A linguagem natural é usada para os mais variados fins mas há um consenso em agrupá-las em quatro funções principais: *descritiva*, *expressiva*, *diretiva* e *operativa*. Na função descritiva, também denominada, informativa, referencial ou denotativa, o objetivo é informar sobre o mundo, tanto real como irreal. É uma função dominante no discurso científico, onde a intenção é transmitir uma verdade absoluta. Na função expressiva ou emotiva, o propósito é o de falar sobre sentimentos e emoções ou de provocá-los no receptor. É a forma própria da poesia mas também muito usada nos discursos do tipo retórico. Quando o usuário tem a intenção de modificar ou interferir, especificamente, no comportamento do receptor para que ele faça ou deixe de fazer alguma coisa, a linguagem está sendo usada na sua

¹¹⁰ GÓMEZ, Astrid e BRUERA, Olga Maria. Op. cit., 1984, p. 27. Tradução do pesquisador: “O homem é livre para dar as palavras o significado que desejar”.

¹¹¹ WARAT, Luis Alberto. Op. cit., 1984, p. 52, nota de rodapé.

função diretiva ou imperativa: são as ordens, as normas morais, religiosas ou jurídicas. Essa função é geralmente marcada pelo uso do verbo no modo imperativo. Utilizar a linguagem operativamente significa que com ela se quer realizar um fim específico. Quando o juiz declara o réu culpado, ele está usando a linguagem para realizar um ato específico e legal à luz das normas jurídicas vigentes.

Além dessas funções existe ainda a função ideológica; ela leva o receptor a aceitar verdades sem uma análise crítica de seus fundamentos, inconscientemente, sem se dar conta que os significados estão sendo manipulados. Essa manipulação será feita sempre por alguém imbuído de poder,

alguien dotado de suficiente poder de difusión (la propaganda), o prestigio (grupos prominentes en una sociedad) (que) puede lograr que estas estructuras de pensamiento se esclerosen a través del uso del language y sirvan en adelante sus propios puntos de vista, afirman Guiborg, Ghigliani e Guarinoni¹¹².

As entidades de prestígio constituem as escolas, as igrejas, o Estado. Um exemplo bem caracterizador dessa manipulação é dado pela ficção. George Orwell¹¹³, em sua obra *1984*, imaginou um idioma oficial, a *neolíngua* ou *novalíngua*, da qual um governo totalitário excluiu todas as palavras que expressassem julgamentos de valor, desejos e ambições dos homens, controlando totalmente os seus pensamentos.

Esse processo de alterar o significado das palavras se constitui como uma violação dos símbolos; é explicada, também, como estipulação ou

¹¹² GUIBORG, Ricardo A., GHIGLIANI, Alejandro M. e GUARINONI, Ricardo V. Introduction al conocimiento jurídico. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1984, p. 112. Tradução do pesquisador: "alguém dotado de suficiente poder de divulgação (a propaganda) ou prestígio (grupos proeminentes em uma sociedade) pode conseguir que estas estruturas de pensamento se esclerosen e sirvam daí em diante aos seus próprios pontos de vista".

¹¹³ ORWELL, George. Op. cit., 1982.

redefinição, uma forma de corrigir uma imprecisão ou conferir um sentido específico para uma determinada situação. É um processo que apresenta peculiaridades que podem ser danosas porque abrem espaço para a introdução de termos de significado cristalizado, ou o estabelecimento de sentidos únicos. É um procedimento que vai excluir a manifestação de quaisquer juízos de valor e incluir os valores ideológicos de uma classe.

As possibilidades apontadas, dizem Gómez e Bruera¹¹⁴, confirmam a textura aberta da linguagem, o que apresenta certas vantagens; argumentam que,

Sin embargo, es en este campo donde esta propiedad del lenguaje presenta ciertas ventajas, pues precisamente el que el lenguaje jurídico sea abierto, permite la perdurabilidad de las normas jurídicas a traves del tiempo sin necesidad de la mutación de la legislación cada vez que por ejemplo, por el avance técnico, cambian los objetos a los que las normas se refieren.

Se a palavra veículo, que no passado referia-se a coches e diligências, tivesse tido uma definição restrita, muitas normas atuais seriam inaplicáveis dada a substituição daqueles veículos por automóveis e motocicletas.

A textura aberta da linguagem não afeta somente a linguagem natural, ela afeta também a linguagem jurídica, pois o Direito é expresso em linguagem natural.

¹¹⁴ GÓMEZ, Astrid e BRUERA, Olga Maria. Op. cit., 1984, p. 76-77. Tradução do pesquisador: "Sem embargo, este é um campo onde esta propriedade da linguagem apresenta certas vantagens, pois é precisamente a textura aberta da linguagem jurídica que vai permitir a permanência das normas jurídicas através dos tempos, sem necessidade de mudar a legislação cada vez, que por exemplo, em virtude do avanço técnico, se modifiquem os objetos a que se referem as normas".

Ela, a textura aberta, apresenta vantagens mas não pode ser esquecido que ela é também condição para a manipulação da linguagem, freqüentemente usada para satisfazer os interesses de uma classe social, como ficará demonstrado no decorrer deste trabalho.

2. O DIREITO E A LINGUAGEM

2.1 O discurso e a violência simbólica

O Direito, em todas as suas manifestações, expressa-se em palavras. O uso dessas palavras, ou dessa linguagem, constitui o objeto deste capítulo. A linguagem foi vista desde a sua nebulosa e contraditória origem. Foi considerada ora como um mito ou como instinto, ora como uma invenção ou descoberta do homem, gerada pela sua necessidade de sobrevivência ou fruto da evolução biológica, do primata ao homem *loquens*, no enfrentamento aos desafios do meio ambiente; foi apresentada, também, nos diversos enfoques teóricos como um sistema de signos abstratos e regras formais.

Será agora avaliada no seu uso, no seu aspecto pragmático, na sua prática social, marcada pelos fatos histórico-sociais e ideológicos, na abordagem denominada análise do discurso.

Saussure¹¹⁵, apesar de considerado o pioneiro, o clássico do estudo da linguagem por ter estabelecido a distinção entre língua e fala, não esgotou o assunto. Conceituou os dois fenômenos, desenvolveu o sistema abstrato de signos e desinteressou-se de um estudo mais aprofundado da fala, a manifestação individual dos atos de fonação; não acrescentou que é no uso que o signo adquire o seu significado pleno, quando a fala aparece como uma ação, como uma prática social.

¹¹⁵ SAUSSURE, Ferdinand de. Op.cit. 11ª ed., s.d..

Nessa prática, a língua identifica-se com o discurso, ou seja, a palavra em movimento; não se trata da língua como gramática ou como arbítrio, mas do homem falando, da língua fazendo sentido, agindo como mediação entre ele e a realidade social.

O discurso localiza-se em posição contrária à abordagem da linguagem formalista, que estuda o relacionamento entre os signos, focalizando a sintaxe.

O discurso também se diferencia da visão funcionalista, surgida entre os anos 50 e 70, que considera a relação entre os signos e o contexto onde estão inseridos mas ainda privilegiando a parte da função.

Os dois posicionamentos soam extremistas e incompletos: a abordagem estrutural focaliza o texto enquanto que a conceituação funcional enfatiza a ação no contexto. Schiffrin¹¹⁶ esclarece que eles se complementam: “The actual analyses of discourse reveals an interdependence between structure and function”.

Esse inter-relacionamento torna a análise do discurso um trabalho de fôlego, pois o contexto compreende toda a área externa à fala: a situação social, o conhecimento compartilhado, a memória, o arquivo ou o repertório do falante, a sua visão de mundo, que contempla os elementos culturais, políticos e ideológicos.

A análise crítica do discurso considera todos esses fatores, abrindo novas perspectivas para o estudo da linguagem ao estabelecer a relação entre a língua, o sujeito que fala e as situações em que se produz o dizer, ou seja, relaciona a língua com a exterioridade.

Orlandi¹¹⁷ explica que a análise do discurso é uma abordagem que

¹¹⁶ SCHIFFRIN, D. *Approaches to Discourse*. Oxford: Blackwell, 1994, p. 42. Tradução do pesquisador: “A verdadeira análise do discurso apresenta uma interdependência entre a estrutura e a função”.

¹¹⁷ ORLANDI. Op. cit. 1999, p. 15-16.

não trabalha com a língua como um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

É a visão européia da análise de discurso. Ela tem a sua origem na tradição francesa de interpretação dos textos literários. Essas interpretações ultrapassavam o aspecto lingüístico, procurando, também, compreender o relacionamento do autor e do texto com a história. Na França, a literatura, como disciplina, sempre foi aplicada considerando outras matérias. Pioneiros foram mesmo os formalistas russos, os quais, segundo Brandão¹¹⁸, iniciaram a busca do encadeamento lógico dos textos, podendo por isso ser considerados os primeiros naquilo que foi, posteriormente, chamado análise de discurso.

Os estruturalistas foram os seus seguidores, mas a sua abordagem restringia-se, exclusivamente, ao texto, não considerando a interferência de qualquer elemento externo ou qualquer reflexão sobre os aspectos sócio-históricos.

Brandão¹¹⁹, na sua visão contemporânea, vê a linguagem como

o fenômeno que passa a ser estudado não só com relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica.

Vê a linguagem como um fenômeno de textura aberta, onde a ideologia e o contexto respondem pelas significações novas.

¹¹⁸ BRANDÃO, Helena Maria Nagamine. *Análise do Discurso*. São Paulo (Campinas): Editora da Unicamp, 1991, p. 15, 17.

¹¹⁹ BRANDÃO, Helena Maria Nagamine. *Op. cit.*, 1991, p. 18.

O termo ideologia, empregado por Brandão, não é de fácil definição. No sentido mais generalizado compreende o conjunto de idéias, crenças ou modos de pensar de um indivíduo, de um grupo, de uma nação. Brandão¹²⁰ considera que pode significar, também, o predomínio das idéias de uma classe dominante, que as impõe mediante a utilização dos mecanismos repressores do Estado, como o exército, a polícia e dos mecanismos ideológicos, como a escola, a religião, a política, a família, o Direito, a *mídia*. Por meio desses aparelhos impõe o seu poder de dominação.

Mas ideologia significa, também, uma visão de mundo em um dado momento histórico. Nesse sentido, a linguagem e a ideologia se complementam: a ideologia materializa-se na linguagem e, conseqüentemente, a fala ou o discurso são ideológicos. Sob essa ótica, a ideologia deixa de ser instrumento para o mascaramento ou a dissimulação para tornar-se algo que é inerente ao signo no momento de sua enunciação, “a relação necessária do sujeito com a língua, com os sentidos”, fala Orlandi¹²¹. O sujeito é sempre afetado pela ideologia e as marcas estão presentes na sua fala.

No primeiro sentido, a ideologia escamoteia o modo de ser do mundo por força de uma classe social dominante. O pensamento de Brandão favorece a conclusão de que a ideologia pode ser intencional ou induzida, quando se omitem, atenuam, falseiam ou impõem significados, construindo uma realidade pelo poder da violência simbólica ou da redefinição.

A análise do discurso difere da análise de conteúdo, que procura extrair sentidos dos textos com o propósito de saber o que o texto quer dizer. A análise do discurso quer saber como o texto significa, quais os

¹²⁰ BRANDÃO, Helena Maria Nagamine. Op. cit., p. 21-22.

¹²¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999, p.47.

fatos sociais e históricos que contribuíram para dar-lhe aquele sentido e não outro; quer saber como os objetos produzem sentidos. Ela difere da hermenêutica dogmática, que quer penetrar o verdadeiro e exclusivo sentido da lei; aposta na crença de que a linguagem é clara e precisa com fundamento no sentido das palavras, que em si mesmas promovem a compreensão instantânea do texto. A linguagem passa a ter um lugar secundário, passa a servir de *veículo* para a busca da verdadeira *essência* (...) do texto jurídico, conforme Streck¹²². Para Nader¹²³, “todo subjetivismo deve ser evitado durante a interpretação”, devendo ser preservados apenas os valores da justiça e da segurança, que promovem o bem comum. É a visão positivista do Direito. O poder da violência simbólica oportuniza a manipulação da linguagem pela relação de força que emana da autoridade que fala.

A presença do poder e da ideologia possibilitam a adulteração do significado facilitando o uso da linguagem como instrumento de dominação.

Os estudos discursivos pensam o sentido dimensionado no tempo e no espaço, independentemente da vontade do sujeito. O importante é compreender “como a língua produz sentidos por/ para o sujeito”, diz Orlandi¹²⁴. Fairclough vê a linguagem ou a língua como um instrumento utilizado para a dominação, força que lhe advém do lugar de onde se fala.

Esse conceito de linguagem como poder não é novo; o assunto já foi discutido no capítulo anterior, onde foi abordado tanto no seu aspecto mítico como na visão antropológica, como mola que impulsiona a evolução.

¹²² STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica Jurídica e(m) crise. Uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000, p. 81.

¹²³ NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 306.

¹²⁴ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Op.cit.*, 1999, p. 17.

O que é realmente novo nesse campo é a possibilidade de se detectar as manifestações de poder mediante uma *análise crítica do discurso*. Uma vez identificadas as marcas ou vestígios, criam-se possibilidades de enfrentamento do poder para restabelecer o equilíbrio social que é devido ao ser humano. A luta é, então, contra um inimigo conhecido.

Entre as marcas de poder mais comuns está o distanciamento entre a linguagem formal e a não formal. Percebe-se facilmente a escala hierárquica no diálogo entre um médico e um paciente, um advogado e um cliente, um empregador e um empregado, um professor e um aluno. Os sujeitos que falam a partir do lugar do médico, do advogado, do empregador ou do professor significam de modo diferente do que o paciente, o cliente, o empregado ou o aluno; as palavras têm uma outra autoridade: são relações de força, sustentadas pelo poder desses diferentes lugares. “A fala do professor, por exemplo, (significa) mais do que a do aluno”, diz Orlandi¹²⁵.

Essa situação de desigualdade permanece, continua Fairclough¹²⁶, porque os estudos realizados até agora

have generally set out to describe prevailing sociolinguistic conventions in terms of how they distribute power unequally; they have not set out to explain these conventions as the product of relations of power and struggles for power.

Nos diálogos mencionados a dominação está presente na superioridade cognitiva, no maior conhecimento do médico, do

¹²⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999, p. 40.

¹²⁶ FAIRCLOUGH, Norman. Language and Power. London: Longman, 1993, p. 1. Tradução do pesquisador: “Os estudos realizados até agora se detiveram em descrever as convenções predominantes na sócio-lingüística em termos de como elas distribuem o poder desigualmente, não se detiveram em explicar essas convenções como produto das relações de poder e de luta pelo poder”

advogado e do professor; eles são aqueles que dominam o assunto e por isso dominam o diálogo. No caso do empregador, a relação se dá entre o trabalho e o capital e o poder do capital, com o poder dominante concentrado neste capital.

A compreensão não crítica aceita essas hierarquias ou pseudo-hierarquias sem indagar como se estabeleceram e porque são mantidas, pois, não se verifica qualquer propósito de mudar essa situação.

A análise crítica de Fairclough quer por em confronto as diferentes formações discursivas. A Análise de Discurso de Orlandi¹²⁷ quer encontrar “o real sentido (dos dizeres) em sua materialidade lingüística e histórica”. Ambos estão à procura de um sentido verdadeiro, o que não significa sentido exclusivo ou único.

Orlandi, continuando a sua explicação, diz

não há sentidos *literais* guardados em algum lugar - seja o cérebro ou a língua - e que *aprendemos* a usar (...) Uma mesma palavra na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva.

A linguagem como comunicação, tornou-se importantíssimo tema de estudo pela ciência moderna, se não o mais importante, haja vista ser ela imprescindível em todas ou, pelo menos, para a maior parte das atividades humanas. Conhecer o fenômeno da linguagem, desvendar o que, hoje, é ainda um mistério, colocará o homem na posse do mais poderoso instrumento de controle social, a linguagem. Há um aspecto para o qual poucos têm atentado: saber como a linguagem funciona é ter em mãos o recurso necessário para combater a dominação usando os mesmos recursos de comunicação persuasiva, empregada pelos

¹²⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit, 1999, p. 59, 60.

dominadores.

Os espaços, na vida social, onde poderá ser feita a conscientização da dominação contida na linguagem são as escolas, as academias, as universidades. Elas nem sempre têm tratado o assunto com a devida importância; o ensino da linguagem continua enfatizando o aspecto estrutural, com o conhecimento das regras gramaticais constituindo o aspecto prioritário em detrimento das suas funções sócio-históricas. Merece destaque o trabalho do brasileiro Paulo Freire¹²⁸ que na área da alfabetização é reconhecido internacionalmente por entender a linguagem como um forte recurso para enfraquecer o poder das classes dominantes. Quem fala, se comunica, quem fala bem, além de comunicar, persuade e domina. Se o capital pode fazer uso da persuasão também o pode a classe majoritária dos economicamente mais fracos.

Semanticamente, poder é sinônimo de força. Há manifestação de poder quando uma autoridade legitimada manipula os recursos lingüísticos e quando as ações pedagógicas são usadas para se obter uma adesão inconsciente ao procedimento positivista da imposição de significados, da violência simbólica.

Essa visão da linguagem não é compartilhada por toda a comunidade social porque há interesse em ocultá-la; ela afronta o princípio da moralidade que deve reger a administração pública, conforme inscrito no artigo 37 da Constituição Federal. Uma das formas de transformar ou cercear esse procedimento está na conscientização. A leitura crítica, a leitura além do texto, a leitura do discurso, oferece os recursos para compreender como, no texto, estão presentes os efeitos da ideologia e da história.

¹²⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Os estudos sobre os aspectos histórico-ideológicos da linguagem e sobre o discurso começaram com uma reação ao sistema de linguagem, ideal e abstrato, definido pelo suíço Saussure¹²⁹.

Sociólogos e antropólogos dedicaram-se a verificar a influência, na linguagem, de fatores como o nível social dos interlocutores, o contexto e a visão de mundo dos usuários. Contudo, verifica-se ainda uma sensível influência do Positivismo; a preocupação está mais centrada na descrição dos fatos do que em desvendar o porquê e como os fatos aconteceram e porque permanecem.

Fairclough¹³⁰ é um dos estudiosos preocupados em detectar as causas que deram origem aos fatos e a encontrar os meios para neutralizá-las ou alterá-las ou afinal, eliminá-las. Procura encontrar, por exemplo, a razão para a aceitação de certas convenções, arbitrariamente impostas por uma classe dominante e legitimadas pelos afetados, como o estabelecimento de hierarquias profissionais ou a crença de que os mais ricos são os mais inteligentes.

Uma teoria anglo-americana, da autoria de Austin¹³¹ e Searle¹³², entende que a linguagem serve para realizar ações através das quais o emissor obtém um determinado comportamento do receptor. Essa poderia ser a resposta ao porquê se age de uma forma determinada e não de outra. Mas é uma teoria que pressupõe significados únicos, o que não é verdadeiro. Quando alguém diz *Chove lá fora* o emissor pode estar fazendo uma advertência significando *Feche a janela* ou uma recomendação *Leve um guarda-chuva*, ou pode estar simplesmente se referindo ao tempo.

¹²⁹ SAUSSURE, Ferdinand de. Op.cit., 11ª ed., s.d..

¹³⁰ FAIRCLOUGH, Norman. Op.cit., 1993.

¹³¹ AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer. Palavras e ações. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

¹³² SEARLE, J. R. Op. cit., 1994.

Essa concepção não considera os fatores externos que atuam sobre o indivíduo. Além disso, o que é dito nem sempre é compreendido pelo receptor e esse é outro fator que tem despertado a atenção dos estudiosos. Esse desentendimento está relacionado à uma visão diversificada do mundo, à experiência que está arquivada na memória dos indivíduos, no seu repertório e que molda as suas crenças e ideologias.

O estudo que Fairclough faz da linguagem inclina-se mais para o funcionalismo de Halliday¹³³ do que para o estruturalismo de Chomsky¹³⁴ mas não desconsidera outras teorias, nas quais procura apoio, como a da ideologia, da comunicação, do discurso.

Diferencia-se do sistema abstrato e ideal de Saussure¹³⁵ onde a *langue* é constituída por um código igual para todos e a *parole* é a parte individual, de livre escolha do usuário e moldada de acordo com as suas idiossincrasias mas sem considerar a influência do grupo ou das formações sociais.

Embora o indivíduo dê características próprias à linguagem que usa, muitos aspectos são frutos da sua convivência na sociedade e muito é controlado pelos equipamentos repressores e ideológicos do Estado.

Nesse sentido de controle, a idéia da língua nacional, una e unificada, igual para todos, surgida no início do século XX, apostava no mito da possibilidade de formação de um Estado forte, se o povo estivesse ligado pelo mesmo idioma, um mesmo pensamento.

Fairclough¹³⁶ se opõe a muitos dos princípios defendidos por Saussure, que se transformaram em falácias, como o da fala ser um produto exclusivo do indivíduo e o da convenção ser um processo

¹³³ HALLIDAY, M.A.K. Op.cit., 1987.

¹³⁴ CHOMSKY, Noam. Op.cit., 1986.

¹³⁵ SAUSSURE, Ferdinand de. Op.cit., 11ª ed., s.d..

¹³⁶ FAIRCLOUGH, Norman. Op.cit., 1993, p. 21.

homogêneo. A padronização depende de imposição e as convenções surgem da diversidade e do conflito. Warat¹³⁷, muito criteriosamente, diz em relação à sociedade que “ela precisa aceitar-se como incompleta e enriquecida pelos conflitos e incertezas”.

Neste estudo assume-se o conceito de língua como uma prática social, produzida pela sociedade e não algo ideal e abstrato, criado em laboratório. Ela é condicionada por elementos lingüísticos e não lingüísticos; ela é um fenômeno social e lingüístico, os dois coexistindo de forma indissolúvel; conforme a explicação de Fairclough¹³⁸ a disputa para impor um significado constitui um processo social.

Melo¹³⁹ ao discorrer sobre a política jurídica, explicita que a norma não é um corpo sem alma e não pode ser estudada apenas sob o aspecto formal, lógico-dedutivo. A norma, diz ele “exige séria análise não só a partir de sua publicação, que é a sua certidão de nascimento, mas desde a sua gestação no útero social”. Ao fazer a analogia da norma com o ser humano, reconheceu o papel que a sociedade exerce na elaboração das leis, à semelhança dos genes do pai e da mãe em relação ao feto. A herança genética personaliza as pessoas e as diferenças aparecem nos seus procedimentos. Um poema ou um artigo de uma revista provocam reações próprias nas diferentes pessoas que o lêem porque cada um tem um repertório próprio de experiências.

A linguagem ou o discurso não se confundem com o texto que é o produto do processo. O discurso é o processo e tem um alcance muito mais amplo do que o texto abrangendo, também a compreensão. A análise do texto compreende apenas o aspecto reservado à literalidade, à conformação, à sintaxe.

¹³⁷ WARAT, Luis Alberto e PEPÊ, Marcos Bastos. *Filosofia do Direito – uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Moderna, 1996, p. 25.

¹³⁸ FAIRCLOUGH, Norman. *Op.cit.*, 1993, p. 23.

¹³⁹ MELO, Osvaldo Ferreira. *Fundamentos da Política Jurídica*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994, p. 90.

O âmbito do discurso abrange as propriedades formais do texto, que têm por finalidade fazer o texto falar: quer interpretá-lo, mostrando as relações existentes entre a linguagem, o pensamento e o mundo, fundamentando essas ligações. Mas abrange, também, a compreensão ou a justificação, que aborda o porquê do texto. Em um interrogatório policial, por exemplo, percebe-se que os participantes observam uma ordem pré-estabelecida para se manifestar. O mesmo ocorre num júri popular e em muitos outros momentos, em decorrência de convenções sociais firmadas pelo poder mais forte. Para compreender essas representações é preciso perguntar o porquê de seu estabelecimento e a razão de sua permanência.

As formalidades a serem observadas na produção de um texto ou a sua inteligibilidade, são recursos que auxiliam na fase da interpretação. O texto revela, também, as experiências pessoais do emissor, classificadas por Fairclough¹⁴⁰ como *member's resources* ou MR e compreendem as ideologias, crenças, visões de mundo, valores; a historicidade do sujeito. Nesse repertório devem ser considerados, também, os condicionamentos a que o indivíduo esteve sujeito, produzidos pela sociedade, armazenados na memória e transparecendo no discurso. Cabe aqui a título de exemplo, o chamamento para o vestibular feito por uma universidade: Falta conhecimento? Faça a universidade. Está presente o mito de que só tem conhecimento quem freqüentou a academia, embora esse conceito não esteja explicitado claramente; será compreendido porque conta com o aval do senso comum.

O próximo passo do processo interpretativo está relacionado ao desenvolvimento das causas que originaram as crenças, legitimadas

¹⁴⁰ FAIRCLOUGH, Norman. Op.cit., 1993, p. 24.

pela sociedade. O assunto será visto sob a ótica de Fairclough¹⁴¹ e será feito no item que trata da análise crítica do discurso.

Para adiantar, a economia é um dos fatores que mais contribui para o estabelecimento do desnível social e da concentração do poder. O capital surge como poder quando as sociedades atingem um elevado desenvolvimento tecnológico e o operário precisa vender a sua força de trabalho. Nesse momento o capital domina sobre as classes de menor poder aquisitivo, mas precisa do Estado para que ele, por meio de seus aparelhos repressores e ideológicos, mantenha esse poder, mediante o controle da segurança pública (polícia, exército, Direito) e das comunicações e crenças (escola, religião, mídia, família). Essa aliança entre capital e Estado é comentada por Fairclough¹⁴² que diz: “the state is the key element in maintaining the dominance of the capitalist class”. Juntos, Estado e capital formam o que o autor citado denomina “the dominant bloc” que impõe o sistema que é legitimado pela sociedade através de um consentimento pacífico.

Essa aceitação apenas parece voluntária, pois, ela é, de fato, o resultado do exercício do poder e nunca ocorre pacificamente. Para manter o *status quo* o Estado torna-se cada vez mais intervencionista, principalmente em termos de controle da moeda, dos salários, da inflação e da produção, tornando mais e mais fragilizadas e dominadas as classes menos abonadas, sobrecarregando-as, ainda, com pesados encargos tributários e bloqueando o seu acesso na escala profissional.

A dominação se manifesta, também, na falta de emprego, na distribuição irregular da renda, no desrespeito à igualdade humana, na agressão ao meio ambiente, no preconceito aos negros, aos *gays*, no

¹⁴¹ FAIRCLOUGH, Norman. Op. cit., 1993.

¹⁴² FAIRCLOUGH, Norman. Op. cit., 1993, p. 32, 33. Tradução do pesquisador: “O Estado é o elemento principal para manter o domínio da classe capitalista”.

fato de as mulheres serem preteridas em todas as oportunidades. A adesão, inconsciente, ocorre porque aquele que tem capacidade para resistir não o faz por julgar-se parte desse poder.

As relações de poder e as relações entre as classes são sempre o resultado de lutas e de conflitos. Esse poder manifesta-se, também, no discurso; o discurso do médico ou do jurista é diferente daquele do homem comum; ambos são condicionados por elementos lingüísticos, sociais e culturais. Também o estudante que se apresenta a uma banca examinadora deve observar as normas pré-estabelecidas; tanto ele como os examinadores deverão interpretar os seus papéis. Os sujeitos da fala produzirão diferentes discursos; dependendo da posição que ocupam, utilizarão a linguagem apropriada para cada função específica. Essas manifestações diferenciadas constituem os vestígios do poder do órgão instituidor do evento. O professor controla o discurso indireta e inconscientemente; age pelo poder que lhe foi conferido pela sua posição social. No caso de ocorrer um debate verbal, as ações diretivas que se concretizam sob a forma de perguntas, são dadas pelos membros da banca; ao aluno cabe somente o dever de responder, assinala Fairclough¹⁴³. O poder, nessa situação, deriva da condição de professor, superior, nesse momento, à do aluno.

Na relação de emprego, o poder se manifesta de forma diversa. Se o entrevistado não responde corretamente, a sua falha será interpretada como falta de conhecimento, fruto de sua ignorância. Certamente não será considerada como uma incompetência da fala, causada pelos desníveis culturais originados da diferença dos níveis sociais, em relação aos quais aquele sujeito é apenas um dos menos favorecidos.

Na mídia é onde a maquiagem da linguagem é feita com mais

¹⁴³ FAIRCLOUGH, Norman. Op.cit., p. 46-47.

sistematicidade e de forma mais sub-reptícia e camuflada. O fato de, em uma ocorrência, não ser citado o nome de quem praticou uma infração não diz com a experiência jornalística que prima pelo sensacionalismo; percebe-se o poder manipulando os dados com o propósito de favorecimento: o ocultamento do pretenso culpado dada a sua posição no triângulo de hierarquização.

O discurso escrito difere do discurso face-à-face, onde o emissor adapta as suas falas ao nível da linguagem do receptor, de acordo com o *feedback* recebido. No discurso escrito o autor pode optar por se dirigir à uma audiência ideal se não puder identificá-la antecipadamente.

Alguns vestígios são mais visíveis que outros; a linguagem padrão expressa uma manifestação de poder; aqueles ou aquela classe que a usa incorretamente é considerada depreciativamente e a fala correta passa a ser o passaporte para um emprego melhor. Os trabalhadores e o povo em geral não dominam essa linguagem e verifica-se mesmo uma resistência em usá-la, como se soubessem que é a língua de uma outra classe de pessoas. O que não percebem é que ela lhes está sendo imposta.

O advogado e o professor trazem na sua linguagem, as marcas da distinção social; consideram-se membros de instituições do Estado, dos seus aparelhos ideológicos, que impõem um tipo de discurso que coloca o cliente e o aluno numa situação de subordinação, comenta Fairclough¹⁴⁴. A liberdade de expressão configura-se como um mito, tão verdadeiro como o da existência da igualdade na distribuição de renda, bens, moradia e emprego.

Mesmo o discurso religioso reflete as restrições da classe. Somente padres ou pastores podem celebrar o serviço religioso e somente após

¹⁴⁴ FAIRCLOUGH, Norman. Op.cit.,p. 58, 63.

longos anos de estudo e da satisfação de certos pré-requisitos.

O acesso à alfabetização é, também, desigualmente distribuído. Como diz Fairclough¹⁴⁵ “Access to a high level of literacy is a precondition for a variety of socially valued goods, including most rewarding and well-paid jobs. Yet, it is evident that access to literacy is unequally distributed”.

Tem-se como certo que formar-se médico, advogado ou professor universitário depende, exclusivamente, do esforço pessoal. Não se considera as inúmeras barreiras sociais que excluem os menos favorecidos, como a dificuldade para reservar anos ao estudo e recursos financeiros para adquirir livros e equipamentos; o sistema educacional apresenta-se como um dos grandes responsáveis pelos desníveis sociais.

Um discurso onde a formalidade lingüística é observada com rigor é a dos juízes e dos advogados. Além da correção gramatical e de um vocabulário específico, esse tipo de discurso exige nominações próprias como *excelência*, *doutor*. São classificadas como supérfluas e ultrapassadas por aqueles que não integram essa classe mas continuam em vigor, sendo o seu não uso considerado um desrespeito à autoridade.

Todo o exposto permite concluir que as manifestações lingüísticas apresentam-se como fatos sociais que estão acontecendo; as palavras vêm carregadas de sentido e por isso o discurso deve ser interpretado observando a criticidade.

¹⁴⁵ FAIRCLOUGH, Norman. Op.cit., 1993, p. 63, 64. Tradução do pesquisador: “O acesso à um elevado nível de alfabetização (cultura) é um requisito para a obtenção de uma variedade de bens e artigos socialmente valorizados, incluindo empregos bem pagos. Contudo, é evidente que o acesso a essa literalidade é distribuída desigualmente”.

2.2 A hermenêutica dogmática e a análise crítica como metodologias para a interpretação do discurso

O ser humano tem na linguagem o referencial que o distingue entre todos os seres vivos. Essa linguagem, apesar de fortes argumentos em contrário, não se caracteriza pela neutralidade; ela está sempre comprometida com o político e o social. Em consequência dessas influências a linguagem sempre requer interpretação. Não se pode ser ingênuo a ponto de convalidar o entendimento de que os signos trazem a essência da palavra, como querem os essencialistas, conforme já referido neste trabalho.

Enquanto a relação do sujeito com a fala é imprevisível, a linguagem pode ser controlada, histórica e politicamente, pelo corpo social representado pelo poder institucionalizado, que então estabiliza ou cristaliza os significados, amarrando-os a um entendimento único.

Foram as muitas maneiras de significar que incentivaram a diversificação dos estudos da linguagem, conduzindo ao modelo da análise crítica do discurso; ela não trata da língua apenas na sua linearidade sintática e semântica. Ela considera a opacidade da linguagem e a estuda inter-relacionada com o mundo, criando-o. A análise crítica do discurso trata do discurso como mediação necessária entre o homem e a realidade; ela não trabalha a língua como um sistema abstrato mas como um fato social realizando-se a cada momento, considerando as condições em que é produzido. Analisa as relações entre língua, sujeito e as situações em que o sujeito realiza o ato da fala, as condições em que o sujeito significa. A análise crítica do discurso diferencia-se da análise de conteúdo, preocupada com o que o texto quer dizer; a análise crítica do discurso quer saber como o texto

significa, que circunstâncias deram origem àquele sentido: ela quer detectar a materialidade significativa do texto. Quer mostrar que não há uma relação unívoca entre linguagem, pensamento e mundo.

A fala, a enunciação, não se materializa como uma simples transmissão de informação, como ensina Saussure¹⁴⁶: alguém fala, alguém recebe a mensagem e, decodificando-a, a compreensão se estabelece. O discurso vai além: ele causa efeitos entre os locutores.

A análise crítica do discurso se realiza em três estágios de conhecimento: a inteligibilidade, a explicação e a compreensão ou justificativa. Nesse sentido o estudo do discurso se distingue do processo desenvolvido pela hermenêutica dogmática, que estaciona na análise sintática e semântica; a análise crítica do discurso quer compreender o processo que dá sentido aos signos.

Ela procura, numa primeira etapa, ver se o enunciado é inteligível, ou seja, que valores experienciais ou expressivos estão contidos na sua constituição de superfície, pois o texto só se torna real quando se verifica uma relação natural entre os signos.

Segue-se a explicação, que consiste em dar significado ao enunciado, considerando o co-texto ou as outras frases e o contexto em que está inserido. A compreensão, que é a terceira fase, quer entender como ocorrem as relações de poder, dominação e ideologia contidas no texto e quais os efeitos que provocam na sociedade.

A análise crítica do discurso considera o contexto imediato num sentido mais amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico; aquelas circunstâncias que contribuíram para a formação daquele enunciado.

O contexto imediato poderá ser o ambiente físico, o momento, a forma oral ou escrita. O contexto amplo é constituído pelos efeitos que

¹⁴⁶ SAUSSURE, Ferdinand de. Op. cit., 11ª ed., 1967.

derivam da sociedade, as instituições que a dirigem, entre elas a universidade, e a história ou a produção dos acontecimentos.

A memória, aquilo que já foi dito antes e em outro lugar, afeta o sujeito e tudo retorna no interdiscurso ou no enunciado. Ela, a memória, pressupõe, também, a experiência política de cada qual, as experiências passadas que vão se historicizando e formando a ideologia. São efeitos que atingem os sujeitos inconscientemente, afetando as suas vontades. Conforme Orlandi¹⁴⁷

O dizer não é propriedade particular (...) As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua (...) O sujeito diz, pensa que sabe o que diz. Mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

O sujeito que fala nem sempre sabe explicar o que ele quis dizer com a sua fala. Ou, se explica, o que ele diz não é suficiente para que sejam captados todos os fatores que contribuíram para aquele enunciado, que é formado de tudo o que já se falou.

Isso ocorre porque a linguagem se caracteriza pela incompletude; nada está pronto e acabado; tanto o sujeito como os sentidos podem dizer e significar diferente: uma mesma história pode ser contada muitas vezes, de muitas formas diferentes. Os sentidos se constituem ao longo de uma história, que já é passado quando é repetida, e, por isso, a cada retorno pode produzir um novo sentido.

Na análise crítica do discurso é preciso levar em consideração o lugar de onde o sujeito fala; a fala do professor significa diferente da fala do aluno porque fala de um lugar que, institucionalmente, tem mais autoridade, por estar numa posição hierarquicamente superior na

¹⁴⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999/2000, p. 32.

formação social. Ele, o professor, ajusta o seu dizer trabalhando essas diferentes posições criadas pelo poder. “A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu”. Ela é moldada pela formação social em que se encontra o sujeito, confirma Orlandi¹⁴⁸.

As palavras, como as imagens, mudam conforme as posições daqueles que as empregam; tiram o seu sentido das formações ideológicas, pois os sentidos são sempre determinados pela ideologia.

A análise crítica do discurso explica como a linguagem se articula com a ideologia para produzir o sentido nas formações discursivas, que são heterogêneas, fluídas, se configurando e desconfigurando. Palavras e formações discursivas podem significar diferentemente porque as condições de produção são diferentes.

Ao analista cabe observar as condições que inscrevem o sujeito em uma formação social e discursiva, que compreendem as condições de produção. Na sociedade atual, a formação social corresponde ao capitalismo, que deu origem a um sujeito eminentemente ostentador, individualista e competitivo; isso reflete no seu discurso.

Dada essa versatilidade, tanto das palavras como das formações discursivas, que atestam a presença da ideologia, a interpretação torna-se necessária; frente a qualquer objeto simbólico o homem quer saber o que aquilo quer dizer. O que ocorre com a interpretação é significativo: parece que aquele sentido sempre esteve lá. Essa ilusão faz a linguagem parecer transparente.

A ideologia desempenha um papel importante na linguagem: ela constitui o sujeito, ou seja, o sujeito diz o que diz por efeito da ideologia. Ela se oculta; mas se caracteriza como uma relação necessária para que a linguagem seja a expressão do mundo, para que tenha sentido.

¹⁴⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999/2000, p. 42.

Na análise crítica do discurso o sujeito deixa de ser psicológico, deixa de ser a expressão de sua subjetividade. Ele é pensado em função do lugar que ocupa na formação social quando fala, razão porque pode falar de diferentes maneiras. Pode até mesmo pensar que está significando de acordo com a sua vontade quando, de fato, embora inconscientemente, está reproduzindo o sentido da ideologia.

A formação do sujeito está sempre ligada à história; não existe um sujeito a-histórico, intemporal. O sujeito da Idade Média tinha a forma sujeito-religioso, diferente da forma moderna, porque diferente a formação social. O sujeito moderno é considerado um sujeito jurídico ou sujeito de direitos subordinado ao discurso das leis e do capitalismo. A submissão à Deus deu lugar à submissão ao Estado, às leis e à lógica. Esse sujeito de direito se distingue do sujeito psicológico; “ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista. Em consequência, há determinação do sujeito”, diz Orlandi.¹⁴⁹

A transparência da linguagem, que se impõe através do poder da violência simbólica, apaga qualquer caráter material ou de historicidade do sujeito e do sentido. O sentido literal é o sentido único, independentemente do contexto em que a palavra é usada. É a eliminação da subjetividade, da individualidade, do psíquico. É o modelo acolhido pela hermenêutica dogmática.

A análise crítica do discurso quer desfazer essa transparência da linguagem, assim vista pela hermenêutica dogmática: no discurso o falante não opera apenas com a literalidade, com o sentido único e prévio; operando com a opacidade do texto, a análise vai procurar compreender como se ocorre a transferência dos sentidos e quais são os efeitos causadores.

¹⁴⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999/2000, p. 51.

É a crença na textura aberta da linguagem que cria as condições para que o processo da significação seja institucionalizado, dando oportunidade à estabilização e à cristalização dos sentidos.

Ao falar, o sujeito é conduzido, pela sua experiência, pelos fatos sociais e pela sua memória; é assim que se produzem os sentidos, os significados, que por sua vez reproduzem a ideologia vigente. É por isso que a linguagem não é e não pode ser transparente. O falante não tem controle sobre todos os fatores que compõem o discurso. Ele só tem a impressão de que ele os determina e determinando-os, dá sentido à sua fala. Só quando há injunções institucionalizadas é que o sentido não se desloca, não flui, se estabiliza e estabiliza o sujeito. É quando ele perde a relação com o real ficando só com as imagens, com a ilusão. É nesse modelo que se enquadra a interpretação da hermenêutica dogmática.

Métodos ou metodologias de interpretação são, na verdade, regras técnicas que visam a obtenção de um resultado, explica Ferraz Jr.¹⁵⁰. A hermenêutica construiu um modelo; explica de forma dogmática como o Direito ou a linguagem em que vem expresso deve ser interpretada; estabelece os critérios básicos.

Segundo a hermenêutica dogmática, os conflitos que surgem na análise ou interpretação de um discurso podem ser de ordem gramatical, sociológica e teleológica.

A interpretação gramatical refere-se a questões de conexão entre as palavras, a sintaxe; a doutrina costuma falar em interpretação gramatical. Fairclough, conforme já comentado, refere-se à inteligibilidade do texto. A ordem das palavras e o modo como estão ligadas entre si contribuem para um significado; a correção gramatical

¹⁵⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 1994, p. 286.

não decide, mas colabora para explicar o sentido, dada a conexão lógica que estabelece.

A interpretação sociológica ou histórica está relacionada com os significados das palavras: é onde aparecem as questões de ambigüidade e vaga, próprias da linguagem natural. É preciso ir à busca do sentido efetivo tanto no momento da criação ou gênese como no atual, o que leva a um desvendamento das estruturas sociais e das suas mudanças.

A interpretação teleológica está relacionada ao controle da carga emocional ou às valorações que podem ser dadas aos termos para que possa ser encontrada a finalidade das normas. Isso se obtém pela generalização dos valores, o que dará aos enunciados a condição de verdades universais, provocando a neutralização da carga emocional; o fim, o *telos* do enunciado, jamais poderá ser anti-social, mas deve ser próprio da vida em sociedade, conforme Ferraz Jr.¹⁵¹.

Na interpretação teleológica o intérprete configura o sentido do discurso, inversamente ao que ocorre na interpretação gramatical, onde o sentido é dado pelo sistema, “dotado de plenitude hermética, do qual se pode extrair conclusões para todas as hipóteses”, informa Warat¹⁵²; a linguagem jurídica é formal e precisa ter um unívoco sentido positivado.

2.3 A análise crítica do discurso como metodologia para a interpretação

O objetivo da análise do discurso ou da análise crítica do discurso, está em descobrir, em ouvir ou ler aquilo que não está sendo dito em

¹⁵¹ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 291-292.

¹⁵² WARAT, Luis Alberto. Mitos e teorias na interpretação da lei. Porto Alegre: Síntese, s.d., p. 50.

palavras mas integra o sentido da linguagem. Ela não está à procura de *verdades* como na hermenêutica, mas sim, do “real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica”, como comenta Orlandi¹⁵³.

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que não há, na linguagem, sentidos literais, únicos; eles são constituídos pela historicidade e estão sujeitos a incertezas e ambigüidades. Uma mesma palavra, em uma mesma língua, pode significar diferentemente, conforme o lugar ocupado pelo sujeito e como ele se posiciona no discurso e na história.

Cabe ao analista explicar como ocorre esse processo; cabe-lhe desconstruir o processo. Aqui reside a diferença entre o hermeneuta e o analista. O analista, afirma Orlandi¹⁵⁴, não interpreta, ele trabalha os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia: “O analista se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições”.

Um dos primeiros pontos a considerar é que a análise crítica do discurso não trata de dados da linguagem mas de fatos na sua dimensão lingüístico-histórica; ela quer mostrar o funcionamento do processo de formação dos sentidos. É um mergulho na verticalidade do discurso, na sua espessura semântica e pragmática. O analista procura a relação do texto com as formações sociais e o poder.

Conseqüentemente, a preocupação maior da análise não está nos seus aspectos formais, que devem, no mínimo, ser inteligíveis, garantidos pelas regras da língua; as suas marcas não interessam por si mas pelo papel que exercem no funcionamento do discurso: como se diz, quem diz, em que circunstâncias o faz; as marcas só interessam quando consideradas no contexto do enunciado.

¹⁵³ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999/2000, p. 59.

¹⁵⁴ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999/2000, p. 61.

A segunda etapa visa a explicação de como o texto produz sentidos; a partir dos vestígios deixados vai-se à procura do processo discursivo, da relação do sujeito com as formações sociais e com o poder, de como ele conviveu com a exterioridade do texto, com a sua historicidade; ela vai dizer como o sujeito apreendeu essa história e se deixou afetar por ela.

Nesta segunda etapa o que interessa não é mais a organização lingüística do texto mas como o texto organiza a relação da língua com a história. O texto é somente a unidade de análise, o lugar da produção de sentido e da materialização da linguagem; ele é apenas uma peça do processo, que tem começo, meio e fim.

Na terceira etapa, que é a da compreensão, o texto já não é mais relevante, pois deixa de ser o objeto da análise. O analista passa a se concentrar nas indicações que encontrou e procura compreender o seu sentido. Nesse procedimento ele também compreende o não dito, que se manifesta no pressuposto, no subentendido ou no inferido, que são diferentes formas de dizer sem efetivamente dizer, ou no silêncio, que é uma forma de dizer pela omissão. O pressuposto está no texto e o subentendido está no contexto. No exemplo dado por Orlandi¹⁵⁵: “Se digo, *deixei de fumar*, o pressuposto é que eu fumava antes (...) Mas o motivo, por exemplo, fica como subentendido. Pode-se pensar que é porque me fazia mal”. O não dito complementa o dito.

O analista deve interpretar o silêncio, e também, a censura, o que é proibido dizer em certas conjunturas. Não se fala, por exemplo, em ditadura quando o regime é de força: faz-se a referência implícita. Mas não é todo silêncio que deve ser considerado, somente aquele que é relevante para aquela situação discursiva e significativa.

¹⁵⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999/2000, p. 82.

O analista também deve considerar as diferentes tipologias do discurso como o político, o jurídico, o religioso, o jornalístico, o pedagógico, pois o gênero pode ser útil para caracterizá-lo, embora apenas singelamente, posto que os tipos se constroem eles próprios em razão de fatores extralingüísticos, como a relação entre sujeitos, a relação entre os sentidos e a linguagem, por exemplo; não há sentido em fazer uma classificação *a priori*. Atualmente a sociedade tende a produzir um discurso autoritário onde só se ouve a voz do poder; mas um discurso nunca é inteiramente uma coisa só e por isso deve ser interpretado criticamente.

Ao analista compete desvendar a natureza das relações que aparecem, dando menor importância ao significado isolado das marcas formais. “Uma marca como a negação, só interessa pela polêmica que desencadeia”, explica Orlandi¹⁵⁶, dada a oposição que oferece à uma afirmativa, requerendo que se busque a causa da contradição.

A interpretação se instala como uma consequência da opacidade e da incompletude da linguagem, dos seus silêncios e da sua textura aberta; isso não significa que a linguagem é algo incompleto no sentido de não ser inteiro. Ela é incompleta como o é algo que não se fecha, que não tem um começo ou fim verificável: o sentido está sempre sendo constituído, sempre sendo possível porque há muitos modos de significar e muitas formações sociais.

Essa mesma textura aberta da linguagem, se por um lado permite a complementação, por outro, vai favorecer a estabilização do significado, o que ocorre quando se faz uso do poder da violência simbólica, autorizando a redefinição, que ameaça a polissemia dos sentidos, dada a inclusão de um significado único. A violência simbólica marca

¹⁵⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1999/2000, p. 90.

inexoravelmente a incompletude da linguagem ou a ela não se poderia aplicar a estipulação, sinônimo para a redefinição.

Já foi comentado que o texto não se desenvolve em qualquer direção; há sempre um fato norteador. A interpretação deve, necessariamente, considerar a historicidade sob pena de caracterizar-se como uma fórmula e não uma resignificação ou paráfrase. Todos os sentidos são possíveis mas a materialidade histórica da linguagem lhes dá uma direção. Os sentidos se constituem na relação tanto com o intradiscurso como com o interdiscurso. Esse procedimento não desconsidera a literalidade, mas nega-a como elemento principal.

A análise crítica do discurso não é uma disciplina mediadora, que se coloca entre a lingüística e as ciências sociais. O que acontece é que a inteligibilidade da linguagem fica á cargo da Lingüística. Cabe à análise crítica do discurso interrogar a opacidade dessa linguagem, demonstrando que não há separação entre a linguagem e a exterioridade, a sociedade e a história. Essa forma de proceder desconsidera o sujeito psicológico e o sujeito objetivo ou universal dos formalistas e da hermenêutica dogmática, o ventríloquo da linguagem, para valorizar o sujeito histórico.

Saussure¹⁵⁷ trabalhou a forma abstrata da linguagem, trabalhou-a como um sistema transparente e autônomo, como um código de símbolos fonológicos e léxicos, alheios ao tempo e à história. A análise crítica do discurso trabalha a forma material e histórica, a opacidade e a imprecisão. Tirando a historicidade da palavra, ela vira imagem pura, estabelecendo a transparência pelo sentido imposto, que então é inconscientemente assimilado.

Considerar a linguagem como um fato social, como faz a análise

¹⁵⁷ SAUSSURE, Ferdinand de. Op.cit., 11ª ed., s.d..

crítica do discurso, significa trabalhá-la como um processo e não como um produto. Significa fugir ao modelo positivista, inscrevendo-a na história, trabalhando com a historicidade. O real passa a existir em função de determinações históricas, efeito da relação do sujeito com a linguagem e a história; essa relação é que produz a realidade.

“A análise do discurso confronta-se com a noção tradicional (hermenêutica) da interpretação”, comenta Orlandi¹⁵⁸. Ela não trabalha as evidências mas como essas evidências são produzidas; considera forma e conteúdo como uma unidade na busca do seu caráter político. Ao analista interessa como a organização da língua, sintática e semanticamente, produz sentido.

O discurso não está, portanto, preocupado com o sujeito psicológico, intencional, mas com o sujeito dependente da história, da ideologia; quando ele deixa de ser a sua própria origem, ele passa a ser definido pela sua historicidade, pela sua relação com um sistema social significativo.

Ao analista interessam duas ordens: a da língua e a da história, juntas, constituindo a ordem do discurso. Nessa ótica, o texto é um produto ou um objeto lingüístico-histórico com começo, meio e fim, produzido pelo processo do discurso. Visto como discurso, o texto não é uma unidade fechada. Marcado pela incompletude, tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com o sujeito, a situação, enfim, ele tem relação com a exterioridade. Orlandi¹⁵⁹ enfatiza que a análise de discurso não trabalha a historicidade no texto, ela não procura o conteúdo ou os eventos da história mas como essa história atuou sobre o texto. E enfatiza, também, que, sob essa ótica, a

¹⁵⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1998, p. 41.

¹⁵⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1998, p. 56.

“compreensão é a apreensão das várias possibilidades de um texto (...); é compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos”.

O texto não é um dado, ele é um fato lingüístico e social e por isso afetado pelas condições de produção. Ele é, na ótica de Orlandi¹⁶⁰, “o lugar da relação (...) física da linguagem (...) É o material bruto. Mas é também espaço significante. Como toda peça de linguagem, como todo objeto simbólico, o texto é objeto de interpretação”.

Cabe ao analista compreender como ele produz sentido e isto implica compreender tanto como os sentidos estão nele e como ele pode ser lido.

Nesse sentido, pode-se e deve-se compreender que nenhum texto é uma produção original, fundante: ele é sempre algo já construído.

Reforçando o já dito, a análise de discurso distingue-se da hermenêutica em vários aspectos, que são apontados por Orlandi¹⁶¹. Ela, a análise do discurso, considera que a linguagem não é transparente. Interpretar é explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentido, o que faz supor que o sentido pode ser outro. Isto pode ocorrer porque a análise de discurso não é conteudista, ela não supõe uma relação pensamento, linguagem e mundo, numa relação natural e não lingüístico-histórica. A análise de discurso não quer saber o que o texto diz mas como ele diz. O analista quer saber como os elementos presentes ou implícitos no texto se situam na formação histórica e como se manifesta a ideologia.

A ideologia representa o unívoco, a cristalização, o efeito de completude, que, “por sua vez, produz o efeito de evidência, sustentando-se

¹⁶⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1998, p. 60- 61.

¹⁶¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1998, p. 63- 64.

sobre o já dito, os sentidos institucionalizados *admitidos* por todos como naturais”, explica Orlandi.¹⁶²

Na ideologia ocorre a transposição de certos sentidos por outros, que são inconscientemente aceitos e se estabilizam. Não há ocultação de sentidos mas simulação, manipulação para chegar à cristalização, à transparência. Mas o sentido está ligado à história; é ela que confere à língua as características da ambigüidade, da opacidade, do equívoco e da incerteza. Por isso, a cristalização não deve ser aceita.

“O sujeito se faz autor quando o que ele produz for interpretável” comenta Orlandi¹⁶³. Por isso é que o sentido que não se historiciza é ininteligível, não interpretável e não compreensível. É o que ocorre com o plágio; não há autoria porque não há possibilidade de interpretação. Para que uma palavra faça sentido é necessário que ela já tenha o sentido que lhe vem da historicidade. O plagiador silencia a historicidade; ele cala a voz do outro e a toma como sua, mas não pode tomar a sua historicidade, o fluir histórico do sentido. Nega a identidade do outro e reveste-se com uma autoria que não lhe cabe.

O discurso trabalha com a incompletude da linguagem, fugindo ao sistema fechado e abstrato de Saussure. Ele operacionaliza a relação da língua com o social e o histórico, onde o social constitui a relação entre a formação social e a posição do sujeito e o histórico é definido não como fato, data ou evento na sua evolução cronológica mas como a trama que produz os sentidos.

O trabalho da interpretação só é possível porque todo objeto simbólico é passível de interpretação, porque o símbolo é constituído

¹⁶² ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1998, p. 66.

¹⁶³ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1998, p. 70.

pela historicidade e por isso mesmo, sujeito a deslizos de sentidos. Orlandi¹⁶⁴, sintetizando as suas lições, diz que

a tarefa do analista do discurso não é: a) nem interpretar o texto como o faz o hermenêuta; b) nem descrever o texto (...); o objetivo é compreender, ou seja, é explicitar os processos de significação que trabalham o texto: compreender como o texto produz sentido, através de seus mecanismos de funcionamento.

O enunciado do sujeito da Idade Média, que era submisso à religião, não necessitava da interpretação porque ele aceitava o sentido que lhe era imposto. No século XVIII, com a ciência, a interpretação passa a seguir o método ou a metodologia lógica ou gramatical, porque a linguagem era considerada clara, objetiva, sem ambigüidades ou deslizos e o significado era imposto pelos órgãos reguladores da sociedade, o que significa o apagamento do sujeito, da interpretação, ficando a ilusão de dar sentido, diz Orlandi¹⁶⁵. O dogma religioso é substituído pelo dogma da ciência.

Quando a sociedade é controlada pelos aparelhos ideológicos do Estado, ele estabelece os que estão autorizados a ler, falar e escrever, e aqueles que serão dominados por instituições como a Igreja, a empresa, o sindicato, o partido político, a escola, onde o padre, o gerente, o líder sindical, o político, o professor, interpretam o discurso. Esses procedimentos supõem que o sentido vem da sintaxe da língua, e que a linguagem não apresenta imprecisões.

Para exemplificar, vale fazer um paralelo entre o pensamento religioso e o natural. No primeiro caso, os sentidos são dados por Deus,

¹⁶⁴ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1998, p. 88.

¹⁶⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op.cit., 1998, p. 94.

através da Revelação, a sujeitos autorizados como os papas, o clero em geral, que vão transmití-los através da representação. A Igreja é que administra os sentidos e estabelece os dogmas que os sujeitos devem observar. No pensamento científico, os sentidos são dados a sujeitos, também autorizados: os cientistas. Aqui é a ciência que administra os sentidos e estabelece as leis a que os sujeitos devem se submeter. Interpretar passa a ser, então, sinônimo de ideologia, ou seja, de ocultação do verdadeiro sentido natural, substituído pela vontade do órgão instituidor.

A análise crítica do discurso se opõe a essas formas e procedimentos porque considera que os sentidos são constituídos pela história. Isso não significa a exclusão total do sujeito: ele tem participação na constituição do sentido mas o processo escapa ao seu controle consciente e às suas intenções.

Já foi feita referência ao significado das palavras, que pode ser denotativo ou conotativo, o primeiro representado por aquele que consta nos dicionários, o léxico, e o conotativo que acrescenta àquele uma carga emotiva que expressa a visão de mundo do emissor ou do sujeito; é, na verdade, o sentido denotativo modificado pela ideologia. A conotação permite um certo controle sobre o significado que o usuário aceita, independentemente de uma justificativa, explica Warat¹⁶⁶.

A lingüística tradicional não considera os elementos extralingüísticos, deixando de lado as referências institucionais, políticas e ideológicas e por isso a sua análise, de caráter apenas conteudista, torna-se insuficiente pelas exclusões que pratica. Também a Semiologia tradicional não aborda a linguagem no âmbito do discurso. Ela sai da seqüência das frases estáticas e as estuda no processo da enunciação,

¹⁶⁶ WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984,p. 69, nota de rodapé.

que supõe uma relação com os elementos extralingüísticos. Contudo, esses estudos ainda estão presos à problemática língua/fala.

Essa situação do *status quo* desencadeou a busca de novas propostas e reflexões sobre as condições que concorrem para que as palavras tenham um significado determinado e não outro. Verificou-se que essas condições estão presentes no próprio discurso, na sua formação discursiva, que, por sua vez, está condicionada à formação social, à relação do sujeito com a sociedade. No caso do discurso jurídico, esse significado está atrelado à formação discursiva do senso comum teórico dos juristas, à sua ideologia, comenta Warat¹⁶⁷.

A Semiologia existente vê o discurso como uma forma de argumentação, comandada pelas leis estruturais da lingüística. Isto conduz a uma visão estática do processo, apoiada na relação emissor-receptor. A Semiologia proposta por Warat¹⁶⁸, na sua obra *O Direito e sua Linguagem* e a posição de outros lingüistas como Orlandi¹⁶⁹, Fairclough¹⁷⁰, Brandão¹⁷¹, situam a linguagem como ação, com participação direta dos sujeitos da fala no seu direcionamento, o que vai permitir a percepção, ainda que velada, dos efeitos sociais da dominação. Revisando a retórica clássica verificar-se-á que o fortalecimento estilístico das frases já visava o domínio do auditório. Esse aspecto foi desprezado pela retórica ou Semiologia moderna, preocupada em ocultar os efeitos da dominação tendo em vista fortalecer a teoria positivista que prestigia o valor da forma.

O descrédito da estilística situa-se no século XVI, quando, com o Renascimento, valorizou-se a prova, a demonstração, a evidência, como métodos científicos dispensando a linguagem, à qual cabia somente

¹⁶⁷ WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984, p. 84, nota de rodapé.

¹⁶⁸ WARAT, Luis Alberto. Op. cit., 1984, p. 99.

¹⁶⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 2000.

¹⁷⁰ FAIRCLOUGH, Norman. Op. cit., 1993.

¹⁷¹ BRANDÃO, Helena Maria Nagamini. Op. cit., 1991.

servir como mediação para a expressão das fórmulas. Isso tornou o discurso sem sujeitos, enfatiza Warat¹⁷². Fazer ciência passou a ser a produção de um discurso racional da verdade: língua é forma apenas e não há que indagar pelas condições de produção do discurso. Mas a obsessão pelas regras lingüísticas traduz, por si, uma ideologia; ela ensinou ao homem como simular a dominação através da palavra.

O pensamento científico organiza-se a partir de entimemas, de meias verdades, de crenças socialmente aceitas que o receptor completa com a sua inteligência; ao aceitar que só os ricos são inteligentes, ele quer sentir-se parte dessa classe privilegiada, o próprio construtor da idéia. O que ocorre é que ele é inconscientemente conduzido pela força persuasiva da palavra; ele não percebe que atrás dessa idéia está o emissor institucionalizado. A ciência, se não é manipulada pelo poder institucional, o é pelo poder econômico; os seus enunciados propagam-se pelo contágio e pela persuasão, fazendo com que sejam tomadas como verdades.

A Semiologia do Poder e a análise do discurso ou análise crítica do discurso oferecem novos enfoques teóricos. Oferecem novas metodologias para analisar o discurso, considerando os fatores extralingüísticos, a historicidade e a ideologia, desmistificando as verdades dissimuladamente impostas pelo uso de um procedimento denominado o poder da violência simbólica.

¹⁷² WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984, p. 87.

2.4 Enfoques filosóficos sobre o fenômeno jurídico

Ao definir o fenômeno jurídico, Ferraz Júnior¹⁷³ baseou-se na monografia de Sebastião Cruz, que iniciou os seus estudos buscando a origem da palavra direito. Neste trabalho será seguido esse procedimento.

Na Antigüidade Clássica, na Grécia e em Roma, termos como *derectum* ou *directum* e *jus* já eram utilizados e referiam-se aos direitos de cada qual. As duas palavras continham a idéia de equilíbrio, simbolizando a balança, instrumento utilizado nas práticas comerciais para medir a equivalência entre os produtos financeiros e a compensação pecuniária. Mas a palavra encerrava também um significado conotativo. Expressava o desejo de instaurar na vida social um tratamento igualitário, acolhendo as crenças, a cultura e o pensamento dos poderes constituídos no sentido de uma postura justa e equilibrada para todos.

Nesse período o poder de dizer solenemente o direito ou materializar o que era justo competia às deusas: Diké, na Grécia e Justitia, em Roma. A representação simbólica desse procedimento apresenta variações. Nas palavras de Ferraz Júnior¹⁷⁴,

os gregos colocavam esta balança, com os dois pratos, mas sem o fiel no meio, na mão esquerda da deusa Diké, filha de Zeus e Themis, em cuja mão direita estava uma espada e que, estando em pé e tendo os olhos bem abertos, dizia

¹⁷³ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 32.

¹⁷⁴ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 32-33.

(declarava solenemente) existir o justo quando os pratos estavam em equilíbrio.

Entre os romanos, a deusa Justitia, de pé, segurava a balança com as duas mãos, tinha os olhos vendados e declarava o justo quando o fiel estava completamente reto.

Já então as palavras não eram consideradas meros sinais sonoros ou visuais que serviam como instrumentos para a comunicação: elas acolhiam os fatos extralingüísticos que refletiam o pensamento da sociedade: o aspecto informativo era apenas uma de suas funções, talvez a mais conhecida. As diferenças apresentadas pelas deusas indicam significados distintos. A deusa Diké tinha os olhos abertos, simbolizando o saber puro e verdadeiro; entendia-se que só pela visão poder-se-ia chegar ao conhecimento. A deusa Justitia tinha os olhos vendados para julgar com imparcialidade; concentrava-se mais na audição, no ouvir, nas opiniões; o direito era visto mais como um agir com prudência; equilibrando o conhecimento e a prática, assentava na importância da oralidade, da fala.

Continuando a sua explanação, Ferraz Júnior¹⁷⁵ diz que o fato de a deusa Diké empunhar uma espada mostra que os gregos “aliavam o conhecer o direito à força para executá-lo (*indicare*), donde a necessidade da espada”. Os romanos estavam mais preocupados com o exercício da justiça, o que exigia uma atitude firme e em consequência a deusa segurava a balança com as duas mãos, sem necessidade da espada. Isso explica porque para o exercício das atividades de jurista privilegiava-se a prudência. Com o tempo a expressão *jus* deu lugar ao termo *derectum*, por estar mais próxima do sentido que se queria expressar.

¹⁷⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 32-33.

Duas correntes ou teorias principais detêm-se em estudar o significado das palavras: a teoria essencialista, que entende que a palavra contém a essência do objeto, disputa a preferência com a teoria nominalista, segundo a qual a denominação não passa de um nome e não tem qualquer realidade. Apesar de encerrarem pensamentos contrários, ambas procuram explicar a relação entre os signos e a realidade. A adesão à uma ou à outra determina a cosmovisão de quem fez a escolha.

Segundo Ferraz Júnior¹⁷⁶, a maioria dos juristas têm uma visão conservadora da teoria da língua e inclina-se pela teoria essencialista, também chamada realista ou nativista. A palavra, sob essa ótica, não se configura como uma representação da realidade; ela é a própria realidade porque contém uma presumida essência do objeto que está sendo nominado. Sob esse enfoque a palavra não pode ter outro sentido senão aquele que lhe foi dado. Conseqüentemente, o termo tem um significado unívoco, o que o expurga de qualquer possibilidade de imprecisão. Essa teoria dará, posteriormente, suporte à teoria do Positivismo de Augusto Comte e legitimará o uso da violência simbólica.

Essa busca da essência de um fenômeno é própria do comportamento humano e reflete um desejo de segurança; o que não é uniforme gera um certo grau de angústia. A concepção essencialista sustenta que, em princípio, deve haver uma só definição válida. Isso requer um processo intelectual que elimina as diferenças e se concentra no núcleo da palavra. Quem diz *mesa* abstrai as diferenças (feita de madeira, ferro, vidro) e se atém à essência; passa a referir-se a um objeto plano, a certa altura do chão e que serve para sustentar coisas. Essa racionalização gera muitas controvérsias e objeções visto que a

¹⁷⁶ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 34.

mesa não serve somente de suporte: fala-se em mesa diretora, o presidente da mesa; o mesmo ocorre com a palavra direito que, também, acolhe muitas acepções.

A grande parte do vocabulário jurídico é composto de palavras de sentido genérico e abstrato, embora, como ressalta Ferraz Júnior¹⁷⁷,

as definições sejam aparentemente universais, imprestáveis para traçar-lhes os limites, ou são muito circunstanciadas, o que faz que percam a sua pretendida universalidade. Exemplo do primeiro caso é a afirmação de que o direito é a intenção firme e constante de dar a cada um o que é seu, não lesar os outros, realizar a justiça. No segundo, temos afirmações do tipo: direito é o conjunto de regras dotadas de coatividade e emanadas do poder constituído.

Contrapondo-se ao essencialismo aparece a concepção nominalista ou convencionalista, atrelada ao método dedutivo. Ela nega a existência de uma relação natural entre as palavras e os objetos aos quais dá significados; eles são estabelecidos pelos homens. Dado esse arbítrio, o que deve ser levado em conta é o uso dos conceitos, que pode variar de comunidade para comunidade.

Atendo-se ao uso, toda e qualquer definição é nominal e não real. Este entendimento coaduna-se com o de Saussure¹⁷⁸:

o laço que une o significante ao significado é arbitrário (...) o signo lingüístico é arbitrário (...) a idéia de mar não está ligada por relação alguma anterior à seqüência de sons m-a-r, que lhe serve de significado; poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência, não importa qual.

¹⁷⁷ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 35.

¹⁷⁸ SAUSSURE, Ferdinand de. Op.cit., 11ª ed, sd., p. 81.

Não existe qualquer ligação entre a realidade e o signo que designa o objeto.

Essa concepção nominalista aparece claramente em Shakespeare¹⁷⁹, na peça *Romeo and Juliet*, quando Juliet declara o seu amor a Romeo, enfatizando que o amaria da mesma forma, ainda que o seu nome não fosse Romeo:

What's in a name? That which we call a rose by any other name would smell as sweet. So Romeo would, were he not Romeo called, retain that dear perfection which he owes without that title. Romeo, doff thy name, and for thy name, which is not part of thee, take all myself.

O celebrado autor alinha-se entre aqueles que entendem que a palavra não contém a essência do objeto. O nome Romeo não encerra a essência do homem que ele é, assim como o perfume da rosa, que é a sua essência, permaneceria ainda que lhe fosse dado outro nome.

O fato de não reter a essência, possibilita que a palavra tenha um sentido convencional, que está relacionado no dicionário e outro, que adquire quando contextualizada. Isso explica as alterações de significado e dá à linguagem a necessária flexibilidade para acompanhar a evolução histórica das sociedades ao mesmo tempo que abre espaço para a violência simbólica.

A linguagem jurídica não escapa a esses efeitos, pois, não é senão uma linguagem natural onde são introduzidos termos técnicos próprios de sua especialidade. Isso, contudo, não é suficiente para classificá-la como uma linguagem neutra e completamente isenta de juízos de valor.

¹⁷⁹ SHAKESPEARE, William. *Romeo and Juliet*. London: Edward Arnold Ltd., 1973, p. 75. Tradução do pesquisador: "O que contém um nome? Aquilo que chamamos de rosa manteria o seu doce perfume se fosse denominado por outro nome. O mesmo se daria com Romeo; se ele não fosse chamado Romeo ele ainda assim manteria a sua perfeição. Romeo, muda de nome, e no lugar dele, que não integra a pessoa, toma a mim".

Além disso é preciso observar que a introdução de palavras jurídicas, com sentido específico, não cria a suposta neutralidade porque também estão sujeitas às mutações geradas pela própria transformação das organizações sociais. O termo *posse*, por exemplo, sofreu profundas transformações de sentido com a Constituição de 1988; os questionamentos provocados pelos trabalhadores rurais sem terra contribuíram sensivelmente para essa alteração.

A imprecisão dos termos e as conseqüências resultantes levam à indagar se a dogmática jurídica deve ser aceita sem questionamentos. Torna-se, também, objeto de questionamento se a hermenêutica dogmática, a metodologia por ela adotada, é a mais apropriada para equacionar o sentido da linguagem jurídica. A filosofia zetética, por exemplo, observa o fenômeno do discurso do Direito sob um outro ângulo.

Ela parte de opiniões e infinitos questionamentos para chegar a uma solução: o processo visa esgotar as alternativas e hipóteses possíveis para encontrar uma resposta. A falta de uma solução, contudo, não invalida a abordagem, apenas deixa a pesquisa aberta para a busca daquilo que é, “ser” do Direito.

A hermenêutica dogmática, ensina Ferraz Júnior¹⁸⁰, parte da solução, do axioma, como ponto de partida para estabelecer o processo, a forma de agir; parte do que já existe e é inquestionável para encontrar as regras que conduziram àquele resultado. A título de exemplo pode-se analisar a existência de Deus. Para a zetética, essa existência é questionável em todos os aspectos pois, não há nada a seu respeito que possa ser comprovado materialmente; para a hermenêutica dogmática, Deus existe e essa premissa é pura e indiscutível; a prova documental

¹⁸⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 40-41.

está na Bíblia, a fonte de todas as referências. Basta seguir os seus ensinamentos para se chegar à verdade, isenta de qualquer dúvida.

Para explicar a lei, por exemplo, a hermenêutica dogmática parte da premissa fundamental, verdadeira e única, de que a ninguém é dado ignorar a sua existência. Essa premissa, por sua vez, assenta em duas outras, que são essenciais à vida em sociedade e à natureza do ser humano: primeiro, não existe sociedade sem dogmas, sem regras norteadoras, sem crenças e princípios fundamentais e segundo, todo dogma deve ser explicado e esclarecido, embora não possa ser alterado, salvo por determinação da própria coletividade que o instituiu. As constituições e as cartas magnas dos Estados organizam-se em obediência a esses princípios. A Constituição Brasileira ao dispor que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei, está estabelecendo a premissa do primado da lei.

Essa dogmaticidade do Direito faz com que vozes se levantem para classificá-lo como um sistema fechado e por isso cristalizado, surdo aos clamores da sociedade. Os defensores da dogmática negam esse afastamento quando afirmam que a própria premissa que institui o dogma estabelece que ele deve ser explicado. Contudo, se a fonte que esclarece é a mesma que institui a premissa, configura-se somente uma tautologia, o que é o mesmo que não elucidar nada.

Ferraz Júnior¹⁸¹ endossa o entendimento de que os dogmas devem ser interpretados e que essa interpretação deve ser solidamente embasada na doutrina, na jurisprudência, na análise sintática e semântica. Atualmente, a análise do discurso ou de discurso, como quer Orlandi¹⁸², apresenta-se como uma abordagem ou uma metodologia a

¹⁸¹ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 50.

¹⁸² ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1999/2000.

mais para desvelar o significado da linguagem no momento da sua enunciação.

Interpretar o Direito e suas normas, como recomenda a premissa, constitui um processo complexo porque o fenômeno jurídico é expresso em palavras e são poucos os profissionais ou agentes do Direito ou agentes da lei que têm um conhecimento teórico acurado sobre o conceito de linguagem.

Considerando a imprecisão da linguagem jurídica, apresenta-se a necessidade de um método que dê validade ao sentido das palavras: é a busca da interpretação fundamentada e verdadeira. Reata-se a indagação de como obtê-la. Com a evolução da vida social, o poder de dizer o Direito deixou de ser prerrogativa das divindades; passou a ser exercido pelo chefe da família ou do clã e depois pelo agente político, escolhido pelo prestígio que gozava entre os seus pares. Aparece o mito da autoridade: o homem com *status* na entidade grupai. As normas de comportamento ditadas pelos costumes ou de ordem moral e religiosa adquirem caráter prescritivo e permanente, constituindo um conjunto de leis aplicado a todos os cidadãos, indistintamente. Surgem os juízes, os tribunais, os advogados; o direito de defesa torna-se um princípio básico.

Para resguardar a prudência surge a jurisprudência, a interpretação, feita por pessoas leigas versadas nos assuntos da lei. Essas interpretações são denominadas *responsa* e podem ser consideradas o início de uma teoria jurídica entre os romanos: caracterizam-se pela discussão de opiniões na busca de soluções. Assemelham-se a um processo dialético. As *responsa* passaram a instruir os processos, sendo considerados instrumentos válidos devido à autoridade dos seus autores

e a sua virtude de homens prudentes. Explica Ferraz Júnior¹⁸³ que esses notáveis tinham a função de normatizar as significações, dar-lhes um sentido único, eliminando os equívocos gerados pela imprecisão e pela ambigüidade da linguagem e pelas emoções e interesses materiais envolvidos. Na sua gênese, o Direito Romano, base do Direito no mundo ocidental, está marcado pela prudência, pela ponderação e pelo equilíbrio. Poncio Pilatos agiu com prudência e cautela quando esquivou-se como julgador de Cristo.

Na Idade Média, com a queda do Império Romano e o advento do Cristianismo, muitos dos princípios filosóficos até então aceitos caíram por terra e a política e a religião passaram a ser nitidamente diferenciadas.

O homem começa a ser visto como uma obra de Deus, criado à sua imagem e semelhança. Essa nova maneira de pensar influencia a concepção do Direito, até então consagrado por representar a autoridade dos fundadores de Roma, a quem havia sido delegada a responsabilidade de ditar as leis e o poder de transferir esse encargo aos seus sucessores naturais.

Quando a Igreja Cristã assume a liderança, ela confere origem divina ao Direito, assegurando o caráter transcendental de suas normas. A perspicácia dos gregos e a prudência dos romanos são relegadas a um segundo plano, passando a vigorar os dogmas da fé que produzirão a Teologia, que vai influir no pensamento jurídico: todas as leis são de origem divina e, portanto, inquestionáveis. O Direito assume o mesmo caráter dogmático que marca as verdades bíblicas, vindo a caracterizar-se como uma técnica para a aplicação de idéias prontas e acabadas. O juiz atua como intermediário entre as partes, cabendo-lhe apenas aplicar as normas postas; o seu papel é mais o de orientador, de apontar o

¹⁸³ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 58.

caminho para a decisão e muito menos o de uma autoridade que efetivamente decide, diz Ferraz Júnior.¹⁸⁴

Com o Renascimento (séculos XVII e XVIII) o Direito perde o seu caráter sagrado, dada a tecnização do saber. O teocentrismo cede espaço ao antropocentrismo: o homem é o centro do universo, não criado à semelhança de Deus mas segundo as leis da natureza, cabendo-lhe dominar o mundo. Ele é um ser solitário que sente necessidade de viver em sociedade, necessidade que não se caracteriza como um instinto natural mas como um princípio regulador de um modo de vida. Ele é um animal político, dotado de livre arbítrio: um elemento do mundo. A sua vida é o seu bem mais precioso e deve ser protegido de qualquer tipo de agressão. Isso exige uma sociedade racionalmente organizada com normas reguladoras do comportamento, dadas as diferenças naturais existentes entre os seres humanos. Esse conjunto de normas, sistematicamente organizadas, parte da premissa de que a sua validade é universal. A exatidão lógica está atrelada ao postulado antropológico “que vê no homem não um cidadão da cidade de Deus (...) mas um ser natural, um elemento de um mundo concebido segundo as leis naturais”, comenta Ferraz Júnior.¹⁸⁵

Liberado de seu caráter sagrado, o Direito constitui-se como “uma reconstrução, pela razão, das regras de convivência” observa Ferraz Jr¹⁸⁶, sujeito às contingências da cultura de cada povo.

Com os Estados soberanos estabeleceu-se que os reis recebiam o poder por uma determinação providencial da onipotência divina, cumprindo o papel de representantes de Deus na terra. Com os movimentos de oposição às monarquias, o senhor absoluto dá lugar à

¹⁸⁴ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 65.

¹⁸⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 66-67.

¹⁸⁶ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 73.

nação. O pressuposto epistemológico da nova situação é a razão, o homem, o que determinou a ruptura com o transcendentalismo.

Com a burguesia criando forças, o liberalismo toma corpo como doutrina, inspirando as idéias da Revolução Francesa, de 1789: o surgimento do Estado-nação resultou na divisão dos poderes e um judiciário com características próprias.

A produção do Direito passa a ser canalizada para o legislativo e nasce a lei como fonte de Direito, alteração substancial em relação ao passado, onde ele era tido como uma forma estável de ditar o comportamento face às mudanças do mundo, informa Ferraz Júnior¹⁸⁷.

No século XIX, o Direito se institucionaliza; é o fenômeno sociológico da positivação, isto é, o direito é estabelecido por força de um ato de vontade de uma autoridade e só por força de um ato igual pode ser revogado. Positivação passa a ser sinônimo de decisão e as normas jurídicas não são senão esquemas conceituais abstratos e inflexíveis, descartando como irrelevante tudo o que nelas não está prescrito.

Com a Revolução Industrial e as transformações tecnológicas, a maleabilidade do Direito ou a possibilidade de ser alterado foi muito oportuna mas contribuiu para acentuar-lhe as características de um instrumento, de uma técnica ou *know how*, distanciado da prudência que marcou o Direito Romano, comenta Ferraz Júnior¹⁸⁸. Essa mutabilidade a princípio causou perplexidade dada a facilidade com que o legislador podia invalidar uma lei.

Não sendo mais somente um ato emanado de uma autoridade mas emanado do povo, através de seus representantes, o Direito perdeu o seu caráter jus-filosófico. Trata-se, conforme Rocha¹⁸⁹,

¹⁸⁷ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 74-75.

¹⁸⁸ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 76, 83.

¹⁸⁹ ROCHA, Leonel Severo. A Problemática Jurídica: uma introdução transdisciplinar. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris. Editor, 1985, p. 82.

da gênese política que originou o paradigma jurídico hoje dominante: o senso comum teórico dos juristas (revestido do ritual lei-ciência, neutra e imparcial) (...) O direito não é uma dimensão autônoma do político e um fundamento do Estado, mas uma forma constitutiva do mesmo e submetido às suas determinações gerais.

Nas palavras de Ferraz Júnior, já citado, expressando a vontade do povo e sendo esse povo mutável pela sua própria natureza, o Direito necessariamente teria que estar sujeito a mudanças.

Continuando, Ferraz Júnior¹⁹⁰ diz que no século XX o Direito constituiu-se como um conjunto de regras dadas pelo Estado, órgão protetor e repressor. Essas regras, dada a imprecisão e ambigüidade da linguagem, na qual se materializam, devem sujeitar-se ao processo da interpretação.

2.5 A relação entre Direito e linguagem

A linguagem natural, como já foi visto, é aquela que o homem utiliza para comunicar-se no seu dia a dia. Caracteriza-se pelas “imprecisões significativas, multiplicidade de regras de formação e carência, na maioria dos casos, de uma transmissão economicamente organizada”, explica Warat¹⁹¹. O significado dos seus enunciados revela um alto grau de dependência do contexto situacional, da experiência pessoal dos participantes e da posição que estão ocupando no momento da enunciação.

Diferencia-se daquela que o Positivismo classifica como linguagem de estrutura específica ou da ciência, como a linguagem técnica e a

¹⁹⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 76, 83.

¹⁹¹ WARAT, Luis Alberto. Op.cit., 1984, p. 52.

linguagem formal, que requer precisão lógica, economia expressiva e formulação de enunciados que possam ser aceitos como proposições “onde o sistema de evocações ideológicas e cargas emotivas fica excluído”, comenta Warat¹⁹². É uma linguagem de sentido universal.

A relação entre o Direito e a linguagem está no fato de as normas jurídicas serem expressas por meio dos signos lingüísticos, o que, em princípio, subordina o Direito a todas as nuances e circunstâncias que caracterizam a linguagem natural. Mas há divergências quanto à esse entendimento.

Os teóricos, já mencionados neste trabalho, que defendem ser ela uma linguagem natural, argumentam que constituindo-se o Direito como uma técnica de regulamentação do comportamento humano, a linguagem que é utilizada deve ser compreendida pelos sujeitos aos quais as normas são dirigidas e por aqueles que as aplicam. Isso só será possível se os enunciados constitutivos da ordem jurídica estiverem expressos na linguagem natural, que é aquela que o homem como componente de um grupo social, conhece e utiliza.

Dizem Gómez e Bruera¹⁹³ que

esta circunstância (...) no debe ser vista como una característica que inferioriza la ciencia jurídica frente a otras ciencias que ostentan la especificidad de un lenguaje simbólico o altamente formalizado, como por ejemplo, las ciencias exatas.

¹⁹² WARAT, Luis Alberto. Op.cit., 1984, p. 52-53.

¹⁹³ GÓMEZ, Astrid e BRUERA, Olga Maria. Op.cit., 1996, p. 80. Tradução do pesquisador: “Esta circunstância não deve ser vista como uma característica que inferioriza a ciência jurídica frente a outras ciências que utilizam uma linguagem simbólica ou altamente formalizada, como, por exemplo, as ciências exatas”.

O discurso jurídico, por si próprio, não é unívoco mas polifônico, haja vista as manifestações sócio-histórico e ideológicas que nele estão representadas.

Contrariamente, a corrente que entende ser a linguagem jurídica altamente formalizada, como a corrente positivista, fundamenta o seu posicionamento no fato, também incontestável, de que ela está permeada de termos técnicos, precisos, alguns deles com significados que só podem ser usados em um contexto jurídico, como *comodato*, *herança jacente*.

Querer comparar os dois enfoques é o mesmo que querer comparar conceitos jurídicos e conceitos geométricos; basta analisar os elementos componentes de um termo jurídico como o “dolo” e de um termo geométrico como o *triângulo*. O dolo deve reunir três elementos distintos: ser grave, ter sido causa determinante da ação e ser importante. O fato de esses elementos encerrarem juízos de valor impossibilita considerá-los equivalentes aos elementos que dão a definição de um triângulo: figura plana e três linhas retas. A experiência jurídica reconhece a dificuldade que enfrentam os juízes e agentes do Direito na aplicação dos ordenamentos legais devido a essa imprecisão da linguagem, característica da linguagem natural.

As características mencionadas criam dificuldades para os juízes, agentes, operadores e intérpretes do Direito. Quando o caso jurídico enquadrar-se naqueles em que a linguagem é vaga ou ambígua, eles deverão recorrer aos fatores extralingüísticos para torná-los mais definidos. Esses fatores incluem a sua consciência jurídica e os valores econômicos, sociais, políticos, éticos e até religiosos. Como ressalta Warat¹⁹⁴, pretender que a linguagem jurídica observe o rigor e a

¹⁹⁴ WARAT, Luis Alberto. Op.cit., 1984, p. 42.

precisão da linguagem formal é pretender “a construção de uma linguagem ideal, com aparência de realidade, que reforça a visão do mundo cristalizadora do *status quo*”, o que foge aos objetivos do Direito de garantir a segurança, a liberdade e o bem estar social, princípios que primam pela mutabilidade, dadas as condições históricas a que estão sujeitas.

2.6 O Direito e a interpretação

Considerando as características, a linguagem jurídica deve, necessariamente, ser submetida ao processo da interpretação para que possa ser entendido o sentido de seus enunciados.

Pela concepção formalista, a atividade interpretativa caracteriza-se como uma atividade dedutiva, o caminho lógico para explicitar a racionalidade da língua. Qualquer manipulação de conflito pode ser solucionada com fundamento no ordenamento legal, na lei, que é a única fonte do Direito. É o processo próprio do raciocínio da matemática e da lógica, cujas conclusões resultam, necessariamente, da aplicação de premissas. Essas conclusões nunca poderão ser falsas se as premissas forem verdadeiras.

Para a concepção realista, observa Ferraz Júnior¹⁹⁵

o propósito básico do jurista não é simplesmente compreender um texto, como faz, por exemplo, o historiador ao estabelecer-lhe o sentido e o movimento no seu contexto, mas também determinar-lhe a força e o alcance, pondo o texto normativo em presença dos dados atuais de um problema.

¹⁹⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 256.

A intenção é conhecer o sentido da norma para, através desse conhecimento, chegar a uma decisão sobre o problema que se apresenta.

Em face dessa particularidade, que dá à interpretação um alcance que vai além de determinar o sentido básico dos signos, apresentam-se dificuldades que devem ser avaliadas.

Diz Ferraz Júnior¹⁹⁶ que “para entender corretamente o que alguém diz, (...) é preciso estar de posse de um instrumento que nos permita decifrar a palavra no seu contexto”. Com o uso do verbo “decifrar” no infinitivo, ocupando o lugar de um substantivo, que é o tempo gramatical que exprime um conhecimento adquirido, o autor quer significar que é necessário desvendar, descobrir o significado da palavra. Isso implica na aceitação de algumas premissas: o signo não tem significado isoladamente; a língua admite mais de um uso para o mesmo signo; a maioria dos signos da linguagem natural é semanticamente imprecisa e ambígua.

A decodificação requer o domínio de algumas regras de controle, como as da sintaxe (relação entre os signos), as da semântica (relação entre signos e os objetos) e as da pragmática (relação entre os signos e as suas funções e o usuário). Mas implica, também, em desvendar o sentido conotativo das palavras, aquele que elas adquirem quando são considerados os fatores extralingüísticos.

A interpretação ainda pode variar conforme os juristas adotem uma postura formalista ou realista. A vertente formalista tem a sua variante mais importante consubstanciada na hermenêutica dogmática, que se anuncia na última metade do século XVIII e início do século XIX. É o período em que as normas de Direito, até então dispersas, passam a ser

¹⁹⁶ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 258.

codificadas e sistematizadas. A lei é acolhida como a única fonte de Direito e a vontade do legislador é o critério exclusivo para desvelar o seu significado. O método lógico-dedutivo, que parte de premissas pré-estabelecidas, é selecionado como ferramenta para o trabalho interpretativo. Nesse esquema cabe ao juiz apenas declarar se o caso analisado enquadra-se ou não nas normas existentes. Diante dessa situação, Gómez e Bruera¹⁹⁷ afirmam: “el juez es un autómató (...) y su función se limita a un acto puramente racional (...) comparar la descripción de los hechos (...) com los hechos del caso que tiene que decidir”. Ao juiz cabe apenas decidir se a lei é ou não aplicável ao caso em concreto.

Essa hermenêutica dogmática é criticada por querer ser mais verdadeira do que a realidade. Ela poderá ser compreendida se for levada em consideração a ideologia que a ampara. Não facilitando outras interpretações, ela transmite a idéia de segurança, da inquestionabilidade da lei. Uma decisão será justa se for logicamente derivada da lei. Em consequência, são rejeitadas quaisquer soluções baseadas em critérios extraleais, na realidade social.

Essa postura rígida encontra opositores. Uma das oposições mais acirradas é a da escola do direito livre, que defende o princípio da justiça como o principal fundamento do Direito. Nos casos de incompatibilidade entre os termos da lei e o problema existente, cabe ao juiz legislar sobre o assunto. O realismo, como método de interpretação, dizem Gómez e Bruera,¹⁹⁸

¹⁹⁷ GÓMEZ, Astrid e BRUERA, Olga Maria. Op.cit., 1984, p. 95. Tradução do pesquisador: “O juiz é um autómató e a sua função se limita a um ato puramente racional: comparar a descrição dos fatos com os fatos do caso que deve decidir”.

¹⁹⁸ GÓMEZ, Astrid e BRUERA, Olga Maria. Op.cit., 1984, p. 98. Tradução do pesquisador: O realismo, como método de interpretação “reconhece ao juiz a mais ampla liberdade para interpretar o caso, podendo considerar em sua decisão todos os elementos que de alguma maneira podem incidir sobre o mesmo, como os fatores sociais, históricos, econômicos, etc, isto é, os valores vigentes que atuam sobre o caso a ser julgado”.

reconoce ao juiz la más amplia libertad para interpretar el caso, pudiendo considerar en su decisión todos los elementos que de alguna manera puedan incidir em el mismo, como ser, factores sociales, históricos, económicos, etecétra, es decir las valoraciones vigentes que rodean el caso a juzgar.

A zetética, como já referido, é outro método de interpretação que se opõe à postura dogmática. É um método de indagação que parte de um conjunto de opiniões e de infinitos questionamentos para chegar à solução do problema. A falta de uma resposta não invalida o processo, apenas deixa a pesquisa em aberto.

São múltiplas as críticas aos enfoques formalista e realista. A aceitação da postura formalista implica na aceitação de que as normas jurídicas não são expressas em linguagem natural, o que não corresponde exatamente à verdade, pois, freqüentemente a sua textura é aberta, tornando imprescindível a interpretação. É preciso levar em consideração os fatores sociais, pois o ordenamento jurídico dita normas de comportamento, intimamente relacionadas à conduta do ser humano, onde a diversidade é uma das características principais. É impossível separar o homem e a linguagem, pois a palavra reflete a instabilidade própria do ser humano. A postura realista mostra que tanto há casos que se adaptam perfeitamente à lei, como mas há outros casos duvidosos, tornando necessária uma interpretação que vai além dos princípios da hermenêutica dogmática. Ela é classificada como uma doutrina idealizadora, ou um conjunto de preceitos cristalizados, um sistema fechado, surdo aos clamores da sociedade. Os positivistas, que defendem a hermenêutica dogmática, negam esse entendimento, tomando por base a premissa que estabelece que todo dogma deve ser explicitado. É uma explicação pouco convincente pois a fonte que

esclarece é a mesma que instituiu a premissa, configurando uma tautologia ou um pleonismo, que repete mas não elucida.

Para os que aceitam que o código lingüístico resulta de uma convenção, avalizada pelo grupo social, o significado de um objeto ou coisa é determinado tomando em consideração as suas características principais. São esses elementos que vão dar o significado. Esse processo, entretanto, freqüentemente apresenta falhas, lacunas, resultantes da imprecisão e da ambigüidade que conspiram contra a precisão e a clareza, que são características próprias da linguagem e que lhe dão a textura.

A interpretação pela hermenêutica dogmática conta com o aval de Kelsen¹⁹⁹. Afirmar ele que dado o significado plurívoco das normas, resultante da vaguesa e da ambigüidade do significado das palavras, há necessidade de ser fixado um sentido único entre os muitos possíveis. É um enfoque rebatido por Ferraz Júnior²⁰⁰ que qualifica esse procedimento como

uma tentativa de persuadir alguém de que esta e não aquela é a melhor saída, a mais favorável, dentro de um texto ideológico, para uma estrutura de poder. É, no máximo, uma proposta política que se esconde sob a capa de uma pretensa cientificidade.

Mas Kelsen²⁰¹ se posiciona dizendo que, para todo problema é preciso encontrar uma solução, uma decisão. Assim, faz-se imprescindível criar condições que conduzam a um desfecho. Um dos caminhos é o estabelecimento de um significado único que prepondere sobre outros possíveis.

¹⁹⁹ KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 387 a 397.

²⁰⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 263.

²⁰¹ KELSEN, Hans. Op. cit., 1994, p. 387 a 397.

O fato é que ao disciplinar a conduta humana, as normas jurídicas usam palavras ou signos. Esse uso, diz Ferraz Júnior²⁰², pode ser onomasiológico, isto é, o uso corrente para a designação de um fato, ou semasiológico, ou seja, a palavra é usada com um significado específico; o legislador tira o vocábulo da linguagem cotidiana e lhe atribui um sentido técnico, apropriado para aquela situação. Isso ocorre, por exemplo, com a palavra “parente”, que tem um sentido vulgar e um sentido jurídico, descrito no artigo 33 do Código Civil Brasileiro de 1916. Juridicamente, esse sentido exato é importante para que não haja uma má aplicação do Direito, acrescentam os positivistas.

Cabe uma ressalva com relação a essa colocação; o propósito básico do jurista não é simplesmente compreender o texto. Muito mais importante é determinar o efeito que produz na sociedade onde é aplicado, ou em que condições está sendo entendido. Se esse entendimento é apenas de superfície, a sua aplicação fica prejudicada.

A fixação de um sentido básico e único apresenta muitas dificuldades, o que torna necessário encontrar algumas regras para determinar o sentido das palavras.

Já foi visto que a linguagem ou língua constitui um sistema de símbolos que se relacionam. Conseqüentemente, eles nada significam isoladamente; o seu sentido depende do uso, isto é, do discurso ou da fala, quando o emissor transmite algo e o receptor entende a mensagem. Esse entendimento pode não ocorrer, como nos casos de códigos lingüísticos diferentes, ou, tendo o mesmo código, os usos não coincidem.

Diante desse quadro percebe-se que interpretar significa decodificar os significados no seu uso. Isso requer o conhecimento das regras de controle das combinações possíveis, que são as regras sintáticas, as

²⁰² FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 254.

regras de controle da denotação e da conotação ou regras semânticas e ainda as regras pragmáticas. Ou, como diz Ferraz Júnior²⁰³, os critérios para uma interpretação correta e verdadeira são a coerência inteligentemente aplicada (sintaxe), o consenso ou a busca do sentido compartilhado (semântica) e o sentido justo (pragmática).

A interpretação do discurso jurídico deve transpor uma linguagem que se quer técnica e formal para uma linguagem natural, adequando-a ao mundo real.

Em meados do século XIX duas teorias se confrontam: os subjetivistas reconhecem que na interpretação deve preservar a vontade do legislador e os objetivistas dizem que a norma independe dessa vontade: o que deve prevalecer é o espírito da lei, isto é, ela deve considerar os fatos da realidade existentes no momento da sua aplicação.

As duas correntes estão eivadas de notória insuficiência. Conforme Ferraz Júnior,²⁰⁴ a uniformização do sentido resulta do chamado “poder da violência simbólica”, isto é, do poder de impor, legitimamente, um significado único às palavras. O “poder” referido não se refere à força física, nem à coação e nem à qualquer ação do emissor. Poder, nesse contexto, significa controle, exercido pelo emissor mas sem eliminar a ação do receptor. O emissor apenas neutraliza a ação do receptor que pode mas não quer reagir e se alia ao pensamento do locutor.

No fundo, em toda interpretação existe uma relação de poder, de autoridade, de poder-autoridade. O poder da violência simbólica, já referido e comentado, é o poder de impor regras de uso da linguagem, que permanecem, independentemente da passagem do tempo; permanecem enquanto o poder-autoridade assim determinar.

²⁰³ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 260.

²⁰⁴ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 272, 276.

Diz Ferraz Júnior²⁰⁵, que a boa interpretação repousa no enfoque do intérprete, precisamente, na confiança em sua competência e no conhecimento da estrutura da língua, estrutura que tem a aprovação da comunidade lingüística. Essa situação é que vai possibilitar a uniformização de sentido.

Os métodos de interpretação são, então, técnicas para uma reformulação do texto de forma a torná-lo mais persuasivo, ou seja, neutralizam o sujeito e os efeitos extralingüísticos e uniformizam os sentidos.

O método lógico-sistemático ou gramatical pressupõe que a ordem das palavras e o modo como elas estão ordenadas são importantes para um significado correto da norma; o método histórico-sociológico leva em consideração o sentido do momento, o que supõe o consenso. O método teleológico generaliza a finalidade, que passa a expressar verdades universais, pela neutralização da carga emocional ou valorativa das palavras.

De fato, os diversos métodos de interpretação utilizados não fazem mais do que parafrasear, reformular e universalizar o que já foi dito, com isso cerceando outras opiniões. A hermenêutica dogmática realiza essa tarefa com base em três princípios fundamentais: a coerência do texto, o consenso quanto ao significado e a finalidade, o propósito do que é dito. O êxito do Direito como elemento de segurança, segundo a hermenêutica dogmática, repousa no princípio da imutabilidade da lei; é a crença antiga de que a língua dos deuses era inacessível aos homens, opina Ferraz Júnior²⁰⁶; a hermenêutica dogmática é a intermediária que faz falar a lei ou o texto guiando-se pelo poder do sistema.

²⁰⁵ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 274.

²⁰⁶ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op.cit., 1994, p. 307.

Warat²⁰⁷ vai além das fronteiras da hermenêutica dogmática e principalmente das fronteiras traçadas por Saussure²⁰⁸, que estabeleceu a dicotomia língua/fala mas não considerou os elementos extralingüísticos para o estabelecimento do significado.

Entendendo a língua como um fato social Warat²⁰⁹ deslocou e ampliou a base da análise da linguagem; passou da observação dos dados para a observação da produção. Esse deslocamento coloca a linguagem no campo do acontecimento, do processo, do discurso. Com fundamento nesse paradigma, Warat propõe estudar a linguagem jurídica no momento de sua enunciação, quando se registram as práticas sociais. Dado a influência do órgão instituidor do sistema da linguagem, chamou a sua proposta de Semiologia do Poder. O objetivo maior é o de demonstrar que a linguagem jurídica pode ser utilizada como um instrumento de dominação do ser social.

Sendo o Direito a base da organização social, sem o amparo da lei e da justiça, o homem, que ocupa um lugar privilegiado entre os animais, passaria para o fim da fileira. A análise da linguagem na qual o Direito se materializa deve ir além do estudo da sua sintaxe, das imprecisões e das ambigüidades de seus termos; ela deve incluir, também, os componentes políticos e ideológicos contidos nos significados e aquilo que Orlandi²¹⁰ chama de historicidade. A compreensão do Direito depende da linguagem em que ele vem expresso.

Essa linguagem jurídica, que não é senão a linguagem natural, caracteriza-se pela incompletude. A linguagem ou o discurso jurídico é processado pela história; condicionado pelas organizações detentoras do poder, o seu texto é a expressão das formações sociais e

²⁰⁷ WARAT, Luis Alberto. Op.cit., 1984, p. 26-27.

²⁰⁸ SAUSSURE, Ferdinand de. Op.cit., 11^a ed., s.d..

²⁰⁹ WARAT, Luis Alberto. Op. cit., 1984, p. 99.

²¹⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1998.

conseqüentemente, os significados têm a conotação política e ideológica do grupo dominante nas sociedades de classe. O discurso jurídico está marcado por sinais que identificam a ideologia da dominação, que expressam a visão de mundo do órgão instituidor. Ele é igual a qualquer discurso particular, diferenciando-se apenas pela presença de enunciados de caráter normativo, prescritivo e performativo.

Esse discurso não é imutável, como afirmam alguns estudiosos e como o queria Justiniano com o seu *Corpus Júris Civilis*²¹¹, e atualmente, o querem os positivistas. A realidade, e Fonseca²¹² o confirma, é que “as formas jurídicas sofrem a influência do tempo e da mentalidade em que se concretizam e em que informam os fenômenos sociais”.

Não há relação direta entre a palavra e o objeto que ela denomina porque o termo não retém a essência da coisa, por isso ela, a linguagem, deve ser interpretada considerando o histórico e o lingüístico, que são indissociáveis no processo de produção dos sentidos. A linguagem constitui um processo histórico-social onde o sujeito, o autor, é parte do processo.

A historicidade fragiliza o enfoque de Saussure,²¹³ para quem a arbitrariedade domina o sistema lingüístico. Esse argumento é rebatido por Warat²¹⁴ para quem “a idéia da arbitrariedade convencional é relativa”; pois os signos se organizam como um sistema, e isso, por si só, limita a arbitrariedade a que se refere o mestre genebrino. Warat também contesta que essa arbitrariedade possa ser absoluta, como quer Saussure, no sentido de que o significante é inominado, isto é, não tem nenhuma relação com o significado. Nem tanto ao céu nem tanto à terra. Há sistemas em que a arbitrariedade é absoluta, como nos sinais de

²¹¹ FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 63.

²¹² FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Cláusulas abusivas nos contratos. Rio de Janeiro. Forense, 1993, p. 2.

²¹³ SAUSSURE, Ferdinand de. Op.cit., 11ª ed., s.d., p. 83.

²¹⁴ WARAT, Luis Alberto. Op.cit., 1984, p. 26-27.

trânsito mas em muitos outros ela é apenas relativa. É o caso dos signos lingüísticos, dos códigos de cortesia, e dos textos legais, entre outros. “Quanto mais vaga se torna a convenção, mais o valor do signo varia com o usuário”, explica Warat²¹⁵, permitindo o desenvolvimento de ideologias ou manifestações de poder.

A língua é um produto das forças sociais. Como já comentado, desde a sua remota origem, o homem viu-se compelido a inventar a linguagem impulsionado pelas exigências da vida em sociedade; isso tira à linguagem a condição de fenômeno livre, inteiramente dependente do sujeito que dela se utiliza.

A imposição arbitrária dos significados, como quer Saussure²¹⁶, só poderia ocorrer se eles fossem vazios, mas o que se verifica é que eles dependem dos fatores extralingüísticos. Parece que para o mestre genebrino, esses fatores se confundem com a herança lingüística, pois explica que

A todo instante, a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolher. Dizemos homem e cachorro porque antes de nós se disse homem e cachorro (...) Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição e basear-se na tradição pode ser arbitrário.

É um argumento bastante discutível. Traçando um paralelo entre a concepção de língua conforme o formalismo e as propriedades que lhe confere Saussure, verifica-se que os juristas acreditam que interpretar é encontrar o significado real das palavras da lei; esse entendimento

²¹⁵ WARAT, Luis Alberto. Op. cit., 1984, p. 27.

²¹⁶ SAUSSURE, Ferdinand de. Op. cit., 11ª ed., s.d., p. 88.

revela a filiação à tese platônica ou essencialista, segundo a qual a palavra encerra a essência da coisa designada e a rejeição à teoria de que o sentido é determinado pela historicidade, diz Warat²¹⁷.

Para a corrente positivista vigora o princípio de que o conhecimento poderá ser distorcido por uma linguagem defeituosa, razão porque deve primar pelo rigor lingüístico. Essa postura é criticada por Warat²¹⁸ como manifestamente dogmática. Diz ele, que, nesses casos; “Onde não há rigor científico, não há ciência”. Fazer ciência seria, então, traduzir os dados do mundo em uma linguagem mais rigorosa que a linguagem natural.

O Positivismo, que fundamenta o estado atual da Ciência Jurídica, observa as tendências da corrente formalista. Em consonância com essa postura e conforme levantamento procedido por Warat²¹⁹, essa corrente afirma que em relação ao Direito, a linguagem é lógico formal e a lei é a sua única fonte para a interpretação. O Positivismo exalta o valor segurança e organiza o pensamento observando o raciocínio lógico; parte de um axioma explicado silogisticamente mediante duas premissas e uma conclusão, a qual expressa uma verdade.

Esses princípios se opõem à crença realista, segundo a qual o Direito é expresso em linguagem natural, vaga e ambígua e, contrariamente à posição positivista, considera como fonte todos os fatos que possam conduzir à uma decisão. Em consonância com o realismo, os juízes criam o Direito.

O formalismo ou o cientificismo conceitua-se como uma busca da verdade, uma busca que faz parte da essência do homem.

²¹⁷ WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984, p. 28.

²¹⁸ WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984, p. 37.

²¹⁹ WARAT, Luis Alberto. Op.cit., s.d., p. 56.

Para Fiorin²²⁰, a origem do conhecimento está no mito que, posteriormente deu lugar à ciência, a qual visa expor os fatos e desmascarar a ficção e o imaginário, firmando a crença no absolutismo da ciência e a certeza das suas verdades; com ela, se afastam os erros e as superstições, instalando-se o estado positivo do conhecimento. Passou-se do mito que, através do imaginário explica aquilo que é desconhecido para o homem, à ciência, para atingir o certo e o inquestionável. Mas enquanto a ciência não puder explicar a origem de todas as coisas sempre haverá um lugar para o pensamento mítico, que funciona como um recurso para suprir o desconhecido; a ciência quer contar a verdade com base no certo e no indiscutível. Mas, enquanto utilizar uma linguagem estática, de estrutura cristalizada, ela foge às condições do discurso e da realidade, o lugar da instabilidade, onde são infringidas as leis do sistema e da ordem do mundo, estabelecidas com o estruturalismo de Chomsky, que as erigiu como princípio lingüístico e científico. Princípio muito criticado, porque, “apesar de tudo, a língua se transforma, (e por isso) é muito mais difícil fazer a Lingüística estática que a histórica”, pondera Saussure²²¹, porque ela deve ser imobilizada, o que não é natural. Mas é o que quer fazer a ciência que também se materializa na linguagem e materializa o conhecimento. Contudo, os modelos estáticos desenvolvidos freqüentemente mascaram propriedades essenciais da linguagem como o dinamismo, a incerteza, a indecisão, a ambigüidade, afirma Fiorin²²².

Mas a corrente positivista sustenta a idéia de que a ciência deve usar uma linguagem precisa para que o conhecimento não seja deformado. É

²²⁰ FIORIN, José Luiz. As astúcias do enunciado – as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1999, p. 9-24.

²²¹ SAUSSURE, Ferdinand de. Op. cit., 11ª ed., s.d., p. 118.

²²² FIORIN, José Luiz. Op.cit. 1999, p. 18.

a razão apontada para ela utilizar uma linguagem mais rigorosa do que a natural ou comum, que está eivada de ambigüidades e imprecisões.

O Direito, ocupando um lugar entre as ciências, e atendendo ao princípio exposto, deveria ser expresso em linguagem formal. Contudo, ocupando um lugar entre as ciências humanas, que tratam do comportamento do homem, e considerando que esse homem caracteriza-se por uma natural instabilidade, o Direito precisa necessariamente, ser materializado na linguagem natural, conforme explica Fiorin²²³.

Já foi comentado que a linguagem formal ou científica utiliza axiomas, ou seja, silogismos que encerram verdades indiscutíveis, universalmente aceitas, tão exatas que não exigem demonstração. Quando se diz “esta cadeira é branca”, o enunciado está expressando um fato que pode efetivamente ocorrer e que, por isso mesmo, não precisa ser demonstrado. É bem diferente do que ocorre com a expressão “os duendes se apaixonam em maio”, sugerida por Warat²²⁴, que é, decididamente, sem sentido e não contém uma noção de verdade.

A postura positivista não é pacífica, principalmente na área do Direito. Ao disciplinar o comportamento do homem, exigência que a vida em sociedade impõe, o Direito usa signos lingüísticos, estabelecendo uma relação direta entre Direito e linguagem. Esses signos ou palavras podem ser usados com o sentido que lhes dá o uso corrente, a linguagem natural, o sentido onomasiológico ou podem ser empregadas com uma significação normativa ou semasiológica.

Sendo o Direito uma ciência humana, que acolhe variantes sociais, morais, políticas e históricas, a linguagem que o materializa está impregnada de juízos de valor, o que impossibilita o julgamento dos

²²³ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1999, p. 9-24.

²²⁴ WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984, p. 41.

fenômenos em termos de verdadeiro ou falso, corolário da tradição científica marcada pelo Positivismo, onde, diz Warat²²⁵

não cabem postulações morais, políticas ou sociais, visto que os vínculos do positivismo com o *mundo da vida* são orquestrados pela concepção de uma razão instrumental orientada pelas relações meio-fim.

Sob essa ótica, só é considerado *científico* aquele saber que elimine possíveis juízos de valor, limitando-se a uma mera descrição cientificista da realidade.

As ciências humanas, e entre elas as Ciências Jurídicas, apresentam uma particularidade distintiva: elas pressupõem a explicação do objeto ou do seu funcionamento, mas também a sua compreensão no complexo das relações em que está inserido, o que implica na manifestação juízos de valor; para outros ramos da ciência isso é considerado uma anomalia.

Em face desses parâmetros não há como enquadrar o Direito entre os requisitos que conceituam a ciência física. O seu conjunto de ordenações ou normas não é imutável e nem universal e não lhe cabe reproduzir os fatos sociais, mas sim compreendê-los para atuar conforme as peculiaridades de cada caso.

O que o Direito tem em comum com a ciência é o fato de constituir-se como um conjunto ou agrupamento de normas postas, isto é, impostas por uma autoridade competente ou legítima, que tem por objetivo organizar regras que possam ser aplicadas, de forma geral, para garantir a segurança, a igualdade e o bem-estar comum desse grupo.

²²⁵ WARAT, Luis Alberto e PEPÊ, Albano Marcos Bastos. Filosofia do Direito - uma introdução crítica. São Paulo: Editora Moderna, 1996, p. 13.

Essa visão positivista do Direito abre mão do místico, da teologia e da intuição, evoluindo para uma percepção científica da realidade, uma forma muito específica do saber.

A citação de Souza²²⁶ elucida com bastante clareza a posição da corrente positivista. Diz ele que

o bom funcionamento da sociedade depende de um consenso quanto a seus valores fundamentais: a ordem social é a condição indispensável para que o sistema funcione de modo eficaz e possa assim desenvolver-se e progredir. Tudo aquilo que não respeitar essa ordem deve ser visto como patológico e disfuncional.

Isso significa a exclusão de valores pessoais, resultantes de crenças e expectativas particulares e elimina a crítica da razão humana, dada à sua subordinação ao princípio da dogmática.

Sob esse aspecto é que o Positivismo abre a possibilidade de colocar a atual forma de saber jurídico na condição de ciência. A dogmática jurídica vincula o sentido de uma proposição a um método de verificação de fatos e experiências, o que representa um procedimento senão estranho, pelo menos, singular. Argumentam os positivistas que essa vinculação garante o princípio da segurança jurídica, por sujeitar o juiz ao texto legal; qualquer pretensão de dele afastar-se fica limitada ao uso dos recursos permitidos, entre os quais desponha a análise lingüística atrelada à gramática e à rigorosa conformidade com a linguagem da lei.

Esse entendimento do positivismo postula, também, que o significado de uma proposição ou de um termo deve estar circunscrito às suas propriedades designativas ou aos seus elementos constitutivos, ao seu

²²⁶ SOUZA, Luiz Sérgio Fernandes de. O papel da ideologia no preenchimento das lacunas no direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993, p. 26 e 63.

definiens, que constrói o seu sentido denotativo. Se isso não ocorrer, se o seu significado não for identificável por meio desse procedimento, o termo não deverá ser usado, salvo se for dada a explicação do seu sentido pelo processo chamado estipulação. Esse recurso é conhecido, também, como violência simbólica.

Reafirma-se o propósito do Positivismo de criar uma linguagem purificada, ideal, que afasta qualquer interferência do mundo exterior, dessa forma neutralizando outras manifestações, mantendo o significado sob o controle do órgão instituidor do Direito.

É uma filosofia extremista, que não dá valor ao contexto e ignora o papel que a ideologia ocupa na linguagem. Desconsidera a pragmática, que conecta a linguagem ao uso e à intenção do locutor ou do agente da fala e à tudo o que fica subentendido e que pode ser trazido à tona pelo processo da inferência e também por recursos lingüísticos.

Projetada na linguagem do Direito, a análise pragmática oportuniza a pretensa neutralidade científica, e a denúncia da presença de marcas que expressam dominação, apontando desigualdades sociais. A linguagem científica ou formal cerca-se de cuidados para garantir o sentido unificado das palavras, o que impossibilita as associações e os julgamentos de valor.

Para Warat²²⁷ os princípios do Positivismo são utópicos porque não há como negar a presença, na linguagem, de elementos extralingüísticos como os sócio-políticos, históricos e culturais; eles estão na sua constituição, na natureza da linguagem. O êxito de uma mensagem não se esgota na significação de base; muito depende dos fatores mencionados e ainda da interpretação, do não dito e de como esses silêncios são complementados pelo receptor.

²²⁷ WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984, p. 64, 65.

São razões bastantes para não vincular os critérios de significação a avaliações de verdadeiro ou falso. Trata-se de um procedimento adequado apenas para uma linguagem especializada, como é o caso das ciências exatas, expressas em fórmulas que não admitem interpretação.

No caso da linguagem jurídica, que é uma linguagem natural, predomina a condição pragmática do uso. Fatores intencionais dos usuários provocam alterações no sentido denotativo das palavras e expressões. A validade da norma deve estar em relação de concordância com o estado de coisas existentes e não em relação a uma ideologia dominante ou na vontade do legislador ou, ainda, de um sistema de normas transcendentais.

As medidas de que se cerca a linguagem científica, inibindo as associações e excluindo as manifestações da ideologia, que são próprias da linguagem natural, neutralizam o homem como ser humano, pensante e emotivo, criando um arremedo de linguagem, Warat²²⁸ denuncia esse modelo classificando-o como “um modelo marcado pelo esgotamento da produção lingüístico-semiológica”; a ela falta a complementação que advém dos elementos extralingüísticos.

Entre os lingüistas há movimentos no sentido de cercear essas limitações ampliando o campo da Semiologia, acolhendo o entendimento de que o sentido é afetado pela ideologia e pelas formações sociais.

A Semiologia do Poder, proposta por Warat²²⁹ avança no sentido de substituir o sujeito da fala, que se concentra nas suas intenções, pelo sujeito político-ideológico, que leva em consideração as relações de poder e as relações sociais que precedem os atos de enunciação. A fala

²²⁸ WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984, p. 99, 103.

²²⁹ WARAT, Luis Alberto. Op.cit. 1984, p. 83.

ou o discurso retratam a organização social e não podem ser vistos apenas sob uma perspectiva lingüística.

A Semiologia ainda dominante promove o distanciamento entre o emissor e o receptor dada a mediação exercida pelo órgão instituidor que, através do controle dos significados, manipula a vida dos indivíduos.

A Semiologia do Poder representa uma abertura para a compreensão do significado, quando admite que o discurso tem dimensões políticas.

Nesse novo enfoque, o discurso é analisado sob a ótica do interlocutor institucional isto é, sob a ótica das instituições que oficializam a linguagem e o Direito. Com isso, ela se reveste de verdades institucionais, roubando o seu sentido original, a sua historicidade, dando-lhe um sentido único. O novo enfoque requer que se verifique, nos discursos, o poder manipulante institucional.

O sentido, o significado, gira em torno do dito e do não dito, das relações internas dos signos e das relações semânticas e ainda das evocações provenientes do contexto, das relações associativas determinadas pelo emissor e pelo receptor e da materialidade ideológico-política e histórica das formações sociais. A Semiologia dominante tem dificuldades em considerar esses fatores. Na sua forma tradicional, ela transmite uma falsa ilusão de univocidade, derivada da crença na inalterabilidade dos sentidos e da instância sintática dos textos. Esquece que ao transmitir a sua mensagem, ao se comunicar, o falante não transmite apenas a sua intenção mas reproduz, também, a sua visão de mundo, o que garante a textura aberta e favorece a incompletude da linguagem.

A univocidade da linguagem jurídica, perseguida pelos positivistas, está apoiada em transgressões, voluntárias ou involuntárias, de tabus sociais. Ela ocorre pelo uso de uma gama de recursos lingüísticos

chamados atos fabuladores ou falácias, como o uso da argumentação, dos estereótipos, das estipulações ou redefinições e dos atos de violência simbólica. Mediante o uso desses recursos obtém-se “a coisificação dos sujeitos sociais e a consolidação do poder do Estado, sob a ficção de que os seus atos e discursos são realizados em nome de uma vontade geral - em nome de todos os homens”, ressalta Warat²³⁰. No caso do Direito, quem fala são os órgãos instituídos, freqüentemente agindo sob a pressão do poder econômico, especificamente, do capitalismo, e não do povo, através de seus representantes.

Os juristas, contudo, tendem a ser tradicionais, pouca importância dando aos elementos extralingüísticos, mantendo-se atrelados à metodologia interpretativa da hermenêutica dogmática.

O que está sendo sugerido neste trabalho, com apoio na discussão apresentada, é a introdução de um novo enfoque, denominado análise crítica do discurso, que se apóia na experiência de Warat, Orlandi, Fairclough e Brandão, todos já citados. O objetivo a ser alcançado é o de desvendar os sentidos implícitos na linguagem jurídica.

Neste trabalho, tratou-se, inicialmente, da linguagem, procurando formular as linhas gerais da sua evolução de um conjunto de sons e signos ou significantes com significados arbitrariamente impostos para a sua conceituação como discurso entendido como ação lingüística, como relação entre sujeito emissor, receptor e o contexto.

Em seguida (2º capítulo), investigou-se a relação da linguagem com o Direito, visto ser na linguagem que ele se materializa. Considerado como um conjunto de normas de comportamento, ele expressa as formações sociais que o constituíram. Como metodologia mais indicada para investigar os elementos constitutivos da situação comunicativa, apontou-se a análise crítica do discurso, indicando como e porque ele

²³⁰ WARAT, Luis Alberto. Op.cit, 1984, p. 69.

tem ou toma esta ou aquela forma e quais os efeitos que provoca na sociedade que ele reflete. Abordou-se, também, a análise crítica do discurso; baseada, principalmente, em Fairclough²³¹ e em Citelli²³², ela considera, num primeiro exame, a inteligibilidade do texto ou a sua linearidade, que abrange a coerência e a coesão, a sintaxe. Num segundo momento considera o significado das palavras, avaliando-as.

²³¹ FAIRCLOUGH, Norman. Op. cit., 1993.

²³² CITELLI, Adilson. Op. cit., 1968.

3 ANÁLISE CRÍTICA DOS MANUAIS DE IED²³³

O presente capítulo será dedicado à análise crítica de cinco conceitos: Ciência, Sociedade, Sujeito, Estado e Direito, enunciados por Paulo Nader²³⁴, André Franco Montoro²³⁵, Paulo Dourado de Gusmão²³⁶ e Maria Helena Diniz²³⁷ nos seus respectivos livros didáticos: Introdução ao Estudo do Direito, Introdução à Ciência do Direito, Introdução à Ciência do Direito e Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. Os cinco conceitos elencados acima constituem o *corpus* a ser submetido à análise.

A escolha desses autores resultou de um levantamento feito junto aos alunos dos primeiros anos de cursos de Direito da Universidade da Região de Joinville, de estatísticas junto à Biblioteca Coronel Alire Borges de Carneiro, anexa a essa universidade e consultas a livrarias especializados na área das Ciências Jurídicas, onde os autores e os livros citados estão entre os mais procurados.

Verificou-se que essas obras constituem verdadeiros manuais ou sumários, utilizados nos primeiros anos dos cursos de Direito, com a pretensão de oferecer aos iniciantes uma idéia de conjunto, o que não seria obtido pelo estudo isolado dos diferentes ramos da Ciência Jurídica.

Nesses primeiros contatos é comum os estudantes sentirem-se confusos em razão de que os conceitos transmitidos e a terminologia

²³³ IED= Introdução ao estudo do Direito.

²³⁴ NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

²³⁵ MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

²³⁶ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 2001.

²³⁷ DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 2001.

usada são, na prática, conhecidos somente pelos profissionais especializados e os professores, dessa área de conhecimento humano.

A introdução à ciência ou ao estudo do Direito dá noções gerais sobre o assunto e apresenta os conceitos fundamentais para o desenvolvimento do raciocínio jurídico.

Ao fazerem as suas conceituações, os autores deixam os sinais de suas filiações ideológicas, favorecendo uma investigação da sua visão de mundo. Com freqüência omitem-se de introduzir importantes discussões ou críticas de outros pontos de vista, enfeixando o Direito em uma ótica única e inquestionável.

A análise crítica do discurso, aqui proposta, visa detectar os sentidos implícitos na linguagem empregada pelos autores mencionados, visa encontrar sinais e marcas que revelem esses sentidos implícitos, que têm por objetivo fixar uma interpretação junto ao leitor.

Nos Estados democráticos, e o Brasil quer ser um deles, as idéias são expostas e discutidas. Se essas idéias querem impor direções, é preciso habilidade de linguagem para manejar os argumentos. A análise crítica quer verificar como isso ocorre.

Ela leva em consideração a palavra em movimento, observa como o discurso está estruturado, como está composto, mostrando como as palavras foram constituídas para convencer o leitor ou o receptor acerca de uma verdade, o que toma as características de “um exercício do poder via palavra”, observa Citelli²³⁸.

Analisar o discurso é dissecá-lo na sua estrutura e funcionamento. Analisá-lo criticamente tem por objetivo conscientizar o receptor de que o discurso contém mais do que está escrito; mostra que existe um modo de usar persuasivamente a linguagem com o intuito de dar a algum

²³⁸ CITELLI, Adilson. Op. cit., 1998, p. 9.

conceito uma dimensão de verdade universal, como quando a Constituição afirma que todos são iguais perante a lei.

A análise crítica do discurso quer demonstrar quais são os mecanismos usados para produzir a persuasão que leva ao convencimento do leitor e denunciar que, muitas vezes, a verdade constitui-se numa falácia, como é o caso do conceito do Direito como instrumento capaz de garantir a paz social.

Esse efeito de verdade é construído com o uso de recursos lingüísticos, entre os quais ainda perdura o estilístico, que em determinada época tornou os textos verdadeiros torneios de figuras de linguagem, mas vazios de idéias. Hoje em dia, a estilística ainda é usada como linguagem de uma classe, a elite, ou, negativamente, nas petições de advogados que pouco têm a dizer e por isso procuram tornar-se retumbantes com o uso dessas figuras de gosto duvidoso e verdadeiro artesanato verbal.

Numa sociedade organizada, o processo de transformação do ser humano em cidadão inclui uma progressiva conscientização do real, o que deveria acontecer, principalmente, pela educação.

Mas pensar a educação dentro de uma sociedade dividida em classes antagônicas ou em conflito, como o é a atual realidade brasileira, é pensar as idéias da classe dominante, da sociedade capitalista, que contrasta com aquela da classe menos favorecida. Nesse contexto, a escola, na realidade, constitui-se um instrumento para a reprodução das ideologias dos dominadores.

Frente à essa realidade, pergunta-se se a escola poderia ser diferente, se ela poderia conscientizar, ser um agente transformador da sociedade desigualitária em que vivemos. Entendemos que um dos caminhos poderia ser o da análise crítica do discurso dos livros didáticos, pelo menos os introdutórios às Ciências Jurídicas, pelas

razões já apontadas. O importante, porém, não é apenas conscientizar, mas conhecendo a realidade, planejar ações que possam contribuir para a transformação social, no sentido de uma sociedade mais humana, liberta dos grilhões da dominação.

A análise crítica é mais arejada por estar preocupada em estabelecer a ligação do discurso com as formações sociais que constituíram o seu contorno e o tipo de raciocínio utilizado para atingir e persuadir, onde se destacam o raciocínio apodítico, o dialético e o retórico, ou o demonstrativo, o argumentativo e o eloqüente.

Para verificar a construção do discurso persuasivo, é necessário conhecer a inter-relação entre os signos, a forma como se produz a frase, o texto e o discurso.

O signo é representativo, simbólico, isto é, as coisas não se confundem com as palavras. A relação entre elas é determinada pela arbitrariedade, mas principalmente pela necessidade. As circunstâncias históricas, o mundo concreto, os anseios, foram criando as condições para dar nomes aos objetos. A arbitrariedade surge com o poder de impor os significados.

O modo de organizar as palavras, de relacioná-las, pode determinar a direção que o discurso irá tomar; pode revelar o comprometimento ideológico de quem as usa. A relação entre signo e ideologia é própria da natureza do signo. Sem signos não existe ideologia, que não está dentro do objeto, mas fora dele, no usuário. Citelli²³⁹ dá o exemplo do martelo que, de instrumento de trabalho, passou a ganhar uma dimensão ideológica na União Soviética, dado o sentido que lhe foi conferido pelos órgãos instituídos.

As palavras até podem nascer com um significado neutro, mas

²³⁹ CITELLI, Adilson. Op. cit., 1998, p. 27.

passam a expressar valores e conceitos ao se contextualizarem, perdendo a neutralidade inicial. A linguagem contextualizada identifica-se com o modo de pensar da sociedade da qual é parte integrante.

A linguagem ou o discurso tem o objetivo de persuadir, de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos, ou de introduzir novas formas, fazendo com que o discurso apresente sempre um elemento de dominação. O discurso institucional, daquele que está no poder, sempre fala através de signos fechados, de significação disfarçada e única. Assim quer ser o discurso do Direito, que é um discurso institucional: ele não quer deixar espaços para questionamentos.

Citelli²⁴⁰ afirma que os signos “revelam as marcas das instituições de onde derivam. Ao absorvermos os signos, incorporamos preceitos institucionais que nem sempre se apresentam tão claramente a nós”. Por essa razão, é preciso que se esclareça aos leitores ou receptores a ponte que se estabelece entre os discursos e as falas institucionais para que não sejam iludidos pela retórica.

O discurso institucional ou oficial tem ou quer ter um aparente ar de neutralidade e cientificidade porque isso ajuda a perpetuar as relações de poder e deixa na marginalidade um mundo de vozes que não são ouvidas. É ainda Citelli²⁴¹ quem observa: “afinal, quem afirma é o doutor, o padre, o professor, o economista, o cientista, etc”. É o discurso de autores que têm as suas falas previamente reconhecidas, é o discurso que impõe uma série de condutas ao homem.

²⁴⁰ CITELLI, Adilson. Op. cit., 1998, p. 33.

²⁴¹ CITELLI, Adilson. Op. cit., 1998, p. 35.

Pela análise crítica do discurso estão sendo mostradas as relações entre os seus componentes, seguindo, em parte, o modelo sugerido por Citelli²⁴². Serão observadas as seguintes abordagens:

- o modo como o sujeito constrói o seu enunciado: o uso dos tempos verbais, o caráter parafrástico, a análise da linguagem, sua modalização ou sintaxe;
- o grau de polissemia das palavras empregadas que aumentam ou reduzem o grau de criatividade na interpretação, sua transparência ou semântica;
- os efeitos do discurso com relação aos conflitos sociais, sua ideologia ou pragmática.

Como já referido, é quase impossível contestar que a linguagem molda a realidade, que há uma relação entre a realidade, a linguagem e o indivíduo que a utiliza, pois, só se pode dizer o que se pode pensar. Conseqüentemente, a visão que as pessoas têm do mundo está presente na sua linguagem. Essa transposição nem sempre é transparente e clara como a desejam os formalistas e cientistas. Freqüentemente, dado a natureza própria da linguagem, ela é opaca e de textura aberta. Essa é a razão porque uma leitura acrítica acarreta uma apreensão apenas superficial dos textos, limitada à sua literalidade.

O discurso científico, onde se enquadra o discurso dos livros didáticos de introdução ao Direito, tem uma característica distinta; ele é argumentativo e, portanto, persuasivo, no sentido de ser dirigido a um interlocutor cujo pensamento ele quer influenciar, diz Coracini²⁴³.

O discurso científico, e ainda é Coracini quem fala, é um discurso que

²⁴² CITELLI, Adilson. Op. cit., 1998, p. 40.

²⁴³ CORACINI, Maria José. Um fazer persuasivo. O discurso subjetivo da ciência. Campinas (SP): Pontes, 1991, p. 89.

quer promover o leitor à posição de mero repetidor do experimento pelo seu envolvimento e convencimento da evidência dos fatos ou provas relatados. “Tal forma de argumentação anula toda possibilidade de crítica, ao mesmo tempo em que convence plenamente da veracidade dos fatos”, diz a autora²⁴⁴.

A linguagem do cientista (inclusive a do Direito), que constrói o conhecimento humano com base na organização dos dados, quer primar pela neutralidade, totalmente isenta dos interesses ideológicos que estão presentes em outros campos da atuação do homem.

Contudo, tratando-se de linguagem, automaticamente está sujeita à livre criação da mente bem como à ideologia, o que lhe tira o caráter de neutralidade e a coloca próxima do mito ou da fantasia. Utilizada com o objetivo de convencimento de verdades, caracteriza-se como expressão de dominação.

Nos livros texto ou livros didáticos introdutórios ao Direito, percebe-se que a linguagem nem sempre é individual, sendo utilizada com frequência como um jargão jurídico, o que lhe confere uma certa forma hermética, e por vezes, ininteligível para aqueles que não são da área, o que não tira, porém, “a marca indelével de sua origem humana (e por isso) exige ser pensada em concomitância com a intertextualidade, a polifonia que habita e permeia todo discurso”, como expressa Rajagopalan no Prefácio à obra de Coracini²⁴⁵. Não se pode falar, pois em neutralidade da linguagem, muito menos quando se trata da linguagem jurídica.

A análise crítica dos conceitos enumerados considera a manifestação dos autores mencionados, ressaltando as particularidades de cada um e enfeixando-as em três vieses distintos: descrição, explicação e

²⁴⁴ CORACINI, Maria José. Op. cit., 1991, p. 88.

²⁴⁵ CORACINI, Maria José. Op. cit., 1991, p. 11.

compreensão, esta considerando os efeitos nas formações sociais, especialmente com respeito às classes menos favorecidas.

3.1 Introdução ao Estudo do Direito, de Paulo Nader

Paulo Nader²⁴⁶ é o autor da obra *Introdução ao Estudo do Direito*, analisada em sua 20ª edição, publicada no ano 2000.

Nader foi classificado por Miguel Reale, no prefácio do livro, como “o jovem mas já experiente mestre de Juiz de Fora”, cuja obra vê como “reflexo de uma experiência pedagógica seriamente vivida”. É professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro da *Association Internationale de Philosophie du Droit et de Philosophie Sociale*, da *Association Internationale de Méthodologie Juridique* e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (membro correspondente). Da biografia constata-se que o autor tem formação específica em Direito e em Filosofia. Da leitura de sua obra verifica-se que apresenta as suas concepções em linguagem formal, deixando transparente a ideologia que as fundamenta.

3.1.1 Categoria 1 - Ciência

Entre os conceitos a serem estudados está o da “ciência”. Nader²⁴⁷ não cuida dessa conceituação de forma especial. Reserva-lhe um espaço ao abordar o tema da técnica jurídica e o seu significado. Explica ele que

²⁴⁶ NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

²⁴⁷ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 215.

O papel das ciências é o de fornecer ao homem o conhecimento necessário quanto às diversas ordens de fenômenos, tanto os de natureza física, quanto os pertinentes ao próprio homem, em seu aspecto individual e social (...); para o ser humano o conhecimento não constitui um fim. Muitas vezes para libertar-se, outras com o simples ímpeto para as realizações, ele explora ao máximo a ciência, para dela obter todos os frutos possíveis.

Nessa atividade de conversão do saber teórico em prático, comenta Nader, “o homem cria o mundo da cultura”. E acrescenta:

Para alcançar os fins que deseja, necessita utilizar um conjunto de meios e recursos adequados, ou seja, necessita empregar a técnica. Os antigos definiam-na como *recta ratio factibilium* (reta razão no plano do fazer), para distingui-la, consoante expõe a doutrina, da *recta ratio agibiliem* (reta razão no plano do agir).

Resumindo e parafraseando, a técnica constitui um conjunto de procedimentos apropriados para se alcançar os fins desejados. E, continuando, diz o autor

A técnica como a ciência, de um modo geral, é neutra em relação aos valores. É insensível. Pode ser empregada para promover os elevados interesses do gênero humano como para destruí-los. A conveniência e oportunidade de seu emprego dependem do homem. Este é quem possui a responsabilidade de desenvolver uma tecnologia humana.

Completando a sua exposição, Nader²⁴⁸ afirma “que o saber que apenas se situa no plano da abstração e não se projeta sobre a experiência humana revela-se estéril”.

O texto do autor segue muito de perto a estrutura da retórica clássica que tinha por objetivo a argumentação, o convencimento, a eloquência. No exórdio, ou no começo de sua fala, ele indica o assunto que vai ser tratado - o papel da ciência. A seguir, ilustra o assunto usando a argumentação e observando os passos recomendados pela retórica. Diz o essencial para tentar convencer o leitor: a ciência fornece o conhecimento necessário quanto às diversas ordens de fenômenos. Prossegue apresentando as provas para alcançar os fins propostos. No caso da ciência, afirma, é necessário que sejam usadas as técnicas adequadas. Finaliza com a peroração, o epílogo ou a conclusão, onde chama o leitor ou receptor para integrar o seu posicionamento: “A conveniência e oportunidade de seu emprego (da ciência) dependem do homem”. Ao usar a palavra “homem”, está incluindo o receptor e atribuindo-lhe a responsabilidade por quaisquer ações.

O texto é coerente e as afirmativas possuem consistência. O raciocínio é nitidamente apodítico ou convincente e os argumentos elencados dão pouca ou nenhuma possibilidade de dúvida ao receptor. Mas, ao final, o autor recorre ao elemento emotivo, próprio da retórica, quando desperta o leitor para a responsabilidade comum: a conveniência e a oportunidade de emprego da ciência dependem do homem. O uso da metáfora, “homem” para incluir o autor, transforma-se em eficiente mecanismo de envolvimento persuasivo.

Analisando o enunciado proposto nos seus elementos organizadores e fazendo a sua descrição, constata-se que o sujeito falante, o autor, é exclusivo. A relação ou a tensão entre emissor e receptor é impositiva,

²⁴⁸ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 216.

embora seja possível falar em outros sujeitos se forem levadas em consideração as citações latinas.

O uso de uma língua de uma outra época conduz o leitor ao passado distante, nebuloso e mítico, ao mesmo tempo que dá a certeza de permanência, de eternidade e de verdade, o que reforça a credibilidade da palavra do autor. Não é o “Zezinho” quem está falando. É o professor, o doutor em Direito, aquele cuja voz está autorizada pelas instituições legitimadas a falar em nome do poder. É também a voz das editoras, que publicam somente aqueles livros que serão mais aceitos pelo público. Orlandi²⁴⁹ explica essa fala dos autores quando diz que “(...) não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”.

A fala de Nader é representativa, própria da fala de uma classe culta, elitizada. Embora ele afirme que o saber sem ligação com a experiência, é estéril, ele não se deixa penetrar pelas formações sociais, pelo outro lado da dominação. O discurso funciona, de fato, como uma impressão digital que deixa expressas as características pessoais, e nem poderia ser diferente, pois, o uso da linguagem aprisiona a identidade, que se inclina na direção do poder.

Analisando o modo de construção dos enunciados, a modalização ou reação do sujeito ao assunto, constata-se peculiaridades que só serão percebidas por aqueles que têm consciência de que a linguagem não é transparente, translúcida, exigindo sempre uma interpretação.

Revendo o enunciado, nota-se o uso freqüente do verbo no tempo presente: o papel da ciência é, (o cientista) necessita utilizar os recursos, a ciência é neutra, (a ciência) é insensível, (a ciência) pode ser empregada, a conveniência e oportunidade de seu emprego (da ciência)

²⁴⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., 1999/2000, p. 9.

dependem, (o homem) é quem possui a responsabilidade, o saber que apenas se situa no plano da abstração (...) revela-se estéril.

O tempo presente é usado quando se quer dar aos fatos um caráter de realidade, o que confere ao enunciado um sentido impositivo, fechado a outras manifestações. Nader utiliza as técnicas adequadas para obter os efeitos de verdade que quer trazer para o leitor.

Fica excluída do texto desse autor, qualquer outra participação que não seja a da razão e da técnica, dando origem a um saber segmentado onde a manifestação da maioria dominada é desconsiderada.

Quando o autor enfatiza que a ciência, ao fornecer ao homem o conhecimento sobre os fenômenos, permite-lhe criar o mundo da “cultura”, Nader está afirmando que a cultura é criada pela classe dominante, que subsidia o trabalho científico, com as suas fábricas, a sua produção, o seu consumismo. A sociedade industrial corresponde ao estágio positivista, onde predominam as normas, as leis e onde o conhecimento, a cultura, é formada por esses procedimentos, constituindo-se como a soma das idéias, crenças e valores que embasam o comportamento da sociedade.

A própria palavra “cultura” traz as marcas de uma violência simbólica. A expressão o “homem cria a cultura” faz crer que o homem, no sentido de ser humano, de humanidade, é quem cria a cultura. Contudo as imagens geradas pela TV, principalmente a estrangeira projetam-se além das fronteiras e, transmitindo as suas mensagem e ideologias, “(vêm) a desempenhar um papel importante no encadeamento dos fatos sociais”, expõe Lyra Filho²⁵⁰. E continuando diz que “as dominações modernas, daquém e dalém fronteiras, é que nos visitam em casa, sem bater à porta, aparecendo no vídeo, que por isso mesmo controlam com a vigilância dum

²⁵⁰ LYRA FILHO, Roberto. O que é direito. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001, p. 66-67.

Falcão”. O homem faz a cultura mas quem a administra é o poder dominante, a quem pertence a mídia.

Para que essa cultura assim criada não se disperse, desconjuntando a ideologia da classe e dos grupos dominantes, comprometendo a sua autonomia, o poder instituído instala o controle através dos aparelhos apropriados. Legitimando a tecnologia, a autoridade constituída se fortifica e a classe capitalista impõe o seu domínio.

Feita a análise do conceito de ciência conforme Nader²⁵¹, não parece haver dúvidas de que o autor mostra uma significativa tendência positivista quando declara que “a ciência dirige o conhecimento humano (...) é neutra em relação aos valores. E insensível”. Comandada pela classe que detém o domínio econômico, ela pode ser classificada como um saber que confere poder.

Ler ou interpretar criticamente significa perceber que os textos refletem as estruturas sociais. Os indivíduos, em geral, não se dão conta de que os discursos são como ecos do mundo em que os locutores vivem. Ler criticamente significa interpretar as pistas que revelam a relação entre a linguagem e as práticas sociais. A leitura contribui para a transformação social e a formação da cidadania através da formação social dos significados.

Quando esse significado resulta de uma relação de poder, ele gera aceitação por parte da classe mais oprimida, da forma como elas são apresentadas. É possível que o leitor ou o ouvinte até perceba que há algo errado, mas não sabe ou não quer tomar outra posição e aceita o que lhe é transmitido pelos que detém o poder da palavra. Ele se deixa persuadir, não reage ou porque não sabe ou porque não quer, por não compreender a razão que se esconde atrás desse procedimento.

²⁵¹ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 215.

Essa atitude de resignação, de tudo aceitar, faz com que se criem formas de discriminação social, com predominância do conhecimento veiculado pela classe dominante.

Só com a conscientização do poder da linguagem e da possibilidade de identificar os sinais que revelam os recursos usados para tornar a palavra persuasiva, como a argumentação, o uso de brocardos latinos, de figuras de linguagem e de tempos verbais específicos, poderão ocorrer mudanças nas formas de ler e ouvir. Tanto na linguagem escrita como na falada, verifica-se um jogo de adivinhações.

3.1.2 Categoria 2 - Sociedade

Nader também não trata de forma especial a conceituação de sociedade: ele aborda o assunto em diferentes momentos. Diz, na página 15, que

para alcançar a realização de seus ideais de vida – individuais, sociais ou de humanidade - o homem tem de atender as exigências de um condicionamento imensurável: submeter-se às leis da natureza e construir o seu mundo cultural. São duas exigências valoradas pelo Criador como requisitos à vida do homem na Terra - com o vocábulo vida implicando desenvolvimento de todas as faculdades do ser.

Em novo parágrafo, nas páginas 15 e 16, explica o sentido de condicionamento, dizendo que ele é

imposto ao homem de forma inexorável, gera múltiplas necessidades, por ele atendidas mediante os processos de adaptação. Graças a esses processos, o homem se torna forte, resistente, apto a enfrentar os rigores da natureza,

capaz de viver em sociedade, desfrutar de justiça e segurança, de conquistar, enfim, o seu mundo cultural.

Mais adiante, na página 22, Nader comenta que

é na sociedade, não fora dela, que o homem encontra o complemento ideal do desenvolvimento de suas faculdades, de todas as potências que carrega em si. Por não conseguir a auto-realização, concentra os seus esforços na construção da sociedade, seu *habitat* natural e que representa o grande empenho do homem para adaptar o mundo exterior às suas necessidades de vida.

O homem precisa de pessoas, do grupo social para atingir os seus objetivos e vencer as leis da natureza. Para Nader²⁵² “os processos de mútua influência, de relações interindividuais e intergrupais, que se formam sob a força de variados interesses, denominam-se interação social (que) se apresenta sob as formas de cooperação, competição e conflito”.

O autor explica cada um desses elementos:

Na cooperação as pessoas estão movidas por um mesmo objetivo e valor e por isso conjugam o seu esforço (...). Na competição há uma disputa, uma concorrência, em que as partes procuram alcançar o que almejam, uma visando a exclusão da outra. Uma das características da sociedade moderna, esta forma revela atividades paralelas, em que cada pessoa ou grupo procura reunir os melhores triunfos, para a consecução de seus objetivos (...). O conflito se faz presente a partir do impasse, quando os interesses em jogo

²⁵² NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 22,23.

não logram uma solução pelo diálogo e as partes recorrem à luta, moral ou física, ou buscam a mediação da justiça.

Finaliza a exposição dizendo que

os conflitos são fenômenos naturais à sociedade, podendo-se até dizer que lhe são imanescentes. Quanto mais complexa a sociedade, quanto mais se desenvolve, mais se sujeita a novas formas de conflito e o resultado é o que hoje se verifica, como alguém afirmou, “em que o maior desafio não é o de como viver e sim o da convivência”.

A organização do discurso de Nader para falar sobre a sociedade tem as características preconizadas pela retórica; introdução, narração, provas e conclusão. Ao iniciar o capítulo sob o título “A dimensão sociológica do Direito”, Nader²⁵³ usa um recurso curioso, através do qual materializa significativamente o homem. Acentua aspectos negativos, que transformará, posteriormente, em aspectos positivos, enobrecendo aqueles que se adaptam e vencem os embates com a natureza.

Descreve o homem como um ser condicionado, acrescentando um juízo de valor a esse condicionamento quando o classifica de “imensurável”. Coloca-se na condição de um ser visionário que tem o poder de dizer a verdade e o poder para condenar o ser humano à condição de subordinado à uma força maior, de tal forma que pouco lhe resta senão a submissão às leis da natureza para construir o seu mundo cultural.

Percebe-se aí uma contradição ou uma incompatibilidade que traz a lume uma incoerência, que o autor tentará desfazer mais adiante. Se o homem é um ser condicionado e submisso não tem ele competência para construir o seu mundo “cultural”.

²⁵³ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 15.

Construir tem o significado de arquitetar, compor, formar, inventar, criar, dar origem. Quem se submete, anula-se, destrói-se como ser autônomo, individual e diferente. Nessa conceituação do homem, Nader revela a fala de uma pessoa de elevada "cultura", que se dirige a uma platéia cujo conhecimento do Direito estaria na fase introdutória.

Transparece subjacente o desejo de inculcação de um modelo social onde predominam aqueles que têm conhecimento superior e que por isso têm a possibilidade de "construir o seu mundo cultural", que conseguem vencer "condicionamentos imensuráveis", tão grandes, que sequer podem ser quantificados. Somente poderão ser vencidos por uns poucos eleitos, os senhores do saber e do conhecimento, os homens do "Direito".

Em um parágrafo subsequente o autor²⁵⁴ acena com a possibilidade de alteração da condição de subordinação do homem mediante "adaptações (...) que o tornarão forte, resistente, apto a enfrentar os rigores da natureza, capaz de viver em sociedade, desfrutar de justiça e segurança, de conquistar, enfim, o seu mundo cultural".

Aqui a variável do preconceito é mais acentuada. Só os seres que são capazes, que têm competência para vencer as dificuldades do meio ambiente, da natureza, é que se tornarão fortes e resistentes para viver em sociedade, podendo desfrutar da justiça e da segurança garantida pela vida em grupos. Fica subentendido que aos fracos só está reservada uma vida de subordinação aos rigores da natureza.

Se alguns seres humanos conseguiram evoluir, outros permaneceram dominados. O que o autor não comenta é a razão de poder existir uma situação de subordinação. Se todos os seres humanos enfrentam as mesmas condições, seria de justiça que uns e outros pudessem

²⁵⁴ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 15.

desenvolver as suas faculdades de forma igual, uma vez que o homem precisa de pessoas, do grupo social, para atingir os seus objetivos. Aos menos capazes deveriam ser proporcionados os meios para competir em igualdade de condições.

Não comenta a incoerência da conduta da sociedade, onde os membros de uma categoria ostentam privilégios enquanto nega a outras até o acesso à escola, à saúde, à habitação, ao emprego; não comenta o desequilíbrio econômico. O seu raciocínio tem caráter apodítico, de convencimento. A sua argumentação tem tal grau de fechamento que leva o receptor a aceitá-la como sendo verdadeira. O autor apela para o raciocínio retórico, ao conduzir o leitor a ver-se como um ser possuidor de todas as potências capaz de adaptar o mundo exterior às suas necessidades de vida e construir a sociedade, que constitui o seu *habitat*, o meio em que pode viver. Eleva o ego do homem ao fazer uso da expressão “conquistar o seu mundo cultural” para classificar o seu potencial: ao homem não falta nada; ele constitui um complexo íntegro de potências. É o apelo à emoção e ao sentimento, próprio da retórica.

Nader concebe a sociedade como sendo construída pelo grupo social forte, que vence os condicionamentos da natureza.

Os conceitos transcritos ajudam a pensar as possíveis relações existentes entre o discurso jurídico e a linguagem persuasiva ou argumentativa. Por trás da questão das relações interindividuais e de mútua influência se esconde a negação de uma formação harmoniosa da sociedade.

Esta se forma sob a força de vários interesses. O espaço é de luta. O texto revela como o narrador concebe os homens: movidos por vários interesses. Ensina que o meio determina o comportamento humano, o que é um fato histórico e biologicamente comprovado. O que ele não esclarece, porém, é que na conquista do meio, o mais forte se impõe,

não para criar um ambiente ou uma sociedade harmoniosa, mas para satisfazer os seus próprios interesses. Em termos de sociedade moderna, o capital dita as normas tendo ao seu lado o Estado e a mídia, ambos atuando sob o seu controle. O leitor é conduzido pelo caminho do convencimento, pelos pressupostos que estão nas crenças do autor.

A linguagem empregada não permite juízos de valor, com exceção do adjetivo “imensurável”, usado para classificar o condicionamento do homem, que lhe teria sido imposto de forma “inexorável”, e ainda o adjetivo “todas”, para quantificar as potencialidades. O escrito é linear, fechado e preocupado com a exposição das crenças do autor, cristalizando as múltiplas direções que o texto poderia seguir. Isso ocorre com os discursos de menor invenção que são freqüentemente os mais persuasivos porque pobres de sugestões e limitantes na possibilidade de valoração pelo leitor.

O texto é monológico; não há integração entre o emissor e o receptor, não há comunicação. O receptor é uma figura que somente lê e com isso a voz do enunciador tende a ser a mais forte.

O autor²⁵⁵ dá a sua explicação para os elementos que compõem a interação social, que dão origem à sociedade e que se apresentam sob a forma de cooperação quando as pessoas se movem levadas por um mesmo objetivo e valor. Nesse caso, há compartilhamento de juízos para determinar os objetivos. O leitor subentende que ele é parte desse processo de formação da sociedade porque assim o diz a autoridade do autor e pode até acabar por superdimensioná-la, a ponto de se incluir entre a classe que determina o curso da sociedade, passando a absorver passivamente as suas determinações.

Mas a sociedade é formada também pela competição, pela disputa,

²⁵⁵ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 23.

pela concorrência. A repetição da mesma idéia mediante o uso de termos diferentes visa oferecer uma escolha ao leitor e enfatizar a presença do elemento na composição do grupo social. É um recurso da persuasão porque permite a livre circulação de idéias. Mas prescreve o que se deve desejar, compreender, temer, querer e não querer. O discurso persuasivo não impõe, ele leva ao convencimento.

O leitor pode inferir do texto que, para ser parte da sociedade é preciso ser competitivo, é preciso concorrer com outrem e procurar ser o melhor. Pode-se perceber aqui uma descrição ou alusão à sociedade capitalista. O uso dos termos aumenta o prestígio do autor, que possui conhecimento e sabe utilizá-los.

O último elemento formador da sociedade, diz o autor, ainda na página 23, é o conflito, que ocorre quando se instala o impasse e as partes recorrem à luta, moral ou física. Há uma interação negativa, que o autor classifica com um fenômeno imanente à sociedade, ou seja, próprio dela. Esse argumento é explicitamente persuasivo: contém um raciocínio formal, pois se trata de um silogismo onde a premissa maior é constituída pelo enunciado “Toda sociedade é conflitante”, que leva a premissa menor “Eu sou membro da sociedade” e à conclusão de que todo membro do grupo social é um ser conflitante, que deve se impor pela força física ou moral.

É uma visão mecanicista, cartesiana, que vê o ser humano como essencialmente competitivo em vários graus. Capra²⁵⁶ comenta que

O estudo detalhado dos ecossistemas nestas últimas décadas demonstrou com muita clareza que a maioria das relações entre organismos vivos são essencialmente cooperativas, caracterizadas pela coexistência e a interdependência.

²⁵⁶ CAPRA, Fritjof. Op. cit., 1982, p. 273, 275, 276.

A competição pode existir e existe, mas o contexto de cooperação é mantido. Capra completa o comentário acima dizendo que

A agressão excessiva, a competição e o comportamento destrutivo são aspectos predominantes apenas dentro da espécie humana, eles têm que ser tratados em termos de valores culturais, em vez de se procurar “explicá-los” pseudocientificamente como fenômenos intrinsecamente culturais.

Essa visão da sociedade está relacionada à forma estratificada de interpretar a natureza, uma má interpretação que só se explica “para justificar as estruturas sociais e políticas autoritárias”, prossegue Capra²⁵⁷. O símbolo tradicional para essa estrutura é a pirâmide que estabelece as classes de pessoas.

O autor está intelectualmente preso a uma visão reducionista do mundo. As suas atitudes refletem uma visão que está mudando rapidamente, gerando a crise de percepção iniciada no século XX. O mundo de hoje é globalizado, interligado e os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Dentro dessa ótica, necessita-se de uma perspectiva metadisciplinar de coexistência e interdependência, que o cartesianismo não oferece. Esse novo paradigma só poderá ser implantado mediante profundas transformações em nossas instituições e valores. Se forem examinadas as fontes da crise cultural pela qual passa a humanidade, ver-se-á que a maioria dos eminentes intelectuais, dos grandes pensadores, ainda está presa a conceitos ultrapassados.

²⁵⁷ CAPRA, Fritjof. Op. cit., 1982, p. 273, 275, 276.

Entretanto, como entende Capra²⁵⁸ a sociedade não esgotou “a sua capacidade de resposta a desafios”. Um dos preceitos que modelou a sociedade ocidental e que mais significativamente influenciou o resto do mundo está na crença de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento: a concepção do universo como um sistema mecânico composto de unidades materiais elementares, a concepção da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência e a crença do progresso material ilimitado, a ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico.

Ao final de sua exposição, Nader dá um salto na sua concepção, como que se dando conta da necessidade de uma mudança nos procedimentos que regem a sociedade, recomendando a convivência como o maior desafio da humanidade. Como desafio, difícil de alcançar.

3.1.3 Categoria 3 - Sujeito

Nader²⁵⁹ conceitua o Sujeito ou o titular do direito como “o portador de direitos ou deveres em uma relação jurídica”.

A linguagem em que o conceito está expresso segue os preceitos da sintaxe e é aparentemente neutra, como a querem os cientistas, de modo a evitar qualquer sentido dúbio, que requeira interpretação.

Contudo, o emprego do substantivo “portador” sugere a idéia de que alguém investiu o homem desses direitos. Esse entendimento é esclarecido, quando, mais adiante Nader²⁶⁰ diz que essa

aptidão para possuir direitos e deveres (que) é reconhecida pela ordem jurídica e confere personalidade jurídica,

²⁵⁸ CAPRA, Fritjot. Op. cit., 1982, p. 26 a 28.

²⁵⁹ NADER. Paulo. Op. cit., 2000, p. 21.

²⁶⁰ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 280.

atributo essencial ao ser humano. Esse reconhecimento é feito pelo artigo 2º do Código Civil Brasileiro: Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil.

Ideologicamente, o autor está negando o pensamento que predominou ao final do século XVIII, que considerava o homem um ser iluminado, dotado de razão; só terá direitos se eles forem reconhecidos pela ordem jurídica.

Esse homem era reconhecido como o centro do universo, mas a sua vida dependia do reconhecimento de seus direitos pela ordem jurídica. “A própria constituição física do ser humano revela que ele foi programado para conviver e se completar com outro ser de sua espécie”, diz Nader.

Na página 22, o autor completa o seu pensamento dizendo: “O pretense *“estado de natureza”* em que os homens teriam vivido em solidão, originariamente, isolados uns dos outros, é mera hipótese, sem apoio na experiência e sem dignidade científica”. É um reforço ao pensamento positivista, da prioridade da lei para uma convivência pacífica.

A compreensão do autor em relação aos seres e aos fenômenos do mundo é essencialmente científica. A verdade só pode ser alcançada com o apoio da ciência, que possibilita construir o conhecimento humano, com base na sistematização e organização dos fatos: o que não é baseado na experiência não passa de mera hipótese e não tem dignidade científica.

Diz Nader²⁶¹ que

Vivendo em ambiente comum, possuindo idênticos instintos e necessidades, é natural o aparecimento de conflitos sociais, que vão reclamar soluções. Os litígios surgidos criam para o homem as necessidades de segurança e de

²⁶¹ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 25.

justiça, (...) aceita o desafio e lança-se ao estudo de fórmulas e meios capazes de prevenirem os problemas, de preservarem os homens, de estabelecerem paz e harmonia no meio social.

Essas fórmulas para “prevenirem os problemas” seguiram diferentes modelos ao longo da história, entre eles o da filosofia positivista ou o positivismo jurídico, que, segundo Nader²⁶² “é, hoje, uma teoria em franca decadência (...); identificando o Direito com a lei, o positivismo é uma porta aberta aos regimes totalitários”. O enunciado transcrito abriga a condenação do Direito positivo, o direito em vigor. Aparece aqui uma tendência jusnaturalista que condena o poder excessivo da lei que deveria sempre preservar os direitos naturais de paz e harmonia, no sentido de segurança e justiça.

Fazendo uma síntese do enunciado transcrito e submetendo-o a uma análise crítica, pode-se concluir que o autor deixa claro que o direito institucionalizado, tendenciosamente positivista, não é justo. Mas em nenhum momento ele abre espaço para a discussão: o seu discurso é monológico e dogmático. Ele fala com a autoridade que lhe dá a relação professor/pesquisador e aluno/leitor. Ele determina a direção e mostra o lugar de onde fala, hierarquicamente colocando-se na posição de único conhecedor do tema abordado. O discurso assemelha-se a uma homilia que traça considerações edificantes sobre o sujeito de direito que aceita o desafio para estabelecer a paz e a harmonia no meio social.

Mas o autor²⁶³ está, de fato, indiretamente, produzindo a cultura da classe dominante quando afirma que “por inclinação, (...) o homem busca, em seu próprio sentimento de justiça e de acordo com a sua visão sobre a ‘ordem natural’ das coisas, encontrar a legitimidade das normas que lhe são

²⁶² NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 371-372.

²⁶³ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 359.

impostas”. Essas normas só são legítimas quando enunciadas pelo poder instituído, que, sustentado pelo poder do capital, legisla a favor deste.

Apelando para o sentimento, o emissor do enunciado está persuadindo o receptor de que o direito de que o sujeito é titular, só é aquele que resulta das normas impostas. Ao empregar a expressão “por inclinação” com o sentido de “por tendência”, por ser de sua índole, de sua natureza, apresenta novamente traços de um conceito jusnaturalista: o homem busca a justiça que, de acordo com a ordem *natural* das coisas, lhe é devida. O autor também faz uso da violência simbólica, do poder arbitrário para impor um significado, quando inculca no leitor a idéia de que aquele pensar é o que vai buscar a legitimidade das normas, de sua própria autoria. Ele está persuadindo, seduzindo o leitor a acreditar que ele, que vai determinar a legitimidade das normas.

Se o sujeito ou titular de direito é constituído, como assegura Nader²⁶⁴, por um organismo legitimamente instituído, pode facilmente ficar subentendido, para um leitor pouco habituado a uma análise crítica do discurso, que se trata de um direito que não pode ser questionado.

Ao argumentar que o homem, por inclinação, vai em busca da legitimidade do direito de que é portador, por ser o seu sujeito, o emissor está exaltando as qualidades do receptor para decidir sobre essa legitimidade. Com o que, paralelamente, tira-lhe o poder de apontar deficiências ou falhas.

O leitor, que está sendo introduzido nos mistérios do Direito, que desconhece os recursos oferecidos pela linguagem em termos de persuasão, está sendo induzido a acreditar na sua competência para definir a legitimidade das normas que são impostas ao sujeito de direito,

²⁶⁴ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 281.

está apto a definir nelas os princípios que expressam os valores essenciais de proteção ao homem: “direito à vida, à liberdade e à igualdade de oportunidade” conforme Nader²⁶⁵. O autor delega ao sujeito de direito a decisão de classificar as normas que lhe são impostas em legítimas ou ilegítimas, conforme contemplarem ou não os princípios básicos acima referidos. Se não estiverem presentes, “direito não será, carecendo de aplicabilidade”, enfatiza. E enfatiza, também, que os direitos básicos independem das leis civis porque derivam das leis naturais: a lei natural e a lei civil têm a mesma extensão. Elas não têm gêneros diferentes, apenas instâncias diferentes. É o jusnaturalismo que pensa os indivíduos como seres livres e iguais entre si.

Ainda expondo sobre os princípios básicos, que são constitutivos do Direito Natural, Nader²⁶⁶ diz que

se a idéia do Direito Natural é útil no processo de aperfeiçoamento das instituições jurídicas, pode, em contrapartida, falsamente ser utilizada como instrumento de conservação de uma ordem jurídica injusta e ilegítima, por força de manobras de quem detém o poder.

O autor dá um alerta, mas nada acrescenta para explicitar o que constitui esse falso uso dos princípios básicos. Não conscientiza para a desigualdade social que esse procedimento tem gerado, permitindo subentender que, de fato, esse uso deturpado não existe, não havendo por que se preocupar. Transpiram, nas suas manifestações lingüísticas, as inevitáveis tendências ideológicas, que, no caso em análise, trazem as características da elite dominante.

Não há conscientização do leitor sobre os efeitos que a manipulação das normas pode produzir. O autor não explicita que o direito de todos à

²⁶⁵ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 368.

saúde, à educação e à uma vida com qualidade não está sendo assegurado. Que os valores e princípios que embasam o atual modelo da sociedade estão atrelados aos princípios do capitalismo, aqueles que podem ser quantificados em valores monetários.

É um modelo que incentiva a competição, o individualismo, a aquisição sempre frenética de bens materiais, a obsessão pelo hedonismo e pela tecnologia. São procedimentos que maculam a ética e institucionalizam os pecados mortais do Cristianismo como o orgulho, o egoísmo, a ganância em detrimento da solidariedade e do respeito ao próximo que o próprio cristianismo não levou a sério ao ordenar, excomungar e matar nas fogueiras da inquisição.

Nader descreve quem é o sujeito do direito. Mas oculta o que efetivamente ocorre na realidade. Isso aparece como uma característica dos livros didáticos introdutórios ao Direito, tornando-os a-históricos. Outra característica marcante é a forma dogmática de expressão: monológica, restringindo a interpretação do texto e impondo as verdades do autor do alto de um saber indiscutível.

3.1.4 Categoria 4 - Estado

O Estado é conceituado por Nader²⁶⁷ como “um complexo político, social e jurídico, que envolve a administração de uma sociedade estabelecida em caráter permanente em um território e dotado de poder autônomo”.

A palavra chave do enunciado, que explicará toda a ideologia contida no contexto, é “poder autônomo”. O que fica subentendido no conceito de Estado, conforme Nader, é um ente que administra uma sociedade

²⁶⁶ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 364.

²⁶⁷ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 126 a 135.

estabelecida em caráter permanente, administração essa que abrange o aspecto político, ou seja, cabe-lhe “promover o bem estar da coletividade”, como esclarece o autor²⁶⁸, abrangendo o aspecto social e o aspecto jurídico, podendo agir com plena autonomia.

O aspecto social, ainda segundo Nader²⁶⁹, abrange a “totalidade dos seus aspectos econômicos, o jurídico, o espiritual, bem assim o seu processo de formação e composição étnica”. O aspecto jurídico “examina a estrutura normativa”, isto é, a legitimidade que tem para constituir o Direito. Esse complexo de atividades, que engloba a totalidade das ações da sociedade, é administrado pelo Estado, com poder autônomo. O Estado se governa por si, livre e independentemente, segundo a visão de Nader.

Para ele, o Estado Moderno se distingue pelo aparato administrativo que abrange todos os aspectos da vida social.

No Estado Medieval predominava o poder de um só homem, investido por desejo divino do comando sobre outros homens para a manutenção da paz e da justiça. O Estado Moderno nasce da idéia do contrato social, o contrato da vida em harmonia. Quando Nader inclui a economia no aspecto social sob a administração do Estado, está subjacente a idéia da proteção aos detentores dos meios de produção, o que se caracteriza como uma fonte de poder, pois autoriza àqueles que se encontram na posse de certos bens a induzir ou persuadir àqueles que não os possuem a certas formas de conduta. Esses procedimentos dão nascimento à divisão da sociedade em classes: a dos proprietários e daqueles que nada têm. Com essa divisão nasce o poder político do Estado, que ele usa para manter o domínio de uma classe em detrimento de outra.

²⁶⁸ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 126.

²⁶⁹ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 126.

O termo “político”, usado por Nader para identificar um dos elementos que compõem a sociedade, pode ser considerado como sinônimo de poder: o poder para manter o domínio sobre as classes sociais.

O autor expressa uma visão positivista: considera justo e direito tudo aquilo que é posto pelas autoridades legitimadas; a teoria positivista é racional: o poder que deriva da lei é insensível aos juízos de valor; efetivamente neutra.

Nader compactua da crença de que ser governado por leis é melhor do que ser governado por homens; as leis não têm as paixões que se encontram nas almas dos homens. A lei se identifica com a razão, que é o fundamento do Estado Moderno.

Existe hoje uma crise dessa forma de governo que pode ser classificada como a crise do Estado Capitalista. O governo já não consegue mais dominar o poder dos grandes conglomerados ou grupos de interesses, que concorrem entre si. É também o mundo das paixões desenfreadas e dos interesses antagônicos e inconciliáveis.

O próprio Estado ao favorecer o desenvolvimento da tecnologia e da produção de bens contribuiu para o fortalecimento da economia capitalista. Fomentando o capitalismo, o Estado fortaleceu o poder político daquele. Fomentando o poder econômico, financeiro, comercial e industrial e conferindo-lhe uma quase total liberdade de ação, o Estado tornou-se subordinado ao poder desse capital.

O fato é que os dirigentes da economia influenciam fortemente o poder autônomo do Estado. Com o poder do capital direcionam a opinião pública através da posse dos meios de comunicação, da *mídia*, usada para influenciar as massas, o que concorre para aumentar o poder político.

Com esse poder o capital pressiona o Estado. Com o seu potencial econômico-financeiro e a sua competência técnica, a classe dos

proprietários é muito mais eficiente do que o Estado. Essa potencialidade impede e bloqueia àquele de exercer livremente o poder político que lhe foi conferido.

Essa tensão tem os seus reflexos na sociedade, que está desestruturada, sem valores senão os da competição, do individualismo e do consumo. Mas esses valores, que sustentam o estágio atual da cultura, estão ficando obsoletos porque vazios de significado, gerando contradições, lutas e conflitos.

O *modus-vivendi* do mundo moderno é racional e linear. Como diz Capra,²⁷⁰ “ele é suscetível de gerar atividade egocêntrica”. Prevalece a ciência sobre a religião, a competição sobre a cooperação, a exploração dos recursos naturais em vez da conservação.

Sustentados pelo sistema capitalista, esses procedimentos acarretaram “um profundo desequilíbrio cultural que está na própria raiz de nossa atual crise - um desequilíbrio em nossos pensamentos e sentimentos, em nossos valores e atitudes e em nossas estruturas sociais e políticas”, explica Capra²⁷¹.

Nader não faz qualquer comentário mais profundo sobre o seu conceito de Estado. A sua escrita é descritiva e não explicativa. A ideologia que marca o seu pensamento, que é claro, explícito e racional, caracteriza a forma apodítica ou convincente e indiscutível de pensar. Não emite qualquer crítica, mantendo como verdadeira e indiscutível a posição assumida.

A falta de conhecimento dos recursos da linguagem impossibilita a compreensão de um texto assim como um posicionamento crítico e autônomo. O aluno, não tendo esse conhecimento, deixa-se influenciar facilmente pelo discurso dos autores dos livros didáticos introdutórios ao

²⁷⁰ CAPRA, Fritjof. Op. cit., 1982, p. 35, 36.

²⁷¹ CAPRA, Fritjof. Op. cit., 1981, p. 36.

Direito ou recorre aos conhecimentos do professor. As duas estratégias são frágeis e problemáticas se o propósito é o de formar um leitor crítico, porque em qualquer das situações apontadas ele cria uma situação de dependência e mais grave, ele não questiona as crenças e ideologias transmitidas. Torna-se fácil manter os alunos subordinados ao pensamento exposto.

3.1.5 Categoria 5 - Direito

Com relação ao Direito, Nader²⁷² tem uma concepção humanista. Diz ele que o Direito

procura conciliar os valores justiça e segurança, captando a essencialidade do pensamento jusnaturalista, sem a inconveniência de subverter a ordem jurídica, amesquinhando o valor segurança. Como instrumento que visa a paz social, o Direito é processo cultural criado pela sociedade e que deve sempre tutelar o *direito à vida, à liberdade e à igualdade de oportunidades* da pessoa humana e não apenas na dimensão teórica dos compêndios. A atitude que preconizamos para o jurista é a de aplicação do *jus positum* nas condições estabelecidas pelo legislador, considerando-se sempre presentes aqueles três direitos fundamentais. É que a lei deve ter por limite a tutela desses direitos, de tal forma que, atentando eventualmente contra qualquer um daqueles princípios, direito não será, carecendo de aplicabilidade.

²⁷² NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 367-368.

O discurso continua apresentando as características da retórica: começa com a introdução do assunto, a concepção humanista do Direito, esclarecendo que essa é uma posição que ele, autor, vem sustentando em estudos isolados, justificando o seu entendimento como fruto da reflexão e da pesquisa. Prossegue, expandindo o tema para ilustrar a sua posição e seus argumentos. Na sua concepção do Direito ele procura conciliar os valores justiça e segurança, princípios fundamentais que têm por objetivo regulamentar o comportamento do homem em sociedade, assegurando a tutela dos seus direitos naturais, aqueles que não são direitos criados pelo homem, mas resultam da sua natureza, do sentimento de auto preservação do seu *habitat*. São direitos cuja validade é anterior à sociedade; eles integram a constituição do ser social. O autor²⁷³ termina o seu arrazoado com uma síntese, sob a forma de uma afirmativa inquestionável pela sua obrigatoriedade, sentido contido no uso do verbo “dever” que adquire um tom imperativo: “É que a lei deve ter por limite a tutela desses direitos”, (referindo-se aos direitos naturais à vida, à liberdade e à igualdade de oportunidade da pessoa humana)

O autor²⁷⁴ encerra, comentando que “a proteção aos direitos mencionados deve ser de tal forma que atentando eventualmente contra qualquer um daqueles três princípios, direito não será, carecendo de aplicabilidade”.

O uso do advérbio “eventualmente” está em consonância com o uso do verbo ser no futuro do indicativo: ambos sugerem uma casualidade. As duas categorias de palavras se relacionam e expressam uma possibilidade que pode ocorrer no mundo real, mas que pode também não ocorrer, embora seja provável que o fato aconteça. Embora o autor afirme, o faz descompromissadamente.

²⁷³ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 368.

²⁷⁴ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 368.

Ao iniciar a sua fala, o autor²⁷⁵ se coloca como um estudioso do assunto, estudos que duraram três décadas, tempo de

reflexão sobre o conceito do Direito, desenvolvida especialmente à luz das doutrinas polarizadoras do *jusnaturalismo* e do *juspositivismo* e sedimentadas no magistério jurídico e exercício da magistratura, alcançamos conclusões que direcionam o nosso pensamento sobre o fenômeno jurídico.

Colocando-se como um estudioso, a sua palavra terá mais peso que a do leitor comum. Contudo, o locutor ou autor²⁷⁶ apesar de se propor como sujeito, inclui o interlocutor, o leitor, quando escreve que “(nós) alcançamos conclusões que direcionam o nosso pensamento sobre o fenômeno jurídico” e quando diz que “(nós) vimos sustentando a concepção humanista do Direito”. O narrador assimila-se ao receptor, confundido-se com ele, fazendo com que este veja a si mesmo como participante dos estudos feitos e das conclusões registradas. É a figura da comunhão que produz efeitos de persuasão; ambos, narrador e leitor estão unidos no mesmo pensamento, sem que muitas vezes o leitor se aperceba desse convite à parceria.

Usando o pronome “nós”, o autor coloca o leitor como partícipe na aceitação dos princípios gerais do Direito, como de natureza suprapositiva, eternos, imutáveis e universais. Ele, o leitor, se vê elevado à mesma categoria cultural do autor.

O autor, também diz que o Direito é um processo cultural criado pela sociedade e que deve sempre tutelar o direito à vida, à liberdade e à igualdade de oportunidade da pessoa humana. Esses são os princípios

²⁷⁵ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 367.

²⁷⁶ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 367.

fundamentais do jusnaturalismo e estão relacionados, como diz Nader,
277

com o Direito Natural, (aquele que) não é criado pela sociedade, nem é formulado pelo Estado, (...) que se origina da própria natureza social do homem e que é revelado pela conjugação da experiência e razão. É constituído por um conjunto de princípios, e não de regras, de caráter universal, eterno e imutável.

O que subjaz no discurso de Nader²⁷⁸ é uma concepção idealista do Direito, aquele Direito que todos gostariam de ver aplicado. O que o autor não deixa claro é que não é esse o Direito que está em vigor, mas faz com que o aluno o considere verdadeiro, o que se caracteriza como uma falácia. E o faz enfaticamente ao afirmar, com a autoridade de sua posição, que se a lei atentar “eventualmente contra qualquer um daqueles três princípios, direito não será, carecendo de aplicabilidade”. Talvez pelo conhecimento que o locutor tem de não ser o direito referido aquele que está em vigor, foi usado o tempo futuro do verbo em lugar do tempo presente, o que daria à afirmativa a conotação de verdade inquestionável.

O autor deixou de esclarecer, ou porque não quis ou com o propósito de evitar questionamentos, que os três princípios apontados, o direito à vida, à liberdade e à igualdade, são figurativos, pois não são aplicados na prática. Como falar em direito à vida se tantos morrem de fome ou são subnutridos, não têm assistência médica e não têm um teto? Com referência à liberdade e igualdade de oportunidade, Huxley²⁷⁹, já em 1923, falou sobre a liberdade de uma forma tão condizente com os

²⁷⁷ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 77.

²⁷⁸ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 368.

²⁷⁹ HUXLEY, Aldous. Geração Devassa. São Paulo: Hermes, 1933, p. 37 a 38.

tempos atuais que torna-se oportuna a transcrição do seu discurso para encerrar a presente exposição sobre o Direito: “não existe aquilo a que chamam liberdade. É uma fraude, (...). Um horrível logro...uma maroteira”.

Huxley, mais de meio século atrás, já constataria passividade das massas, do homem comum, aquele que não sabe usar a sua liberdade. Não sabendo usá-la está se descartando de todos os seus bens como ser humano e tornando-se subserviente.

Mas, como ensina Lyra Filho²⁸⁰, “a passividade das massas não legitima, por si só, uma organização social, assim como o estabelecimento duma legalidade, não importa, por si só, na legitimidade do poder”.

Se assim fosse, todos os governos autoritários seriam legítimos.

3.2 Introdução à Ciência do direito, de André Franco Montoro

3.2.1 Categoria 1 - Ciência

André Franco Montoro²⁸¹, autor do livro *Introdução à Ciência do Direito*, 25ª edição, publicado no ano 2000, foi professor da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica, também de São Paulo, e da Universidade de Brasília. Seu nome teve repercussão internacional: proferiu palestras e realizou cursos nas Universidades de Roma, Paris, Bruxelas, Washington, Buenos Aires, México e em quase todas as capitais da América Latina. Doutor em Direito e Filosofia, foi autor de inúmeras obras na área e publicou estudos e conferências em

²⁸⁰ LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., 2001, p. 74.

²⁸¹ MONTORO, André Franco. *Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

revistas especializadas. Além disso, exerceu funções de relevância na vida pública brasileira e na área internacional. Foi Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa e Deputado Federal. Foi, também, Ministro do Trabalho e da Previdência Social, governador do Estado de São Paulo e membro da Organização Internacional do Trabalho - OIT, em Genebra.

Montoro²⁸² dá o fundamento de *Ciência* ao afirmar que

a noção de ordem é fundamental a todas as ciências. Podemos dizer que o objeto da ciência consiste, precisamente, em investigar os diversos aspectos dessa ordem universal (...). As leis, que as diversas ciências formulam, nada mais são do que enunciados parciais dessa ordem universal.

Ainda que se admita com relação ao significado, que palavra ciência tenha mais de um sentido, o autor está empregando o termo como sinônimo da ordem que se estabelece por meio da investigação, que vai resultar na formulação de leis que explicam os fenômenos.

Tratando-se de um texto científico, procura ele o rigor e a precisão dos termos de modo a que o significado permaneça unívoco. O que, como se viu, nem sempre é simples, considerando que as palavras do discurso jurídico pertencem à linguagem natural e como tal são marcadas pela vaguesa e ambigüidade; contendo uma carga emotiva que lhes é própria, interferem na formação discursiva e denunciam a formação social que lhes deu origem.

Na descrição de ciência, Montoro²⁸³ utiliza o verbo “investigar”, que tem o significado de fazer pesquisa, de procurar sistematicamente com

²⁸² MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 66-67.

²⁸³ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 66-67.

o propósito de descobrir a verdade.

A conceituação de ciência como o estudo sistematicamente ordenado dos fatos da natureza e dos fatos humanos ou dos diversos aspectos da ordem universal, com o intuito de formulação de leis explicativas desses fatos, remete à filosofia positivista de Augusto Comte, que resiste a quaisquer considerações metafísicas ou teológicas, classificando-as como a busca do conhecimento além do limite da experiência; sustenta, por isso, que a experiência e a observação são as únicas fontes de conhecimento. Com isso, afasta a prática especulativa elegendo o método experimental para chegar à verdade. As leis apriorísticas não são senão um conjunto de fatos e devem ser rejeitadas.

Montoro²⁸⁴ aponta algumas características fundamentais do Positivismo, que estão em consonância com a sua descrição de ciência:

reduzem a atividade humana e a atividade social a uma simples realidade física ou natural; identificam fundamentalmente as ciências humanas e sociais e, entre elas, a moral e o direito, as ciências físicas e naturais; consideram a atividade humana sujeita ao mesmo determinismo rígido do mundo físico ou biológico; e negam, conseqüentemente, a existência da liberdade.

O Positivismo privilegia apenas os dados da experiência, o que significa que se atém apenas a uma parte da realidade, a da ciência.

Esse procedimento positivista é aplicável às ciências da natureza, mas não cabe nas ciências humanas ou do comportamento. Contudo, Montoro²⁸⁵ ressalta que o objeto da ciência “consiste, precisamente, em investigar”. Além de usar o verbo “consistir” no tempo presente, o que dá

²⁸⁴ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 247.

²⁸⁵ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 66-67.

à afirmação um tom de verdade, daquilo que não será invalidado, ele, para explicar a passagem do fenômeno para a norma, na sua realidade semântica, emprega a palavra “investigar”, enfatizando aquilo que é fundamental para a ciência: a investigação da ordem universal, da ordem que rege a natureza, do cosmos.

Mas na ciência da moral e do Direito, contrariamente às ciências da natureza, o objeto de estudo é o comportamento humano, a ordenação da atividade humana no convívio social. As normas que ordenam esse comportamento não podem ser resultado da repetição de experiências bem sucedidas, e por isso não podem dar suporte à ciência, ao estilo do que ocorre com as ciências físicas e naturais. Na ciência da moral ou do Direito as normas são ditadas pelo poder dominante na sociedade em um processo histórico, dadas as condições existentes. Só é Direito aquilo que o poder dominante determina e o que ele determina só é Direito em virtude do poder que o determina: Direito é sempre ditado por uma autoridade constituída.

O uso dos termos “precisamente, investigar e leis”, conduz o intérprete a buscar sentidos implícitos no discurso de Montoro, a buscar o que se acha subjacente à uma pretendida transparência das palavras, requisito estabelecido pela linguagem científica, ditado pela filosofia formalista, que exige clareza e precisão.

Sabe-se que os sentidos não brotam das palavras do enunciador. “Ela é o efeito da relação do sujeito com a língua e com a história”, diz Orlandi²⁸⁶ e de como ele, o sujeito, é afetado pela ideologia.

A interpretação, como análise do que foi dito pelo sujeito, é um lugar extremamente importante para a observação do processo de produção

²⁸⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis (RJ): 1998, p. 100.

dos sentidos, do posicionamento do sujeito e da prática da violência simbólica.

A ideologia abrange a visão do mundo de uma determinada classe social. Essa visão não existe desvinculada da linguagem, entendida como instrumento de comunicação verbal. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que materializa a visão do mundo. É com essa formação discursiva, assimilada pelo homem ao longo da aprendizagem lingüística, que ele constrói o seu discurso.

Fiorin²⁸⁷ ensina que “(...) uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer. Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas”.

Por conseguinte, as formações ideológicas ganham existência nas formações discursivas. A linguagem cria a imagem do mundo como resultado da formação histórica e social. O componente semântico é determinado por fatores sociais. É ele que contém a visão de mundo veiculada pela linguagem. Isso coloca em cheque o pensamento de Saussure²⁸⁸ de que o significado é produto de uma convenção arbitrária.

Em face desses novos posicionamentos na lingüística da comunicação, é recomendável conscientizar os alunos dos primeiros anos dos cursos de Direito de que a linguagem é uma instituição social que funciona como veículo de ideologias. A linguagem é ideológica e, conseqüentemente, a ciência que usa a linguagem para se materializar, é ideológica. Não se pode ler somente o que está escrito.

²⁸⁷ FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*, 1998, p. 32.

²⁸⁸ SAUSSURE, Ferdinand de. *Op. cit.*, 11ª ed., s.d..

3.2.2 Categoria 2 - Sociedade

Não se encontrou, no livro analisado, um conceito explícito do que o autor entende por sociedade. No capítulo 11 - Espécies e fontes da norma jurídica, Montoro²⁸⁹ faz referência a uma “vontade social preponderante”; pode-se deduzir o que o autor entende ser a sociedade essa vontade social preponderante. Diz ele, ainda, que

Toda vida em comum dos seres humanos deve ser necessariamente dirigida por certas regras, que podem ou não ser reformuladas explicitamente, mas sempre existem. Essa reformulação não é uma realidade extrínseca e destacada da vida. É, pelo contrário, a própria forma da vida social, a maneira própria de agir dos seres que têm uma vida em comum.

A linguagem materializa o pensamento. Nesse pensamento, transformado em discurso, a sintaxe observada e os elementos semânticos expressam a maneira de ver de uma dada formação social. Fiorin²⁹⁰ diz que

Esses elementos surgem a partir de outros discursos já construídos, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas. Esses elementos semânticos, assimilados por cada homem ao longo de sua educação, constituem a consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar o mundo.

²⁸⁹ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 324.

²⁹⁰ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 19.

Para Montoro,²⁹¹ a sociedade é constituída por um sistema de normas, cujas regras, embora não formuladas expressamente, qualificam esse sistema “como a expressão da vontade social preponderante, (...) a maneira própria de agir dos seres que têm uma vida em comum”.

Na fala do autor está implícita a aceitação da filosofia do neopositivismo: a preocupação com os dados objetivos da realidade do homem e sua vida em comum; a expressão “a regulamentação não é uma realidade extrínseca e destacada da vida” conduz a esse entendimento; a preocupação é com os dados objetivos da realidade que não considera os fatos no seu contexto metafísico.

Ao aceitar que “toda a vida em comum dos seres humanos deve ser necessariamente dirigida por certas regras”, o autor²⁹², a exemplo dos positivistas, reconhece a existência de variações da conduta humana e dos costumes sociais no espaço e no tempo, que precisam ser normatizadas; essas normas devem se basear em princípios permanentes. Como diz o autor, essas “regras podem ou não ser formuladas explicitamente, mas sempre existem”, logo, são permanentes.

O positivismo privilegia a norma; há nele um certo fetichismo pela regra, pela lei. Esta, como vontade geral, é que tem importância básica. O interesse comum exige determinações fixas, que a lei procura perpetuar.

Outra idéia positivista que está na descrição de Montoro²⁹³ é a de que as normas da sociedade são ditadas pela vontade social preponderante, que expressa a vontade geral. Está implícito que essa vontade social preponderante é a que é ditada pelo poder ou seja, pela vontade do mais forte. O Positivismo impõe a força da lei em detrimento de outros princípios como a justiça, os valores humanos, a moral e a igualdade.

²⁹¹ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 324.

²⁹² MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 324-325.

Ele não os nega, apenas não pretende fazê-los fonte de preocupação. Preocupa-se mais com o comportamento do homem na sociedade, com a sua economia e com o Estado, com aquilo que o poder dominante pode controlar dado a sua vontade ser a preponderante.

Há, no discurso do autor, um campo de manipulação. A semântica discursiva apresenta, com clareza, uma maneira de ver o mundo. O discurso de Montoro considera a sociedade um sistema de regras ditadas por uma vontade social preponderante ou pelo poder dominante, alinhando-se a uma fenomenologia positivista, ou conjunto de regras que devem ser seguidas obrigatoriamente. Montoro, com a sua retórica e a organização de seu discurso, construiu um efeito de verdade. O resultado constitui-se como uma verdade para o receptor, principalmente para os alunos que se iniciam nas Ciências Jurídicas e têm um conhecimento limitado sobre as possibilidades da articulação textual, que trabalha também os dados emocionais, capazes de atuar como um eficiente mecanismo de envolvimento do leitor.

Quando Montoro²⁹⁴ fala em uma “vontade social preponderante”, que norteia o comportamento dos seres humanos na sua vida em comum, está implicitamente afirmando que essa vontade vai realizar o bem comum porque viver em comunidade implica em viver em paz e harmonia, partilhando os mesmos interesses, e conseqüentemente, vai assegurar a igualdade entre os homens. Mas não explica quem compõe essa vontade social “preponderante”. Só o leitor conhecedor da semântica compreenderá qual o sentido da palavra “preponderante” em uma sociedade dividida em classes: é a vontade daquela classe que é mais forte e tem mais poder.

²⁹³ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 252.

²⁹⁴ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 34.

O professor deveria esclarecer os tratamentos diferentes dados a cada uma das classes sociais e o porquê dessas diferenças, que dão à expressão “vontade social preponderante” um sentido de utopia, dado o distanciamento entre a lei e a realidade.

Por fim, face às visões transmitidas, deve-se refletir sobre o papel da educação na sociedade capitalista e da possibilidade de contribuir para a transformação dessa sociedade não igualitária. A burguesia concebe um mundo a-histórico, onde tudo é natural e tudo se justifica: o importante é o fim, o acúmulo de riqueza. Segundo a ideologia capitalista, nem todos podem pertencer à classe privilegiada; há que ter os oprimidos, pois, só os fortes podem ser vencedores.

Faria²⁹⁵, muito judiciosamente, recomenda o equilíbrio. Não é preciso jogar fora o livro didático. O que se deve fazer é esclarecer os alunos sobre os efeitos da ideologia dominante nesses livros. Já aparecem algumas alternativas, como o uso da análise crítica, mas o próprio professor pode propor outras. Ele pode provocar o aluno para refletir sobre as suas vivências, suas experiências, comparando-as com o que é apresentado nos livros didáticos; ele pode formar os seus juízos de valor.

É preciso que o saber não fique reservado aos detentores do capital; o saber deve ser socializado. A universidade não pode se encastelar e nem o conhecimento constituir-se em privilégio de poucos.

3.2.3 Categoria 3 - Sujeito

Na concepção de Montoro²⁹⁶,

²⁹⁵ FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático. São Paulo: Cortez, 1986.

²⁹⁶ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 455-456

sujeito é o titular de um direito subjetivo. É a pessoa a quem pertence (ou cabe) o direito. É aquela que tem a prerrogativa de exercê-lo e exigir a prestação assegurada pela ordem jurídica. (...) Na verdade, o titular do direito não é o único “sujeito” na relação jurídica. Pelo contrário, é da essência do direito a relação entre pessoas. Toda relação jurídica é intersubjetiva. Supõe, pelo menos, dois sujeitos: um sujeito ativo, que é o titular do direito, a pessoa que pode exigir a prestação; um sujeito passivo, que é a pessoa obrigada a realizar a prestação (...). Na linguagem jurídica, a expressão sujeito de direito (ativo ou passivo) equivale à pessoa.

Na conceituação dada por Montoro, o sujeito é aquele que tem a prerrogativa de exercer o direito, tem o poder ou o privilégio. Ele é também aquele que pode reclamar, imperiosamente, a prestação do Direito que lhe é assegurado ou garantido, isto é, afirmado como certo pela ordem jurídica.

Em síntese, a ordem jurídica garante ao sujeito ou à pessoa, o exercício do direito, a sua titularidade. Para que isso possa ocorrer é preciso que haja uma relação entre pessoas, pois, o exercício do direito depende da vida em sociedade. Toda pessoa, salvo as exceções previstas em lei, é sujeito de direito pela sua própria condição de ser social.

Já foi visto que numa formação social há sempre dois níveis de realidade: um de essência e um de aparência, ou seja, um profundo e um superficial ou fenomênico.

Analisando o discurso de Montoro sob o nível de aparência da realidade, todas as pessoas, excetuadas as alinhadas pela lei, são sujeitos que podem reclamar a aplicação do direito que lhes é assegurado pela ordem jurídica. Todas as pessoas são livres e iguais

para reivindicar os seus direitos porque não estão sujeitas a outros homens.

No entanto, no nível profundo, essa verdade fenomênica surge distorcida. O que aparece como uma prerrogativa no nível de superfície apresenta-se como opressão no nível profundo, aplicada pelos detentores do poder - a classe social minoritária mas economicamente mais forte, que submete a maioria dominada. No nível profundo não há igualdade, mas apropriação da liberdade do outro.

É no nível fenomênico, mediante o emprego do poder da violência simbólica, que podem ser construídas as idéias dominantes numa dada formação social, idéias que se tornam crenças para a maioria da população, ganhando estatuto de verdades jurídicas. Com relação ao sujeito de direito é construída a crença, juridicamente garantida, e conseqüentemente, legitimada, de que os sujeitos jurídicos têm assegurados os seus direitos de forma igualitária. Mas na essência da formação discursiva percebe-se uma inversão da realidade. Predomina a ideologia da classe dominante, que se identifica com os interesses da burguesia: competição, individualismo, riqueza, ostentação.

Com a nova sociedade que se estruturou no período pós-2ª guerra mundial, o fenômeno jurídico ou o Direito passou a ser visto como algo integrante do contexto social e dele inseparável, onde ele ocorre de fato. É o rompimento com o Positivismo, que reduz o direito às leis do Estado, com validade e força obrigatória.

Embora de forma lenta, o modelo existente vai sendo reconstruído corajosamente para se posicionar em favor dos oprimidos, sem desequilibrar a balança, mas com o objetivo de conquistar a normalidade, ou seja, institucionalizando mecanismos jurídicos para afastar as causas das desigualdades e desestatizar os privilégios de um grupo social, como os escandalosos direitos que os políticos se

concedem enquanto a miséria se alastra pelo país, o meio ambiente é conspurcado e a qualidade de vida vai-se deteriorando.

É preciso que a sociedade se empenhe numa proposta séria para a construção de um novo sistema de vida. Para que mudanças ocorram, o pensamento deve ser crítico, questionador, mas também, consciente e assumido, voltado para a transformação da sociedade. Isso envolve a subtração no inconsciente coletivo, ou seja, na mente dos indivíduos, das verdades inculcadas pela classe forte, que se beneficia dessa possibilidade de atuar no inconsciente mediante o uso de recursos lingüísticos.

Com o auxílio de equipamentos ideológicos como a educação, os meios de comunicação e de produção, pode ocorrer a alienação da sociedade, “cujos membros não se dão conta do modo como são manipulados e do papel que verdadeiramente lhes cabe no processo social”, diz Coelho²⁹⁷. À essa acomodação existente, este autor indica que

o realismo crítico (que) propõe a rediscussão e o repensar da função social do Direito e dos juristas, dentro do espírito de renovação que sempre animou as Faculdades de Direito. (...) Uma sociedade boa ou má depende de nós (...); um Direito justo ou injusto também depende de nós. Nós o construímos. Daí a necessidade de repensar totalmente a educação jurídica, procurando incentivar nossos jovens juristas a formarem nova mentalidade, não se submeterem a uma visão estritamente profissional de um segmento alheio ao todo e alienado dos problemas sociais.

²⁹⁷ COELHO, Luiz Fernando. O pensamento crítico no Direito. Revista Seqüência 30, ano 16, junho, 1995, p. 75. Editora da UFSC.

O processo de submissão está em estreita relação com o que é chamado de violência simbólica, que Bourdieu²⁹⁸ classifica como “o poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força”.

Aguiar²⁹⁹, muito apropriadamente adverte:

Enquanto a educação for elitista (...), enquanto os meios de comunicação selecionarem as informações de tal forma que só aquelas que interessam aos grupos do poder é que são veiculadas, enquanto por meio da educação formal, houver a disseminação de ideologias que sirvam para enganar, esconder ou mascarar a realidade (...) já existe a repressão no próprio modo de pensar.

Como disse Aguiar, esses procedimentos convêm a uma determinada formação cultural. As instituições escolares são os lugares mais apropriados para reproduzir a cultura dominante, contribuindo dessa forma para dar continuidade à estrutura social atuante. O trabalho pedagógico é capaz de inculcar com mais firmeza e durabilidade uma violência simbólica do que uma coerção política ou a força física. Ele dura o bastante para produzir uma formação social estável dos princípios do arbítrio cultural.

É à essa violência simbólica que é preciso resistir. O professor de amanhã não deverá apenas repetir os gestos de seu professor, como esse fazia ao imitar o seu próprio mestre. A ser seguida essa seqüência, jamais se poderá introduzir qualquer novidade ou modificação.

Com o processo da análise crítica do discurso, o aluno poderá fazer a leitura da essência dos enunciados e a detectar as inversões que o

²⁹⁸ BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. A reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino. São Paulo: Francisco Alves, 1970, p. 19.

²⁹⁹ AGUIAR, Roberto A. R. de. Direito, Poder e Opressão. São Paulo: Alfa-Omega, 1990, p. 140.

locutor veicula. Já não é recomendável remetê-lo (o aluno) à uma análise meramente descritiva do Direito, que destaca e torna significativo o objeto, centrada na idéia de que ele é somente um conjunto de regras que regulam o comportamento do ser humano. É preciso a compreensão da essência do fenômeno jurídico, que deve acolher a todos de igual forma. O fato é institucional e deve ser aprendido a partir das práticas sociais vigentes entre os membros de um grupo e não expressar o pensamento da minoria no poder manipulando o Estado legitimamente constituído.

Para isso, é preciso operar o deslocamento do aspecto semântico da linguagem, isto é, da relação do significante com o significado para o âmbito da pragmática da linguagem, o que importará sempre em uma verificação do contexto em que se realiza o processo. Isso torna a linguagem aberta a todos os significados possíveis, quer dizer, a todos os interesses possíveis.

O Direito, na sua expressão lingüística, é composto por uma série de signos que, em sua grande maioria, assumem significados absolutos porque impostos pela violência simbólica. Kosicki³⁰⁰, acentua, muito inteligentemente, que “negar a possibilidade de significados plurais a um mesmo signo jurídico constitui um fetiche dos juristas, para os quais a lei ganha contornos de verdade absoluta, mascarando o seu conteúdo ideológico”.

Já foi visto anteriormente que o discurso pode ser analisado na sua apresentação de superfície e na sua essência.

Analisado apenas na representação de superfície, o conceito de Montoro não deixa dúvidas quanto à personalidade do sujeito de direito: aquele que tem o poder de reivindicar o que lhe é assegurado pela ordem jurídica.

³⁰⁰ KOSICKI, Katya. Considerações a cerca do problema da aplicação e do significado do Direito. Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Curitiba, a 30, n° 30, p. ,1998, p. 443-450.

Contudo, quando a análise passa para a essência, a verdade até então aceita como absoluta, se desfaz. O que foi constantemente inculcado como verdadeiro e legítimo aparece como uma lavagem cerebral. As verdades são repetidas constantemente, tornam-se crenças e ninguém mais sequer pensa em pensar diferente.

O cidadão comum fica confuso e perde a perspectiva de quais são os seus direitos como sujeito da ordem jurídica. Mas, é possível enganar uma parte do povo todo o tempo e todo o povo uma parte do tempo, nunca, porém, será possível enganar todo o povo todo o tempo.

Sendo o discurso a materialização das formações ideológicas, ele é social, ele expressa a formação social em que está inserido. Um discurso sempre traz, por isso, embutidos outros discursos. O tema da igualdade de todos perante a lei já foi utilizado milhares de vezes pelos operadores do Direito e o enunciador do discurso não faz senão reproduzir no seu dizer o dizer de seu grupo social.

Montoro reproduziu os dizeres do seu grupo social: de catedráticos, magistrados, autores de livros, do político que exerceu funções de relevância no e para o Brasil. Falou a fala do positivismo e do Direito posto.

3.2.4 Categoria 4 - Estado

No livro de Montoro³⁰¹ o assunto Estado só é abordado no Capítulo 7, ao falar da Justiça Distributiva. Diz ele que

ela impõe às autoridades um dever rigoroso (*debitum legale*) de dar a todos os membros da comunidade uma participação

³⁰¹ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 192.

equitativa no bem comum e, conseqüentemente, confere a estes o direito de exigir essa participação.

O seu conceito de Estado tem a justiça distributiva como um dos elementos fundamentais. Ela está presente entre as suas principais funções. É ela que regula as relações entre os membros da sociedade, exigindo a repartição proporcional do bem comum.

O autor usou o brocardo latino como uma forma de persuasão e de manifestação de uma cultura só acessível à classe economicamente bem situada. O uso da expressão *debitum legale*, colocada entre parênteses, não responde, na citação, à uma necessidade de especificação técnica. É usada visando a estabelecer uma distinção entre o locutor e o alocutário do discurso, de instalar uma hierarquia. O locutor precisa constituir-se para o leitor como aquele que sabe, para, através da sua fala, impor-se ao seu auditório. Mas, ao mesmo tempo, precisa fazer-se respeitar por esse auditório, razão de encontrar-se o dito latino entre parênteses. É como se o autor quisesse reforçar o seu *status*. Trata-se de uma prática profissional que pode ser definida como o uso de uma terminologia específica por uma classe culta e privilegiada.

No discurso de Montoro fica implícito que, embora o livro seja direcionado para os alunos iniciantes na arte do Direito, está falando para os seus parceiros. As expressões latinas não constituem terminologia técnica. São usadas como uma manifestação de gosto pela cultura, dando ao estilo um sabor estrangeiro, ou uma manifestação de conhecimento, provocando a admiração do interlocutor. Ou poderá ser porque representam um sentido autorizado através dos séculos e por isso inquestionável e sacramentado pela origem imemoral do Direito,

expresso numa linguagem já consagrada e por isso aceita universalmente. Diz Fagúndez³⁰² que

é a própria língua latina que se apresenta como fonte, que se cita para que a própria língua fale por si. Em verdade, o locutor está aludindo através da língua latina ao Direito Romano enquanto discurso ou prática jurídica. Nesse caso, não só se apegamos ao prestígio da língua, mas também ao prestígio do Direito Romano, origem do Direito atual.

A linguagem é uma instituição social e pode ser discriminatória. O autor, sem dúvida, ocupa uma posição de destaque quando fala. É nela (na fala), que ele veicula a ideologia do segmento social, superior pela educação a que pertence.

O elemento semântico, o brocardo latino especificamente usado, constitui a maneira do autor ver e pensar o mundo. Para Fiorin³⁰³ “esses elementos semânticos, assimilados por cada homem ao longo de sua educação, constituem a consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar o mundo”.

Por isso, ocorre que certos temas se repetem, são recorrentes em muitos discursos, como o uso desses termos latinos, freqüentes nas falas jurídicas, mas nem sempre usados conscientemente ou por necessidade.

Ao analisar o discurso de Montoro sobre o conceito de Estado, percebe-se que a realidade é apresentada de forma invertida: o Estado tem o dever rigoroso (*debitum legale*) de dar a todos os membros da comunidade uma participação eqüitativa no bem comum. Mas o que aparece como uma relação igualitária entre as classes sociais, em nível de superfície, aparece negada no nível da essência, pois, as relações

³⁰² FAGÚNDEZ, Valda de Oliveira. Revista de Divulgação Cultural. Ano 21 - nº 69 (setembro/dezembro de 1999), p. 20.

³⁰³ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 19.

igualitárias existem apenas no nível fenomênico, isto é, não há, na vida real, uma participação equitativa no bem comum.

É no nível fenomênico que podem ser construídas as idéias dominantes numa dada formação social de classes. Na sociedade capitalista, por exemplo, constroem-se idéias como a da desigualdade natural do homem, porque uns são mais inteligentes ou mais espertos que os outros, ou a idéia de que pobres e ricos sempre vão existir, ou o vencedor será sempre o mais forte. São idéias que pela repetição, pela persuasão, passam a integrar as crenças da maioria da população.

Essas idéias, que são representações da realidade e não a realidade, são usadas para levar os homens a aceitar as condições que lhes são impostas. Elas constituem a ideologia de uma classe dominadora e procura justificar com as idéias da burguesia, a prevalência da produção e da economia.

A cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é ensinada e aprendida por cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem lingüística. É com esse conhecimento lingüístico que o homem constrói as suas falas, os seus discursos.

Existe, então, uma estreita relação entre a formação social, a formação discursiva e a formação ideológica, existindo tantas formações discursivas quantas forem as formações sociais e ideológicas. A realidade assim como a aparência de realidade estão expressas nos discursos.

Montoro³⁰⁴ diz que o Estado “confere aos membros da comunidade o direito de exigir a participação equitativa no bem comum”. O que o autor apresenta é uma realidade fenomenológica, pois, sabe-se que aqueles

³⁰⁴ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 192.

que não se subordinam à ordem política ou social existente, constituem-se como conturbadores dessa ordem. Aqueles que se indispõem contra as normas existentes e contra as ideologias instaladas, que favorecem uma acumulação rápida de capital para aqueles que detêm o poder, representado pelo mercado e pela produção, não serão considerados.

Quando, segundo Montoro³⁰⁵, o Estado “confere o direito de exigir”, deixa implícito que está sendo feita uma concessão, sendo outorgada uma permissão por alguém que detém o poder de autorizar essa participação. Aparece, nitidamente, a existência de uma escala hierárquica, uma divisão de classes onde pontificam os que detêm o poder de mando: conferir tem aqui a conotação de conceder, permitir, admitir.

A fala de Montoro cria nos leitores, que não estão familiarizados com a análise crítica do discurso, expectativas que freqüentemente não são atendidas, como o direito à saúde, à alimentação, à educação, à habitação, essenciais para uma vida com qualidade, pois a legislação, orientada pelos detentores do capital, tende a defender os interesses da maioria que se beneficia da força de trabalho. Aparentemente, o caminho mais fácil para a maioria oprimida satisfazer essas necessidades é o da violência, das drogas, da criminalidade, que só recentemente passaram a ser objeto da atenção da classe social no poder porque ela própria vem sofrendo as conseqüências da opressão e precisa defender-se.

E, também, porque até agora falar da violência abusiva que se estava verificando, era opor-se ao governo, sendo os denunciadores considerados, pelo menos, subversivos, contra o governo, que sempre

³⁰⁵ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 192.

faz uso da força quando lhe é conveniente.

3.2.5 Categoria 5 - Direito

Segundo o Positivismo, o Direito constitui-se como uma ordenação universal do setor humano onde a lei é a única fonte legítima. Não pode ser concebida uma sociedade humana em que não haja uma ordem jurídica.

Entre as acepções do termo direito existem casos de analogia metafórica: existe direito no sentido jurídico e direito no sentido geométrico, por exemplo. Um refere-se à ordem social e outro à ordem geométrica, mas ambos significam estar em conformidade com uma ordem, uma regra.

Segundo Montoro³⁰⁶

(...) o sentido fundamental do direito, em qualquer de seus aspectos, consiste sempre em estar a serviço da justiça, isto é, em assegurar a cada um aquilo que lhe é devido segundo uma relação proporcional, fundada na igual dignidade de todos os homens.

Montoro compactua com o pensamento generalizado de que o significado de Direito está associado à ordem jurídica, à ordem ou à serviço da justiça.

Essa justiça, segundo Montoro, deve ser assegurada observando uma relação proporcional e igual entre todos os homens, uma vez que os seres humanos são considerados como iguais em dignidade, em honra, em valor e em responsabilidade.

³⁰⁶ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 53.

Mas em uma formação discursiva podem ser encontrados dois níveis de realidade como vem sendo demonstrado: o da essência e o da aparência, ou seja, um nível profundo e um nível de superfície. No nível da aparência a dignidade apresenta-se como existente entre todos os homens, de forma igual: todos merecem respeito, merecem ser respeitados. São direitos inerentes à categoria do ser humano.

No entanto, se esses mesmos elementos forem analisados considerando a realidade profunda, ver-se-á que essa dignidade, que deveria ser reconhecidamente igual para todos os homens, aparece desigualmente atribuída. Ela existe somente no nível fenomênico, onde parece haver um tratamento igualitário. No nível profundo, porém, essa igualdade é negada, havendo a divisão em classes sociais onde uns são mais dignos do que os outros, a proporcionalidade variando de acordo com o poder de dominação e da posse de capital. Neste caso, a aparência é vista como a totalidade da realidade.

É no nível fenomênico ou de representação da realidade que se podem construir as idéias dominantes em uma formação discursiva e aparecem verdades como a da desigualdade natural entre os homens porque uns são mais inteligentes e capazes do que os outros, ou teorias como as da superioridade da raça ariana, que levou o mundo ao caos dos anos quarenta.

O que deve ser assegurado de forma igual a todos os homens é a justiça, que é o elemento fundamental do Direito, diz Montoro³⁰⁷. Define a justiça como aquilo que é devido a cada homem, cercando o termo de uma aura de vaguidade que leva a indagar o que, de fato, é esse dever-ser ou essa justiça, que em nível de superfície na formação discursiva é tão vago que nela cabem todas as noções passíveis. Era chamada *jus*

³⁰⁷ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 53.

pelos romanos, para não ser confundido com a *lex*.

Há muitos autores que afirmam que o Direito nada tem a ver com a justiça, como certas correntes do liberalismo. Entre os princípios que orientam o Positivismo jurídico, o Direito consiste em impor uma ordem social por meio de normas de conduta do ser e do dever ser, sendo a justiça considerada um elemento estranho ou um elemento idealizado.

É o que ressalta no conceito de Montoro³⁰⁸. Analisado na sua essência, o sentido de justiça na sociedade contemporânea confunde-se com o direito de dar a cada um na medida de sua competência, o que significa assegurar todas as vantagens aos que são mais capazes, num exercício do pensamento darwiniano de que vence o mais forte. Analogicamente, os mais capazes são aqueles que detém o poder e o capital.

A justiça, no nível profundo ou do real, não é uma simples técnica de igualdade na ordem social. Significa, fundamentalmente, uma atitude de respeito à dignidade de todos os homens, de dar a cada qual aquilo que tem o direito de receber como ser humano e não em termos de competência. O sentido de justiça persuade no nível da representação, mas não floresce na sociedade em um nível mais profundo, na sua essência.

Para funcionar plenamente, haveria a necessidade da extinção dos impulsos egoísticos daqueles que têm o domínio dos bens do mundo, chegando a considerá-lo um direito natural, sem atentar para as desigualdades de classe.

A realidade mostra que o indivíduo nunca é totalmente livre. Ele sofre a influência da classe dominante, que o coage socialmente, a ponto de levá-lo a acreditar que a justiça é a fonte fundamental do Direito. Como

³⁰⁸ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 53.

diz Fiorin, “não há possibilidade de existir um homem livre de todas as coerções sociais (...). Sabemos que as normas sociais impõem até que desejos são admissíveis e que desejos são inadmissíveis”, diz Fiorin³⁰⁹, possivelmente referindo-se aos efeitos da mídia.

De forma semelhante, o discurso é determinado por coerções ideológicas. O livro de Montoro está permeado de citações latinas (p. 47, 74), de transcrições em francês (p. 107, 173), em alemão (p.276), em inglês (p. 106, 348) e em grego (p. 67-68), numa clara manifestação do saber da classe dominante.

3.3 Introdução ao Estudo do Direito, de Paulo Dourado de Gusmão

3.3.1 Categoria 1 - Ciência

Paulo Dourado de Gusmão³¹⁰ é desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde exerceu a presidência de 1985 a 1986. Foi, por força de preceito constitucional, Governador de Estado, lecionou na antiga Universidade do Brasil, foi professor do Curso de Doutorado da atual Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi, também, membro do Ministério Público, e um dos fundadores da Revista de Direito do Ministério Público do Estado da Guanabara. Foi e é uma autoridade nas Letras e no Direito.

Na sua obra, *Introdução ao Estudo do Direito*, editado como o de Paulo Nader, pela Editora Forense, 29ª edição, publicada em 2001, o

³⁰⁹ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 36.

³¹⁰ GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

autor não dá a conceituação de *Ciência*, isto é, não define a ciência no seu sentido geral.

O fato chama a atenção e conduz à formulação de pressupostos para explicar esse procedimento. Como o autor possui uma invejável cultura jurídica, comprovada pela sua biografia, pode-se inferir que, no seu raciocínio, o aluno do curso superior já esteja familiarizado com esse conceito, por ter estudado o assunto no ensino médio. Esse raciocínio é, então, fruto de uma relação de poder que assenta na divisão de classes, onde a mais abastada usufrui maiores benefícios, entre eles, o da educação.

Mostra, também, o lugar de onde o autor fala, determinando a intenção discursiva e respaldando os argumentos interlocutórios do texto.

Talvez, por isso, Gusmão³¹¹ inicia o Capítulo I do seu livro conceituando, diretamente, à Ciência do Direito, que define como sendo

conhecimentos, metodologicamente coordenados, resultantes do estudo ordenado das normas jurídicas com o propósito de apreender o significado objetivo das mesmas e de construir um sistema jurídico, bem como de descobrir as suas raízes sociais e históricas.

Não se detém o autor no exame da ciência em si. A sua concepção da Ciência do Direito tem muita semelhança com a concepção positivista da ciência que, segundo Souza³¹², “não entende o mundo como um sistema racional. Nele não existem leis absolutas e apriorísticas, senão um conjunto de fatos que devem ser controlados racionalmente”.

³¹¹ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. , cit., 2001, p.3

³¹² SOUZA, Luiz Sérgio Fernandes de. O papel da ideologia no preenchimento das lacunas no direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993, p. 24.

Os fenômenos do mundo não se explicam pela vontade divina e nem pela lógica racional: não há idéias inatas, que não procedem da experiência, representando o patrimônio originário da razão. Continuando na sua explicação, Souza diz que o positivista

longe de acreditar na possibilidade de um saber total e indefectível, condiciona-o necessariamente ao “método experimental”, afastando a prática especulativa. É pela ciência, pela experiência que se chega a explicação, única e definitiva de todas as coisas, à verdade.

O autor partilha desse entendimento. Ele conceitua o Direito como uma ciência - a Ciência do Direito. Segundo ele, pode-se entender o significado das normas jurídicas através de um estudo ordenado da sociedade, com os conhecimentos metodicamente coordenados, o que permitirá a construção de um sistema jurídico. Esquece o autor de que a ciência, apesar de todo o avanço tecnológico, ainda não conseguiu uma resposta convincente sobre quem é o homem, de onde veio e para onde vai. O ser humano, como pessoa, ainda é um desconhecido, razão porque as normas que regulam o seu comportamento em sociedade não podem ser absolutas.

Existe também a questão a respeito de ser o Direito uma ciência, como quer Gusmão³¹³. O Direito não quer constatar a fidelidade na repetição de um fato, a sua regularidade, como o quer a ciência da física. O Direito quer impor condutas e modificá-las ou evitá-las. Contudo, existem semelhanças, mas são tênues: as duas ciências buscam a segurança e o controle. Mas usar esse argumento para classificar o Direito como ciência é, no mínimo, mascarar a realidade. Se o Direito for considerado ciência, só poderá sê-lo pela regularidade do

³¹³ GUSMÃO, Paulo Dourado. Op. cit., 2001, p. 3.

ato de imputar procedimentos e legitimar o seu cumprimento, o que, sem dúvida, é muito pouco para justificar essa condição. A autoridade do Direito vem principalmente por estar o órgão instituído do poder investido de legitimidade para tomar decisões, freqüentemente não apropriadas para o mundo de hoje.

O cientista de qualquer ramo da ciência tem que reconhecer que não existem verdades absolutas; todas elas são relativas. “Elas nascem do indivíduo, recebendo toda a sua carga ideológica” diz Fagúndez³¹⁴, o que é um empecilho para atingir a verdade. Segundo ele

o Direito é reconhecido como a ciência, não do ser, mas do dever-ser. Trata-se de uma ciência normativa que almeja a construção de uma sociedade ideal. Acontece que o Direito é velho e a sociedade se renova a cada dia. Ou seja, o direito se move lentamente, enquanto que a sociedade é dinâmica.

As normas jurídicas, cujo significado objetivo a Ciência do Direito quer estudar, são aquelas estanques, imobilizadas pelo sistema, que dificilmente poderão acompanhar as transformações sociais.

Fagúndez³¹⁵ admite, com muita propriedade, que a ciência positivista, que é a aceita por Gusmão, se exauriu. Diz ele que “o controle pela violência vem produzindo conseqüências desastrosas (...); em vez de se constituir em instrumento de estímulo de condutas positivas, passou a punir as negativas, ou melhor, aquelas que ele considera negativas”.

Ela, a ciência vista pelo positivismo, é indiferente aos valores. Quer apenas o conhecimento objetivo das normas, para o que se serve de diversos métodos.

³¹⁴ FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávilla. *Direito e Holismo – Introdução a uma visão jurídica de integridade*. São Paulo: Editora LTR, 2000, p. 105, 106, 107.

³¹⁵ FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávilla. *Op. cit.*, 2001, p. 106.

Nessas condições, a Ciência do Direito só pode ocupar-se da norma posta e não dos fatores interferentes na sua produção, ignorando os valores que nela estão contidos, que lhe devem ser completamente estranhos; afasta-se da realidade existente. Ela quer simplificar em excesso o que é naturalmente complexo.

Sendo o ser humano um ser racional, destinado por sua própria constituição física a viver em sociedade, as relações sociais que se formam, regulamentadas pelas normas jurídicas, devem ser, forçosamente, fundadas na liberdade e na igualdade, que são princípios decorrentes do fator biológico. Diz Fiorin³¹⁶ que

Do ponto de vista da natureza humana, os homens são livres e iguais, uma vez que são racionais. (...) O homem subordina-se apenas à razão e à ordem estabelecida pelas leis. Ambas fazem suas coerções incidirem sobre todos os homens, não podendo ninguém furtar-se a elas. A igualdade, é então, formal: todos são iguais perante a lei.

Pela origem, todos os homens são iguais tanto perante as leis biológicas como pelas sociais, pois, o princípio assenta na essência do homem. Está nas suas “raízes sociais e históricas”, o que Gusmão³¹⁷ quer descobrir através do estudo ordenado das normas.

Ora, já foi visto que numa formação discursiva há dois níveis de realidade: um de essência e um de aparência, este criado pelos interesses existentes. Na visão positivista da Ciência do Direito, a realidade é constituída a partir de formas aparentes; ela se omite em relação aos valores. A sua atenção converge apenas para o ser do Direito, a norma, independentemente de seu conteúdo. Por ser de um ceticismo absoluto, isto é, de uma total descrença na existência do real,

³¹⁶ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 59.

prima pela experiência. O problema da igualdade e da liberdade tem um fundo emocional de valor e de abstração e por isso é excluído.

O Positivismo não vê a desigualdade presente na sociedade burguesa e a subordinação de uma classe à outra. Mostra um Estado que expressa a vontade da classe dominante que promove o bem comum nos termos de sua ideologia. É o mundo determinado pela infraestrutura econômica.

Vendo a realidade como uma construção de uma classe que considera os direitos naturais do homem sob a sua ótica ideológica, o pensamento positivista está explicado e justificado.

Na atual sociedade capitalista, os conceitos de individualidade e de liberdade são constituídos de forma invertida. A idéia da desigualdade é apresentada como natural, “uma vez que uns são mais inteligentes ou espertos que os outros”, escreve Fiorin³¹⁸ e acrescenta:

Daí se deduz que as desigualdades sociais são naturais. Outras idéias pias, presas às formas fenomênicas da realidade, vão construindo-se: a riqueza é fruto do trabalho (só se omite que é fruto do trabalho dos outros); pobres e ricos vão sempre existir; a pobreza é uma bênção, pois a riqueza só traz preocupações.

Há outras idéias, dessas que ganham *status* de verdades científicas, embora apenas aparentemente plenas de realidade. É uma das formas de classificar a realidade ou a inversão da realidade. Como a conceituação de que a ciência satisfaz os interesses da burguesia ou do poder econômico, o que leva à afirmativa de ser a ciência um saber que confere poder, conforme já comentado.

³¹⁷ GUSMÃO, Paulo Dourado. Op. cit., 2001, p. 3.

³¹⁸ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 28.

Fiorin³¹⁹ continuando a sua exposição diz que

Podemos então afirmar que não há conhecimento neutro, pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conceito de ideologia: ele é uma visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social.

Dizer que a ideologia é determinada somente pelos fatores acadêmicos é falsear a verdade. Eles são uma determinante de valor, mas ao longo da história, as grandes transformações sociais e políticas não surgiram na cabeça dos homens, nas suas idéias, mas na economia de cada época. Pode-se dizer que a produção ou a economia determinam o comportamento do homem, prioritariamente.

3.3.2 Categoria 2 – Sociedade

Gusmão³²⁰ trata da “Sociedade” quando fala da natureza e cultura do Direito. Relaciona sociedade e Direito apresentando o último como “o único controle social que tem mais possibilidade de garantir a ordem, a paz e a segurança sociais, viabilizando, assim, a sociedade em todas as etapas de sua evolução”. Para selar a indissolubidade da relação, cita o brocardo latino *ubi societas ibi jus*: onde há sociedade há direito.

Um discurso sempre reflete as relações sociais. O texto do autor é exemplar no sentido de revelar temas e figuras da sua formação social.

³¹⁹ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 26.

³²⁰ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 31.

No seu discurso fica evidente que o homem é determinado pelo meio, pela hereditariedade e pelo momento. O homem é um ser que pela sua própria constituição precisa viver em sociedade, em grupos da mesma espécie.

Da leitura do enunciado, que reforça o que diz a história do homem, essa convivência nunca foi pacífica, sempre marcada por conflitos, lutas e discórdias. Avançando nessa reflexão, essa falta de harmonia teria por base a desigualdade natural dos homens, onde uns são mais fortes, mais inteligentes e mais capazes do que os outros, sendo próprio da natureza que o mais forte domine o mais fraco; a teoria darwinista da evolução justifica esse procedimento, o que permite concluir que as desigualdades sociais têm fundamento na natureza.

Para inverter esse quadro e estabelecer a ordem, a paz e a segurança, o grupo social legitimou o poder de controle da sociedade. Esse controle foi exercido por diferentes pessoas ao longo do desenvolvimento do homem como ser social ou, como o denominou Aristóteles³²¹, como animal político: foi exercido pelo *pater familiae*, pelo chefe tribal, pelo senhor feudal, pelo rei e soberano e no mundo moderno, pelo Estado. Criação da cultura do grupo social sob a denominação de Direito, ele é o único controle com possibilidade de garantir a harmonia na sociedade.

Na sua fala, Gusmão³²² acentua que

da natureza do agrupamento social depende a natureza do direito, que a reflete e a rege. Do tipo de sociedade depende a sua ordem jurídica, destinada a satisfazer as suas necessidades, dirimir possíveis conflitos de interesses,

³²¹ ARISTÓTELES. A Política. 1998.

³²² GUSMÃO, Paulo Dourado. Op. cit., 2001, p. 31.

assegurar a sua continuidade, atingir as suas metas e garantir a paz social.

Termina o pensamento citando o brocardo latino: *Ubi societas ibi jus*: para justificar que é da cultura de uma sociedade que nasce o direito e por isso esse direito sempre apresenta as características da sociedade que o criou. Aplicando-se esse raciocínio, o Direito atual representa os interesses da sociedade burguesa. O conjunto de idéias ou representações que descrevem a sociedade do mundo moderno apresenta as características de uma sociedade de classes. Embora constitucionalmente todos os homens sejam livres e iguais perante a lei, essas disposições apenas expressam a realidade aparente, pois as equivalências não ocorrem em nível de essência.

Ainda que essa igualdade só esteja presente no nível da aparência, é apresentada como a realidade total. As idéias dominantes construíram a formação social que tomou a forma de uma sociedade de classes, o modelo da sociedade do ocidente. Nela constroem-se princípios, como o já apontado princípio das desigualdades. Sendo os princípios vigentes construídos com base na produção e no trabalho, próprio da sociedade capitalista, outros princípios são também cunhados, para reforçar essa aparente realidade: a riqueza é fruto do trabalho, sempre vão existir pobres e ricos. Alguns princípios até ganham *status* de verdade científica, como é o caso de algumas teorias antropológicas, segundo as quais haveria raças inferiores e superiores e que essas deveriam civilizar aquelas. Essas teorias até serviram para justificar o colonialismo, diz Fiorin³²³.

Voltando à leitura do conceito de sociedade expresso por Gusmão³²⁴, ele endossa o princípio da unicidade; o direito é um só, o único controle

³²³ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 28.

³²⁴ GUSMÃO, Paulo Dourado. Op. cit., 2001, p. 31.

social capaz de garantir a ordem, a paz e a segurança social. É um princípio próprio do Direito Positivo, o Direito criado pelo Estado. Essa unicidade do Direito está ligada ao adjetivo “único”.

Segundo Gusmão³²⁵, a natureza do direito depende da natureza da sociedade que o criou. O enunciado deixa subentendido que a sociedade criou o direito positivo dando-lhe as feições que satisfazem os seus interesses.

A sociedade que criou o direito positivo caracteriza-se pela divisão em classes. Existindo classes mais fortes e classes mais fracas, quem domina é aquela que detém o maior poder, que é a classe burguesa, aquela que monopoliza a economia e, fazendo-o melhor que o Estado, usa essa competência para manipulá-lo.

O autor³²⁶, no seu enunciado, está expressando a sua visão de mundo e nessa visão a segurança da sociedade depende do Direito. O pressuposto ideológico que fundamenta essa crença do autor é o mesmo que fundamenta o Direito Positivo: o direito legitima as leis.

Como já foi pontuado anteriormente, a realidade pode ser percebida no nível da aparência e no nível da essência. A sociedade de classes, onde domina a classe de maior poder econômico, a burguesia, apresenta a realidade aparente como sendo a realidade total. Isso se explica porque essa realidade de aparência identifica-se com os interesses dessa classe. Essa ideologia não surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Ela é determinada por fatos sociais. Uma das causas determinantes encontra-se nas diferenças naturais existentes entre os seres humanos que justificam as diferenças de ordem econômica.

³²⁵ GUSMÃO, Paulo Dourado. Op. cit., 2001, p. 31.

³²⁶ GUSMÃO, Paulo Dourado. Op. cit., 2001, p. 31.

O antropocentrismo e o conseqüente desenvolvimento tecnológico deram origem às diferenças de classes sociais. Também na linguagem empregada o autor revela a sua filiação à ideologia positivista. Ela é lógica, e fora o que se pode desvendar após uma acurada análise crítica do seu discurso, caracteriza-se por uma suposta neutralidade. Fazendo uso do verbo no tempo presente, por exemplo, o autor anula as possibilidades de questionamentos porque esse tempo expressa o universal e o habitual, o que está gramatical e sintaticamente correto.

Essa ideologia de classe, que o autor deixa manifesta, é reforçada quando afirma ser o Direito o único controle social com possibilidade de garantir a ordem, a paz e a segurança sociais. Esse Direito é aquele criado e legitimado pelo Estado; ideologia assimilada pelo senso comum teórico dos juristas.

Já foi comentado que a ideologia pode expressar uma visão apenas aparente da realidade e com isso tornar aceitáveis práticas sociais que somente atendem aos interesses de uma classe. O resultado desse processo é a alienação da sociedade, pelo menos da sua parcela mais frágil, que não se dá conta do modo como é manipulada e do papel que verdadeiramente lhe cabe no processo social.

É preciso alertar os alunos, principalmente, os dos primeiros anos dos cursos de Direito, reforçando o espírito de renovação que parece estar permeando as escolas, para os mitos que se ocultam nos livros didáticos, principalmente nos introdutórios ao Direito. É preciso dirigir a sua atenção para a realidade, para as funções da sociedade, a qual pode dar ao Direito que a controla, uma natureza que dignifique o homem e tire da situação deplorável cerca de três quartos da humanidade. É preciso incentivar os novos juristas a formarem uma nova mentalidade e não se submeterem à ideologia de um segmento da sociedade alheio aos problemas sociais.

O Direito, através do Estado, tem o dever de tornar possível a vida em sociedade. Não pode ele ser defensor dos interesses dos grupos detentores do poder econômico. O Estado de Direito tem papel preponderante na história da humanidade, superando o estado da natureza, regido pelo arbítrio e pelo caos. Cabe-lhe preservar os princípios maiores, anteriores ao Direito, que abrangem o direito à vida, à liberdade e à igualdade de oportunidades.

Ao concluir o seu pensamento, Gusmão³²⁷ faz transcrição do brocardo latino *Ubi societas ibi jus*. Reforça, pelo uso de uma linguagem dita morta, que o significado do brocardo é válido, consistente e irrefutável. O fato de ser uma língua, e língua mãe do Direito, de um passado distante, cria um clima de verdade indiscutível, reafirmando o seu alinhamento com a teoria positivista.

3.3.3 Categoria 3 - Sujeito

Para Gusmão³²⁸, “Sujeito” de direitos

é o ente que, para o direito, pode ser titular de direitos e de obrigações. Ente que, para o direito moderno se reduz a pessoa, seja a pessoa física (homem) seja a pessoa jurídica (sociedade civil, sociedade comercial, fundação).

Na análise da inteligibilidade do texto e da sua explicação, duas palavras chamam a atenção no enunciado transcrito: “pode e reduz”. O verbo modal “poder” no tempo presente “pode” deixa implícita a idéia de possibilidade. A pessoa física ou jurídica tem a possibilidade de ser titular de direitos e obrigações. Estabeleceu-se um limite: a possibilidade

³²⁷ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 31.

³²⁸ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 271.

está restrita, está reduzida às duas pessoas mencionadas: só elas têm o potencial necessário para serem declaradas titulares de direitos e obrigações. A expressão também deixa subentender que esses direitos são concedidos por um ser superior: o Estado que dita o Direito. O ser social só existe em função de um outro ser que lhe é superior.

Na sua explicação de sujeito Gusmão deixa implícito os princípios que fundamentam o seu conceito de Direito, que Coelho³²⁹ chama de “pressupostos ideológicos”: o princípio da unicidade, segundo o qual “o Direito é um só e único”, o princípio da estabilidade, que afirma ser o Estado o criador do Direito e o princípio da racionalidade ou seja, o Direito é fruto de uma elaboração racional e científica. É o Positivismo marcando a posição de Gusmão.

Embora pareça que o homem é livre para escrever o seu texto, ficou demonstrado que as palavras, no nível discursivo, estão relacionadas à formação social em que o enunciador está inserido. A sua fala repete, inconsciente ou conscientemente, a formação ideológica de seu grupo social. Como diz Fiorin³³⁰, “o discurso é o lugar das coerções sociais”. No contexto social de Gusmão, a visão que ele tem do Direito acolhe os fundamentos básicos da ideologia burguesa mas há uma condicionante: o sujeito não é titular de direitos e obrigações. Ele “poderá” ser, desde que satisfaça as disposições estabelecidas pelo Estado.

Ora, a liberdade e a igualdade integram a própria natureza do homem, decorrem de fatores biológicos, naturais, e não de uma concessão. Não haveria, então, necessidade de assegurá-los por lei.

O Positivismo, porém, não se preocupa senão com o que pode ser provado. As suas normas são construídas cientificamente, resultando que o homem deve subordinar-se à ordem estabelecida. A liberdade e a

³²⁹ COELHO, Luiz Fernando. Op. cit., 1995, p. 65.

³³⁰ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 42.

igualdade no Direito Positivo são, então, formais: todos são iguais perante a lei e nenhum homem está sujeito ao outro, mas somente por força da autoridade da lei e da razão.

Ocorre que o Direito Positivo moderno está construído a partir de formas aparentes da realidade. A lei, está vinculada ao interesse geral. Se ela estabelece que todos os homens são livres e iguais, não há como falar em desigualdades sociais e subordinação de uma classe à outra. É uma visão de mundo que deriva da infra-estrutura econômica. As oportunidades existem para todos, indistintamente. Se diferenças existem elas resultam da luta pela vida, onde vence o mais forte.

É uma posição cômoda que revela o universo ideológico de uma classe intelectualizada. Ela pode até lamentar as diferenças sociais e acreditar na certeza de que ocorrerão mudanças, nada fazendo porém, para que a situação mude. Revela um fatalismo conservador, de manutenção do *status quo*.

3.3.4 Categoria 4 - Estado

Gusmão³³¹ trata do Estado no Capítulo XXXV - Estado e Direito. Na página 351 dá a conceituação jurídica de Estado:

É a organização jurídica do poder destinada a proporcionar, em determinado território, ordem, paz social, segurança e desenvolvimento do povo nele fixado. Se o pensarmos como personificação de interesses, ou seja, como pessoa jurídica, poderemos definí-lo como pessoa jurídica soberana, constituída de povo, de território e de órgãos e

³³¹ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 351.

aparelhos destinados a representá-lo e a manifestar a sua vontade soberana.

Está clara a manifestação do autor pelo Estado de Direito quando o classifica como “organização jurídica” e como “pessoa jurídica”.

Como organização deve proporcionar “ordem, paz social, segurança e desenvolvimento” do povo fixado em um território. Presente, está, repetidamente apresentado, um dos valores mais representativos da filosofia positivista: a segurança. “Ordem, paz, social e desenvolvimento do povo” não são senão a expansão de uma mesma idéia, a de garantir, de dar certeza da manutenção de um estado de ordem e de paz social.

Quando, na mesma citação, Gusmão fala em “pessoa jurídica soberana” o autor está reforçando novamente as suas tendências positivistas. O Estado é soberano, ou seja, os seus atos não podem ser questionados; ele tem o poder de impor as suas determinações, no ato de representar o povo que o constituiu.

O que o autor não diz mas que se deduz quando se compara o que é afirmado com a realidade, é que a “vontade soberana” passa a ser a vontade daqueles que compõem a organização Estado. Considerando que ele está submetido ao capital, que domina a economia e a produção, o poder soberano é, de fato, se não o é de direito, exercido pela minoria que detém o domínio econômico e a produção.

A linguagem é representada por categorias gramaticais verbais. A escolha dos tempos verbais reflete a experiência de vida do usuário. Usando o verbo pensar no modo subjuntivo, “se pensarmos”, referindo-se ao Estado, Gusmão está supondo a possibilidade de pensar esse Estado como representante da “vontade soberana do povo”. Usando o verbo no subjuntivo, que é o tempo ligado à dúvida, mas também do desejo e da esperança, o autor está se interrogando sobre a possibilidade de o Estado representar a vontade soberana do povo.

Continuando na sua exposição sobre o Estado, Gusmão³³² expressa a sua opinião pessoal sobre o que pensa ser esse Estado:

Passemos à nossa modesta opinião. O ideal é o “Estado de direito”, isto é, o Estado submetido ao direito por ele mesmo criado ou reconhecido, dotado de eficácia e que, tendo estabilidade, possa servir de base para profecias de como decidirão as autoridades e os juízes. (...) Nele, a segurança individual tem proteção garantida (...) Hoje, Estado de Direito é algo mais por ser o Estado em que há proteção plena do direito dos homens.

Ao iniciar a sua fala Gusmão usa o verbo passar na primeira pessoa do plural, “passemos”. O uso do pronome oculto “nós” tem o caráter de um operador argumentativo: o autor inclui a si e aos receptores ou leitores do seu discurso, no mesmo pensamento. Dessa forma, fica subentendido que o Estado de Direito é aceito como o Estado ideal por todos os seus membros. Provoca, também, como efeito, diminuir a responsabilidade, a distância entre quem fala e o que diz. As afirmações são divididas com o auditório, que vai, então, endossar a afirmativa de que o Estado de Direito é o Estado ideal.

A confirmação, por Gusmão, de que no Estado de Direito é “possível a correção de arbitrariedades e de abusos de autoridade” e de que ele é o “Estado em que há proteção plena do direito dos homens” só pode ser vista como uma fala mistificatória, mas na qual o auditório acredita porque expressa por uma autoridade reconhecida como de notório saber jurídico.

Quando o autor usa o adjetivo “modesta”, na expressão “na nossa modesta opinião”, ele quer que o leitor acredite que ele é sincero no que

³³² GUSMÃO, Paulo Dourado. Op. cit., 2001, p. 350, 351.

diz, levando o receptor a conferir um caráter de verdade às suas palavras.

Essa confiança advém da forma assertiva ou afirmativa do discurso científico, como é o do autor. E, também, do fato de o enunciador coincidir com o pesquisador, o que, novamente o reveste de autoridade. Afinal, quem poderia duvidar das afirmações de um estudioso que colheu o seu material após anos de pesquisa e experiências. Coracini³³³ explica que “esse voto de confiança, aumenta à medida que diminui o conhecimento do leitor na área específica da pesquisa (...)”.

A autoridade do locutor funciona para o leitor leigo como meio de convencê-lo, por vezes pela constatação da própria ignorância. Verificando o conceito dado, o Estado de Direito é apresentado pelo autor³³⁴. como “aquele que tendo estabilidade possa servir de base para profecias de como decidirão as autoridades e os juízes”. A forma discursiva empregada cria, para o interlocutor, uma expectativa positivista com relação às decisões das autoridades e dos juízes.

Desde que haja um direito estável, haverá base para profecias. O autor cria esse contexto com o uso do verbo “poder” no subjuntivo presente “possa”, um tempo relacionado com desejo, com esperança. O Estado de Direito torna-se um estado que inspira esperança, mas também, dúvida e receio mais do que segurança. O Estado de Direito é o estado ideal, mas de alguma forma ele depende da estabilidade que lhe é conferida pelos membros que o constituem, ou seja, a sociedade. Uma vez criada essa estabilidade pode-se fazer até mesmo profecias sobre o desempenho das autoridades. O que o autor não esclarece é que um Direito estável é um Direito alheio às mutações da sociedade, um Direito que não acompanha a natural evolução dessa sociedade.

³³³ CORACINI, Maria José. Op. cit., 1991, p. 123.

³³⁴ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 350.

A atuação do Estado como capaz de decidir sobre o destino da humanidade, capaz de predizer os acontecimentos futuros, resulta do emprego do substantivo “profecia”. A capacidade de fazer profecias está reservada a um ente superior; o homem não pode conhecer, com certeza, uma coisa futura, que independe da sua vontade. Usando a palavra *profecia* desvinculada do seu sentido natural, o autor transferiu a validade dos poderes especiais ao homem, que é visto então como capaz de prever quais serão as decisões a serem tomadas pelas autoridades e juízes. Para que isso ocorra, basta que ele mantenha a estabilidade do Estado de Direito.

O sentido da palavra “profecia” estrapolou o seu significado normal de uso. Essa modificação faz parte do processo argumentativo e contribui para a vida da linguagem, comprovando mais uma vez que não há palavras com sentido único ou neutro. O uso argumentativo das palavras serve de instrumento de persuasão. Persuadido, o interlocutor pode interpretar o termo “profecia” como a competência que o Estado tem dado à sua estabilidade.

O que é, sem dúvida, uma representação mistificada da realidade que conflita com a fala de Gusmão³³⁵, quando diz que “hoje, Estado de Direito é algo mais por ser o Estado em que há proteção plena do direito dos homens”. É um discurso que soa como uma *misinterpretation* ou interpretação errônea da realidade. O Estado Moderno, o Estado de Direito, distingue-se pelo monopólio legítimo da força e da divisão de classes, e não pela igualdade de direitos.

³³⁵ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 351.

3.3.5 Categoria 5 - Direito

A definição de Direito dada por Gusmão³³⁶ é a seguinte: “Pensamos poder definir o direito como a norma que, se inobservada, poderá ser aplicada coercitivamente”. O fato de usar o pronome “nós” tem o propósito de incluir o interlocutor, de criar uma comunhão com o leitor, fazendo com que ele também se coloque na autoria da definição. É um recurso que acentua o efeito persuasivo do enunciado o qual, sinteticamente, expõe que o Direito emparelha com coercibilidade e que essa coercibilidade tem a aprovação da comunidade. Mais adiante Gusmão³³⁷ expande essa definição ao dispor que:

Para nós, que consideramos dever a ordem prevalecer sobre a anarquia, sem ser instrumento desumano e desigualitário, e que consideramos ser a justiça o fundamento do direito, capaz de julgá-lo e de guiá-lo na produção de bons efeitos sociais, chegamos ao seguinte conceito: o direito é a garantia da ordem e da paz sociais. Com o mínimo sacrifício da justiça, ou, então, a proteção justa da ordem e da paz sociais. Fica bem claro o nosso pensamento: a justiça é o fundamento ético e jurídico do direito, enquanto a segurança é o valor-meio, por depender dela a realização da justiça, pois, sem ela, a justiça é inatingível.

Para Gusmão Direito e coercibilidade são como dois lados de uma mesma moeda: um não existe sem o outro. O modo como o autor conceitua o Direito evidencia a ideologia do Positivismo que privilegia

³³⁶ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 51.

³³⁷ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 408.

uma atitude autoritária. Ao Estado cabe reprimir as condutas tidas como inadequadas com as punições estabelecidas nas normas, no dever ser.

O conceito de Direito dado por Gusmão deixa implícita a sua filiação ao Positivismo que é o Direito imposto coercitivamente pelo Estado, o seu órgão criador. “É fruto de uma elaboração racional, ou seja, de natureza científica (...), dotada de ordenamento e decisão”, ensina Coelho³³⁸. Como já referido acima, é um Direito imposto com fundamento no poder do Estado.

Esse Estado, embora legitimado pelo povo, é constituído de um mínimo de pessoas, às quais, lhes tendo sido dados certos poderes, impõem suas idéias e seus interesses à grande maioria dos indivíduos que, por passividade, incompetência ou medo, acata essas ordens. A minoria dominante, que está no exercício do poder como representante do povo para criar normas, age quase sempre, de forma centralizadora, sem considerar as condições sociais da maioria subordinada aos interesses econômicos.

Freqüentemente escamoteiam certas verdades ou as mistificam. A Constituição garante que todos são iguais perante a lei. Mas fazer valer esse direito desencadeia reações até mesmo violentas e irracionais. O fato é que o Direito é a expressão de uma minoria que impõe as suas convicções. O requinte é exercer o poder camuflado em atitudes igualitárias ou supostamente igualitárias em sua aparência.

A aceitação dessas pseudoigualdades ocorre porque a pessoa passa a acreditar, por exemplo, que todos são realmente iguais e passa a proceder como tal e a adquirir ou querer os bens materiais do grupo mais forte e a se comportar como se fosse igual às minorias que criam os princípios reguladores dos comportamentos, incorporando a idéia

³³⁸ COELHO, Luiz Fernando. Op. cit., 1995, p. 65.

como se sua fosse. Todos passam a se achar donos da verdade, colocando-se como os que estão certos. Quanto mais fraco e inseguro o indivíduo, mais fácil ele cederá às pressões externas.

Mais adiante, ainda na sua exposição sobre o conceito de Direito, Gusmão³³⁹ além de associar Direito com a garantia de ordem e paz social, o associa a um mínimo sacrifício da justiça.

A palavra ordem evoca o sentido de regularidade, de segurança, de paz social, como o próprio autor coloca. Se a sociedade se comportar de acordo com o que dela se espera, ela terá como recompensa a ordem e a paz social. Agora, em vez de punição vem a recompensa. Tudo depende da sociedade onde as normas são aplicadas. No conceito dado, pela escolha das palavras, o autor está dizendo que a paz social está na dependência de uma participação construtiva. Isso deve ser obtido com o mínimo sacrifício da justiça.

O autor organizou bem os elementos à sua disposição para veicular o seu discurso. Ele emprega a expressão com o “mínimo sacrifício da justiça”, que é “o fundamento ético e jurídico” do Direito. Parece estar querendo justificar que embora sendo a base fundamental do Direito, a justiça terá que ser sacrificada, ainda que em grau mínimo.

Ora, ser o fundamento de algo ou de alguma coisa, é ser a sua base, o seu alicerce. É ser o princípio que norteia uma teoria ou um sistema. Se esse fundamento for alterado ou sacrificado, toda a teoria ou a coisa a qual ela está servindo de sustentáculo, deverá ser revista. O até então afirmado tende a ser desacreditado, tornando-se irrelevante.

O que o autor diz é que para haver ordem e paz é preciso sacrificar a justiça, ainda que em grau mínimo. O emprego do adjetivo “mínimo” admite uma mensuração que depende de um juízo de valor. Por isso, o

³³⁹ GUSMÃO, Paulo Dourado. Op. cit., 2001, p. 408.

emprego desse adjetivo passa a ser relevante no texto do autor pela possibilidade de alterar o sentido dado ao conceito de Direito.

É curioso perceber que o autor, em sua atividade de intérprete do Direito, tenha sentido a necessidade de acentuar essa possibilidade de sacrificar a justiça. Soa como um pedido de desculpas por ter direcionado a sua fala no sentido de um Direito humanista, quando a sua crença está ligada à teoria positivista, segundo a qual o direito constitui um sistema, uma estrutura de normas de condutas organizadas segundo os princípios da lógica formal, onde não há lugar para juízos de valor e nem de justiça.

3.4 Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, de Maria Helena Diniz

Maria Helena Diniz é uma autora conceituada na área do Direito. É titular da cadeira de Direito Civil, Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e ainda coordenadora da Subárea de Direito Civil Comparado nos Cursos de Pós-Graduação em Direito, na mesma universidade. Na sua obra, *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*, 13ª edição, publicada em 2001, nas palavras, contidas no Prefácio³⁴⁰, procura, diz ela,

oferecer, de modo simples e objetivo, a base informativa necessária aos estudantes do direito, para que eles, compreendendo como se constitui e se caracteriza o conhecimento do jurista, possam iniciar uma viagem nos

³⁴⁰ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, XV.

domínios da ciência jurídica e adotar uma atitude analítica e crítica diante das questões de direito.

O objetivo da autora de proporcionar aos alunos a oportunidade de adotarem “uma atitude crítica diante das questões de direito” está em consonância com o propósito do presente trabalho, principalmente pela utilização da análise crítica do discurso. É o instrumento que está sendo apontado como o adequado para formar a “atitude crítica”, mencionada por Diniz.

3.4.1 Categoria 1 - Ciência

Para Diniz³⁴¹

a ciência é um complexo de enunciados verdadeiros, rigorosamente fundados e demonstrados, com um sentido limitado, dirigido a um determinado objeto. Para que haja ciência, deve haver as seguintes notas: caráter metódico, sistemático, certo, fundamentado ou demonstrado, limitado ou condicionado a um certo setor do objeto.

A autora, na sua descrição do que é ciência, deixa implícita a marca da filosofia positivista. Exclui o que é abstrato e fundamenta o conhecimento em dados reais e comprováveis, fundamenta o conhecimento na ciência. Entretanto, como diz Fagúndez,³⁴² “as grandes questões continuam sem resposta, ou, pelo menos, sem resposta convincente”; colocando a ciência em débito com a verdade.

O adjetivo, “verdadeiros” e o advérbio de modo, “rigorosamente”, usados por Diniz para classificar a ciência, refletem a visão de vida da

³⁴¹ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 21.

³⁴² FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. Op. cit., 2000, p. 103.

autora. Ela se vale desses elementos modalizantes para reforço de sua argumentação. Atribuir uma qualidade a um elemento ou a um objeto é escolhê-la entre muitas porque é a mais importante ou mais característica. Essa possibilidade pode não ser detectada por quem não conhece o vínculo existente entre a ação de escolher e o pensamento de quem faz a escolha; ela demonstra um juízo de valor que vai modificar a realidade dos dados do discurso. Com o uso da modalidade rompe-se a apregoada neutralidade da linguagem jurídica.

Na ótica de Diniz, o crucial para a ciência é o princípio da causalidade, do porquê dos fatos: eles devem ser “rigorosamente fundados e demonstrados”, o que significa, com insensibilidade irrestrita, sem qualquer interferência de juízos de valor.

Argumenta-se que é pelo fato de se ilhar em comportamentos estanques que os cientistas não conseguiram, até hoje, responder satisfatoriamente as mais importantes perguntas formuladas pelos seres humanos: de onde vieram e para onde vão. A dúvida permanece embora tenha havido grandes avanços: os novos conceitos em física, por exemplo, deixaram para trás a concepção mecanicista de Descartes e Newton, passando a uma visão holística isto é, a compreensão da realidade como um todo integrado, que Capra³⁴³ reputa “como semelhante às visões dos místicos”.

Mas a sociedade como um todo continua em crise porque ainda se mantém fiel à uma visão de mundo obsoleta, reducionista, que vê cada fato como independente quando tudo são facetas de uma só crise de percepção: a inflação e o desemprego, a falta de assistência à saúde, a poluição, a onda de violência e crimes. Vive-se hoje num mundo globalizado, interligado, no qual todos os fenômenos, sejam biológicos,

³⁴³ CAPRA, Fritjof. Op. cit., 1982, p. 13.

psicológicos, sociais ou ambientais, são interdependentes embora a humanidade ainda não se tenha conscientizado desse aspecto. Para alcançar um estado de inter-relacionamento harmonioso, de equilíbrio dinâmico “será necessária uma estrutura social e econômica radicalmente diferente”, fala Capra³⁴⁴.

Se a humanidade for capaz de estabelecer um novo modelo, a visão positivista de ciência, externada por Diniz, deverá sofrer uma reavaliação do seu “sentido limitado”, dirigido a um setor de um determinado objeto.

Diz Fagúndez³⁴⁵ que “o que a ciência precisa, sem excluir a sua racionalidade, é de sensibilidade e de bom senso. Uma ciência que não satisfaz esses requisitos não será propriamente uma ciência, mas a expressão de uma ideologia ou de poder”.

O Positivismo apresenta-se como uma manifestação ideológica porque exclui quaisquer juízos de valor e se atém apenas ao ser do Direito. Não o considera como um fato social e sim como um dado que deve ser confirmado pela demonstração.

3.4.2 Categoria 2 - Sociedade

Quanto á “sociedade”, Diniz³⁴⁶ não dá um conceito específico, mas a descreve como a gênese da norma jurídica. Diz ela que

a idéia de homem é uma idéia de comunidade: *unus homo*, *nullus homo*. A sua existência só é possível dentro do contexto convivencial, onde vive e age em contato com outros indivíduos. O homem vive na sociedade e em

³⁴⁴ CAPRA, Fritjof. Op. cit., 1982, p. 16.

³⁴⁵ FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. Op. cit., 2000, p. 107.

³⁴⁶ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 327-328.

sociedades (...). A sociedade sempre foi regida e se há de reger por um certo número de normas, sem o que não poderá subsistir.

Continuando, diz a autora³⁴⁷ que

a vida em sociedade exige o estabelecimento de normas jurídicas que regulem os atos de seus componentes: são os mandamentos dirigidos à liberdade humana no sentido de restringí-la em prol da coletividade, pois esta liberdade não pode ser onímoda, o que levaria ao caos.

O enunciado expresso por Diniz contém implícita a idéia de que os homens se reúnem em sociedade com o objetivo de atingir um determinado fim, que só poderá ser alcançado se alguém ou algum órgão for investido do necessário poder para estabelecer as normas jurídicas que regularão o comportamento social. Essas normas, por terem sido autorizadas pelo grupo, são tidas como expressão das idéias da coletividade.

O texto está construído a partir de formas aparentes da realidade, pois considera a norma jurídica como algo vinculado ao interesse geral. Essa particularidade aparece no enunciado sob a forma de exigência da sociedade para regular os atos de seus componentes.

Não se detém em apontar as desigualdades presentes na sociedade burguesa onde o capital dita os procedimentos e é notoriamente menos favorável à classe menos abonada financeira e culturalmente, à qual se vê na situação de dominada por aquela classe que detém o poder pelo controle econômico e de produção tidas como as molas que impulsionam o progresso. Mas o direito de viver uma vida digna é

³⁴⁷ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 1982, p. 328.

atributo do homem e dele depende a honra da espécie humana. É um direito que está acima das normas.

A sociedade está procurando reestruturar a distribuição grosseiramente desigual da renda e contornar a crise do desemprego, da saúde, da moradia e da educação. Está procurando no holismo e na interdisciplinaridade o modelo para um Direito mais justo.

O recurso de se valer do brocardo latino *unus homo, nullus homo*³⁴⁸, sem traduzi-lo, revela a formação social a que pertence a autora. Mostra um conhecimento acessível quase que exclusivamente a uma elite cultural, que se não desdenha, pouco se preocupa com a persistência das favelas, da pobreza e da criminalidade, da pouca competência para a leitura e muito menos para entender o latim. Apesar das tentativas de modificar o modelo vigente, a desigualdade mostra-se cada vez mais agressiva. Os recentes ataques à nação americana o comprovam efetivamente.

Capra³⁴⁹ critica de forma contundente “a maioria dos intelectuais que constituem o mundo acadêmico subscrevem percepções estreitas da realidade, as quais são inadequadas para enfrentar os principais problemas de nosso tempo”. Capra está sendo extremista mas é preciso reconhecer que há muita verdade no seu pensamento.

O adjetivo “onímota”, usado para referir-se a uma liberdade ilimitada, torna a frase de Diniz voluntariamente ambígua. Deixa a critério do leitor o juízo de valor com relação à dimensão dada ao termo, o que torna participante no processo interpretativo.

³⁴⁸ Tradução do pesquisador: “um homem, nenhum homem”, significando que sem homem não há sociedade, conduzindo à conclusão de que não há sociedade sem homem e não há homem sem sociedade.

³⁴⁹ CAPRA, Fritjof. Op. cit., 1984, p. 23.

O uso do adjetivo “onímoda”, palavra raramente empregada, lembra a linguagem erudita do grupo de elite, que contrasta com a do homem comum, apontando para uma hierarquia social.

Pode-se reconhecer, no discurso, que a cada estrutura ou formação social corresponde um modo específico de expressão, que revela uma ideologia própria; no caso analisado, o discurso observa as normas da sintaxe, contrariamente à linguagem popular onde a fala flui livremente, ou seja, ela não está preocupada com a correção.

A citação do “brocardo latino”, uma língua que pela distância adquiriu o peso da autoridade, de uma cultura milenar, faz crescer o respeito dos leitores pelo autor e enfraquece qualquer tentativa de questionamento.

3.4.3 Categoria 3 - Sujeito

Para dar a conceituação de “sujeito”, Diniz,³⁵⁰ faz, primeiramente, referência ao modo de vida do homem, que, vivendo em sociedade, está sempre em interação, “influenciando a conduta de outrem, o que dá origem a relações sociais que, disciplinadas por normas jurídicas, transformam-se em relações de direito” ou relações jurídicas.

É, então, na condição de ser social que o homem gera as relações jurídicas, a aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações. A partir do momento em que esses direitos e obrigações são determinados por normas, essa relação social entre pessoas caracteriza-se como uma relação jurídica. Sem essas normas, a relação permanece no âmbito social.

³⁵⁰ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 500, 505.

“A pessoa natural é o ser humano considerado como sujeito de direitos e obrigações (...)”, diz Diniz³⁵¹. Vivendo em sociedade, a pessoa adquire personalidade e que, por sua vez, a credencia à adquirir direitos e contrair obrigações. É essa idéia de personalidade que “exprime” a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações, afirma Diniz³⁵².

Dado o uso da palavra “personalidade”, que no dizer de Diniz, “exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações” e, considerando que esses direitos e obrigações só se estabelecem quando existem relações entre pessoas, as relações devem ser normatizadas. Pode-se concluir, então, que o homem só passa a ser pessoa ou sujeito de direito por força de normas que estabelecem as condições para que ele exerça esses direitos: o nascimento com vida e a capacidade jurídica.

Essas normas se constituíram desde o primeiro instante em que o homem se organizou em sociedade e conseqüentemente, existiram independentemente do Estado, que é uma criação recente, do século XVI e XVII. O Direito e o sujeito de direito brotaram da vida em comunidade.

Independentemente de sua origem, com a sociedade as pessoas foram investidas de direitos.

No Estado moderno essas normas são ditadas pelo direito positivo, “um conjunto de normas estabelecidas pelo poder político que se impõem e regulam a vida social de um dado povo em determinada época”, diz Diniz³⁵³.

Montoro³⁵⁴, ao lecionar sobre a doutrina positivista, comenta que ela

³⁵¹ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 505.

³⁵² DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 503.

³⁵³ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 243.

³⁵⁴ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 243.

têm por característica comum considerar o direito como um fato semelhante aos fenômenos naturais, que deve ser estudado pelos mesmos processos das ciências físicas e naturais (...), não tomam conhecimento de quaisquer fundamentos do direito em princípios de ordem moral ou valores, como a justiça.

Essa concepção reflete no sujeito de direito. Embora todos os homens sejam iguais e livres dada a sua origem biológica e natural, com direitos que antecedem as normas. Na realidade, a sua vida é condicionada por regras que recorrem à coerção para manter ou restabelecer a ordem perturbada.

O homem só se torna sujeito por força das normas que regulam as condições de vida. Essas normas freqüentemente se afastam da realidade social, o que, segundo, Fagúndez, pode ocorrer porque³⁵⁵

as diversas correntes do pensamento, realmente, têm apenas uma visão parcial do direito. Ele é concebido, pelos marxistas, como instrumento a serviço das classes dominantes. Os neoliberais defendem-no no que ele tem de mais perverso: a defesa intransigente da legalidade dos seus próprios interesses.

A posição de Fagúndez pode ser considerada extremista, mas não excludente porquanto não há como negar que o direito posto, o direito positivo, se esgota no seu apego à legalidade, desconsiderando a realidade social. Mas, esse posicionamento deixa um percentual elevadíssimo de sujeitos marginalizados, dado a concepção ideológica de culto à lei.

³⁵⁵ FAGÚNDEZ, Paulo Roney Àvila. Op. cit., 2000, p. 30.

A crítica mais forte ao Positivismo é a sua condição de instrumento de repressão e opressão a serviço da classe dominante que detém o poder e o capital, o que revela uma visão parcial, que não mais se justifica. O Direito deve ser focado sociologicamente. Ele não pode refletir apenas os valores de uma classe. Deve voltar-se igualmente para a defesa dos marginalizados e dos oprimidos.

Analizando a conceituação de sujeito de direito dada por Diniz, aquele com “aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações”, percebe-se que está permeada da filosofia positivista. Só é sujeito de direito a pessoa física ou jurídica com personalidade ou aptidão para adquirir direitos, desde que esses direitos sejam disciplinados por normas jurídicas.

Implícito nesse conceito está a ideologia que o motivou: o “só vence o mais forte”. A formação discursiva que governa o texto é a da classe dominante, detentora do poder para fazer as leis. Quando Diniz³⁵⁶ emprega o verbo “adquirir” deixa subentendida a existência de alguém que concede o Direito. Não está à disposição de qualquer indivíduo, mas apenas daquele que tem aptidão, que é capaz de por si só exercer os atos da vida civil, dependendo, portanto, de discernimento, prudência, juízo, inteligência.

Essa é uma formação discursiva caracteristicamente persuasiva. O receptor não tem qualquer possibilidade de interferir no que está escrito. É um discurso que não permite modificações ou ponderações. A voz da autoridade toma a forma de dominação, pois “o discurso autoritário repete uma fala já sacramentada pela instituição. A sociedade moderna está fortemente impregnada desta marca autoritária do discurso. A persuasão ganhou a força de mito”, informa Citelli³⁵⁷.

³⁵⁶ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 503.

³⁵⁷ CITELLI, Adilson. Op. cit., 1996, p. 39-40.

A crítica que se faz diz respeito aos educadores, que poucas vezes ou nunca alertam os alunos para os sentidos que podem estar implícitos na linguagem dos livros didáticos principalmente os de introdução do Direito, fazendo-os crer que a fala do sujeito/autor é exclusiva.

3.4.4 Categoria 4 - Estado

A autora fala sobre o "Estado" ao discorrer sobre a noção de Direito. Segundo ela, "o direito só pode existir em função do homem", que, pelo instinto ou por força de sua inteligência, vive em sociedade para atingir os seus objetivos. Não existe apenas, mas coexiste, isto é, vive necessariamente em companhia de outros indivíduos. "Com isso, espontânea e até mesmo inconscientemente, é levado a formar grupos sociais", ressalta Diniz³⁵⁸.

Essa coexistência gera a necessidade de regular o comportamento das pessoas para que os agrupamentos possam conservar-se e viver em paz. A sociedade é, então, a grande fonte de normas de conduta. O Estado passa a fazer parte desse processo como fonte de Direito quando a sociedade institui órgãos especiais para a elaboração e depois execução dessas normas.

Conforme Diniz³⁵⁹

O Estado é uma instituição maior, que dispõe de amplos poderes e que dá efetividade à disciplina normativa das instituições menores. De modo que uma norma só será jurídica se estiver conforme a ordenação da sociedade política. (...) Assim, as normas fundam-se na natureza social

³⁵⁸ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 240 a 243.

³⁵⁹ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 241.

humana e na sociedade de organização no seio da sociedade.

Percebe-se que é nítida a relação entre a norma e o poder. Para Diniz³⁶⁰

O poder é elemento essencial no processo de criação da norma jurídica. (...) Pode-se-á dizer que o direito positivo é o conjunto de normas estabelecidas pelo poder político que se impõem e regulam a vida de um dado povo em determinada época.

O objetivo deste trabalho, recorde-se, é refletir sobre os sentidos implícitos na linguagem dos livros didáticos de introdução do Direito, dos autores selecionados. É verificar como esses significados subjacentes veiculam a ideologia de seus usuários. O discurso de Diniz tem uma estrutura que lhe é própria: não é um simples amontoado de frases. Há nele um procedimento, como é o caso de introduzir a primeira ou a terceira pessoa. O uso da primeira pessoa cria um efeito de sentido de subjetividade, de ponto de vista pessoal.

O uso da primeira pessoa do plural pode ser entendido como a expressão de um pensamento compartilhado com o leitor, integrando-o na mesma visão de mundo e de ideologia. Entretanto, quando a autora³⁶¹ diz “O Estado é uma instituição maior”, é como se o próprio fato se narrasse a si mesmo. Tem-se a impressão de que uma verdade objetiva se estabeleceu e deve ser aceita como inquestionável porque o uso do verbo ser no tempo presente cria essa situação de estado, de ser, confirma Fiorin³⁶².

Em um discurso há dois campos de manipulação: o consciente e o de

³⁶⁰ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 242.

³⁶¹ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 241.

³⁶² FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 17.

determinação inconsciente. A manipulação consciente situa-se na sintaxe, quando o enunciador usa as regras próprias da escrita para convencer o seu interlocutor. Esse fato é constatado em Diniz, quando emprega a terceira pessoa na expressão “O Estado é uma instituição maior”. Essas estratégias são usadas em conformidade com o que o autor deseja transmitir ao interlocutor.

As determinações inconscientes situam-se no campo da semântica. Os elementos semânticos usados expressam a maneira de ver o mundo de uma determinada formação social. Neles ouve-se a voz de outros discursos. É a maneira de cada um pensar o mundo. Há temas que se sucedem como o das diferenças naturais entre os homens, que desaparecem frente às leis que estabelecem que todos são iguais.

Essa semântica inconsciente, que segundo Fiorin³⁶³, “também pode ser consciente”, aparece em Diniz³⁶⁴ quando afirma que “*O Estado* (...) que dispõe de amplos poderes e que dá efetividade à disciplina normativa das instituições menores”. A autora está ratificando os pressupostos ideológicos do Positivismo de que o único Direito válido é o criado pelo Estado, recusando qualquer outra forma.

Se for considerado que a realidade social desvenda alguns mitos, ver-se-á que o Estado só surgiu para dar legitimidade a normas surgidas espontaneamente nos grupos sociais. O Estado é criação da sociedade e por esta posta a serviço dos seus interesses.

Pela manipulação da linguagem ou pela violência simbólica, o locutor procura substituir, na mente dos indivíduos, a realidade por abstrações ideológicas. Coelho³⁶⁵ comenta que o objetivo é

tornar aceitáveis as práticas sociais e manter inalterada a

³⁶³ FIORIN, José Luiz. Op. cit., 1998, p. 19.

³⁶⁴ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 241.

³⁶⁵ COELHO, Luiz Fernando. Op. cit., 1995, p. 73-74.

ordem social, evidentemente, no interesse dos estamentos privilegiados que se beneficiam, uns mais, outros menos, dessa ordem. O resultado desse processo é a alienação da sociedade, cujos membros não se dão conta do modo como são manipulados e do papel que verdadeiramente lhes cabe no processo social.

Com a violência simbólica aplicada à linguagem, inculcando conceitos como se fossem verdades universais, o leitor, principalmente o aluno iniciante, sente-se como algemado, condenado a ser ouvinte em face da autoridade do locutor.

No conceito de Diniz³⁶⁶, o Estado, em relação ao Direito, é absoluto nas suas manifestações, pois “uma *norma* só será jurídica se estiver conforme a ordenação da sociedade política”, ou seja o Estado. Mas Coelho³⁶⁷, continuando a sua fala, ensina que “ao mito da estatalidade opõe-se o princípio da gênese histórico-social do Direito”, que deve ser resguardada.

O discurso jurídico é um discurso institucionalizado, lugar próprio para a persuasão e a argumentação. Apresenta elementos sustentadores da persuasão e da argumentação. Diniz usou um elemento sintático para criar um ambiente onde o enunciado se apresentasse como indiscutível. Introduziu a terceira pessoa do verbo ser para tornar inquestionável a sua posição. O uso de tempo presente transforma o enunciado numa asserção irrefutável. “Embora esse caráter irrefutável não advenha apenas do tempo gramatical (...), é sem dúvida, reforçado por ele”, diz Coracini³⁶⁸.

Confirma-se a afirmativa que orienta o presente trabalho: há significados implícitos no uso da linguagem dos autores dos livros

³⁶⁶ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 241.

³⁶⁷ COELHO, Luiz Fernando. Op. cit., 1995, p. 73-74.

³⁶⁸ CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Op. cit., 1991, p. 101.

didáticos de introdução ao Direito.

3.4.5 Categoria 5 - Direito

Ensina Diniz³⁶⁹ que

O direito só pode existir em função do homem. (...) Como o ser humano encontra-se em estado convivencial, é levado a interagir; assim sendo, acha-se sob a influência de alguns homens e está sempre influenciando outros. E como toda interação perturba os indivíduos em comunicação recíproca, para que a sociedade possa conservar-se é preciso delimitar a atividade das pessoas que a compõem, mediante normas jurídicas. (...) Portanto é mediante normas que o direito pretende obter o equilíbrio social, impedindo a desordem e os delitos, procurando proteger a saúde e a moral pública, resguardando os direitos e a liberdade das pessoas.

A idéia de “Direito” transmitida por Diniz é atraente pela grandeza de seus propósitos. Talvez por isso mesmo a autora tenha feito uso do verbo “pretender” quando esclarece que o “direito pretende obter o equilíbrio social” através de normas. “Pretender” pode ser interpretado como fazer acreditar em alguma coisa, deixando subentendido que há a intenção de obter o equilíbrio social, mas em nenhum momento há a certeza de que o objetivo será alcançado, embora o texto faça entender, para aqueles que não o lêem criticamente, que o Direito estabelece o equilíbrio social.

A linguagem para expressar o Direito é a linguagem natural. Abriga

³⁶⁹ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 239, 240, 241, 243.

termos imprecisos e equívocos como é o caso do verbo “pretender”. O fato de empregar o tempo presente acrescenta um tom de verdade ao enunciado, convencendo o receptor da exatidão daquilo que foi dito, como se fosse o seu eco.

O tempo verbal funciona como importante recurso argumentativo no discurso jurídico. O que se verificou com o verbo “pretender” repete-se com o verbo “procurar”. O Direito, através das normas também está “procurando proteger a saúde e a moral pública”. O verbo procurar tem sentido semelhante ao de pretender, o significado está envolto em um certo grau de incerteza na realização do que se propõe. A repetição de palavras com sentido aproximado tem o efeito de dar maior valor aos termos usados, porque permite a interpretação do leitor.

Semanticamente, a autora usou o termo “equilíbrio” em oposição a “desordem”, com o que criou o efeito especial de chamar a atenção para a primeira palavra, sobre a qual recai o maior valor do enunciado. Quanto mais especiais e enfatizados os termos, mais viva é a imagem que evocam. Por serem contraditórios ou opostos, equilíbrio e desordem, o primeiro termo ganha densidade e guia o receptor de uma maneira bastante eficaz para aquilo que quer ver aceito: que o Direito conduz ao equilíbrio, impedindo a desordem. É pelas normas que são resguardados os direitos das pessoas.

Contudo, contrapondo-se a tudo o que foi demonstrado no conceito de Direito, apresenta-se a realidade, que não foi abordada por Diniz.

Com a sua descrição do Direito, faz acreditar aos que não estão habituados a uma análise crítica ou, ao questionamento, que as normas têm o condão de garantir a segurança social, os direitos e a liberdade das pessoas, que tudo pode acontecer como o conceito diz.

No enunciado transcrito transparece uma violência simbólica consciente. O emprego da conjugação ou operador argumentativo

"portanto", tem por objetivo criar um efeito de verdade do que foi dito, o que é enfatizado com o uso do presente do verbo ser. "Portanto, é mediante normas que o direito pretende obter o equilíbrio". Já foi visto neste trabalho que o tempo verbal do presente do indicativo é o tempo daquilo que é. O emprego do tempo presente e do operador argumentativo referido, relaciona o conceito de Direito à uma formação social onde predomina a ideologia positivista. O Direito é visto como o conjunto de normas que se impõem e regulam a vida social de um determinado grupo. Uma leitura de superfície, literal, levará a aceitação de que as relações existentes são igualitárias.

Isso não ocorre quando se lê criticamente. Ler criticamente significa detectar nos textos e nos discursos as pistas que revelam a relação entre a linguagem e as práticas sociais. Quando a leitura não é crítica, ela atem-se ao sentido literal, sem penetrar mais a fundo, na tentativa de desvendar o que está implícito.

O senso comum teórico dos juristas entende que a positivação do Direito é necessária. Ela seria consequência da rigidez que é preciso imprimir às normas para que sejam alcançados os resultados desejados, isto é, a interpretação é limitada à univocidade das significações.

Mas o Direito que quer obter o equilíbrio social e impedir a desordem, garantindo a igualdade e a liberdade, existe apenas no nível de superfície. É aparente, negado no nível da realidade, onde a igualdade é confundida com opressão e a liberdade, com sujeição. No nível da realidade domina o capitalismo, próprio das sociedades de classes, em que o discurso se torna monológico.

Nesse tipo de sociedade, predomina o saber do cunho fortemente positivista, mais preocupado em aperfeiçoar a ciência, as leis e as normas e não a sociedade em si, a economia e as condições de vida

das pessoas. As formações discursivas vão materializando a visão de mundo da classe dominante; de reprodução de suas ideologias.

O sistema ideológico capitalista também justifica o processo da globalização, da unificação dos povos em virtude das novas condições técnicas que favorecem a produção e o consumismo. Mas para a maior parte da humanidade, essa globalização é perversa, instalando uma dupla tirania: a do consumo e da ostentação, intimamente ligadas.

“Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação”, aponta Santos³⁷⁰.

Verifica-se, por exemplo, um fortalecimento do Estado não para garantir a segurança e o bem estar social, mas para atender os interesses capitalistas, em detrimento da satisfação das necessidades prementes da população menos favorecida, cuja vida se torna cada vez mais difícil.

Há, em tudo, uma ânsia de informação, mas o que é transmitido é de fato uma informação manipulada, que se apresenta como uma ideologia. Diz Santos³⁷¹ que “a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro pelo qual ela busca convencer”. Essas considerações aplicam-se aos livros didáticos de introdução ao Direito, que se apresentam maquiados pelas ideologias dominantes.

³⁷⁰ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record, 2000, p. 18.

³⁷¹ SANTOS, Milton. Op. cit., 2000, 18.

**QUADRO 1 - ANÁLISE CRÍTICA DOS CONCEITOS EXPRESSOS PELOS AUTORES DE QUATRO
LIVROS DIDÁTICOS DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

QUADRO COMPARATIVO					
CATEGORIA	AUTORES				
CIÊNCIA	Paulo Nader ³⁷²	André F. Montoro ³⁷³	Paulo D. de Gusmão ³⁷⁴	Maria H. Diniz ³⁷⁵	Comentários
Conceito					
Complexo de enunciados verdadeiros, rigorosamente fundados e demonstrados, expressos por meio de leis com o propósito de apreender o significado objetivo dos	p. 133/134 Prevalece o uso da ciências e da neutralidade.	p. 162 As leis explicam os fenômenos.	p. 184 Ciência constitui em apreender o significado objetivo das normas.	p. 206 Conhecimento rigorosamente fundado e demonstrado.	Ciência é sinônimo de conhecimento objetivo onde não se inclui os juízos de valor.

³⁷² NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

³⁷³ MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

³⁷⁴ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

³⁷⁵ DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 2001.

fenômenos.					
Retórica					
Uso da palavra com o propósito de persuadir o ouvinte/leitor com ênfase na argumentação: uso de metáforas, adjetivos, termos com sentido não familiar aos leigos, repetições	p. 133 A conveniência e a oportunidade dependem do homem.	p. 162 A ordem é fundamental; ciência é investigar.	p. 184 Estudo ordenado e significado objetivo.	p. 206 Enunciados verdadeiros, rigorosamente fundados e demonstrados.	O discurso é permeado de palavras persuasivas; essa persuasão só é percebida com a análise crítica.
Inteligibilidade do texto					
Discurso preciso e vocabulário apropriado. Em termos de superfície, um discurso vazio de emoções.	o discurso é coerente e coeso, observando as regras da sintaxe.	Idem	Idem	Idem	_____

Tensão entre emissor e receptor					
É marcada pela forma enfática com que o autor expressa o seu pensamento, suscitando o interesse do leitor e convencendo-o das afirmações.	p. 134 A voz é do autor, do advogado, do professor: é impositiva.	p. 162 A voz do autor deixa pouco espaço para questionamentos.	p. 184 A tensão é criada pelo uso de adjetivos para enfatizar o significado.	p. 206 O uso metódico de adjetivos intensifica o significado do substantivo.	A persuasão e o convencimento estão relacionados ao uso da adjetivação.
Citações Latinas					
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.	p. 133 Rectasatio factibilium, recta ratio agibiliem.				O uso de expressões latinas integra-se aos fatores de persuasão.

A voz do poder					
A voz das instituições legitimadas, da classe social economicamente mais forte.	p. 136/137 Retrata a formação social predominante.	p. 162 As leis emanam do poder dominante.	p. 185 A ciência constrói o sistema jurídico; a ciência é subsidiada pelo poder econômico.	p. 206 A linguagem é clara e precisa como o quer a ciência; a ciência é subsidiada pelo poder econômico.	A fala é a do homem público, do advogado, do professor que expressa a voz do poder mais forte.
Modalização					
Diz da relação do sujeito com o assunto; principalmente pelo uso dos tempos verbais.	p. 133 O uso freqüente do tempo presente para garantir a segurança e a verdade das falas.	p. 162 _____	p. 184 _____	_____	Os autores concebem a ciência como a expressão da verdade.
Tendências filosóficas					
Predomínio da lei; exclusão de juízos de valor;	p. 137 Positivismo; predomínio da	p. 163 Positivismo; a atividade humana	p. 184 Positivismo. O mundo é	p. 206 Exalta o valor da segurança que	O discurso dos autores traz presente a marca

neutralidade; objetividade; predomínio da prática, da técnica, do aplicado. Positivismo.	norma.	está sujeita ao determinismo rígido do mundo físico.	constituído por um conjunto de leis.	está presente nos enunciados científicos.	do Positivismo, que privilegia o governo das leis.
Ideologia					
A expressão de uma visão de mundo que dissimula as relações de força das formações sociais.	p. 137 A ciência que domina o mundo é subsidiada pelo poder econômico.	p. 165 O uso das palavras denuncia a formação discursiva da classe dominante.	p. 184 O conhecimento ordenado constrói o sistema jurídico.	p. 206 A ciência sempre expressa a verdade.	Ouve-se a voz dos poderes instituídos; o Estado, a instituição de ensino, a classe economicamente dominante.

QUADRO COMPARATIVO					
CATEGORIA	AUTORES				
SOCIEDADE	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz	Comentários
Conceito					
O homem, pela sua própria natureza, precisa viver em sociedade e submetido à normas de comportamento.	p. 138-139 A vida em sociedade exige um condicionamento imensurável às leis da natureza.	p. 166 A vida em comum é necessariamente dirigida por regras.	p. 189 A sociedade existe porque existe o direito que terá as características da sociedade que o criou.	p. 209 A sociedade sempre será dirigida por normas.	Os autores privilegiam o governo pelas leis.
Retórica					
Uso da palavra com o propósito de persuadir o ouvinte/leitor com ênfase na argumentação, em metáforas, adjetivos, termos	p. 139 Exórdio, narração/argumentação, conclusão.	p. 166 O uso do advérbio. (Ex. a vida em sociedade deve ser “necessariamente” dirigida...).	p. 189 O uso do advérbio em: o direito é o “único” controle social.	p. 209 O uso do brocardo <i>latino uns homo nullus homo</i> .	O uso de adjetivos e advérbios para enfatizar o valor dos substantivos e de brocados latinos para reforçar o valor

com sentido não familiar aos leigos, e repetições					dos significados.
Inteligibilidade do texto					
Discurso preciso e vocabulário apropriado. Em termos de superfície, um discurso vazio de emoções.	O discurso é coerente e coeso, observando as regras da sintaxe.	Idem	Idem	Idem	O discurso é de convencimento, de imposição de uma ideologia, mas coerente e coeso.
Tensão entre emissor e receptor					
É marcada pela forma enfática com que o autor expressa o seu pensamento, suscitando o interesse do leitor e convencendo-o das afirmações.	p. 141 O autor fala como autoridade e às vezes até como visionário que tem o poder de predizer a verdade.	p. 166 O discurso expressa uma verdade preponderante; o leitor pouco ou nada tem a acrescentar.	p. 190 O conhecimento sempre expressa o ponto de vista de uma classe que na sociedade moderna é aquela que detém o	p. 209 A sociedade foi e sempre será regida por leis.	O discurso é de convencimento, de imposição, de uma ideologia; não há espaço para a discordância.

			poder.		
Citações Latinas					
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.			p. 190 <i>ubi societas ibi jus</i>	p. 216 <i>uno homo, nullus homo</i>	Enfatiza a forma de falar de um período áureo do Direito Romano.
A voz do poder					
A voz das instituições legitimadas, da classe social economicamente mais forte.	p. 141 O processo de adaptação torna o homem forte. Só os vencedores poderão desfrutar da justiça e da segurança.	p. 167 A vida em comum é necessariamente dirigida por regras; fica subentendido que as regras são ditadas pelo poder preponderante.	p. 190 Da natureza do agrupamento social depende a natureza do direito.	p. 216 O poder é elemento essencial no processo de criação da norma jurídica.	A sociedade depende de regras que são ditadas pelo poder preponderante.

Modalização	
Diz da relação do sujeito com o assunto; principalmente pelo uso dos tempos verbais.	<div>p. 142 Com o uso do verbo modal “poder” há um apelo ao emotivo; o homem pode conquistar o seu mundo cultural</div> <div>p. 166 O uso do verbo modal “dever” para expressar a obrigatoriedade do homem de submeter-se às normas.</div> <div>p. 189 O uso do substantivo “possibilidade” para dizer que a sociedade só é possível se houver o direito.</div> <div>p. 209 O uso da expressão “a vida do homem só é possível em sociedade”.</div> <div>Os autores compartilham a idéia de que a vida do homem só pode existir sob a forma de sociedade onde o poder mais forte impõe as regras.</div>
Tendências filosóficas	
Predomínio da lei; exclusão de juízos de valor; neutralidade, objetividade, predomínio da prática, da técnica, do aplicado. Positivismo	<div>p. 138 Positivismo: a vida em sociedade é regida por regras, por um condicionamento imensurável.</div> <div>p. 166 Positivismo: vida em sociedade é necessariamente regida por regras.</div> <div>p. 190 Positivismo, comprovado pelo brocardo latino <i>ubi societas, ibi jus</i>.</div> <div>p. 208 Positivismo: a vida é regulada por normas jurídicas.</div> <div>O homem só pode viver governado por leis.</div>

Ideologia					
A expressão de uma visão de mundo que dissimula as relações ou força das formações sociais.	p. 141/142 O autor não comenta a razão da existência de dominantes e dominados.	p. 167 A vida é dirigida por normas que expressam uma vontade social preponderante.	p. 189 O direito é o único controle social com possibilidade de garantir a ordem e a paz.	p. 209 A vida em sociedade só será alcançada se alguém ou algum poder for legitimamente investido para estabelecer normas.	As normas que regulam a vida em sociedade têm as características das formações sociais que as estabelecem; na sociedade atual elas são ditadas pelas instituições que detém o poder.

QUADRO COMPARATIVO					
CATEGORIA	AUTORES				
SUJEITO	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz	Comentários
Conceito					
É o portador de direitos e deveres em uma relação jurídica.	p. 146 É o portador de direitos e obrigações em uma relação jurídica.	p. 169/170 Aquele que pode exigir que a ordem jurídica assegure a sua condição de sujeito.	p. 194 É a pessoa, que pode ser titular de direitos e obrigações.	p. 211 É a pessoa natural que “adquire” a qualidade de sujeito.	A pessoa pode ser sujeito de direitos e obrigações por força de normas jurídicas.
Retórica					
Uso da palavra com o propósito de persuadir o ouvinte/leitor com ênfase na argumentação, em metáforas, adjetivos, termos com sentido não	p. 147 O uso do substantivo aptidão em “aptidão para possuir direitos”, impõe um limite para os que podem ser	p. 170 O uso da expressão “é a pessoa a quem pertence” enfatiza a falsa idéia de propriedade.	p. 194 O uso do verbo “poder” em a pessoa “pode” ser sujeito do direitos fortalece a idéia de	p. 211 A expressão, a aptidão genérica para <i>adquirir</i> direito, exalta a condição de pessoa.	A pessoa se torna sujeito porque alguém a investe nessa condição; o discurso enfatiza a condição de alguém que tem autoridade para

familiar aos leigos, e repetições	sujeitos de direito.		existência de alguém que dita o Direito.		isto.
Inteligibilidade do texto					
Discurso preciso e vocabulário apropriado. Em termos de superfície um discurso vazio de emoções.	O discurso observa as regras da sintaxe; é lógico e persuasivo.	Idem	Idem	Idem	
Tensão entre emissor e receptor					
É marcada pela forma enfática com que o autor expressa o seu pensamento, suscitando o interesse do leitor e convencendo-o das afirmações.	p. 148 O autor não oportuniza a discussão; os problemas sociais são resolvidos por fórmulas.	p. 170 Apresenta traços do jusnaturalismo; o sujeito tem a prerrogativa, tem o poder de exigir a prestação dos seus direitos.	p. 194 Prevalece a voz do autor: o ente que pode ser titular de direitos se “reduz” à pessoa	p. 211 A tensão se estabelece pelo significado das palavras usadas autoritariamente; as relações sociais são estabelecidas por normas.	O discurso expressa a formação social dos instituidores do direito.

Citações Latinas	
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>
A voz do poder	
A voz das instituições legitimadas, da classe social economicamente mais forte.	<div data-bbox="552 684 847 1241">p. 147 O homem só é sujeito de direitos se estes forem reconhecidos pela ordem jurídica. O pretense estado de natureza toma características de utopia.</div> <div data-bbox="858 684 1153 1241">p. 169/170 Sujeito é o titular a quem pertence o direito, e que tem a prerrogativa de exercê-lo. É uma prerrogativa válida somente em nível de superfície.</div> <div data-bbox="1164 684 1415 1241">p. 194 Aparece na expressão, “o sujeito pode ser titular de direitos”; fica subentendido que isto ocorrerá se uma autoridade superior o investir.</div> <div data-bbox="1426 684 1720 1241">p. 211 Ao dizer que a idéia de personalidade exprime a aptidão para “adquirir” e contrair obrigações está implícita a idéia de um poder que concede.</div> <div data-bbox="1731 684 2015 1241">A pessoa se torna sujeito de direitos porque um poder superior o investe nesta condição; ela não o é pela sua própria natureza.</div>

Modalização					
Diz da relação do sujeito com o assunto: principalmente pelo uso dos tempos verbais.	p. 149 O uso do tempo presente na expressão: o homem, por inclinação, por tendência “busca”, encontrar a legitimidade das normas expressa a atitude do autor perante o fato.	p. 170 O uso do verbo “ter” na expressão, a pessoa “tem” a prerrogativa de exigir...diz da posição do autor; a pessoa tem a prerrogativa, o poder, o privilégio mas só se a ordem jurídica assim o determinar.	p. 194 o uso do verbo “poder” em: à pessoa pode ser sujeito de direito, deixa implícita a idéia de alguém que autoriza.	p. 209 O estado de sujeito depende de ser assim considerado; fica implícita a idéia de alguém que assume e considera.	A pessoa se torna sujeito de direitos, ela não o é pela sua própria natureza; os direitos são assegurados por um ente superior.
Tendências filosóficas					
Predomínio da lei; exclusão de juízos de valor; neutralidade, objetividade, predomínio da prática, da técnica, do	p. 149 O autor se posiciona pelo positivismo mas apresenta tendências jusnaturalistas quando afirma	p. 170 O autor se posiciona pelo Positivismo jurídico: o governo se faz pelas leis e não pelos homens.	p. 194 Predomina a visão Positivista do direito: o domínio pela lei. A pessoa pode ser	p. 211 O autor tem uma visão positivista: os direitos são adquiridos, concedidos em função de	O discurso dos autores se inclina para o Positivismo jurídico, para o direito posto.

aplicado. Positivismo.	que o homem vai à busca de seus direitos induzido por seu sentimento de justiça.		sujeito de direito se o poder instituído assim o determinar.	normas jurídicas.	
Ideologia					
A expressão de uma visão de mundo que dissimula as relações ou a força das formações sociais.	p. 150 O autor alerta para a possibilidade de uma ordem jurídica injusta e ilegítima por força de quem detém o poder mas não analisa essa sua posição.	p. 169 O autor diz que o sujeito é o titular do direito, afirmando o domínio da lei, uma vez que o direito é legitimado pelo Estado.	p. 194 O autor se posiciona a favor do poder, que pode titular a pessoa como possuidora de direitos e obrigações.	p. 215 A autora apóia o poder ao afirmar que as relações sociais se transformam em relações jurídicas quando disciplinadas por normas ditadas pelo direito.	A pessoa só se torna sujeito de direito pela investidura por um poder maior.

QUADRO COMPARATIVO					
CATEGORIA	AUTORES				
ESTADO	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz	Comentários
Conceito					
Estado é a organização política-administrativa constituída para garantir o bem estar social.	p. 152 É o complexo político, social e jurídico que envolve a administração de uma sociedade; dotado de poder autônomo.	p. 175 É o ente a quem cabe o dever rigoroso de garantir o bem estar social.	p. 197 É a organização jurídica de poder destinada a proporcionar ordem, paz e segurança.	p. 216 É a instituição maior que dispõe de amplos poderes para efetivar as normas que disciplinam as instituições menores.	O Estado é expressão de poder e com total autonomia, a quem cabe garantir o bem estar social.
Retórica					
Uso da palavra com o propósito de persuadir o ouvinte/leitor com ênfase na	p. 152 Ao referir-se ao Estado como o complexo que envolve o	p. 175 O autor usa a eloquência quando diz que o Estado confere a	p. 197 O autor usa o termo “Estado” como sinônimo de	p. 215 o uso do advérbio “só” em, o direito “só” pode existir	Os autores usam as palavras com o intuito de persuadir.

argumentação, nas metáforas, nos adjetivos, nos termos com sentido não familiar aos leigos, nas repetições	aspecto político, social, jurídico, econômico, espiritual, de formação e composição étnica, o autor está usando da eloquência recomendada pela retórica.	todos os membros da “comunidade” uma participação eqüitativa no bem comum.	poder.	em função do homem, o autor transmite a idéia de que o direito emana de todos os homens – um recurso de retórica.	
Inteligibilidade do texto					
Discurso preciso e vocabulário apropriado. Em termos de superfície um discurso vazio de emoções.	O texto apresenta coerência e coesão, requisitos da sintaxe.	Idem	Idem	Idem	Os autores esperam que expressando-se claramente, os leitores se convençam do seu sistema de crenças e aceitem os fatos sem discuti-los.

Citações Latinas					
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.		p. 175 O autor emprega o brocardo <i>debitum legale</i>			
A voz do poder					
A voz das instituições legitimadas, da classe social economicamente mais forte.	p. 152 A inclusão da economia entre as atividades do Estado deixa subjacente a idéia da participação do poder econômico na administração.	p. 175 A expressão, o “Estado confere aos membros da comunidade direito de participação eqüitativa no bem comum” deixa implícita a idéia de um poder maior que	p. 197 Está presente na expressão: “o Estado é a pessoa jurídica, destinada a manifestar a sua vontade de soberana”.	p. 216 Está presente na expressão, “o Estado dispõe de amplos poderes”, o que deixa subentendida a idéia de um poder maior.	A voz do poder é a voz do Estado e a das instituições dominantes, o que em uma sociedade de classes significa a classe de maior poder econômico.

		confere esse direito.			
Modalização					
Expressa a relação do sujeito com o assunto: principalmente pelo uso dos tempos verbais.	p. 152 O uso do verbo no tempo presente – modo indicativo, deixa subentendido que a afirmativa não é questionável.	p. 175 O uso do verbo “conferir” em confere aos membros da comunidade o direito de exigir, aponta para uma concessão por um poder superior.	p. 197 A expressão o Estado está “destinado” a manifestar a sua vontade soberana, expressa o apoio do autor ao poder dominante.	p. 216 A expressão o poder é o elemento essencial no processo de criação da norma jurídica, deixa claro o modo de ver o mundo do autor.	O Estado é o poder maior, dotado de vontade soberana.
Tendências filosóficas					
Predomínio da lei; exclusão de juízos de valor; neutralidade, objetividade, predomínio da prática, da	p. 152 Positivismo: o Estado tem poder autônomo.	p. 175 Positivismo: a única fonte de direito é a lei.	p. 197 Positivismo: o governo se faz pelas leis, ditadas pelo poder, essencial no	p. 216 Positivismo: o governo se faz pelas leis, ditadas pelo poder, essencial no processo de	O governo é feito pelas leis, o que significa governo feito pelos homens.

técnica, do aplicado. Positivismo			processo de criação das normas jurídicas.	criação das normas jurídicas.	
Ideologia					
A expressão de uma visão de mundo que dissimula as relações ou força das formações sociais.	p. 152 O Estado se governa de forma autônoma, legitimado pelo povo.	p. 175 Cabe ao Estado regular a participação no bem comum.	p. 198 O Estado expressa uma vontade soberana.	p. 218 O direito positivo é o conjunto de normas estabelecidas pelo poder político.	O discurso expressa a linguagem do poder: o Estado tem autonomia; a lei regula a participação no bem comum.

QUADRO COMPARATIVO					
CATEGORIA	AUTORES				
DIREITO	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz	Comentários
Conceito					
Conjunto de normas que disciplina o comportamento humano, legitimamente imposto pelo Estado.	p. 155 O autor procura conciliar jusnaturalismo (segurança) com o Positivismo mas não justifica os desequilíbrios sociais.	p. 180 O sentido fundamental do direito é estar a serviço da justiça, mas o autor não analisa as injustiças da vida real.	p. 202 O direito é a garantia da ordem e da paz. A justiça pode ser sacrificada, embora o autor enfatize que só em grau mínimo, sem definir quem diz e qual é esse grau mínimo	p. 210 O direito “pretende” obter o equilíbrio social mediante o estabelecimento de normas.	Há manifestações jusnaturalistas mas predomina a filosofia do direito posto.
Retórica					
Uso da palavra	p. 157	p. 180	p. 202	p. 219	O discurso dos

com o propósito de persuadir o ouvinte/leitor com ênfase na argumentação, nas metáforas, nos adjetivos, nos termos com sentido não familiar aos leigos, nas repetições	O uso do pronome “nós” em “nós (oculto) alcançamos”, inclui o leitor nas conclusões a que o autor chegou.	O uso da expressão “o direito consiste sempre em estar a serviço da justiça”, traz um sentido persuasivo próprio da retórica.	A expressão, “para nós, que consideramos” ..inclui o leitor ou o auditório nas considerações; um estilo persuasivo bem dentro dos princípios da retórica.	Com o uso do adjetivo “mediante” em, é “mediante normas jurídicas”, a autora condiciona o equilíbrio social e persuade o leitor dessa única possibilidade.	autores está permeado de palavras que visam persuadir e convencer o leitor.
Inteligibilidade do texto					
Discurso preciso e vocabulário apropriado. Em termos de superfície um discurso vazio de emoções.	O discurso observa as regras da sintaxe, coerência e coesão.	Idem	p. 202 O próprio autor afirma que “fica bem claro o nosso pensamento”.	Idem	
Tensão entre emissor e receptor					
É marcada pela	p. 157	p. 180	p. 202	p. 219	A tensão é

forma enfática com que o autor expressa o seu pensamento, suscitando o interesse do leitor e convencendo-o das afirmações.	O autor informa que estudou o assunto durante três décadas, o que torna o seu saber fundamentado e contribui para o convencimento do leitor.	O uso da palavra “justiça” correspondendo a “assegurar a cada um o que lhe é devido”, diz da visão de vida do autor.	O leitor é a todo momento incluído no discurso: quando o autor emprega o pronome “nós” e o adjetivo “nossa”.	O locutor deixa claro o seu entendimento de que a sociedade é regida por normas.	criada pela linguagem usada, onde aparece manifesta a autoridade do autor, marcando a sua visão de mundo e registrando a tensão com o leitor.
Citações Latinas					
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade que reforça a credibilidade do autor.					

A voz do poder					
A voz das instituições legitimadas, da classe social economicamente mais forte.	p. 157 A voz da classe dominante fica atenuada pelo uso do pronome “nós” que inclui o leitor.	p. 180 O sentido do direito é estar a serviço da justiça e assegurar a cada um o que é seu, diz o autor, deixando implícito que isso depende de uma vontade superior.	p. 201 O uso do advérbio “coercitivamente” deixa subentendido que a aplicação do direito depende de uma vontade superior.	p. 219 Ao dizer que “ao viver em sociedade o homem, sob a influência de alguns homens” fica implícito que essa influência é a do poder da minoria.	O discurso deixa implícita a presença de um poder dominante que delimita a atividade dos membros de uma sociedade.
Modalização					
Expressa a relação do sujeito com o assunto: principalmente pelo uso dos tempos verbais.	p. 157 Com o uso do pronome “nós” em “nós alcançamos conclusões”, o autor inclui o leitor na sua visão de mundo.	p. 180 Ao explicar que “a função do direito é estar a serviço da justiça”, o autor usa de um procedimento modalizador que expressa a sua visão de mundo.	p. 202 O uso do verbo “dever” em “a ordem deve prevalecer sobre a anarquia” tem	p. 219 O uso do operador argumentativo “portanto” delimita o pensamento da autora: ela se coloca a favor de um governo feito pelas leis.	O recurso da modalização torna presente a visão de mundo dos autores e faz prevalecer certas interpretações pela via do convencimento.

		Convence em nível de superfície.	o efeito modalizador de convencer o leitor a se aliar ao pensamento do autor.		
Tendências filosóficas					
Predomínio da lei; exclusão de juízos de valor; neutralidade; objetividade; predomínio da prática, da técnica, do aplicado. Positivismo	p. 157 Positivismo e algumas manifestações jusnaturalistas não sustentadas.	p. 180 Positivismo: o autor diz que “cabe assegurar a cada qual o que lhe é devido”: usa o infinitivo do verbo para referir-se ao processo em si e não só um dos seus momentos.	p. 201 Positivismo: o Estado tem o dever de assegurar a ordem ainda que com um mínimo de sacrifício da justiça.	p. 219 Positivismo: é pelas leis que se obtém a ordem e a segurança.	Embora apresentando algumas tendências jusnaturalistas, os autores se posicionam pelo Positivismo; os argumentos são manifestamente a favor do governo pelas leis.

Ideologia					
A expressão de uma visão de mundo que dissimula as relações ou força das formações sociais.	p. 157 Ao usar a expressão “nós alcançamos conclusões que direcionam o nosso pensamento sobre o fenômeno jurídico”, o autor deixa clara que a sua posição é a do poder dominante.	p. 180 Ao dizer que cabe ao Estado assegurar a justiça, o autor está expressando a sua ideologia.	p. 203 Diz o autor que o Estado realiza o seu dever por meio de uma vontade soberana; com isso demonstra o seu posicionamento ideológico.	p. 219 A ideologia da autora fica clara ao dizer que “é pelas normas que o direito pretende obter o equilíbrio social”.	É manifesta a ideologia do poder, que vê o Estado como o ente soberano.

Da leitura dos cinco Quadros Comparativos, pode-se verificar, que a posição dos autores, em relação ao conteúdo das obras analisadas está fundamentada, essencialmente, na filosofia positivista, ou do direito posto.

Observa-se, também, que as suas exposições não contemplam qualquer referência aos efeitos das suas posições na sociedade. As suas premissas não se abrem para o diálogo. Na concepção política da atualidade, que é aquela em que a soberania é do povo, a voz desse povo ou dessa massa não é ouvida.

Implícito está o domínio do Estado dependente das forças econômicas, das forças produtoras de bens materiais.

A argumentação é um dos recursos mais utilizados, com o propósito de persuadir, de convencer o leitor/aluno, mostrando a retórica em pleno uso.

Cada um dos autores fez citações latinas, o que os liga em uma mesma visão de mundo: o da tradição e da permanência, que, segundo eles, são a garantia da segurança social.

No item Modalização os autores apresentam posturas simbólicas. Os verbos usados expressam a sua maneira de pensar, caracteristicamente positivista.

As referências ao jusnaturalismo feitas por Nader, ao dizer que o homem irá à busca de seus direitos induzido por seus sentimentos, não apresenta maior sustentação e se dilui na ênfase das manifestações que privilegiam a filosofia positivista.

Confirmaram-se as hipóteses previstas: os elementos textuais e extra-textuais alojam sentidos implícitos ou subjacentes na expressão lingüística. Esses elementos estão presentes na análise da superfície do texto, mas só serão entendidos quando relacionados com os processos sócio-histórico-culturais, ideológicos e de poder, que subjazem à

linearidade do texto. É então que se poderá verificar os seus efeitos na estrutura social, assunto totalmente omitido pelos autores.

Como proposto no início do trabalho, foi feita a análise crítica do discurso jurídico para desvelar os sentidos implícitos na linguagem dos livros didáticos introdutórios ao Direito.

Os resultados obtidos mostram que a análise crítica do discurso é uma metodologia adequada para apontar as marcas que traduzem a manipulação do discurso jurídico e contribuem para oferecer uma visão ilusória do Direito e do seu objetivo de promover a segurança e a igualdade na distribuição da justiça e do bem estar social.

QUADRO 2 – ANÁLISE CRÍTICA DOS CONCEITOS EXPRESSOS PELOS AUTORES DOS QUATRO LIVROS DIDÁTICOS DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO – GRÁFICO REPRESENTATIVO DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS QUATRO AUTORES ESTUDADOS (CONSULTAR TAMBÉM O QUADRO 1)

CATEGORIA	AUTORES			
CIÊNCIA	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz
Conceito				
Ciência é sinônimo de conhecimento objetivo, expresso por meio de normas (fórmulas) onde não se permitem juízos de valor.	C	C	C	C
Retórica				
Uso da palavra com o propósito de persuadir – ênfase na argumentação, na metáfora, nos adjetivos, nas repetições.	C	C	C	C
Inteligibilidade do texto				
Sintaxe, coerência e coesão.	C	C	C	C
Tensão entre emissor e receptor				
Expressão enfática do pensamento do autor.	C			

Citações Latinas				
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.	C	_____	_____	_____
A voz do poder				
Predomínio da voz das instituições legítimas da classe social economicamente mais forte.	C	C	C	C
Modalização				
Expressão da relação do sujeito com o assunto	C	C	CC
Tendências filosóficas				
Predomínio da filosofia positivista.	C	C	C	C
Ideologia				
Expressão de mundo que dissimula as relações das formações sociais.	C	C	C	C

CATEGORIA	AUTORES			
SOCIEDADE	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz
Conceito				
O homem, pela sua própria natureza, precisa viver em sociedade, submetido a normas de comportamento.	C	C	C	C
Retórica				
Uso da palavra com o propósito de persuadir – ênfase na argumentação, metáfora, adjetivos, repetições.	C	C	C	C
Inteligibilidade do texto				
Sintaxe, coerência e coesão.	C	C	C	C
Tensão entre emissor e receptor				
Expressão enfática do pensamento do autor	C	C	C	C
Citações Latinas				
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.	_____	_____	C	C
A voz do poder				
Prêdomínio da voz das instituições legítimas e da classe social	C	C	C	C

economicamente mais forte.				
Modalização				
Expressão da relação do sujeito com o assunto	C	C	C	C
Tendências filosóficas				
Predomínio da filosofia positivista.	C	C	C	C
Ideologia				
Expressão de mundo que dissimula as relações das formações sociais.	C	C	C	C

CATEGORIA	AUTORES			
SUJEITO	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz
Conceito				
É o portador de direitos e deveres em uma relação jurídica.	C	C	C	C
Retórica				
Uso da palavra com o propósito de persuadir – ênfase na argumentação, na metáfora, nos adjetivos, nas repetições.	C	C	C	C
Inteligibilidade do texto				
Sintaxe, coerência e coesão.	C	C	C	C
Tensão entre emissor e receptor				
Expressão enfática do pensamento do autor.	C	C	C	C
Citações Latinas				
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.				
A voz do poder				
Predomínio da voz das instituições legítimas da classe social economicamente mais forte.	C	C	C	C

Modalização				
Expressão da relação do sujeito com o assunto	C	C	C	C
Tendências filosóficas				
Predomínio da filosofia positivista.	C D (Jusnaturalismo).	C	C	C
Ideologia				
Expressão de mundo que dissimula as relações das formações sociais.	C	C	C	C

CATEGORIA	AUTORES			
ESTADO	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz
Conceito				
Organização política.	C	C	C	C
Retórica				
Uso da palavra com o propósito de persuadir – ênfase na argumentação, na metáfora, nos adjetivos, nas repetições.	C	C	C	C
Inteligibilidade do texto				
Sintaxe, coerência e coesão.	C	C	C	C
Tensão entre emissor e receptor				
Expressão enfática do pensamento do autor.	C	C	C	C
Citações Latinas				
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.	_____	C	_____	_____
A voz do poder				
Predomínio da voz das instituições legítimas da classe social	C	C	C	C

economicamente mais forte.				
Tendências filosóficas				
Predomínio da filosofia positivista.	C	C	C	C
Ideologia				
Expressão de mundo que dissimula as relações das formações sociais.	C	C	C	C

CATEGORIA	AUTORES			
DIREITO	Paulo Nader	André F. Montoro	Paulo D. de Gusmão	Maria H. Diniz
Conceito				
Conjunto de normas que disciplinam o comportamento humano, legitimamente imposta pelo Estado.	C	C	C	C
Retórica				
Uso da palavra com o propósito de persuadir – ênfase na argumentação, na metáfora, nos adjetivos, nas repetições.	C	C	C	C
Inteligibilidade do texto				
Sintaxe, coerência e coesão.	C	C	C	C
Tensão entre emissor e receptor				
Expressão enfática do pensamento do autor.	C	C	C	C
Citações Latinas				
O uso de uma linguagem de uma outra época dá a certeza de permanência, de tradição, de verdade, o que reforça a credibilidade do autor.	_____	_____	_____	_____
A voz do poder				
Predomínio da voz das instituições legítimas das	C	C	C	C

da classe social economicamente mais forte.				
Tendências filosóficas				
Predomínio da filosofia positivista.	C	C	C	C
Ideologia				
Expressão de mundo que dissimula as relações das formações sociais.	C	C	C	C

Fazendo-se a análise dos gráficos percebe-se que o discurso dos autores é uniforme com relação às características levantadas.

Até mesmo as citações latinas apresentam uma regularidade quase homogênea.

Nader apresenta alguns traços do jusnaturalismo quando discorre sobre o sujeito mas não é enfático no seu posicionamento.

A similaridade verificada no discurso dos autores consultados explica-se porque as suas falas são ecos das falas das instituições legitimadas para administrar o Estado e ditar o Direito; elas se manifestam nas vozes dos advogados, dos professores, das instituições de ensino, das empresas e dos sindicatos patronais, todos engessados na mesma filosofia positivista.

Os autores conduzem o seu discurso de forma clara e precisa, recorrendo aos recursos da retórica para convencer ou persuadir o leitor. O uso das metáforas, sinônimos, repetições, tempos de verbo que expressam a universalidade das idéias, pronomes que incluem o locutario nas asserções, identificam as formas de manipulação da linguagem.

Esses procedimentos só são postos a descoberta ou desvelados mediante a análise crítica do discurso que investiga a linguagem na verticalidade, quando a violência simbólica é identificada e os verdadeiros significados dos termos aparecem com a sua roupagem ideológica e de poder.

Expostos os sentidos implícitos e subjacentes está o leitor preparado para compará-los com a realidade do cotidiano e assombrar-se com a constatação de significados falaciosos, que são transmitidos com o propósito de criar uma visão ilusória do Direito e dos seus objetivos de garantir a liberdade, a igualdade e o bem estar social.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo principal fazer a análise crítica do discurso jurídico dos autores de livros didáticos introdutórios ao Direito selecionados, especialmente em relação aos conceitos de Ciência, Sociedade, Sujeito, Estado e Direito.

A escolha deste tema encontra fundamento na constatação de que em todo discurso e, portanto, também no discurso dos livros didáticos introdutórios ao Direito, estão sempre presentes sentidos implícitos, formando na mente dos alunos, como consequência, uma visão ilusória do Direito, dada a dissimulação dos propósitos apregoados de garantir a segurança, a igualdade e o bem estar social.

Essa constatação da presença dos sentidos implícitos ou subjacentes só se tornou possível com o surgimento das novas teorias sobre a linguagem, que alteraram o conceito tradicional. Deixou de ser considerada como um sistema abstrato de sons e signos com significados arbitrariamente impostos para ser vista como um processo, uma sucessão de ações utilizadas para realizar atos da fala em um contexto social, atos que se realizam em consonância com os valores culturais e os padrões de comportamento em um determinado sistema social ou estrutura de poder. A linguagem tornou-se discurso que se realiza em contato com o meio ambiente, trazendo as nuances das formações sociais, da sua historicidade e da ideologia do poder institucionalizado.

Vista dessa forma, a textura dessa linguagem é aberta, caracterizando-se pela incompletude e pela opacidade, pelo diverso e pelo diferente.

Essa nova abordagem é defendida por autores como Fairclough, Orlandi, Brandão, Warat³⁷⁶, entre outros estudiosos.

É uma visão que, se se opõe aos conceitos tradicionais, também os complementa. Abre novas possibilidades para a compreensão desse fenômeno até hoje não completamente explicado que é a linguagem ou o discurso, a palavra em movimento, onde a ação tem o sentido de vida.

Opõe-se, sim, à concepção formalista, que entende que a linguagem deve ser clara, precisa e transparente para assegurar a certeza das informações repassadas uma vez que foram eliminados todos os aspectos de vaguesa e ambigüidade que caracterizam a linguagem humana, natural e articulada, produção do homem como ser social e político, gerado e formado pelo meio ambiente.

Linguagem e homem estão interrelacionados: um não existe sem o outro. Sendo o homem influenciado pelo contexto em que vive, a sua linguagem é o reflexo desse meio e está sujeita às oscilações que marcam a vida. Considerá-la transparente é, no mínimo, utópico.

O Direito está expresso nessa linguagem natural, empregada no dia a dia para a comunicação ainda que os formalistas queiram classificá-la como uma linguagem clara e precisa, por considerarem o Direito como uma ciência natural, ou física, que usa uma linguagem neutra, isenta de valores e por isso, isenta de julgamentos parciais.

Considerada de textura aberta e caracterizando-se pela incompletude, todo discurso admite a inserção de sentidos implícitos ou subjacentes, aqueles que não estão efetivamente expressos, mas que

³⁷⁶ WARAT é ex-professor da UFSC.

podem ser subentendidos ou inferidos, os não ditos, os silêncios, que apenas aparecem quando se mergulha na verticalidade do texto, na sua historicidade.

Mas o Direito classifica-se como uma ciência humana e não física ou natural, classifica-se como uma ciência do comportamento e, por isso, não pode ser expresso senão em linguagem natural, aquela que assimila todas as variações sociais. Mas essa característica possibilita também, a sua manipulação, o que pode ocorrer por força do uso da violência simbólica que impõe sentidos específicos e pelo emprego da persuasão e da argumentação que conduzem o receptor a aceitar significados, consciente ou inconscientemente.

Acompanhando as diferentes maneiras em que o Direito foi expresso, desde a Antiguidade Clássica, entre os gregos e os romanos, até a atualidade, percebe-se que o discurso utilizado registra as alterações das formações sociais.

Organizando-se em grupos, dada a sua natural tendência para a associação, o homem estabeleceu regras de comportamento a serem observadas por toda a comunidade: a princípio ditadas pelos deuses, pelos chefes de família, pelos notáveis em uma sociedade e primando pela perspicácia, na Grécia, e pela prudência, em Roma, essas regras passaram a ser consideradas de origem divina, na Idade Média com a queda do Império Romano e o advento do Cristianismo, quando foram impostas como dogmas inquestionáveis e imutáveis. A palavra de Deus expressando a ideologia teocêntrica.

Com o Renascimento, essa visão teocêntrica dá lugar ao antropocentrismo, segundo o qual o homem é considerado o centro do universo e não mais criado à imagem e semelhança de Deus, mas segundo as leis da natureza, com competência para dominar o mundo. É um ser solitário que precisa viver em sociedade. A sua vida é o seu

bem mais precioso e deve ser protegido de qualquer agressão. A segurança torna-se um princípio básico que se reflete na linguagem, que passa a ser formal, com regras a serem observadas na sua construção de modo a garantir uma compreensão que não gere questionamentos.

Com a Revolução Francesa, em 1789, dá-se a divisão dos poderes do Estado e a produção das normas de comportamento é canalizada para o Legislativo. Nasce o dogma da lei, ou seja, a lei é a única e exclusiva fonte de Direito, fria e impessoal. A linguagem fica reduzida a uma fórmula.

No século XX, o Direito se institucionaliza com o fenômeno da positivação. É estabelecido por um ato de vontade emanado de uma autoridade legitimamente constituída e só por outro ato de vontade dessa mesma autoridade pode ser desconstituído.

A análise realizada no recorte do discurso jurídico desta pesquisa, demonstra que esse discurso não é unívoco. Ele expressa as formações sociais em que está inserido, salvo quando manipulado por um poder, o poder da violência simbólica que altera o significado das palavras para que expressem o pensamento de uma classe.

Com a burguesia criando forças, ocorre a Revolução Industrial com as conseqüentes transformações tecnológicas. O poder econômico se impõe, subordinando o Estado. O Direito passa a ter as características de um instrumento, de uma técnica ou *know-how*, distanciado da prudência que marcou o Direito Romano.

O Direito é a base da organização social que regula o comportamento humano. A sua linguagem está, então, sujeita, às mutações e diferenças entre os homens e, por isso, deve ser interpretada. Se anteriormente à metodologia da análise do discurso foi enfatizada a importância da literalidade, do significado denotativo da palavra, a nova abordagem ou

conceituação acolhe outros procedimentos para entendê-la além da superfície do texto.

Entre as metodologias existentes, destaca-se a análise crítica do discurso que mergulha na verticalidade da língua e considera a sua relação com o mundo. Ela a trabalha como um fato social, realizando-se a cada momento e registrando as condições histórico-socio-ideológicas e culturais de sua produção.

É uma metodologia que permite analisar as causas e os efeitos da linguagem e, conseqüentemente, apontar eventuais soluções ou, ao menos, conscientizar os receptores das possibilidades de manipulação da linguagem e da possibilidade de serem embutidos sentidos implícitos, não detectáveis pela simples análise da literalidade.

A análise do discurso, vai além do estudo da sintaxe, da relação entre os signos e da semântica, que investiga a relação entre os signos e os objetos para detectar os seus significados. Inclui a análise dos fatores extralingüísticos, políticos, ideológicos, de poder e da historicidade. Como a linguagem expressa as formações sociais, a análise crítica do discurso vai detectar, também, as manifestações de poder de uma sociedade organizada em classes.

A análise crítica do discurso quer verificar como ocorre o uso da linguagem e o porquê desse uso e seus efeitos na sociedade.

São diversos os recursos usados para detectar a manipulação e o sentidos implícitos ou subjetivos: o lugar de onde o sujeito fala, que cristalizou o mito da autoridade. São diferentes da do homem comum as falas do médico, do advogado, do professor, do instituidor do Direito; elas impõem verdades pelo poder e pela autoridade que representam.

A análise crítica do discurso não está à procura de verdades como o faz a hermenêutica dogmática, mas está à procura do real sentido da linguagem em sua materialidade histórica.

Investiga os aspectos formais da linguagem com o propósito de detectar a inteligibilidade do texto, que é garantida pelas regras da sintaxe. Mas ela se diferencia do dogmatismo hermenêutico, por exemplo, porque essas marcas não interessam por si, mas pelo papel que exercem no discurso.

Numa segunda etapa, a análise crítica visa explicar como o texto produz sentido, como o sujeito se relaciona com as formações sociais e o poder. Aqui já não interessa a organização do texto que passa a ser somente uma unidade para análise, mas como o sujeito se deixou afetar pela história.

Na terceira etapa, que é a da compreensão, o texto já não é mais relevante. O analista passa a se concentrar nas indicações que encontra e procura compreender como ele se relaciona com o contexto, como ele se insere na comunidade. Nesta fase ele procura compreender, também, o que está subentendido, pressuposto ou pode ser inferido, que são formas diferentes de dizer sem que a linguagem seja materializada. É nesta fase que se procura compreender, também, o silêncio, uma forma de dizer pela omissão. Por exemplo, se diz “deixei de fumar”; o pressuposto é que se fumava antes, embora isso não tenha sido dito. O motivo, que também não foi dito, poderá ser o mal que causava ou porque era proibido.

O analista considera, também, as diferentes tipologias dos textos, pois cada discurso tem características próprias: o discurso jurídico diferencia-se do religioso, do jornalístico, do político, do pedagógico, embora possa apresentar características que são próprias de cada um deles. O discurso jurídico é altamente argumentativo; o poético, altamente emotivo. No primeiro, a emoção também pode ter lugar. A análise crítica do discurso oferece um novo enfoque para a interpretação.

Procedeu-se, neste trabalho, a análise crítica de cinco conceitos expressos por quatro autores de livros didáticos da área de introdução ao Direito: Ciência, Sociedade, Sujeito, Estado e Direito, enunciados por Paulo Nader - Introdução ao Estudo do Direito; André Franco Montoro - Introdução à Ciência do Direito; Paulo Dourado de Gusmão - Introdução à Ciência do Direito; e Maria Helena Diniz - Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. Esses conceitos foram selecionados por constituírem os elementos básicos do Direito e as obras foram escolhidas por se constituírem verdadeiros manuais, utilizados nos primeiros anos dos Cursos de Direito. Isso foi constatado por levantamento informal realizado junto aos alunos do Curso de Direito, à Biblioteca Central da Univille e às livrarias que trabalham com livros na área das Ciências Jurídicas.

Fazendo uma síntese das análises realizadas, chegou-se às seguintes conclusões:

Com relação ao conceito de *Ciência* os autores se posicionam a favor da filosofia positivista do primado da razão. Para Paulo Nader³⁷⁷ a ciência é insensível e neutra; André Franco Montoro³⁷⁸ a coloca como sinônimo de ordem quando diz que “a noção de ordem é fundamental a todas as ciências”. Paulo Dourado de Gusmão³⁷⁹ só conceitua a Ciência do Direito, fazendo pressupor que o conceito de ciência é conhecido de todos, o que implica num julgamento que traz implícita uma visão elitista. Para a elite, a educação é de fácil acesso. Não considera que para a grande maioria a educação começa e termina com o ensino fundamental obrigatório. Cursar o ensino médio já traz os traços da utopia, segundo essa visão. Na sua definição de Ciência do Direito transparece a de ciência; “conhecimentos metodologicamente coordenados com o

³⁷⁷ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 15.

³⁷⁸ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2001, p. 66-67.

propósito de apreender o significado objetivo das normas”. Maria Helena Diniz³⁸⁰ alinha-se com seus companheiros: “a ciência é um complexo de enunciados verdadeiros, rigorosamente fundados e demonstrados, dirigido a um determinado objeto”.

Os quatro autores endossam a filosofia positivista que apresenta uma visão ideológica que privilegia a classe dos cientistas. Ela se diz neutra, mas é, de fato, fortemente subsidiada pela classe economicamente mais forte, o que torna duvidosa a alegada neutralidade.

A conceituação de ciência dado por esses autores oferece uma visão limitada da vida por excluir quaisquer aspectos que não sejam demonstráveis. É uma visão de mundo que quer ser mais perfeita do que a própria realidade, fundada no reducionismo e no cartesianismo.

Com relação à “Sociedade”, os autores também mantêm um entendimento que pode ser classificado de uniforme quando concordam que ela requer organização. Paulo Nader³⁸¹ diz que o homem deve atender a um condicionamento imensurável, deixando implícito que ele deve subordinar-se a uma força imensurável, ou seja, impossível de ser mensurada. Transposto para a prática, subentende-se que ele deve submeter-se ao poder do mais forte. Sem falar explicitamente, está justificando o domínio do mais poderoso. André Franco Montoro³⁸² reforça essa colocação quando afirma que a vida em comum é necessariamente dirigida por regras. Reconhece a existência de variações na conduta humana e confirma que essas regras são ditadas por uma vontade social preponderante. Numa sociedade de classes, essa vontade não é senão aquela que detém a riqueza e a produção, embora deixe subentender que é a vontade de todos. Gusmão³⁸³ alinha

³⁷⁹ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 3.

³⁸⁰ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 21.

³⁸¹ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 15.

³⁸² MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 324.

³⁸³ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 31.

seu pensamento com o de Nader e Montoro. Para estabelecer a ordem e a paz, a sociedade legitimou o poder de controlá-la pelo Direito, poder que ao longo da história, como já foi visto, foi exercido por diferentes pessoas, por diferentes autoridades. É a sociedade que vai dizer de que natureza será esse direito e a linguagem que o vai materializar e expressar a ideologia que a rege. Maria Helena Diniz³⁸⁴ sintetiza e completa o pensamento dos autores ao comentar que a “sociedade sempre foi e (sempre) há de se reger por um certo número de normas”. A liberdade deve ser restringida, ela não pode ser onímoda sob pena de levar ao caos.

Aplicam-se aqui as palavras de Capra³⁸⁵: a maioria dos intelectuais que constituem o mundo acadêmico subscrevem percepções estreitas da realidade as quais são inadequadas para enfrentar os principais problemas do nosso tempo.

Todo o controle de comportamento imposto pelo Direito, as sanções pela sua não observância, não conseguiu, até hoje, diminuir as diferenças na qualidade de vida das classes sociais. Os ricos, embora em assustadora minoria, dominam a grande maioria desassistida.

Com relação à categoria “Sujeito” é conceituado por Nader³⁸⁶ como o portador de direitos e deveres desde que essa aptidão seja reconhecida pela ordem jurídica. Está, implicitamente, dando suporte ao primado da lei - se não houver o reconhecimento pela lei, o homem não existe legalmente. É uma colocação que causa estranheza quando se sabe que pelo interior de nosso país há regiões cujos habitantes nunca foram registrados em qualquer Cartório de Registro Civil. Deve-se entender, assim, que eles não existem. André Franco Montoro³⁸⁷ repete o conceito

³⁸⁴ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 327-328.

³⁸⁵ CAPRA, Fritjof. Op. cit., 1984, p. 23.

³⁸⁶ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 21.

³⁸⁷ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 455-456.

de Nader quando afirma que sujeito é o titular do direito. Pode-se entender que todas as pessoas são livres e iguais para reivindicar os seus direitos. No entanto, o que aparece como verdade no nível de superfície do discurso, apresenta-se como opressão no nível profundo, ou seja, o nível onde se considera os fatores extralingüísticos. É o nível da realidade e neste o mais forte domina o mais fraco e nele não há igualdade mas apropriação da liberdade do outro. Só no nível de superfície ou da sintaxe podem ser construídas idéias que se tornam crenças para a maioria da população, dada a forma persuasiva com que são apresentadas.

Para Paulo Dourado de Gusmão,³⁸⁸ sujeito é também o ente que pode ser titular de direitos. Comunga com o conceito de Nader e Montoro. Mas o uso do verbo modal “poder” deixa implícito que ser titular de direitos apresenta-se como uma possibilidade que o ser humano pode reivindicar para ser pessoa. Tratando-se de algo que “pode” ser reivindicado, faz supor que pode ser recusado por quem detém o poder – o Estado, que dita o Direito. Na concepção dos autores, o ser social só existe em função de um outro ser que lhe é superior; sacramentam o princípio do Positivismo de que só o Estado cria o Direito e sendo o mais forte, impõe os seus princípios.

Maria Helena Diniz³⁸⁹ apóia a idéia de sujeito como pessoa e de personalidade, desde que tenha a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações. O uso do verbo adquirir deixa subentendida a existência de alguém que concede o Direito àquele que tem as aptidões para exercer os atos da vida civil: discernimento, prudência, juízo, inteligência. Trata-se de uma representação que contraria a realidade onde os não prudentes e sem discernimento certamente são bem mais

³⁸⁸ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 271.

³⁸⁹ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 500-505.

numerosos do que os bem dotados. Não é usual, entretanto, perguntar o porquê ou suscitar dúvidas sobre o porque dessas diferenças, como o quer a análise crítica. É quando a teoria contrasta com a prática, o que é constatado mesmo pelos alunos dos primeiros anos dos cursos de Direito.

Quando Nader³⁹⁰ conceitua o “Estado” como “um complexo político dotado de poder autônomo”, a palavra chave “poder autônomo” diz da ideologia contida na definição. O Estado Moderno se distingue pelo monopólio legítimo da força e do poder nos campos da administração, economia e justiça, onde ele tem poder autônomo. O emprego dessa palavra acolhe a idéia de que o que o Estado faz deve ser aceito, dado seu poder e sua autonomia. Essa autonomia, contudo, está vinculada diz Montoro³⁹¹ ao dever rigoroso (*debitum legale*) do Estado de dar a todos os membros da comunidade uma participação eqüitativa no bem comum. Caracteriza-se aqui a manipulação das palavras. Ao nível de superfície, o discurso leva a crer que deve existir uma relação igualitária entre as classes sociais (*debitum legale*), mas sabe-se que na vida real essa participação eqüitativa não existe. Paulo Dourado de Gusmão³⁹² fala no Estado como “uma organização jurídica do poder destinada a proporcionar ordem, paz social, segurança e desenvolvimento”. Contêm a idéia de Montoro e também a idéia de segurança, que está enfatizada na repetição dos sinônimos ordem e paz social. Com esse recurso, o autor inculca no leitor a concepção de Estado como o paradigma da segurança, garantida pelo Direito. Novamente o dito não corresponde à verdade, caracterizando uma notória falácia. Diniz³⁹³ reforça a conceituação de Estado como “instituição maior que dispõe de amplos

³⁹⁰ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 126 a 135.

³⁹¹ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 192.

³⁹² GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 351.

³⁹³ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 241.

poderes”, onde “o poder é elemento essencial no processo de criação da norma jurídica”. Quando a autora usa a terceira pessoa do presente do verbo ser ao dizer que “o Estado é uma instituição maior”, está fazendo uma afirmação que quer ser compreendida como uma verdade objetiva e absoluta, que deve ser aceita como inquestionável. O uso do verbo ser no tempo presente cria essa conotação. É a aplicação da violência simbólica, inculcando um conceito ideológico como se fosse uma verdade universal. O leitor, principalmente o aluno dos primeiros anos dos cursos de Direito, dado o seu incipiente conhecimento de assuntos lingüísticos, sente-se persuadido a ser ouvinte concordante em face da autoridade do locutor. Diniz fez uso de um elemento sintático para criar um ambiente onde o enunciado se apresentasse como indiscutível.

Quanto à categoria Direito, Nader³⁹⁴ o conceitua como sendo o instrumento que procura conciliar os valores justiça e segurança, uma concepção humanista, a que chegou após três décadas de estudo, tempo em que refletiu sobre o assunto e “alcançamos conclusões que direcionam o nosso pensamento”, completa.

Ao usar o pronome “nós” o narrador quer incluir o receptor, confundir-se com ele de modo a fazê-lo julgar-se autor do discurso e das conclusões, abrindo mão de qualquer possibilidade de questionamento. Nader dá uma concepção idealista do Direito, aquele que todos gostariam de ver aplicado. O que ele não deixa claro ou não discute, é que não é esse o Direito que está em vigor embora leve o aluno a considerá-lo como o verdadeiro. Deixa de esclarecer que o direito à vida, à liberdade e à igualdade não são aplicados na prática. Como falar em direito à vida se tantos morrem de fome ou são subnutridos, não têm

³⁹⁴ NADER, Paulo. Op. cit., 2000, p. 367.

assistência médica e não têm um teto? Franco Montoro³⁹⁵ considera que o sentido fundamental do Direito é estar a serviço da justiça e assegurar a cada um aquilo que lhe é devido em uma relação proporcional, fundada na igual dignidade de todos os homens. O autor está falando no nível de superfície ou de aparência e inteligibilidade do texto. Passando para o nível profundo, ver-se-á que essa dignidade do homem, que deveria ser reconhecidamente igual para todos, é desigualmente distribuída, variando em consonância com o poder de dominação e posse de capital. É nesse nível de superfície que se constroem as idéias dominantes em uma formação social. Gusmão³⁹⁶ reitera o pensamento de Nader e de Montoro de que “o direito é a garantia da ordem e da paz sociais”, que deve ser aplicado com um mínimo de sacrifício ou justiça. Ao Estado cabe reprimir as condutas inadequadas com as punições estabelecidas e premiar aqueles que agem consoante a lei, com a ordem e a paz social. Ao ressaltar que tudo isso deverá acontecer “com um mínimo sacrifício da justiça”, está admitindo que a justiça será sacrificada. Admitindo um juízo de valor está derrubando a crença da neutralidade da linguagem jurídica. Isso soa como um pedido de desculpas, para sua revelada tendência jusnaturalista quando de fato está sintonizado com a teoria positivista. Gusmão alinha-se com Diniz³⁹⁷. A autora diz que o direito “pretende” obter o equilíbrio social através das normas, um posicionamento caracteristicamente positivista que não admite a liberdade. O uso do verbo “pretender” tem o sentido de fazer acreditar em alguma coisa, sem ter a certeza de que o objetivo será alcançado. Essa interpretação só será possível mediante o emprego da análise crítica do discurso, que vai à busca da historicidade do processo.

³⁹⁵ MONTORO, André Franco. Op. cit., 2000, p. 53.

³⁹⁶ GUSMÃO, Paulo Dourado de. Op. cit., 2001, p. 408.

³⁹⁷ DINIZ, Maria Helena. Op. cit., 2001, p. 239-241, 243.

Fazendo somente uma leitura acrítica, o entendimento que sobressai é o de que o Direito estabelece o equilíbrio social. Ler criticamente significa detectar nos textos e nos discursos as pistas que revelam a relação entre a linguagem e as práticas sociais. Quando a leitura não é crítica, ela atem-se ao sentido literal, sem penetrar mais a fundo, na tentativa de desvendar o que está implícito.

Ao fazerem as suas conceituações, os autores deixam os sinais, as marcas de suas filiações ideológicas e, com freqüência, omitem-se de introduzir importantes discussões ou críticas de outros pontos de vista, enfeixando o Direito em uma ótica única e inquestionável que coincide com a deles.

A análise crítica tem por objetivo conscientizar o receptor de que o discurso contém mais do que está escrito. Quer mostrar que existe um modo de usar persuasivamente a linguagem com o intuito de dar a uma determinada opinião ou parecer a dimensão de verdade e que esta nem sempre é universal, nem sempre e, freqüentemente, é apenas um recorte da realidade.

Como esta tese trata da análise crítica do discurso de quatro autores de livros didáticos de introdução ao estudo do Direito e dos seus sentidos implícitos ou subjacentes na linguagem empregada, poderá ser útil para os alunos dos primeiros anos dos cursos de Ciências Jurídicas.

A título de contribuição, mas também de conclusão do trabalho, será feita a seguir, uma síntese da análise realizada, apresentada em tópicos numerados e em um quadro comparativo e, por último, em um gráfico representativo das convergências e divergências entre os quatro autores estudados.

Sintaxe da análise realizada

1.1 As diferentes teorias sobre a origem da linguagem e sobre os fatores e elementos de sua constituição, embora conflitantes em alguns

aspectos, não são efetivamente excludentes: uma teoria não elimina a outra. Elas se complementam, construindo um todo coerente. Percebe-se uma preocupação dos estudiosos, especialmente dos lingüistas, em conceituar a linguagem como um processo em que atuam os elementos constitutivos das formações sociais. O que leva a concluir que a linguagem e o homem constituem um só fenômeno, que se forma em consonância com os desafios do meio ambiente e dos conflitos de ordem social, em que se debatem a ideologia do poder e o poder.

1.2 Utilizada pelo homem para expressar os seus pensamentos, a manifestação abstrata de sua inteligência, a linguagem constitui como um processo onde atuam elementos lingüísticos e extralingüísticos, cujo produto último é o discurso.

1.3 O homem e os animais assemelham-se na sua competência para a comunicação. Mas enquanto os animais usam a voz para exprimir sentimentos de dor, prazer, medo, ou como instrumento para informar, o ser humano vai além, emitindo julgamentos de valor como, por exemplo, de bondade, maldade, justiça e injustiça. A distinção entre a linguagem dos homens e a comunicação dos animais por consequência de leis naturais, tomaram caminhos simultaneamente semelhantes e irreversivelmente distintos.

1.4 Linguagem e Direito estão intimamente relacionados, pois a linguagem é o instrumento utilizado para a sua expressão e materialização. Estudar o Direito é estudar a linguagem na qual ele se manifesta e, paralelamente, estudar a sociedade. Estudar a sociedade é, por sua vez, estudar o homem e a sua ideologia. Homem, linguagem, Direito e sociedade são inseparáveis.

1.5 Alguns dos problemas que se apresentam para uma efetiva compreensão de um texto têm origem na conceituação dada à linguagem. O conceito que apenas a vê como um sistema de sons e

signos, com significados arbitrariamente impostos, exclui a presença dos elementos políticos, ideológicos do poder e do poder e das formações sociais. Esses são os elementos do discurso, que dão à linguagem um aspecto de opacidade. Torna-se imprescindível, pois, a interpretação, um procedimento que contribui para uma compreensão mais abrangente, inclusive dos efeitos causados à sociedade.

1.6 Dada a inerente falta de transparência da linguagem, a interpretação dos enunciados passa a ser uma necessidade, uma vez que permite esclarecer os aspectos ambíguos e vagos, originários da especificidade de sua constituição. Essa interpretação pode seguir o modelo hermenêutico dogmático, centrado na manifestação sintática da linguagem, na sua literalidade, recomendada pela corrente positivista do pensamento. Mas também pode ser feita sob a forma de análise crítica, que considera a linguagem um discurso ou a palavra em movimento e procura ver como os seus argumentos refletem na comunidade social.

1.7 A análise crítica do discurso é uma metodologia mais adequada do que a hermenêutica dogmática, por considerar todos os fatores que interferem na constituição da linguagem. Ela vai além da interpretação pela sintaxe e pela semântica. Tenta compreender o texto, saber o porquê e o como esse texto foi construído, penetrar a sua historicidade ideológica.

1.8 Parece que pouca ou nenhuma importância está sendo dada ao uso da violência simbólica ou o controle do significado das palavras pelos órgãos instituidores, aplicadores e interpretadores do Direito. Isso tem apresentado dificuldades para a compreensão da linguagem jurídica. Em virtude dos sentidos arbitrariamente impostos e inconscientemente assimilados pelos receptores das mensagens, são transmitidos significados que criam um Direito que é ilusório quanto aos

seus reais objetivos de garantir a segurança e a igualdade na distribuição da justiça.

1.9 Para que ocorra uma compreensão mais completa dos textos jurídicos, com destaque para os introdutórios à ciência do Direito, quando são estudados os princípios que o norteiam, os professores dos cursos de Ciências Jurídicas deveriam ser conscientizados da nova conceituação dada à linguagem. Somente se estiverem familiarizados com as novas teorias lingüísticas estarão habilitados a capacitar os seus alunos a utilizarem a metodologia da análise crítica do discurso.

1.10 O acesso à educação é um direito de todos, garantido constitucionalmente. Para que essa prerrogativa forme cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, é preciso que seja de qualidade. Em termos de linguagem, essa qualidade implica em seu conhecimento como discurso, para que os leitores possam analisar criticamente os seus elementos constitutivos, sua historicidade, os assujeitamentos, as formações sociais, a ideologia do poder e o poder, e assim compreenderem os abusos praticados pelas classes dominantes, instituídas ou econômicas, contra as maiorias subordinadas.

1.11 A formação positivista, observada na constituição do Direito, restringe a interpretação dos textos jurídicos posto que está condicionada aos limites da lei.

1.12 Enquanto o ensino jurídico não extrapolar os limites do Positivismo e da gramaticalidade na interpretação dos textos, principalmente nos primeiros anos dos cursos de Direito, quando os alunos ainda trazem presente os princípios da gramática como finalidade última da língua, terão apenas uma visão ilusória do Direito. Esses alunos não estarão habilitados a desvendar os sentidos implícitos ou subjacentes na linguagem dos livros didáticos, por desconhecerem que ela não é simplesmente um sistema de sons e signos com

significados arbitrariamente impostos. Ela é, na verdade, processo e discurso e nela estão embutidos aspectos lingüísticos e extralingüísticos. Só com a posse desses elementos é que será possível aos alunos se tornarem aptos a compreender o verdadeiro sentido do discurso jurídico ou de qualquer discurso.

1.13 Para haver mudanças na área da educação, é primordial que haja vontade política ou uma vontade de proporcionar uma educação não conteudista por parte dos órgãos instituidores do Direito e dos professores. Ambos devem cerrar fileiras para reverter o *status quo*. A simples introdução de novas técnicas de ensino ou de atualização das existentes apenas manterá a pedagogia da repetição das vozes das autoridades. O sistema educacional deve garantir não apenas o acesso de todos a uma melhor situação social, mas, também e, fundamentalmente, deve garantir a realização do bem estar social, escopo e ideal de todo Estado democrático, que depende diretamente da formação de cidadãos conscientes.

1.14 O problema econômico é apontado como um dos entraves ao acesso de todos à educação. A solução está nas mãos do Estado, que poderá implementar políticas adequadas para uma melhor distribuição da riqueza e do trabalho de modo a assegurar a igualdade cultural e social. É pela educação que se forma um cidadão consciente e capaz. Essa educação inclui a linguagem, pois é com ela que o homem constrói a sociedade. A linguagem é o homem.

1.15 Considerando a realidade econômica e social brasileira, onde a miséria ocupa um lugar de destaque, parece absurdo acreditar na possibilidade da recuperação da população oprimida. Sonhar, entretanto, é preciso. É preciso acreditar que um melhor conhecimento da constituição da linguagem, da sua formação como discurso, como processo, em que o sentido das palavras pode ser manipulado pelos

aparelhos ideológicos do Estado, permitirá às classes dominadas acordarem para a realidade em que vivem e convivem, disponham-se a lutar para conquistar a igualdade que lhes é assegurada por lei.

1.16 Dando condições aos membros de todas as classes sociais para uma leitura mais eficiente e que permita compreender mesmo o que não está escrito, ou seja, o que está nas entrelinhas, nos silêncios, implícito ou subjacente, a comunicação será menos facciosa, certamente diminuindo a distância entre as classes sociais.

1.17 A história da educação brasileira, ainda grandemente atrelada ao modelo que privilegiava a memorização da informação e a sua repetição, tem a sua parcela de culpa na formação dos professores, principalmente aqueles do ensino de línguas, fortemente imbuídos da noção de gramática como sinônimo de linguagem. É um problema que está sendo parcialmente solucionado pelas medidas introduzidas pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.939/96, de 20/12/96 -, pelos Parâmetros Curriculares e pelas avaliações dos cursos procedidas pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura. Esses procedimentos estão começando a fazer com que as instituições de ensino olhem as suas caras, talvez muitos descortinando apenas uma multidão de falsos analfabetos. Os novos parâmetros escolares apresentam inovações, inclusive no campo de ensino de línguas, acatando a conceituação da linguagem como discurso. O que falta, ainda, é uma aceitação e disposição para mudanças, o que nem sempre é fácil.

1.18 Com relação à competência dos professores, tanto da área de línguas como do Direito, que se materializa na linguagem, é indispensável que tomem conhecimento das novas abordagens e teorias. Devem eles preocupar-se em conscientizar os seus alunos que a cidadania está interligada ao domínio do discurso. Tem-se observado,

nos cursos de Direito, que a formação de processualistas, de operadores do Direito, é muito mais enfatizada do que a preocupação com a formação de cidadãos que tenham uma visão integrada de Ciências Jurídicas, que inclui aspectos culturais, econômicos, ideológicos e também lingüísticos, pois o homem é a linguagem e a linguagem é o homem.

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo precípuo de mostrar que a análise crítica do discurso é um instrumento adequado para investigar o texto jurídico e desvelar as suas condições de produção, ou seja, clarear a situação sócio-histórica dos autores, a sua intencionalidade, os efeitos que desejam produzir nos enunciatários e a relação desses fatores com o contexto e os demais elementos extralingüísticos, entre eles, a ideologia dominante.

A discussão tem sido sobre as potencialidades da análise do discurso como metodologia para uma compreensão mais abrangente dos textos didáticos da área do Direito, principalmente dos caracteristicamente introdutórios às Ciências Jurídicas, utilizados nos primeiros anos dos cursos, quando os alunos ainda trazem bem presente a noção de linguagem ou língua como um conjunto de regras gramaticais e de leitura como decifração de vocabulário.

Constatou-se que linguagem ou língua é discurso e como tal é um instrumento de persuasão e passível, por isso, de manipulação com o propósito de impor significados, oferecendo uma visão fenomenológica do Direito.

Utilizando a análise do discurso professores e alunos contam com um instrumento que permitirá uma melhor compreensão do texto e a um maior domínio lingüístico aplicado ao estudo do Direito colaborará para

sua melhor compreensão e conseqüentemente, para maior harmonia entre os homens e maior solidariedade entre todas as gentes.

Certamente os problemas não estão todos resolvidos mesmo porque não houve essa pretensão. O objetivo foi o de enfatizar o papel que a análise crítica poderá representar para uma melhor compreensão do discurso jurídico.

Continua o interesse em prosseguir nas investigações no sentido de justificar ainda mais enfaticamente, a análise crítica como essencial para a compreensão do Direito e os seus efeitos na sociedade.

A word is dead
When it is said,
Some say;
I say it just
Begins to live
That day.

Emily Dickinson

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Direito, Poder e Opressão**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ASSIER-ANDRIEU, Louis. **O direito nas sociedades humanas**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

AUSTIN, John Langlaw. **Quando dizer é fazer. Palavras e ações**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Editora Ave Maria, 11.3, 1968.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino**. São Paulo: Francisco Alves, 1970.

BRANDÃO, Helena Maria Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1991.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis (Rio): Vozes, 1981.

CAPRA, Fritjof. O ponto de Mutação. **A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CHOMSKY, Noam. **A transformational approach to syntax in the structure of language. Reading in the philosophy of language.** New Jersey: Prentice Hall, 1967.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of language, as a focus of inquiry-Convergence – a series founded, planned and edited by Ruthnanda Aushen.** New York, Praeger, 1986.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão.** São Paulo: Ática, 1968.

COELHO, Luiz Fernando. **O pensamento crítico do Direito.** Revista Seqüência 30. Ano 16, Junho, 1995. Editora da UFSC.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo - O discurso subjetivo da ciência.** São Paulo: Educ: Campinas (SP): Pontes, 1991.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Legalismo.** Revista Consulex. Ano III, nº 32, agosto, 1999, p. 20 a 21.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies.** São Paulo: Hemus, s.d.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito.** São Paulo, Saraiva, 2001.

EPSTEIN, Isaac. **Gramática do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

FAGÚNDES, Paulo, Roney Ávila. **Direito e Holística. Introdução a uma visão de integridade.** São Paulo: LTr, 2000.

FAGÚNDES, Valda de Oliveira. **Revista de Divulgação Cultural,** Ano 21, nº 69. (setembro/dezembro/1999)

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power.** London: Longman, 1993.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia do livro didático**. São Paulo: Cortez, 1986.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnicas, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1994.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias do enunciado - As categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1999.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1998.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Cláusulas abusivas nos contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau editora, 1996.

FOUTS, Roger. **O parente mais próximo. O que os chimpanzés nos ensinaram sobre quem somos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GÓMEZ, Astrid e BRUERA, Olga Maria. **Análisis del Lenguaje Jurídico**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

GUIBOURG, Ricardo A., GHIGLIANI, Alexandro M. e GUARINONI, Ricardo V. **Introducción al Conocimiento Jurídico**. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1984.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GIBBONS, John. **Annual Review of Applied Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 153-173.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood (M.A.K.). **Language as Social Semiotics**. London: Edward Arnold, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HUXLEY, Aldous. **Adonis e o alfabeto**. São Paulo: Hemus, 1956.

HUXLEY, Aldous. **Geração Devassa**. São Paulo: Hemus, 1923.

JAKOBSON, Roman e MARTINET, André. **Lingüística e Significação**. Rio de Janeiro: Salvat Editora, 1979.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KOSICKI, Katya. **Considerações acerca do problema da aplicação e da significação do Direito**. Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Curitiba, a. 30, nº 30, p. 433-450, 1998.

LEITE, Siomara Borba. **Considerações em torno do significado do conhecimento educacional e formação do professor**. Campinas (SP): Papirus, 1994.

LEMLE, Miriam. **O novo estruturalismo em Lingüística: Chomsky**. **Revista da Cultura**. Rio: Tempo Brasileiro, s. d.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LYRA, Filho, Roberto. **O que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MELO, Osvaldo Ferreira. **Fundamentos da Política Jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

MESSIAS, Francisco das Chagas Gil. **O limite dos discursos críticos nas escolas de Direito**. Revista Seqüência. Florianópolis (SC), ano II, nº 3, 1º semestre, p. 9 a 14, 1981.

MONTEIRO, Dirce Charara. **Caminhos para a reflexão do professor sobre sua prática**. Contexturas 3: Unesp (Araraquara), 1996.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORRIS, Desmond. **O Macaco Nu - um estudo do animal humano**. Rio de Janeiro: Record, 1967.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é Lingüística**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação - Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso - princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 1999/2000.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

PALMER, Frank. **Grammar - A concise explanatory guide to the complex set of relations that link the sounds of language, or its written symbols with the message they have to convey**. Middlesex, England: Penguin Books, 1993.

PECHEUX, Michel. **Análise do Discurso**. Paris: Larouse, 1975.

PENNYCOOK, Alastair. **Lingüística aplicada e transdisciplinaridade: a Lingüística aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica**. Inês Signorini e Marilda Cavalcanti (org.) Campinas (SP): Mercado das Letras, 1998.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. **A Técnica da Comunicação Humana**. São Paulo: Pioneira, 1977.

PEREIRA, Lygia da Veiga. **Seqüenciaram o genoma...E daí? O que isto Significa?** Reader's Digest Seleções, p. 33 a 36, dezembro de 2000.

PIAGET, Jean e INHELDER, Bärbel. **A Psicologia da Criança**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

PINKER, Steven. **The Language instinct**. New York: Harper Perennial, 1995.

PUCHTA, Herbert. **Beyond materials, techniques and linguistic analyses: the role of motivation, beliefs and identify**. New Routes. São Paulo: Disal, p. 26 a 29, outubro 2000.

ROCHA, Leonel Severo. **A Problemática Jurídica: uma introdução transdisciplinar**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1985.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **A crise do ensino jurídico de graduação no Brasil contemporâneo: indo além do senso comum**. Florianópolis, UFSC, 1992, Tese (Doutorado).

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.

SANTA CATARINA - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - **Proposta Curricular de Santa Catarina: Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 11^a ed, s.d..

SCHIFFRIN, D. **Approaches to Discourse**. Oxford: Blackwell, 1994.

SEARLE, J. R. **Speech Acts: an essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SHAKESPEARE, William. **Romeo and Juliet**. London: Edward Arnold Ltd., 1973.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1970.

SLOBIN, Dan Isaac. **Psicolingüística**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SOUZA, Deusa Maria. **Autoridade, autoria e o livro didático**. Contexturas 3: Unesp (São José do Rio Preto), 1996.

SOUZA, Luiz Sérgio Fernandes de. **O papel da ideologia no preenchimento das lacunas do direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez: Brasília. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise. Uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

VIELLARD, Jacques. **Pensa loro**. Revista Super, p. 28 a 29, fevereiro, 1998.

VIGOTSKY, L. S. **Collected Works**. New York: Plenum, 1987, VI.

WALLWORK, J. F. **Language and Linguistics - an introduction to the study of language**. London: Heinemann, 1974.

WARAT, Luis Alberto. **O Direito e sua linguagem**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1984.

WARAT, Luis Alberto e PEPÊ, Albano Marcos Bastos. **Filosofia do Direito - uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

WARAT, Luis Alberto. **Mitos e Teorias na Interpretação da Lei**. Porto Alegre: Síntese, s. d.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus lógico - philosophicus**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigação Filosófica**. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os pensadores).

GLOSSÁRIO

Análise crítica do discurso

É a linguagem vista como a palavra em movimento; investigação do processo de produção da linguagem no momento de sua enunciação, o porquê daquele uso e dos seus efeitos na sociedade. Caracteriza-se como uma abordagem, como uma metodologia que se propõe a investigar a presença de elementos sintáticos, semânticos e extralingüísticos como a historicidade, a ideologia e o poder. Propõe-se a investigar, também, como ocorre a manipulação da linguagem, que nem sempre deixa marcas visíveis. Em termos de aprendizagem caracteriza-se como um modelo metadisciplinar.

Linguagem como discurso

Vista como discurso; a linguagem deixa de ser um sistema abstrato de sons e signos com significados arbitrariamente impostos, para ser entendida como uma ação, um processo que se realiza em consonância com as formações sociais e do comportamento do homem em função de elementos dominantes em uma sociedade ou de uma estrutura de poder; um fato realizado a cada momento e não um dado estatístico.

Interpretação

Tem o sentido de compreender um texto indo além da linearidade, avançando na sublinearidade; visa encontrar as pistas deixadas pela sintaxe, pela semântica e pelos elementos extralingüísticos.

Hermenêutica Dogmática

Constitui-se como um processo de interpretação que se restringe ao exame da literalidade, da superfície do texto, da construção sintática e semântica para chegar à sua finalidade, ignorando os elementos extralingüísticos. Posiciona-se pela transparência da linguagem e pela interpretação nos limites da lei. Parte da solução para estabelecer o processo, a forma de agir; parte do que já existe e é inquestionável e procura encontrar as regras que conduziram àquele resultado.

Essa dogmaticidade tem origem em duas premissas essenciais à sociedade e à natureza do ser humano: primeiro, não existe sociedade sem dogmas e segundo, todo dogma deve ser explicado e esclarecido.

A presença da ideologia na linguagem

Os alunos dos primeiros anos dos cursos de Direito devem ser conscientizados da presença, na linguagem, do elemento ideologia como expressão do pensamento das instituições legitimadas para ditar o Direito: manipulando a linguagem, criam elas uma visão ilusória dos seus verdadeiros objetivos de garantir a segurança, a igualdade e o bem estar social.

Leitura crítica e acrítica

A leitura acrítica é limitadora e coercitiva porque leva o indivíduo a prender-se estritamente aos usos estabelecidos, sem questioná-los.

Com a leitura crítica o indivíduo se constrói em consonância com as suas ações e reações ao meio ambiente. Ela levará o indivíduo a reconhecer-se como pessoa, capaz de se posicionar como elemento transformador da sociedade.

Relação entre linguagem e Direito

O Direito é expresso em linguagem, ambos constituindo-se como fatos sociais. A investigação do Direito constitui-se como uma investigação da linguagem em que está expresso e do contexto social e cultural em que está inserido.

Linguagem do Direito

O Direito está expresso na linguagem humana articulada e natural, e por isso, sujeito às vagas e ambigüidades dessa linguagem ainda que permeada de termos de sentidos específicos.

Poder

Uma característica que distingue o homem é a sua competência para a organização hierarquizada, uma manifestação de poder, própria do *homo sapiens*. Ele usa esse poder para influenciar, persuadir o outro, para impor o seu pensamento, as suas idéias, as suas opiniões.

O comportamento lingüístico traduz um ato inteligente, uma manifestação de poder, de persuasão. Esse elemento persuasivo está colado ao discurso assim como a pele ao corpo: um não subsiste sem o outro, diz Citelli³⁹⁸.

Comunicação dos animais

O *homo sapiens* divide com os animais as vozes emotivas, instintivas, de natureza reflexa, as reações a um estímulo.

A linguagem do homem não se confunde com a comunicação dos animais; o seu sistema lingüístico se caracteriza pela complexidade. O chimpanzé pode imitar algum tipo de fala mas somente mediante treinamento sistemático. Ele não sabe fazer

³⁹⁸ CITELLI, Adilson. Op. cit., 1998, p. 6.

abstrações, não sabe transformar sons em símbolos e partilhá-los. Nos animais a voz nunca se emancipa da ação para formar as imagens. Como diz Pinker³⁹⁹: “chimps just don’t get it”.

Em síntese, apresenta-se o seguinte quadro: o sistema de comunicação dos animais é constituído de um sistema finito de chamadas e sinais que são emitidos com variações de intensidade, conforme a gravidade e urgência da informação. A linguagem humana, articulada e natural, permite a construção de um número infinito de sentenças observando um número finito de regras, sentenças que podem ser rearranjadas em novas e inéditas construções.

Compulsão para falar

A compulsão para falar vem da natureza exploratória e associativa do homem: o viver em grupo requer a comunicação.

Linguagem

Linguagem significa comunicação. Comunicação vem do latim *communicare*, que contém o significado de relacionamento, de transmitir idéias, imagens e pensamentos que se materializam em símbolos e signos.

Homem e linguagem se confundem. Não há homem sem linguagem e não há linguagem sem homem.

Teorias sobre a linguagem

A mitologia

Seres super humanos dotaram o homem com a linguagem para que instaurasse a ordem no caos existente mediante o estabelecimento de normas e leis. Encerra a idéia de poder, de comandar e ser obedecido e de criar.

³⁹⁹ PINKER, Steven. Op. cit., 1995, p. 334-340. Tradução do pesquisador: “Os chimpanzés simplesmente não chegam lá”.

A crença judaico-cristã

Deus criou o homem à Sua imagem e semelhança.

A ciência – Séculos XVI a XVII

A linguagem constitui-se como um conjunto de regras gramaticais que funcionam como censoras e impõem a produção de uma linguagem clara e precisa. O sujeito era visto como um mero veículo para a produção de uma linguagem ideal, universal sem equívocos e ambigüidades.

Evolucionismo – Charles Darwin

Darwin tomou como princípio básico que todo o ser que varia, ainda que pouco e aproveita essa variação, tem maior probabilidade de sobreviver e de propagar a nova forma modificada, causando a extinção das formas menos organizadas. Fica subentendido que vence o mais forte, o que tem mais poder para obter vantagens ou dominar o meio ambiente e os outros seres, humanos ou não.

Estruturalismo – Ferdinand de Saussure

A linguagem é constituída por um sistema de signos que expressam conceitos e idéias por meio de sons organizados em um código aprovado pelo grupo social.

Círculos Lingüísticos

Tinham por objetivo excluir da linguagem tudo o que era tido como impuro e não claro, privilegiando o formalismo. Orwell faz referência à essa linguagem no seu livro *1984*.

Gramática gerativista –Noan Chomski

A linguagem constitui um sistema formado de um número limitado de regras universais que geram um número infinito de seqüências ou frases, espontaneamente produzidas. Chomski só se preocupou com a competência não dando importância à performance, ou seja, o desempenho do falante no uso concreto da língua.

Funcionalismo – M. A. K. Halliday

A linguagem é moldada pelo ambiente sócio-cultural, nasce de uma profunda necessidade de comunicação. O potencial lingüístico desenvolve-se na interação com o grupo social.

Languages is an instinct – Steven Pinker⁴⁰⁰

“Language is a biological adaptation to communicate information, it is an instinct”, (A linguagem apresenta-se como uma adaptação biológica para a comunicação; ela é um instinto) igual a teia tecida pela aranha.

Linguagem é discurso – Eni Puccinelli Orlandi⁴⁰¹

“De uma concepção de língua como sistema, como arranjo de relações abstratas, se vai passando para uma noção de língua considerada em suas características concretas de uso no mundo”. A linguagem materializa as experiências adquiridas na convivência com o mundo.

Proposta Curricular de Santa Catarina⁴⁰²

“Estudar a linguagem e compreendê-la é uma forma privilegiada de compreender o caminho do homem”.

Linguagem é inconsciente – Marilena Chaui⁴⁰³

“A linguagem é inconsciente; nós a falamos sem ter a consciência de sua estrutura, de suas regras e princípios, de suas funções e diferenças internas. Vivemos nela e com ela e a empregamos sem necessidade de conhece-la cientificamente”.

Linguagem é conhecimento – Jean Piaget⁴⁰⁴

“O homem constrói o seu conhecimento (entenda-se linguagem) na sua relação com o meio ambiente. Essa adaptação é seqüencial e

⁴⁰⁰ PINKER, Steven. Op. cit., p. 18 - 19.

⁴⁰¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit., 1992, p. 54.

⁴⁰² SANTA CATARINA, SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Proposta Curricular de Santa Catarina. Ensino Fundamental e Médio. Disciplinas Curriculares, 1998, p. 62.

⁴⁰³ CHAUI, Marilena. Op. cit., 1999, p. 146.

⁴⁰⁴ PIAGET, Jean. INHELDER. Bâbel. Op. cit., 1978, p. 8.

caminha das estruturas mais simples para as mais complexas: engloba todo o crescimento (...) até chegar ao estado de equilíbrio-relativo, que constitui o nível adulto”.

Linguagem é cultura – L. S. Vigotzki⁴⁰⁵

A natureza humana está sujeita às leis desenvolvimentistas que intervêm na sua formação através de condições históricas e sociais. É a cultura que lhe proporciona os instrumentos para a compreensão do mundo, salvando-o de ser um invólucro oco e vazio. É pela cultura, sinônimo de conhecimento e inteligência, que o ser humano se torna homem.

Linguagem é emoção – Jean Jacques Rousseau

O homem se revela pela fala através da qual ele quer manifestar suas paixões.

Ensino da linguagem

A linguagem não pode ser ensinada e nem construída. Ela só pode ser desenvolvida em contato com o meio ambiente.

Linguagem, língua e fala

Linguagem é a faculdade que tem o homem de exprimir estados mentais por um sistema de sons vocais chamado **língua**, que os organiza numa representação compreensiva do subjetivo. **A fala** é o uso individualizado da língua; é sempre construída de maneira própria e ocasional (Camara Jr.)⁴⁰⁶.

Linguagem natural

É aquela que se vai formando no grupo social para satisfazer as necessidades de comunicação do dia a dia para expressar sentimentos e emoções, transmitir informações e ordens, usando recursos como a argumentação, a persuasão, o convencimento. Por meio dela o homem

⁴⁰⁵ VIGOTSKY, L. S. Op. cit., 1987, V. 1.

⁴⁰⁶ CAMARA Jr. Joaquim Mattoso. Op. cit., 1981, p. 199.

exercita o seu poder sobre os outros. Caracteriza-se pela vaguesa e ambigüidade, razão de ser classificada como de textura aberta, o que permite mais de um uso para a mesma palavra. “El hombre es libre para dar a las palabras el significado que quiere”, dizem Gómez e Bruera.⁴⁰⁷

Funções exercidas pela linguagem

a) Descritiva, informativa, denotativa, quando o objetivo é informar sobre o mundo real e irreal; é própria da linguagem científica onde o objetivo é informar a verdade absoluta.

b) Expressiva ou emotiva, quando o objetivo é expressar sentimentos e emoções. É própria da poesia, mas é usada também como recurso de retórica.

c) Diretiva ou imperativa, quando o usuário tem a intenção de interferir no comportamento.

d) Operativa ou performativa, quando se quer a realização de um ato específico como quando o juiz declara o réu culpado.

e) Ideológica, quando o receptor é levado a aceitar verdades que representam o pensamento de uma classe imbuída de poder, como o Estado, as escolas, a Igreja, as classes economicamente mais fortes.

Estipulação, redefinição, poder da violência simbólica, ideologia

São processos utilizados para alterar o significado das palavras com o propósito de corrigir uma imprecisão ou inculcar um sentido específico. Abre espaço para a introdução de termos de significado cristalizado e único, o que exclui as manifestações de juízos de valor e possibilita a inclusão dos valores ideológicos de uma classe, por vezes falseando os significados por força de poder da autoridade que fala; facilita o uso de linguagem como elemento de dominação. É a linguagem vista como poder. Tirando a historicidade da palavra ela vira imagem pura

⁴⁰⁷ GÓMEZ, Astrid e BRUERA, Olga Maria. Op. cit., 1984, p. 15.

estabelecendo a transparência pelo sentido imposto, que pode ser inconscientemente assimilado.

Linguagem como comunicação

A linguagem tornou-se um importantíssimo tema de estudo pela ciência moderna, se não o mais importante, por estar a comunicação presente em todos os atos da vida do homem. Saber como a linguagem funciona é descobrir um dos maiores mistérios do mundo.

Capital, capitalismo

A economia é um dos fatores que mais contribui para o estabelecimento do desnível social e da concentração de poder. Na sociedade atual, a formação social corresponde ao capitalismo que deu origem a um sujeito eminentemente ostentador, individualista e competitivo.

Sujeito moderno, sujeito de direito

O sujeito moderno é considerado um sujeito jurídico ou sujeito de direito, subordinado ao discurso das leis. A submissão à Deus deu lugar à submissão ao Estado, às leis. Ele se distingue do sujeito psicológicos: porque é efeito de uma estrutura social bem determinada, a sociedade capitalista.

Linguagem científica

Serve como mediação para a expressão de fórmulas, o que torna o discurso sem sujeito. O significado de uma proposição ou de um termo deve estar circunscrito às suas propriedades designativas ou aos seus elementos constitutivos, ao seu *definiens*, que constrói o seu sentido denotativo. Se isso não ocorrer, se o seu significado não for identificável, por meio desse procedimento, o termo não deve ser usado, salvo se for explicado pelo processo chamado estipulação, o que em última análise, se caracteriza como uma violência simbólica. É uma linguagem que se

cerca de cuidados para garantir o sentido unificado, inviabilizando a possibilidade de fazer associações e emitir juízos de valor.

Autoridades para dizer o Direito

Na Grécia, o poder de dizer o Direito cabia à deusa *Diké* que segurava uma balança na mão esquerda, uma espada na mão direita e tinha os olhos abertos; simbolizava o saber puro e verdadeiro: só pela visão, pela prova, poder-se-ia chegar a verdade. O fato de empunhar a espada mostra que os gregos imporiam o direito até mesmo pelo poder da força.

Em Roma cabia à deusa *Justitia* dizer o direito. Segurava a balança com as duas mãos e tinha os olhos vendados significando que julgaria com imparcialidade, com prudência, concentrado-se mais na audição, no ouvir opiniões. Segurava a balança com as duas mãos porque se exigia uma atitude firme.

Com a evolução da vida social a autoridade para dizer o direito passou a ser prerrogativa do chefe da família ou do clã e depois do agente político, escolhido pelo prestígio que gozava entre os seus pares: aparece o mito da autoridade, dos notáveis.

Na Idade Média, com a queda do Império Romano e o advento do Cristianismo, as normas passaram a ter caráter transcendental passando a vigorar os dogmas da fé; o direito passa a ser uma técnica para a aplicação de idéias prontas e acabadas; ao juiz cabia apenas aplicar as normas postas.

Com o Renascimento o direito perde o seu caráter sagrado dada a tecnização do saber. O homem não é mais visto como obra de Deus mas da natureza, cabendo-lhe dominar o mundo e proteger a sua vida, que é o seu bem mais precioso. O direito passa a ser uma reconstrução pela razão, das regras de convivência.

Com os Estados soberanos, o poder dos reis provinha da onipotência divina. Com os movimentos de oposição às monarquias, o senhor absoluto dá lugar à Nação, ao Estado, o que resultou na divisão dos poderes. A produção do direito passa a ser canalizada para o legislativo e nasce a lei como fonte de direito.

No século XIX o Direito se institucionaliza pelo fenômeno sociológico da positivação: o Direito é estabelecido por força de um ato de vontade de uma autoridade legitimamente constituída e toma as características de uma técnica de um *know how*. É o Direito revestido de lei-ciência de culto à lei diz Ferraz Júnior.⁴⁰⁸).

No século XX o Direito constitui-se como um conjunto de regras ditadas pelo Estado, órgão protetor e repressor.

Essencialismo

A palavra contém a essência do objeto; ela é a própria realidade e por isso não pode ter outro sentido senão aquele que lhe foi dado; o sentido é sempre unívoco, o que elimina qualquer possibilidade de imprecisão. Esse entendimento da origem ao Positivismo e está fundamentado no desejo de segurança.

Nominalismo ou convencionalismo

A denominação não passa de um nome e não tem qualquer realidade; os significados são estabelecidos pelo homem. O que deve ser levado em conta é o uso dado aos conceitos. Shakespeare dá uma explicação da nominalidade na sua obra *Romeo and Juliet*.

⁴⁰⁸ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Op. cit., 1994, p. 76-83.